organizadoras
Ana Cristina Fernandes
Norma Lacerda
Virgínia Pontual

ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS NO BRASIL, 1983-2013

A TRAJETÓRIA

de um campo disciplinar e de sua associação nacional

anpur

organizadoras
Ana Cristina Fernandes
Norma Lacerda
Virgínia Pontual

ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS NO BRASIL, 1983-2013

A TRAJETÓRIA

de um campo disciplinar e de sua associação nacional

LETRCAPITAL ipea Editora UFPE

Recife
2015

anpur

Organização
Ana Cristina Fernandes
Norma Lacerda
Virgínia Pontual

Coordeação Editorial
Tiago Cargnin

Revisão
Margarida Mitchel

Projeto Gráfico
2abad Design | Gisela Abad

Diagramação
Taissa Mirella

Assistentes
Eduardo Lossio
Joicy Rocha
Paula Farias

Impresso no Brasil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE SINDICATO
NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

E85

Estudos urbanos e regionais no Brasil, 1983 – 2013: a trajetória de um campo disciplinar e de sua associação nacional / organização Virgínia Pontual , Norma Lacerda , Ana Cristina Fernandes. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.
il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 988577853694

1. Política urbana - Brasil. 2. Política ambiental - Brasil. 3. Política pública - Brasil. 4. Planejamento regional - Brasil. 5. Desenvolvimento econômico - Brasil. I. Pontual, Virgínia. II. Lacerda, Norma. III. Fernandes, Ana Cristina.

15-22142

CDD: 307.760981
CDU: 316.334.5(81)

Sumário

9 Prefácio
Clélio Campolina Diniz

13 30 anos de ANPUR: emergência e consolidação de uma associação acadêmica brasileira
Ana Cristina Fernandes, Norma Lacerda e Virgínia Pontual

21 A criação da ANPUR: gestão do Conselho Diretor Provisório (1983-1984)
Lúcio Grinover

27 Os primeiros tempos de uma ideia que deu certo (1984-1986)
Ricardo Farret

35 30 anos de ANPUR: anedotas ontem, ciência hoje e proposições para amanhã
Martim Oscar Smolka

47 Uma experiência de ações coletivas em âmbito nacional
Celso Monteiro Lamparelli

57 Uma corporação nas incertezas do início dos anos 90 (1989-1991)
Celso Monteiro Lamparelli e Philip Gunn

69 Atividades para visibilidade e projeção da ANPUR (1991-1993)
Milton Santos

79 On the road with Balzac: a ANPUR, o elixir da longa vida e sua metamorfose
Wrana Panizzi

103 De Brasília a Recife, passando por Istambul (1995-1997)
Carlos Vainer

121 Olhando o passado, enfrentando o presente e construindo o futuro (1997-1999)
Norma Lacerda

135 A ANPUR em novo patamar: estruturando novos âmbitos de atuação (1999-2001)
Maria Flora Gonçalves

171 Consolidando a articulação acadêmica e a formulação de políticas urbanas e regionais (2001-2003)
Maria Cristina da Silva Leme

181 ANPUR: novos desafios de uma Associação consolidada (2003-2005)
Heloisa Soares de Moura Costa

193 Dois anos de vida associativa da ANPUR (2005-2007): virada da conjuntura, política de pesquisa, acesso livre à informação
Ana Fernandes

203 A ANPUR e a construção do campo científico brasileiro (2007-2009)
Edna Castro

221 Os 30 anos da ANPUR e a trajetória temática dos Encontros Nacionais
Leila Christina Dias

235 O Ensino do Planejamento Urbano e Regional: propostas à ANPUR
Ana Clara Torres Ribeiro

251 Lá se vão trinta anos...
Ester Limonad

Diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR

GESTÃO 2013-2015

PRESIDENTE
Virginia Pitta Pontual (MDU-UFPE)

SECRETÁRIA EXECUTIVA
Lúcia Leitão (MDU-UFPE)

SECRETÁRIO ADJUNTO
Fabiano Rocha Diniz (MDU-UFPE)

DIRETORES
Eduardo Alberto Cusce Nobre (FAU-USP)
Ivo Marcos Theis (PPGDR-FURB)
Pedro de Novais Lima Júnior (IPPUR-UFRJ)
Rodrigo Ferreira Simões (CEDEPLAR-UFMG)

CONSELHO FISCAL (TITULARES)
Benny Schvasberg (PPG/FAU-UnB)
Eneida Maria Souza Mendonça (PPGAU-UFES)
Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA-UFPA)

CONSELHO FISCAL (SUPLENTES)
Clarice Maraschin (PROPUR-UFRGS)
Francisco de Assis da Costa (PPG-AU-UFBA)
Geraldo Majela Gaudêncio Faria (PPGAU-UFAL)

Prefácio

A questão urbana no Brasil tornou-se grave e complexa nas últimas décadas. Entre 1950 e 2010, a população brasileira subiu de 52 para 191 milhões, conforme os respectivos Censos Demográficos, estimando-se que tenha superado os 200 milhões em 2014. No mesmo período, o grau de urbanização subiu de 36% para 84%, e o número de sedes municipais de 1889 para 5.570. Além da generalização do processo de urbanização, ocorreu forte concentração metropolitana. Ainda em 2010, o número de aglomerações urbanas com população superior a um milhão de habitantes já era de 22, com destaque para a área metropolitana oficial de São Paulo (RMSP), com quase 20 milhões de habitantes. Considerada essa região ampliada na qual há comutação diária, por via rodoviária, de grandes contingentes populacionais, ela supera os 30 milhões de habitantes, além do grande afluxo externo de pessoas, cargas e veículos. À RMSP seguem-se as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, com 12 milhões de habitantes, oito regiões metropolitanas com população residente entre 3 e 5 milhões de habitantes (Belo Horizonte, Porto Alegre, Ride do DF, Recife, Fortaleza, Salvador, Curitiba e Campinas), e 12 outras entre 1 e 3 milhões de habitantes.

A gravidade da questão não está na concentração urbana em si, mas na insuficiência ou precariedade das condições básicas de infraestrutura de mobilidade, habitação, serviços sociais (com destaque para educação, saúde e lazer) e de segurança. A consequência é uma profunda crise social e urbana, manifestada na insuficiência ou precariedade das mencionadas infraestruturas físicas e sociais. Essa crise é retratada pelas más condições de vida de parcela significativa da população e por um alto nível de insegurança do conjunto da sociedade. A falta de expansão da infraestrutura na velocidade da urbanização, agravada pelo modelo automotivo e pelas consequências do crescimento do consumo de drogas, traz como resultado os piores

indicadores da tragédia urbana, refletida pelo número de mortes por causas externas, especialmente assassinatos e acidentes de trânsito, com mais de 100 mil mortes por ano, com predominância nas grandes aglomerações urbanas. Além de todos os problemas conhecidos e mencionados, surgiu um problema novo relacionado com a alta concentração urbana, que é o problema do saneamento e do abastecimento de água.

Não resta nenhuma dúvida de que nas últimas décadas o país tem conseguido melhorar as condições de vida de parcela significativa da população, historicamente em situação de pobreza ou miséria. No entanto, a cidade, se por um lado é símbolo de modernidade, por outro é também a manifestação dos graves problemas sociais decorrentes da forma como o capitalismo brasileiro vem modelando suas estruturas produtivas e sociais. Por outro lado, se as desigualdades regionais de desenvolvimento no Brasil ainda são marcantes e inaceitáveis, elas não podem ser tratadas de forma isolada, isso porque, a cidade organiza e comanda o território. Dessa forma, o planejamento regional precisa e deve estar articulado com o planejamento urbano. Por sua vez, as cidades funcionam, cada vez mais, na forma de rede integrada, para a qual a infraestrutura de acessibilidade física e virtual são decisivas, e cuja importância vem se ampliando com a integração econômica internacional e inter-regional. Assim, a rede de cidades e a infraestrutura, juntamente com os potenciais produtivos de cada região ou localidade (naturais e humanos), condicionam a distribuição regional da produção e da população, bem como o ordenamento do território. Isso quer dizer que, embora com suas especificidades temáticas e setoriais, o planejamento nacional não pode ser feito por região ou setor isolado, mas exige uma complementaridade temática, setorial e territorial e uma visão nacional. Nesse sentido, o planejamento urbano e regional deve ser visto como parte central do planejamento e do desenvolvimento brasileiros.

O paradoxal é que, ao longo das últimas três décadas, a comunidade de professores, pesquisadores, técnicos, planejadores e estudantes de um grande número de instituições universitárias, de instituições públicas, de órgãos técnicos, vem produzindo, debatendo e divulgando um grande número de trabalhos, por meio da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), criada e ativa desde 1983. Em suas reuniões bianuais, além da comunidade brasileira, um grande número de pesquisadores estrangeiros têm nelas participação ativa, o que fortalece os laços de cooperação internacional e a troca de experiências. No entanto, essa ampla comunidade não tem sido capaz de convencer os

agentes políticos para a urgência e os caminhos para o equacionamento dos graves problemas estruturais que vêm sendo criados, muitos deles externos à questão urbana propriamente dita, mas agravados por ela.

Nesse sentido, o presente livro, com o relato das experiências de seus 16 ex-presidentes, todos eles de alta envergadura intelectual e com ampla experiência no ensino e na gestão pública, constitui referência, memória e guia para o debate, para o planejamento e para a formatação de políticas públicas sobre a problemática urbana e regional no Brasil. Esperamos e desejamos que a ANPUR continue como referência central na articulação do sistema de ensino superior, especialmente da pós graduação na área, onde se realiza a pesquisa básica e aplicada, a formação de recursos humanos e de quadros para o planejamento, para a gestão pública, para a modernização e a inovação, tanto para o setor público quanto para o setor privado e para a sociedade em geral.

Belo Horizonte, Janeiro de 2015.

Clélio Campolina Diniz

Clélio Campolina Diniz é Engenheiro de Operação (1967) e Engenheiro Mecânico (1970) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Mestre (1978) e Doutor (1987) em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas; Professor Titular Aposentado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG); Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil entre março de 2014 e janeiro de 2015.

30 anos de ANPUR: emergência e consolidação de uma associação acadêmica brasileira

A Anpur completou trinta anos em 2013, momento em que realizou seu XV Encontro Nacional, marcados por inquestionável contribuição para a produção de conhecimento na área dos estudos urbanos e regionais no Brasil. Para registrar essa contribuição, na perspectiva de cada um dos seus 16 presidentes, foi concebido este livro, disponibilizando-se ao leitor memórias distintas da trajetória desta associação acadêmica de caráter nacional e de visibilidade internacional.

Os registros aqui reunidos foram elaborados em momentos distintos, uns logo após o encerramento dos mandatos dos dirigentes, outros algum tempo depois, e outros ainda para o presente livro. Sua leitura propiciará ao interessado um panorama expressivo dessa trajetória. Assim, nesta apresentação, optamos por elaborar, ao invés de uma síntese das visões dos ex-presidentes, um breve - e mesmo incompleto - panorama dos contextos político e econômico nos quais a Anpur atuou ao longo destas três décadas.

Assim, optamos por considerar que a relevância da Associação se constitui à medida que sua comunidade de pesquisadores, planejadores e estudantes se dedicam a contribuir para a compreensão da dimensão urbano-regional dos contextos e conjunturas nacionais, e para a construção de um corpo teórico original, tendo como princípio a busca de uma sociedade mais justa e mais bem equipada para a satisfatória reprodução da vida humana.

Pretendemos, dessa forma, encorajar o leitor a enveredar pelos textos e, ao fazê-lo, observar que as reflexões estimuladas no escopo da Associação evidenciam sua profunda sintonia – e compromisso – com a conjuntura e com os acontecimentos que vêm dando forma ao território e à sociedade brasileiros, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Ademais, eles traduzem a rica agenda de pesquisa, para a compreensão dos dilemas, dos conflitos e da própria construção da nação em suas

dimensões urbana e regional, em paralelo à própria consolidação da área de conhecimento no país.

A recuperação da memória destes trinta anos permitiu-nos observar que a Associação nasceu pelo signo da crise, como tantas outras iniciativas acadêmicas semelhantes (a exemplo da Escola de Chicago, inspirada pela crise urbana norte-americana, no alvorecer do século XX). No momento da criação da Anpur, no início da década de 1980, o país havia percorrido um rápido e dramático processo de urbanização, enquanto sua economia passava por uma recessão de grandes proporções, magnificada pelos chamados choques do petróleo que levaram à crise da dívida externa e a um consequente colapso de investimentos públicos e privados em países em desenvolvimento, como o Brasil, com graves repercussões sobre as cidades e as regiões. A crise manifestava-se no encolhimento do mercado de trabalho, da renda dos trabalhadores, da produção de habitações, da dotação de infraestruturas e de equipamentos e serviços urbanos, alcançando o Banco Nacional da Habitação, o BNH, agente central na implementação da política urbana brasileira por cerca de vinte anos, desde sua criação pelo regime militar em 1964.

Nessa época, os cinco programas de pós-graduação em estudos urbanos e regionais (FAU/USP, PROPUR/UFRGS, MDU/UFPE, PUR/UFRJ e UnB) – decorrentes da iniciativa ministerial (1976) de fomentar o ensino e a pesquisa nas referidas áreas do conhecimento – vinham desenvolvendo trabalhos sobre a questão urbana, oferecendo tentativas de explicação para o agravamento da crise urbana. Ao longo da segunda metade do século XX, a população brasileira que vivia em áreas urbanas multiplicou-se mais de sete vezes, saltando de 18 milhões para 138 milhões, o equivalente a uma média de 2,3 milhões de pessoas somadas à população urbana por ano. Em 1980, a população urbana havia ultrapassado 2/3 da população total (67,7%, em comparação aos 36% registrados em 1950). Foi nesse contexto – marcado pelas consequências de tal urbanização caótica (como a define Wilson Cano), a que chamamos de crise urbana, e pela consolidação dos programas de pós-graduação em estudos urbanos e regionais criados com o objetivo de estudá-la e propor-lhe soluções – que, no dia 8 de junho de 1983, em São Paulo, representantes dos aludidos programas criaram a Anpur. Desde então, a importância da contribuição da Associação pode ser aquilatada pelo crescimento do número de programas associados e filiados: em 2013, momento em que a Associação comemorou seus 30 anos, o total de membros já alcançava sessenta e um.

Diante da extensa produção científica então existente, muitas delas pulverizadas e desconhecidas dos programas, a primeira iniciativa da Anpur foi encomendar pesquisas para identificar o perfil quantitativo e qualitativo dos estudos, consoante as três subáreas – planejamento urbano, regional e habitacional –, a partir das quais foi organizado o seu primeiro encontro nacional, realizado em 1986.

Como não poderia deixar de ser, nesse primeiro encontro, a grande centralidade coube à questão urbana na Constituinte, tema que vinha mobilizando fortemente a sociedade civil engajada no processo de redemocratização do país. O resultado dessa mobilização foi a inserção dessa questão na Constituição de 1988 que, além de contemplar um capítulo sobre política urbana, institucionalizou a descentralização político-administrativa, expressando a urgência de serem estudadas suas implicações nos municípios brasileiros. A bandeira municipalista havia sido vitoriosa no debate constituinte, conseguindo associar a escala federal ao chamado "entulho autoritário", desmontando assim a arquitetura institucional de planejamento urbano e regional do regime militar. Um novo pacto federativo emerge, não apenas descentralizando o poder instituído, como também instituindo o município como ente federativo. Foi nesse contexto que ocorreu o primeiro seminário sobre poder local, apoiado pela Anpur, que, hoje, se encontra na sua décima segunda versão sob o título de Colóquio Internacional sobre Poder Local, organizado pelo NPGA/UFBA. Contudo, não se atentava, então, que a bandeira municipalista guardava estreita sintonia com o movimento mundial de valorização da escala local em detrimento da escala nacional em curso sob os auspícios das agências multilaterais, prenunciando o processo de globalização que já havia avançado em outros países, nos latino-americanos inclusive.

A agenda anpuriana de pesquisa ainda não tinha incluído o debate local-global. Dentre os temas dominantes no período, cabe destacar aqueles que se voltavam para as políticas desenvolvimentistas da década de 1970, baseadas em investimentos de grande porte – industriais e de infraestruturas econômicas –, financiados com endividamento externo, cujas implicações socioterritoriais demandavam análise crítica. A discussão de tais políticas, nos termos colocados, passou a fazer parte dos encontros nacionais e mediante apoio para a promoção de seminários que abordassem temas como:

i. A forte concentração territorial de investimentos e de pessoas dela decorrente. A partir desses estudos, a questão regional marcou definitivamente sua presença na agenda de pesquisa;

ii. O desalojamento de populações atingidas pelas grandes infraestruturas, o que se mostrou, simultaneamente, tema de pesquisa e estratégia de resistência capazes de redefinir a prática do planejamento regional;

iii. A aflição de outras populações devido à precariedade dos serviços públicos, o que suscitou os memoráveis quebra-quebras nas grandes cidades brasileiras de então;

iv. A intensificação das desigualdades sociais associadas às reflexões sobre os movimentos sociais urbanos;

v. As reflexões sobre a reorganização dos espaços nacional e regionais.

Tal panorama constitui-se inequívoca herança do modelo desenvolvimentista, cujo colapso jogou o país em profunda crise política ao longo de cerca de duas décadas. Ironicamente, a redemocratização, a volta da eleição para prefeitos das capitais e a Constituição Cidadã se fizeram acompanhar pela escalada da inflação, que conduziria o país a priorizar estratégias de curto prazo para tentar fazer frente à frenética desvalorização da moeda, relegando a segundo plano todo planejamento, empresarial ou governamental, e ao adiamento, dentre tantos outros desdobramentos, da regulamentação dos artigos constitucionais 182 e 183, que tratam da política urbana.

A primeira metade da década de 1990 vai trazer mudanças significativas para o país e para as temáticas de pesquisa da Anpur. Com a implementação do Plano Real, o país é submetido ao chamado Consenso de Washington e à sua associada agenda de "Estado mínimo" (privatizações, abertura comercial, regulação pelo mercado e flexibilização das relações capital-trabalho). Nesse novo contexto, não se observa a retomada do planejamento senão no sentido de dotar o território de elementos para a livre atuação dos agentes econômicos globais e seus associados nacionais: planejar para elevar a "competitividade do país", facilitar a conexão global-local, sem preocupação com a redução de desigualdades. É em tal contexto de inserção passiva do Brasil no referido processo de globalização que o Governo Federal lança os Programas Brasil em Ação (1996-1998) e Avança Brasil (1998-2002). Diante dos impactos que tais planos poderiam causar em muitas das cidades brasileiras, reconfigurando, inclusive, a rede urbana nacional, amplia-se, nesse novo contexto, a preocupação da Anpur com a dimensão territorial das políticas públicas e com a gestão do território, submetidas a lógicas neoliberais. Embora não tenham sido efetivamente implementados, tais planos inspiraram o debate sobre o processo de globalização da economia brasileira, pois exigiram análises contextualizadas dos processos mundiais em curso, que terminam por levar à introdução

de novos paradigmas para a compreensão dos dilemas do planejamento urbano e regional brasileiro contemporâneo.

Além disso, nessa mesma década, o ainda incipiente conhecimento sobre a história das cidades brasileiras e o avanço do processo de destruição do seu patrimônio histórico - já combalido durante os anos de urbanização acelerada - colaboraram para incitar os estudos sobre a história das cidades e do urbanismo, questão aliás essencial para subsidiar a teoria e a prática do planejamento urbano. Para incrementar os debates, o Seminário de História da Cidade e do Urbanismo passou a integrar a agenda anpuriana. Atualmente, o evento encontra-se na sua décima terceira versão. Relacionados com essa temática, e ainda a exigir reflexões, foram iniciados, também na década de 1990, processos de recuperação de centros históricos em diversas cidades brasileiras, grandes e pequenas.

Ainda nessa década, foi realizada, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92), com o intuito de debater formas de desenvolvimento sustentável, um conceito relativamente novo e, portanto, até então pouco estudado. A partir desse evento internacional, iniciava-se a inserção da Anpur nos debates sobre o meio ambiente (natural e construído), sobre o conceito de sustentabilidade. A postura crítica que caracteriza a produção do conhecimento na Associação inspira os pesquisadores anpurianos também nessa nova temática, ao alertarem para a indissociação entre a dimensão ambiental e as dimensões política, econômica e social da sustentabilidade.

Nos primeiros anos do século XXI, quando muitos mestres e doutores na área já tinham passado pelas classes de um número bem maior de programas de pós-graduação além dos cinco pioneiros, o debate vai ser marcado pela retomada do planejamento, especialmente em sua escala local. Inspirado na experiência do chamado orçamento participativo, na regulamentação do capítulo da política urbana da Constituição – o Estatuto da Cidade –, na criação do Ministério das Cidades e na retomada da representação popular na forma dos conselhos de habitação e desenvolvimento urbano, o planejamento diferia daquele que se testemunhava no período autoritário: caracterizar-se-ia pela introdução de dispositivos que estimulavam a prática participativa.

Tais estímulos, vale registrar, são fundamentais, mas estão longe de ser suficientes para propiciar a prática de um planejamento efetivamente democrático. O campo do planejamento urbano e regional encerra um sem número de conflitos, antagonismos, embates que confrontam poderosos interesses àqueles de cidadãos de cidades e regiões articulados por relações

horizontais, menos assimétricas e mais sustentáveis, na visão de Milton Santos (aliás, um dos dirigentes da Associação). A própria configuração de um modelo de planejamento – conhecido como estratégico ou de city marketing – pode ser reconhecida como consequência de tais poderosos interesses que operam, inclusive, em escala global.

O embate entre tais interesses em conflito pelo espaço urbano e regional foi renovado em anos recentes, motivado pelo crescimento da renda do trabalho em paralelo à introdução de novos instrumentos de política urbana e habitacional, inaugurada pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Após duas décadas de abstinência, o programa federal produziu efeitos consideráveis nas cidades brasileiras, grandes e médias, inflacionando o preço da terra urbana e intensificando a urbanização caótica já conhecida. O fenômeno demonstra que a formação de pessoas qualificadas na área requer uma dimensão política, além daquela de natureza técnica, que qualifique o conhecimento e a prática profissional para o embate com os interesses emparelhados ao capital imobiliário. Apesar da grave crise que a partir dele se espraiou pelo mundo, precipitada pela falência do banco norte-americano Lehman Brothers, permanece sólida sua influência sobre os governantes, especialmente os governantes locais, o que demanda a retomada de um importante tema na agenda de pesquisa sob o escopo da Anpur.

Ao final desta introdução, não podemos deixar de fazer referência à perspectiva que se abre neste início de novos trinta anos. A intensificação do processo de globalização deverá crescentemente influenciar a agenda brasileira de pesquisa na área. Daqui por diante, deverá crescer consideravelmente a troca de conhecimento entre pesquisadores brasileiros e seus pares estrangeiros, já em curso (com destaque para a institucionalização da ANPUR como membro associado ao Global Planning Education Association Network - GPEAN). Ao mesmo tempo, estimamos que a busca por perspectivas interdisciplinares também se avivará, motivando uma maior presença da Associação nos debates da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) (também já registrada nos últimos anos) e de outras associações acadêmicas. Da mesma forma, uma maior influência sobre as políticas urbanas, habitacionais e regionais também deve ser estimulada nos próximos decênios, à medida que se intensifica o processo de urbanização no país, colocando-se à disposição da sociedade o conhecimento produzido e acumulado no escopo da investigação anpuriana, seja por meio de iniciativas institucionais suscitadas pelas conjunturas por vir, seja por meio de suas representações no Conselho

Nacional das Cidades (ConCidades) e no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Teoria e prática se fundem nessas iniciativas e representações, tornando socialmente mais relevante o esforço investigativo dos estudos urbanos e regionais. Esse esforço, no entanto, continuará a buscar formas de difusão de seus resultados em periódicos científicos, especialmente na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, a RBEUR, seu principal veículo no país. Parte importante da trajetória desses primeiros trinta anos da Anpur, a RBEUR deverá ganhar ainda mais relevância nos trinta vindouros, consolidando-se como veículo específico para difundir a extensa e crescente produção científica da Associação, mas também disponibilizando-se ao diálogo internacional que deverá atrair crescente interesse da comunidade nos próximos anos, particularmente o chamado diálogo sul-sul.

Recife, Fevereiro de 2015.

Ana Cristina Fernandes
Norma Lacerda
Virgínia Pontual

Ana Cristina Fernandes é Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Pernambuco (1981); Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1989); Doutora em Geografia pela University of Sussex, Inglaterra (1996); Professora Titular do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Norma Lacerda é Arquiteta e Urbanista (1973) e Mestre em Desenvolvimento Urbano (1985) pela Universidade Federal de Pernambuco; Doutora em Géographie Aménagement Et Urbanisme pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, França (1993); Professora Titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Presidente da ANPUR entre 1997 e 1999.

Virgínia Pontual é Arquiteta e Urbanista (1974) e Mestre em Desenvolvimento Urbano (1983) pela Universidade Federal de Pernambuco; Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade São Paulo (1998); Professora Associada do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Presidente da ANPUR entre 2013 e 2015.

A criação da ANPUR: gestão do Conselho Diretor Provisório (1983-1984)*

Lúcio Grinover

Arquiteto e Urbanista (1957) e Doutor em Arquitetura e Urbanismo (1966) pela Universidade de São Paulo; Professor Titular Aposentado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP); Presidente do Conselho Diretor Provisório da ANPUR entre 1983 e 1984.

* Este trabalho é uma versão revisada e ampliada do artigo publicado originalmente na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), n. 1, p. 7-8, de maio de 1999.

Passaram-se 30 anos da criação e institucionalização da ANPUR. Pelo acompanhamento de suas atividades nesse período, permitimo-nos sugerir novos estudos que os associados da ANPUR poderão conduzir no futuro próximo.

Foram alcançados patamares extremamente importantes do conhecimento na área. Entretanto, para corroborar o obtido e abrir novas janelas para investigações posteriores, parece-nos oportuno acentuar mais ainda a relação do usuário com o território urbano e regional sob os pontos de vista de uma mais profunda consciência das transformações tecnológicas e comunicacionais, que oferecem novas possibilidades de planejamento e experiência. Não estaremos, com isso, longe do trabalho de todos aqueles que fabricam e gerem a cidade no dia a dia.

Sugerimos dar um passo de lado para ver como as ecologias políticas e suas preocupações de ligação e de relacionamento permitem recompor os problemas apresentados tradicionalmente por meio de mudanças de olhares. Essas mudanças questionam as políticas urbanas, a própria forma urbana; questionam, também, nossa própria capacidade de surpresa, admiração, espanto sobre nossa vida comum, por um efeito de encantamento que se opõe ao movimento da modernidade, tentando compreender melhor a passagem da cidade moderna para a cidade contemporânea.

Todas essas noções visam tecer de novo as ligações entre uma experiência íntima e as formas, os extratos, as redes muito mais amplas, que atravessam o tempo e o espaço.

Essas novas ligações permitem recompor o urbano, sem modelização a *priori*, levando em conta o próprio trabalho dos atores urbanos e proporcionam uma abordagem que reconhece as diversas identidades e as diversas culturas, que se apresentam simultaneamente nos espaços construídos, fundamentando as experiências urbanas pelas quais o que tornou importante um lugar são suas capacidades de nos tornar diferentes após atravessar e percorrer esse mesmo espaço.

Esses estudos levam ao que denominamos de hospitalidade urbana, o que será campo inesgotável de pesquisas nossas e dos alunos que deverão ser orientados em seus projetos acadêmicos e profissionais, apoiados nos aspectos tangíveis implícitos nos estudos e propostas de um "desenho universal", e nos aspectos intangíveis relacionados com os conceitos de capacidade e de funcionamento.

Em boa hora, por ocasião do 15º aniversário da ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional –,

o então Conselho Diretor, sob a presidência da professora Norma Lacerda, envidou esforços para resgatar a memória da Associação, lembrando fatos e ideias que proporcionaram sua criação e seu desenvolvimento.

A partir de 1976, instituía-se no Brasil um programa de fomento ao ensino e pesquisa em planejamento urbano e regional, em nível de pós-graduação, sob o patrocínio do então Ministério do Interior, por intermédio da CNPU – Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana – transformado em seguida em CNDU - Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – do MEC – Ministério da Educação e Cultura – e da SEPLAN – Secretaria de Planejamento da Presidência da República. O programa tinha a duração de quatro anos, com término, portanto, em fins de 1979.

O Ministério da Educação e Cultura e a SEPLAM alocavam recursos somente para as universidades federais, comprometendo-as a desenvolver um programa de ensino em nível de pós-graduação – mestrado e especialização –, para capacitar docentes, pesquisadores e profissionais. Ao mesmo tempo, o CNPU alocava recursos para as universidades convenentes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fundação Universidade de Brasília, Universidade Federal de Pernambuco e Universidade de São Paulo), para desenvolverem pesquisas científicas e tecnológicas na área do planejamento urbano e regional.

O programa motivou um desenvolvimento considerável no campo do ensino e pesquisa nos cursos de pós-graduação que aquelas universidades estavam mantendo e proporcionou uma série de encontros, em nível nacional e até internacional, que permitiram importantes intercâmbios de conhecimentos.

No início de 1980, já concluído o programa interministerial, as universidades procuravam de toda forma dar continuidade aos trabalhos tão auspiciosamente iniciados, para que os estudos e as reflexões pertinentes pudessem contribuir para o estabelecimento de uma política nacional de desenvolvimento urbano e regional, consoante com as necessidades acadêmicas e profissionais. Os resultados acadêmicos foram imediatos: melhores cursos e melhor capacitação docente, visto que muitos dos atuais professores com titulação acadêmica iniciaram seus trabalhos de pesquisa com os recursos daquele programa.

No início da década de 1980, estava-se promovendo a aglutinação das instituições de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade, tentando resolver conjuntamente toda uma gama de dificuldades, particularmente as de caráter financeiro. Faziam-se também necessárias, em âmbito nacional, a ampliação do diálogo e a divulgação das experiências

realizadas, o que, de uma forma associativa, permitiria alcançar, dentre outros, os seguintes objetivos:

• a criação de políticas comuns de atuação diante das necessidades de conhecimento e desenvolvimento dos assentamentos humanos no Brasil;

• a criação de um processo de documentação e divulgação dos conhecimentos adquiridos;

• a possibilidade de proporcionar intercâmbios de docentes e pesquisadores em nível regional, nacional e internacional;

• a promoção de um processo permanente de avaliação do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços à comunidade, na área dos assentamentos humanos;

• a defesa de uma posição comum em relação aos órgãos de fomento e auxílio à pesquisa;

• a captação de recursos dos mais diferentes tipos para o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação, *lato* e *stricto sensu*, nas áreas de interesse do grupo de universidades;

• a melhoria da prestação de serviços à comunidade científica e tecnológica da área.

Esses objetivos estavam relacionados no Projeto denominado "Criação de Associação de Instituições de Ensino, Pesquisa e Prestação de Serviços à Comunidade", apresentado, para fins de obtenção de recursos, à Coordenadoria de Habitação, Urbanismo e Saneamento do CNPq pelo professor-doutor Lúcio Grinover, da USP, em agosto de 1982, a ser desenvolvido em três etapas. A 1ª etapa propunha a divulgação do Projeto nas instituições universitárias responsáveis por atividades de pós-graduação em planejamento urbano e regional, a fim de ter a colaboração efetiva de todos na criação da associação; a 2ª etapa previa a discussão das várias propostas, e a 3ª etapa finalizava a execução do Projeto com a edição dos Estatutos da Associação, a nomeação de uma Diretoria Provisória, o Registro dos Estatutos e a atribuição de personalidade jurídica à Associação.

Em 8 de junho de 1983, na sala de reuniões da Comissão de Pós-Graduação da FAU/USP, os professores Lúcio Grinover, da USP; Wrana Panizzi, da UFRGS; Guilherme Varela, da UFPE; Martim Oscar Smolka, da UFRJ; e Ricardo Libanez Farret, da FUB, criam a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR –, aprovam seus estatutos e elegem em assembleia o Conselho Diretor, em caráter provisório, composto pelos professores acima mencionados, sob a presidência de Lúcio Grinover, da USP; e, em 28 de julho de 1983, é conferida

a personalidade jurídica à ANPUR no Ofício Registro de Títulos e Documentos, em São Paulo.

Esses atos jurídicos e institucionais foram amplamente divulgados para que a próxima Assembleia Geral da Associação, segundo as Disposições Transitórias de seus Estatutos, elegesse seu Conselho Diretor e Conselho Fiscal definitivos e examinasse a conveniência de "ratificar ou modificar" seus Estatutos. Dessa forma, em 15 de agosto de 1984, na Assembleia Geral especificamente convocada, foram realizadas alterações em alguns artigos dos Estatutos, particularmente no artigo 4, que trata da filiação à ANPUR, e foi eleito o Conselho Diretor definitivo, sob a presidência do professor Ricardo Libanez Farret, da FUB, com mandato de dois anos.

Os primeiros tempos de uma ideia que deu certo (1984-1986)*

Ricardo Farret

Arquiteto pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1962); Mestre (1978) e Doutor (1983) em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA; Professor Adjunto Aposentado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB); Presidente da ANPUR entre 1984 e 1986.

*Este trabalho é uma versão revisada do artigo publicado originalmente na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), n. 1, p. 9-12, de maio de 1999.

Não foram poucos os acontecimentos na história brasileira (a Proclamação da Independência, a Proclamação da República, a libertação dos escravos, para só citar alguns) que, visando autonomizar e fortalecer as bases, surgiram de iniciativas da cúpula. Mantendo as devidas proporções, a criação da ANPUR não fugiu à regra, resultado que foi de sinalizações dos órgãos oficiais de fomento, no início dos anos 1980. Lembro-me de quando, em 1984, ocupando a coordenação do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano da Universidade de Brasília, fui convidado pelo colega Lucio Grinover, então Diretor da FAU/USP, a participar de uma reunião, em São Paulo, que visava à criação de uma associação que congregasse os programas na área, desdobrando, de certa forma, uma ideia do sistema CNPq-CAPES.

Outras reuniões se sucederam, e o trabalho de um pequeno grupo de docentes resultou na criação da ANPUR. Evidentemente, a história não foi tão simples e linear assim, já que no caminho houve muitas idas e vindas, incluindo o primeiro "racha" que acabou resultando na criação da congênere da ANPUR, a Antac. Criada e estatuída no foro de São Paulo, e tendo o colega Grinover como Presidente da Diretoria Provisória, a ANPUR foi fundada e constituída, inicialmente, pelos cinco programas de pós-graduação *stricto sensu* então existentes: FAU/USP, PUR/UFRJ, PROPUR/UFRGS, MDU/UFPE e UnB.

Em 1984, em São Paulo, concluído o seu mandato e cumpridas as metas a que se propôs (dar base legal e jurídica à Associação), a Diretoria Provisória promoveu a eleição da primeira Diretoria, de acordo com os estatutos, para o biênio 1984-1986, na qual fomos escolhidos: Ricardo Farret (UnB) para a Presidência, José Galbinski (UnB) para Secretário Executivo, e Martim Smolka (PUR/UFRJ), Wrana Panizzi (UFRGS) e Guilherme Varela (UFPE) para Diretores.

Ainda sem imaginar o desenvolvimento que a ANPUR iria ter nesses 15 anos de existência, a Diretoria eleita elaborou, na ocasião, um Plano de Trabalho fundamentado em três grandes linhas de ação: a formulação de uma política editorial para a área; a instituição de uma base financeira permanente, e a realização do I Encontro Nacional. Como se vê, propostas nada modestas que, até hoje, em especial as duas primeiras, freqüentam a agenda das sucessivas diretorias!

Em relação à política editorial, chegou-se a cogitar três alternativas: revista específica da ANPUR; apoio às publicações existentes (Espaço & Debates, Projeto etc.), ou apoio à criação de publicações periódicas no âmbito dos programas. Proposta, evidentemente, não decidida, e transferida

à próxima Diretoria, numa sucessão que ocorre até a atual gestão. Como realização nesse campo, destaca-se a publicação dos três primeiros números do Boletim da ANPUR.

Quanto à sustentabilidade (termo inexistente à época) financeira, a Diretoria também trabalhou com algumas alternativas: prestação de serviços aos órgãos de governo (Ministério do Interior, Ministério do Desenvolvimento Urbano, CNDU, CNPq, CAPES, etc.) ou fora dele (Fundação Ford, por exemplo); cobrança de anuidade dos programas filiados; recebimento de doações institucionais "permanentes" (CAPES, CNPq, etc.). Como até hoje, os recursos para custeio vieram do apoio que o programa-sede da Diretoria disponibilizou, ou seja, o mínimo para manter a ANPUR em vida vegetativa.

Já em relação ao I Encontro Nacional, após inúmeras alternativas de formatação, ele foi realizado em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, no período de 24 a 27 de junho de 1986. O formato desse Encontro reuniu oportunidade e engenhosidade, visando atender, no exíguo prazo disponível, os interesses da ANPUR e das agências de fomento então existentes: CNPq, Finep, CNDU e BNH. O Encontro reuniu cerca de 120 participantes, entre membros da Diretoria, convidados institucionais e membros dos três Grupos de Trabalho organizados em torno das subáreas da ANPUR: planejamento regional, urbano e habitacional.

De comum acordo com as agências patrocinadoras, o I Encontro Nacional da ANPUR assumiu o formato de um multievento, constituído por um painel, A questão urbana e regional na Constituinte; uma conferência, Política científica e tecnológica; um encontro de trabalho, Mudanças sociais no Brasil e a contribuição da ciência e tecnologia para o planejamento regional, urbano e habitacional, e, espremida entre eles, a realização da Assembleia Geral, que no fundo era, para a ANPUR, dadas as circunstâncias, o evento mais importante desse verdadeiro *happening* científico.

Cabe ressaltar que, na ocasião, ainda não havia um "clima" favorável, por parte dessas agências, para o patrocínio de um Encontro, com o formato que hoje ele assume. Daí a engenhosidade do formato adotado, de modo a atender a todos os interesses em jogo. Com isso, e desde aquela ocasião, a ANPUR já demonstrava "jogo de cintura" para enfrentar, com sucesso, idiossincrasias institucionais de toda ordem.

O painel "A questão urbana e regional na Constituinte", coordenado pelo colega Luiz César de Queiroz Ribeiro, do PUR/UFRJ (hoje IPPUR), contou com a participação de profissionais de diversos segmentos da comunidade envolvida com a área de ação da ANPUR: Manoel André da Rocha (UFRGS),

Cândido Malta Campos Filho (USP) e Berta Becker (UFRJ), pela academia; o saudoso colega Maurício Nogueira Batista, do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDUMA), como representante da área técnico-governamental, e, iniciando uma prática que se estende até hoje, um representante de organização não governamental, o Padre Thierry Linard de Guertechin, indicado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Como convidado especial, também inaugurando uma prática que persiste até hoje, o Painel contou com a presença do Deputado Djalma Bom, então presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara Federal.

O colega Emílio Haddad, da FAU/USP e IPT/SP, foi o responsável pela conferência científica que, nos encontros subsequentes, foi ampliada com a participação, também, de um conferencista estrangeiro.

Pelo fato de ser o primeiro Encontro, havia uma extensa produção pulverizada e "represada" ao longo dos anos (e, seguramente, desconhecida tanto pelos programas como pelas agências). Essa produção, representada por pesquisas, teses, dissertações e trabalhos de consultoria e assistência técnica, muito provavelmente não teria condição de ser enviada, em bases individuais, pelos seus diversos autores, distribuídos pelo território nacional. Daí ter a ANPUR "encomendado" quatro estudos que visavam identificar o perfil quantitativo e qualitativo dessa produção, bem como sistematizar, de acordo com parâmetros previamente por ela definidos, a produção nas suas três subáreas de ação: planejamento regional, urbano e habitacional. Esse trabalho, na ocasião, era de grande interesse para os organismos patrocinadores e para a própria ANPUR, que necessitavam conhecer melhor o perfil da área.

Os consultores, responsáveis pelos quatro estudos que alimentariam o Encontro de Trabalho, tiveram como fonte de informação um levantamento realizado pelo PUR/UFRJ para a Finep, no qual fora registrada a produção da área, num total de 928 trabalhos. Após passar pelo crivo implacável da sistematização elaborada, não sem dificuldades, pelos colegas Rainer Randolph e Ester Limonad, do PUR/UFRJ, chegou-se a um total de 548 trabalhos, sendo 111 na subárea regional, 304, na urbana, e 133, na habitacional.

O trabalho por eles elaborado, Balanço quantitativo da produção técnica e científica em planejamento regional, urbano e habitacional – 1980-1986, apesar das dificuldades conceituais e operacionais, foi apresentado rigorosamente no prazo previsto. Para se ter uma ideia dessas dificuldades, os colegas Rainer Randolph e Ester Limonad, responsáveis pelo estudo, ressaltaram, não sem humildade, que "o tamanho deste trabalho, feito

sem computador, pois pela natureza das informações colhidas, por sua heterogeneidade, pela falta de um padrão comum em sua apresentação, achamos (sic) melhor usar nossas próprias cabeças" (Anais do I Encontro da ANPUR, 1986, p.51).

Outras dificuldades enfrentadas referem-se à delimitação das subáreas, em que, conforme observam os consultores, "parece-nos discutível a aceitação de pesquisas físico-químicas de materiais de construção em geral, do prego à laje de cobertura, como produção concernente à problemática do planejamento regional, urbano e habitacional" (idem, p.57). Dificuldade maior foi enfrentada em relação ao conceito de urbano, um problema que persiste até hoje, que, segundo os autores, "por sua indeterminação enquanto categoria de análise, este termo é apropriado diferenciadamente" (idem, p.54). Assim, não seria o urbano o objeto de estudo, mas sim seus atributos, sua expressão no espaço físico e os processos de controle e regulação que a ele se referem. Na subárea regional, as indefinições conceituais não foram menores.

Daí terem os consultores apontado a necessidade urgente de a ANPUR encaminhar a questão, o que foi sendo feito ao longo dos encontros subsequentes, com a identificação das áreas temáticas, hoje mais ou menos consolidadas.

A subárea regional, a cargo dos colegas Wilson Cano e Leonardo Guimarães, da Unicamp, que se ocuparam de 111 trabalhos, mostra que, apesar do avanço significativo ocorrido nas últimas décadas em matéria de conhecimento, apresenta lacunas, como, por exemplo, uma confusão metodológica que faz que trabalhos sobre a Amazônia e sobre o município de Rio Branco, Acre, sejam apresentados na subárea regional, e a ideia de região, como entidade autônoma, ignorando a economia nacional, quando, na verdade, segundo os autores, "o processo deveria ser inverso" (idem, p.15).

O Grupo de Trabalho encarregado de relatar o texto básico foi constituído pelos colegas Carlos Vainer e Hermes Tavares, do PUR/UFRJ, e Roberto Smith, da UFC.

Na subárea de planejamento urbano, o texto básico a cargo do colega Celso Lamparelli, da FAU/USP, o autor observou, além de uma excessiva concentração da produção em São Paulo, a prevalência de análises empíricas e setoriais que distanciavam a produção do enfrentamento mais direto em relação à grande lacuna da subárea: a indefinição de seus paradigmas e a falta de integração dos mesmos com as diferentes vertentes teóricas e metodológicas dos processos e padrões urbanos.

O Grupo de Trabalho encarregado de relatar o texto básico foi constituído pelos colegas Jorge Dantas (FAU/USP), José Galbinski (UnB), Luiz Cesar Ribeiro (PUR/UFRJ), Pedro Jacobi (Neru) e pelo saudoso Carlos Nelson F. dos Santos, do Ibam.

No que se refere à subárea de planejamento habitacional, o texto básico esteve sob a responsabilidade da colega Ermínia Maricato, da FAU/USP, que foi além do levantamento elaborado para a Finep, consultando outras fontes de informação. A autora observa que a pesquisa na subárea "é recente e, além disso, o país conta com pouca tradição e pouco acúmulo de conhecimento em relação à pesquisa em tecnologia" (idem, p.39). O texto, mais do que apresentar um balanço da produção na subárea, mostra a visão da autora sobre a questão da tecnologia do ambiente construído, no Brasil. Mesmo assim, aponta para lacunas importantes na pesquisa, relativas tanto a fatores exógenos ao canteiro, como, por exemplo, a estrutura fundiária, o financiamento e o mercado habitacionais; como internos ao canteiro: organização da produção, qualificação profissional, condições de trabalho, etc.

O texto foi relatado pelo Grupo de Trabalho constituído pelos colegas Alex Abiko, da Poli/USP, Nabil Bonduki, da EBA, e Bruno Dauster M. e Silva, da Secretaria do Bem-Estar Social da Bahia.

O último – e não menos importante – dos eventos do I Encontro Nacional foi a Assembleia Geral da ANPUR. Inaugurando uma prática que seria mantida por muitos anos, a Assembleia foi realizada à noite. Essa prática não passou despercebida do filósofo José Arthur Giannoti que, anos mais tarde, como conferencista convidado para o Encontro de Águas de São Pedro, São Paulo, abriu sua exposição "agradecendo à ANPUR, Associação Noturna de Planejamento Urbano e Regional, pelo convite formulado"!

Com uma agenda "quente", na qual se destacava a questão de novas filiações, a Assembleia que, obviamente, entrou pela noite adentro, enfrentou o tema da ampliação do seu quadro associativo, cujas sondagens sempre esbarravam na ausência de uma definição mais clara do campo e, por extensão, das instituições que a ANPUR deveria congregar. "As mesmas questões que haviam, por longo tempo, bloqueado a organização da comunidade científica da área, continuaram a cobrar o seu tributo, criando um impasse na Associação" (idem, p.79).

Essencialmente, duas questões polarizaram os debates na Assembleia. A primeira dizia respeito à conformação científica da área, envolvendo a sua natureza e pluridisciplinaridade no tratamento de um mesmo objeto, o urbano e o regional. A segunda referia-se à natureza das instituições que uma associação

científica da área deveria congregar, considerando a sua particularidade de envolver intervenções governamentais e práticas extrauniversitárias que, dessa forma, colocariam dificuldades para uma clara delimitação da comunidade científica em planejamento urbano, regional e habitacional.

Após uma noite inteira de discussão, a Assembleia conseguiu elaborar um perfil para a ANPUR, que reconhecia como legítimas as diferentes formas de abordagem da questão urbana e regional, como também a necessidade de abrir a Associação a toda e qualquer instituição que estivesse voltada para temas e discussões, globais ou particulares, dessa questão. Desse modo, o novo Estatuto, então aprovado, ao mesmo tempo que reiterava a natureza institucional das filiações, flexibilizava o processo de inserção de novos membros, na medida em que se abria para "programas e entidades que desenvolvem atividades de ensino e/ou pesquisa no campo dos estudos urbanos e regionais, dentro ou fora da universidade".

Essa abertura, no entanto, veio condicionada à preservação, por parte da ANPUR, dos compromissos fundamentais com a Universidade e os programas universitários da área. No essencial, tratava-se de conferir às instituições universitárias uma maior responsabilidade nas tarefas de articulação com a comunidade. Assim, como forma de contemplar essas diferenças, o novo Estatuto definia dois tipos de vinculação com a ANPUR: membros filiados, representados pelos programas de pós-graduação *stricto sensu*; e membros associados, para as demais entidades. Essas diferentes vinculações implicariam representações numericamente diferenciadas na composição da Diretoria e da Assembleia Geral.

Essa descrição da Assembleia, obviamente, não reflete o "clima" dos intensos e acalorados debates ali ocorridos, amenizados, pasmem, pelo nada singelo ronco de um colega pernambucano, quando o dia já amanhecia!

30 anos de ANPUR: anedotas ontem, ciência hoje e proposições para amanhã

Martim Oscar Smolka

Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1970); Mestre (1974) e Doutor (1980) em Ciências Regionais pela University of Pennsylvania, EUA; Diretor do Programa para América Latina e Caribe do Lincoln Institute of Land Policy; Presidente da ANPUR entre 1986 e 1989.

Tarefa difícil esta que me propuseram! Um depoimento sobre algo em que estive envolvido há 25 anos e, pior, com parca documentação pelo período que corresponde à infância desta associação. Difícil ademais, por residir fora do Brasil desde 1995, quando assumi a posição de Diretor para a América Latina e o Caribe do *Lincoln Institute of Land Policy,* com sede em Cambridge (Ma), nos Estados Unidos. Se, por um lado, essa posição me faculta acompanhar o que se passa com o tema das políticas urbanas na região – e de modo especial no Brasil –, e, por outro, me afasta dos temas mais organizacionais e operativos da ANPUR. Meus contatos com a ANPUR têm-se limitado a ocasiões em que apoiamos sessões, e participante de alguns dos ENAs realizados no período. Afora isso, acompanho informalmente os eventuais comentários de membros dessa comunidade, além de ocasionais leituras de artigos publicados na RBEUR, inclusive por certo o número de 1999 que inclui depoimentos de todos os ex-presidentes, exceto *(mea culpa)* o meu...

No que concerne ao período de que participei como integrante do Conselho Diretor Provisório (1983-84) e logo Presidente na gestão 1986-89, não é sem constrangimento que devo reconhecer que minha memória também já me trai pela distância no tempo e no espaço! Revisando o referido número da RBEUR, pouco haveria a adicionar ao contexto bem relatado por Lucio Grinover e por Ricardo Farret que me antecederam e, de alguma forma, por Celso Lamparelli que me sucedeu. O que percebo claramente da leitura deles e, em especial, dos depoimentos mais recentes, é uma trajetória para orgulhar a todos que em algum momento estiveram à frente desta construção institucional. Uma notável folha de serviço nos mais variados quadrantes da vida acadêmica – sem paralelo entre as entidades de representação da pós-graduação em planejamento urbano e regional na América Latina!

Em vista das advertências acima, os apontamentos que se seguem se limitam a breves menções a alguns nichos temáticos potenciais e a alguns comentários adicionais e referências a umas poucas situações pitorescas associadas a esses primeiros anos, para logo apresentar algumas reflexões sobre perspectivas futuras para a ANPUR, em especial nas relações internacionais.

O I Encontro da ANPUR: do pretexto à catalise

Como relatado nos depoimentos de Lucio Grinover e de Ricardo Farret, o período que me antecedeu foi marcado por dois temas críticos: a (difícil)

demarcação de nossa identidade – essencial para sua legitimação frente às outras associações científicas (ANPOCS, ANPEC, etc.), mas também quanto às agências de fomento (em especial o CNPq e a CAPES). Em segundo lugar, a realização de algum evento significativo e substancioso que projetaria publicamente a Associação. Dois temas imbricados, pois a demarcação da área exigiria ouvir a 'comunidade', o que, por seu turno, requereria congregar um grupo representativo em algum evento. Esses desafios, por sua vez, encerravam duas proverbiais dificuldades: de uma parte, o clássico problema da regionalização em que a métrica da variância para definir a região depende do número de regiões...; e, por outro lado, dificuldades de comunicação – o leitor deve ter em conta que se tratava de uma época pré-internet, quando o fax, desde que a linha telefônica estivesse aberta, ainda era a forma mais ágil de comunicação! E mais, na época, nem todos dispunham de fax.

A oportunidade nos sorriu na forma de um contrato (o primeiro?) para a ANPUR promover avaliações do estado da arte em planejamento regional, urbano (e habitacional!) – algo que as 'agências' financiadoras tinham interesse em mapear. Tratava-se, por meio desse artifício, de fazer o levantamento de uma produção científica notável de cuja existência sabíamos, o que, aliás, justificava nossas pretensões por uma formalização associativa. Os produtos dessas avaliações seriam então apresentados num evento para o qual seriam convidados 120 representantes de distintas subáreas reconhecidas como o universo do qual a comunidade ANPURiana poderia emergir... Esse verdadeiro *happening* cientifico, como se refere Ricardo Farret em seu depoimento de 1999 (loc cit.), pelo número de painéis que se agregaram ao evento, foi a forma como, com certo 'jogo de cintura' (ibid), logramos reunir um grupo expressivo de líderes intelectuais da comunidade acadêmica associada aos estudos urbanos e regionais. A participação de tais líderes em assembleia (objetivo maior, não declarado, do evento) conferiria a legitimidade requerida para a constituição de uma associação científica. Até então, a ANPUR era representada por uma comissão diretora de 5 membros (nomeados pelos programas de pós-graduação *soit dissant* de PUR), que auto-elegeu seu primeiro presidente e respectiva diretoria.

A primeira assembleia, razão maior do evento, estendeu-se noite adentro na árdua tarefa de lograr um acordo sobre a identidade da ANPUR, resultando na solução salomônica de associados e filiados, como bem relata Farret loc cit. De pitoresco, nessa ocasião, além da atividade realizada às altas horas – um padrão que se repetiria, ver mais abaixo –, menciono o incidente de um dos representantes dos 5 programas fundantes da ANPUR, que já dormia

a sono solto, com a cadeira encostada à parede, em plena discussão dos ajustes no primeiro estatuto da ANPUR. O suspiro num ronco momentâneo e coincidente à tomada dos votos foi oportunamente tomado como um 'sim' na votação para o tema em pauta!

Como membro do conselho diretor provisório, e talvez por haver recebido a incumbência de organizar o *happening* acima referido, já na madrugada da noite da dita assembleia – quando todos estavam exauridos em sua capacidade pensante –, fui designado (eleito) presidente da ANPUR para o biênio 1986/1988. Dessa forma (e sob a influência de Saint Exupéry?), originou-se a tradição da ANPUR de a pessoa responsável pelo encontro (ENA) constituir-se candidato(a) único(a) à presidência na assembleia do evento que organiza. Por certo, não teria aceito o cargo não fosse pela anuência de Carlos Vainer na secretaria executiva e pelas óbvias habilidades que detinha (detém!), indispensáveis à condução de uma entidade como a ANPUR nessa sua fase políticamente tão delicada de afirmação e consolidação. Com efeito, não foram poucas as ocasiões em que suas habilidades foram exigidas no período que se seguiu.

A ANPUR no mapa das associações científicas brasileiras

Os dois anos seguintes (que se converteriam em três – ver abaixo), com a ANPUR conquistando alguma legitimidade na comunidade científica e no meio oficial (agências de fomento, etc.), caracterizou-se por uma frenética atividade criativa, na superação improvisada das precárias condições de trabalho de que dispúnhamos. Aí, outra tradição que aparentemente se estabeleceu desde então. Beneficiamo-nos desse modo de uma feliz contratação, a de Monica Fernandes como nossa secretária administrativa, o que nos facilitou bastante a vida devido à sua capacidade executiva e de organização. Consolidamos um boletim informativo (melhor, uma carta-circular), a aproximação com associações coirmãs, tanto no Brasil (ABEP, ANPOCs etc) como no exterior, mesmo que ainda timidamente formal com a ACSP e AESOP, e um encontro substantivo com a *Bartlett International Summer School on the Production of the Built Envioronment* –, outra entidade cuja sobrevivência igualmente dependia mais da militância de um grupo que de uma base material formal –, viabilizando seu primeiro programa nas Américas, no caso na USP em São Paulo.

Nesse período, a ANPUR reivindica e obtém representação nas instituições de fomento à pós-graduação e pesquisa de área (CAPES e CNPq)

e promove dois encontros nacionais, o II encontro em Teresópolis em junho de 1987 – o primeiro cuja agenda teria sido propriamente organizada com autonomia pela ANPUR – e logo o terceiro, em maio de 1989, em Águas de São Pedro, já bem mais alinhado à estrutura dos eventos promovidos por outras associações científicas no país. A realização desses encontros, em especial o de 1987, permitiu-nos manter uma secretaria. De notável sobre esse ENA, o fato de novamente uma assembleia noturna (altas horas!), se não me engano, em duas partes-dias, em que se colocou em discussão ENAs bienais e, ademais, em anos em que não competíssemos com a ABEP e a ANPOCS.

Outro ponto de pauta importante era que nosso mandato terminaria em maio de 1988, ano em que não teríamos como promover novo encontro e, por conseguinte, uma assembleia. Salientamos, assim, a necessidade de abreviarmos nosso mandato para que nova diretoria fosse eleita para o biênio 1987-89. A assembleia, contudo, preferiu propor a extensão de nosso mandato por um ano adicional, algo que nao pretendíamos, sobretudo porque nossa secretária Monica Fernandes já havia anunciado sua intensão de desligar-se do trabalho... Nossa resposta ficou condicionada à aceitação de toda a diretoria e de nossa secretária administrativa. A aceitação do grupo ocorreu numa sessão de sauna precedida por uma crise de choro de Monica, pelo tanto que isso subvertia seus planos de lograr um trabalho mais compatível com sua formação! Outro fato pitoresco nesse evento foi a utilização de um dos dois superônibus de três eixos – que havíamos contratado para trazer os participantes do Rio a Teresópolis e que, por vantagens contratuais, permaneciam no local – que fosse à cidade (o hotel estava fora) comprar flores para os agradecimentos à equipe que nos ajudou no evento!

Uma perspectiva 'desde afora'

Qualquer comentário 'desde afora' sempre corre o risco de ser indevido, se não impertinente. Indevido, por seguramente estar mal informado (intimidade com o contexto histórico e institucional, etc.), e impertinente, por expressar uma preocupação com algo que talvez sequer se cogite como de interesse e, portanto, relevante na agenda de prioridades domésticas. De outra feita, um comentário 'desde afora' pode apontar circunstâncias e oportunidades que escapam à percepção local, ou a sugestão de que certo tema ou discussão tenha sido já superado e/ou se saturado alhures.

Duas advertências:

i. Malgrado o componente regional de muitos fenômenos urbanos de interesse e vice-versa, as observações que se seguem estão restritas ao campo do urbano em oposição ao regional – do qual estou mais afastado;

ii. Minha convicção sobre a importância da transferência internacional de ideias para o avanço da ciência e do aprimoramento do conteúdo de currículos educacionais e práticas institucionais.

Como se trata de depoimentos com certa tolerância para 'impressões', com a devida vênia, permito-me alguns comentários sobre o que tenho presenciado nos últimos eventos de que participei. Desde logo sobressai a existência de um tema que para a ANPUR haveria clara vantagem comparativa em sua reflexão, mas cuja densidade nos ENAs estaria ainda aquém do desejável. Com efeito, é evidente a relativa insuficiência de discussões sobre a implementação de instrumentos de mobilização social pelas valorizações fundiárias – questão que no Brasil clama por avaliações bem informadas sobre aplicações concretas, e que desperta o maior interesse em outros países da América Latina e, inclusive, em outras regiões. Para minha total perplexidade, na mesa de que participei no evento do Rio, em 2011 (o último encontro que participei), de avaliação dos 10 anos do Estatuto da Cidade (EC), e nos comentários recolhidos em outras sessões, saí com uma clara percepção de que nessa comunidade se fazia mais oposição ao conteúdo e aos instrumentos preconizados por essa lei do que se observa na sociedade civil, ou seja, entre os próprios 'planejados' (expressão cunhada pelo Vainer). O Brasil, no campo do tema da recuperação de mais-valias urbanas (para tomar um dos componentes importantes do Estatuto da Cidade), tem logrado avanços notáveis (denotados em estudos na maioria realizados fora da ANPUR!), motivo de curiosidade se não admiração em toda a América Latina.

Apenas como contraponto, na Colômbia (e em especial Bogotá e Medellín, tidas hoje como a Meca do planejamento urbano latino-americano), os instrumentos disponíveis pela lei 388 (análoga ao EC) é não apenas legalmente mais complacente com os direitos dos proprietários fundiários beneficiados por atos públicos, como, na prática (exceto pela Contribuição de Melhoria), tem sua aplicação bem mais limitada do que aqui. O leitor poderá arguir que instrumentos, como a Outorga do Direito de Construir e sua variante CEPACs, são instrumentos 'do capital', que favorecem apenas as áreas de alta renda, gentrificantes e outros tantos adjetivos desqualificadores.

Não excluímos essa possibilidade, porém, do que temos observado, é a falta de estudos empíricos que substanciem a proposição, tanto do que seriam instrumentos "do bem quanto do mal". O ponto aqui é simplesmente de que se trata de instrumentos com inquestionável potencial de significativa incidência nas regras do jogo imobiliário urbano, que aparentemente não tem recebido maior ressonância nos programas de pós-graduação açambarcados pela ANPUR. De fato, desde o Instituto Lincoln, os seguidos editais para o financiamento de pesquisas sobre esses assuntos têm recebido resposta surpreendentemente baixa, se não marginal!

Situação semelhante é aquela observada em outros temas, tão ou mais importantes que o de acima, como o de estudos sobre a avaliação dos programas de regularização de assentamentos informais – uma área em que o Brasil tem realizado experiências notáveis, especialmente pelo foco nos programas de melhoria – mas que, igualmente, pouco se tem escrito sobre avaliação do *day after* desses programas. Outra vez um debate de grande interesse das agências internacionais (BID, Banco Mundial, UN-Habitat etc), mas que tem sido mais bem informado por estudos de consultorias diretas para essas entidades do que por um debate na sala de aula e por pesquisas acadêmicas que poderiam de outra feita deslocar a discussão para um campo mais fértil e consequente do entendimento dos processos responsáveis por tal condição (informalidade) – ou seja, deslocando o campo do debate desde as políticas curativas às preventivas – e respectivos indicadores probos da eficácia de tais políticas.

Não poderia deixar de mencionar aqui o persistente – e por certo não exclusivo das escolas de pós-graduação em planejamento urbano da América Latina –, o proverbial diálogo surdo entre planejadores urbanos e tributaristas (finanças públicas). Uma lacuna que é objeto de preocupação recorrente de associações irmãs, como a ACSP e AESOP, que, entretanto, assume dimensões dramáticas em nossa realidade dada a evidente desproporção entre os exíguos recursos disponíveis e as carências de inversões públicas em equipamentos e serviços urbanos.

A julgar pela representatividade dos trabalhos apresentados nos encontros da ANPUR, nossas escolas parecem ainda mais preocupadas com (a crítica aos) padrões observados de uso e ocupação do solo que com a formulação de alternativas de financiamento urbano. Vale nesse ponto observar, no âmbito da ACSP, a postura prevalente de desqualificação acadêmica de críticas sem solução ou encaminhamento alternativo. No Brasil, essa dissonância reproduz o insustentável aforisma de planejadores

e sua responsabilidade por 'fazer cidades' sem considerar suas implicações fiscais e, à sua vez, de tributaristas de maximizarem tributos não importando suas consequências urbanas. Essa disjuntiva resulta na emblemática iniquidade na distribuição de custos e benefícios da urbanização, cujo debate em nossas escolas se atém na denúncia de instâncias em que os custos são socializados e os benefícios privatizados – ou em sua versão mais atual, falta de serviços *pari passu* a uma carga fiscal escorchante... *Hic Rhodus, Hic Salta*! (última frase do capítulo 1 do *Capital* de Marx, insinuando a tarefa adiante com base no que estaria provocando).

Os comentários acima refletem a frustração dos esforços de entidades como aquela por mim dirigida de promover estudos que melhor assistam as demandas que nos formulam as inúmeras agências públicas dos mais diferentes níveis e setores (executivo, judicial, legislativo, ONGs, etc.), para a superação dos persistentes desafios da política urbana. Refiro-me aqui a temas como: financiar o desenvolvimento urbano, promover marcos regulatórios menos exclusivos, superar o círculo vicioso da regularização curativa, etc. Trata-se de uma tarefa que nos cobra evidências robustas das relações relevantes encerradas nesses processos, documentação de práticas notáveis pela originalidade e superação de preconceitos e falácias, indicadores confiáveis, em especial quantitativos, do comportamento de agentes e instituições, análises teoricamente bem informadas de fenômenos urbanos, etc. Tais nichos temáticos encerram importantes agendas, cujo estímulo por parte da ANPUR poderia provocar respostas mais satisfatórias da comunidade científica associada à área de planejamento urbano.

Longe de qualquer conotação negativa ou problemática da ANPUR, as observações acima se aplicam '*mutatis mutandis*' à maioria dos outros países latino-americanos, se não também de outras regiões. A ANPUR, ademais, é seguramente a entidade de representação de área mais pujante e compreensiva de nossa região. O número de entidades associadas e filiadas, de publicações geradas e de participações nos eventos, em especial os ENAs, falam por si.

Perspectivas internacionais para a ANPUR

A ANPUR, desde sua origem e ainda hoje, valoriza sua opção de ser uma entidade comprometida com a preservação de espaços para o pensamento crítico, sobrepondo-se por vezes a seu papel de relevar e/ou promover a atualização profissional de sua comunidade. Nesse ponto, ela difere de

suas coirmãs internacionais, que mantêm uma relação mais orgânica da agenda, do temário e das atividades desenvolvidas pelas associações com o mundo profissional. Alguns dos meus comentários acima sugerem algumas oportunidades para, ao menos no campo da investigação, avançar numa maior aproximação com a demanda de setores mais progressistas das práticas de planejamento urbano.

Insistindo nessa linha, uma ramificação importante seria a promoção de eventos que (re)avaliem as condições de inserção profissional no mercado de trabalho dos recém-graduados, bem como as oportunidades para a atualização profissional dos já ocupados.

Outra linha profícua em que a ANPUR poderia ser instrumental é a de facilitar um maior intercâmbio de ideias entre os acadêmicos de distintas partes do mundo. Um importante passo nessa direção foi dado pelo notório reconhecimento de que as conferências mundiais de planejamento (desde a de Shanghai à que se planeja no Brasil para 2016, no âmbito do GPEAN) resultaram da confiança passada pela ANPUR quanto à viabilidade de se ampliar o âmbito da experiência de conferências conjuntas da ACSP e AESOP. Mas, além de promover oportunidades para colegas interagirem *in situ,* tratar-se-ia agora de estimular a circulação internacional da produção acadêmica com traduções de trabalhos reconhecidos como referências obrigatórias para certas discussões, como também a da documentação de experiências notáveis pela originalidade e relevância para o enfrentamento dos inúmeros desafios enfrentados pelos planejadores de cidades brasileiras e em distintas partes do mundo. Referimo-nos a desafios como o da promoção da habitação social inclusiva, de alternativas à mobilidade urbana, de redesenvolvimentos de áreas deterioradas urbanas, de mitigar riscos oriundos de mudanças climáticas, etc.

Sob pena de possível redundância, valeria lembrar as oportunidades crescentes abertas pela educação a distância e suas variantes. Refiro-me aqui às transmissões de vídeo-classes entre nossas escolas, algo que permite, com baixo custo, promover aquilo que no passado se tentou com os programas de professores visitantes para o aprimoramento dos programas de pós-graduação em PUR menos capacitados. Essas vídeo-classes, em tempo real ou mesmo em videotecas, principalmente quando acompanhadas de um professor local, poderiam constituir-se em importante contribuição para tais programas. Além de se estender esse tipo de medida às aulas de professores brasileiros, com temas de interesse de programas em escolas no exterior (malgrado as restrições impostas pela língua), poder-

se-ia contemplar a promoção de webinarios sob temas de mútuo interesse, como os exemplificados no parágrafo anterior, mas, sobretudo, temas cujo enfretamento requer um enfoque de planejamento global, como seja, o de mudanças climáticas, megaeventos, etc. Por certo, a ANPUR teria um papel crítico na viabilização dessas interações internacionais e transferências de ideias em ambas as direções.

Avançando teses mais audaciosas, considerando agora sua posição singular na América Latina – tanto pela escala (participantes nas atividades, número de programas associados e filiados, bem como amplitude de instâncias de atuação) –, a ANPUR poderia acolher programas de pós-graduação de outros países (notadamente os sem massa crítica suficiente para sustentar uma entidade similar), com vista à promoção de maior interação entre programas. Sabemos que o trânsito intrarregional tem aumentado bastante nos últimos anos (cf. FLACSO etc.), porém, em volume aquém do potencial existente para uma mais consequente fertilização cruzada de ideias. Webinarios, como os sugeridos mais acima, poderiam ser instrumentais nesse sentido. O fato é que experiências extraordinárias estão acontecendo em distintas jurisdições na região, as quais permanecem ignoradas, tanto pela comunidade científica como pelos planejadores urbanos, debatendo-se com os mesmos desafios que ensejaram tais alternativas.

Por fim, aponto alguns temas que ainda provocam perplexidade pela dificuldade de enfrentamento, como sejam: a inexistência de casas editoriais que distribuam publicações (livros em especial) e, óbvio, de revistas indexadas que veiculem nossa produção por toda a América Latina (algo indispensável em vista da inexistência de massa crítica de leitores qualificados em quaisquer país). Se bem que o problema, por um lado, se ameniza com as publicações eletrônicas, por outro, agrava-se pela multiplicação de matrizes e com isso a dificuldade de aplicar crivos de qualidade. Daí o espaço para entidades como a ANPUR postularem-se como instância "acreditadora" de qualidade – de forma análoga à que outras entidades similares atuam na "acreditação" dos próprios programas de pós-graduação (e.g. ACSP).

Em suma, superadas as atribuições mais convencionais da ANPUR como associação científica – promoção de encontros nacionais, veiculação da produção (RBEUR), representação nas agências que incidem na área (fomento, avaliação, etc), tocaria à ANPUR uma atuação maior no plano internacional, outra vez mais além de participar e/ou promover encontros. Trata-se de assumir o papel catalisador de canais de intercâmbio de

ideias entre professores e pesquisadores urbanos em escala regional e intercontinental, que redundem em maior avanço na formação pós-graduada, mas também na capacidade pública de uma intervenção de qualidade em nossas cidades.

Uma experiência de ações coletivas em âmbito nacional

Celso Monteiro Lamparelli

Arquiteto e Urbanista pela Universidade do Brasil (1956); Livre-Docente pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (1964); Professor Titular Aposentado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP); Presidente da ANPUR entre 1989 e 1991.

Nossa contribuição para este livro que comemora os trinta anos de existência da Anpur, divulgando preciosos elementos de sua história, será composta de duas partes: iniciamos com um depoimento sobre as situações e problemas que vivemos, claro, dentro dos limites das possibilidades de nossa memória – afinal, já se passaram cerca de vinte e cinco anos –, e a segunda parte é a reprodução do nosso artigo publicado no primeiro volume da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* (n.1, de maio de 1999), apresentado no próximo capítulo deste livro. Como é um artigo de dupla autoria, cuja redação final foi do Prof. Philip Gunn, preferimos mantê-lo sem alterações, em homenagem ao companheiro de diretoria, que não mais está entre nós.

Tivemos conhecimento da existência da Anpur num contato com o Prof. Martim Smolka, no final do ano de 1985, quando da preparação do Primeiro Encontro Nacional da Anpur (ENAnpur), em 1986, no qual estivemos presente. Participamos, também, do segundo ENAnpur, em 1987, ocasião em que o Prof. Smolka foi reeleito para a presidência da Associação por mais um ano. Sobre esses dois encontros e o período correspondente aos primeiros anos da Anpur, certamente, poderemos ter informações em outros capítulos deste livro.

Nesse mesmo encontro fomos escolhidos, o Prof. Philip Gunn e eu, para coordenar uma comissão encarregada da organização do III ENAnpur, programado para meados do ano seguinte. Os trabalhos de preparação do novo evento, complexos e absorventes, ficaram a cargo de uma comissão organizadora em que se destacaram a colaboração do Prof. Philip Gunn e de duas excelentes secretárias cedidas pela diretoria da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP).

Durante o terceiro Encontro, a Assembleia Geral da entidade elegeu a nova diretoria com a seguinte composição: Presidente: Celso M. Lamparelli; Secretário: Philip Gunn, e os três diretores: Marcus André de Melo, Rainer Randolph e Ricardo Farret. Devido à falta de documentação e registros, a nova diretoria assumiu a gestão alguns meses após uma fase de transição complicada. Superadas as dificuldades graças à eficiência do novo secretário, a nova diretoria iniciou sua gestão em reunião em que foram discutidas as prioridades e um plano de trabalho que, conforme minha memória registra, pretendia realizar uma política de visitas aos núcleos associados para conhecê-los melhor; apoiar seis programas, em especial fora do eixo Rio/São Paulo; estimular a realização de encontros regionais e temáticos, e comprometer toda a diretoria na elaboração de um novo Boletim, que deveria ser impresso e quadrimestral. O próximo capítulo relata a maioria das atividades da diretoria,

dos programas associados e as notícias relevantes da nossa comunidade de pesquisadores, professores e estudantes.

Convém sempre lembrar que estamos falando de um período do século passado, vulgarmente chamado de "Década Perdida", mas que, ao mesmo tempo, alimentava novas esperanças de liberdade e desenvolvimento democrático, quando participávamos da campanha das Diretas Já, acompanhávamos a elaboração e aplaudíamos a promulgação da nova Constituição Nacional.

A gestão 1989/1991 teve de enfrentar não só essa forte recessão econômica, mas também as turbulências provocadas pelo Plano Collor que, além de bloquear a movimentação das contas bancárias, congelou as verbas para as despesas correntes, eventos e publicações que as Agências destinavam às Associações de Pesquisa e Pós-graduação. Assim como a conjuntura adversa dos anos 1980 prejudicava o andamento da nova Associação, o contexto sociopolítico das duas décadas anteriores, como todos sabemos, foi extremamente desfavorável ao desenvolvimento da comunidade acadêmica, que lutou para sobreviver e não abandonar as reformas anteriormente iniciadas, bem como para manter as condições de liberdade e cooperação indispensáveis às tarefas de ensino e pesquisa. Foi nesse clima que surgiram os programas de pós-graduação na nossa área de estudos (planejamento e projeto dos espaços e territórios), que se transformava profundamente; área que também sofreu eliminações e atrasos significativos no período de repressão.

Considerando esse panorama brevemente descrito, podemos entender que difícil missão estávamos assumindo. Em seguida, vamos destacar algumas questões básicas que julgamos pouco desenvolvidas no próximo capítulo, publicado anteriormente na RBEUR, como os principais desafios que tivemos à frente de uma associação na sua fase fundadora.

Surgiu logo de início a evidência de que a Anpur seria um coletivo forte se seus associados fossem fortes e numerosos e, além disso, se pudéssemos contar com o apoio das instituições que nos abrigavam. Assim, concentramo-nos na consecução de dois objetivos: um para o interior de nós mesmos, contatando e ajudando no desenvolvimento dos nossos onze associados, promovendo a entrada de novos membros e, especialmente, ajudando novos programas nos processos de credenciamento; e o outro, ampliando, dentro do possível, os contatos externos das universidades e das agências de fomento, bem como procurando os contatos e intercâmbios com associações congêneres nacionais e estrangeiras.

Os programas associados localizavam-se bem distribuídos, com núcleos em Recife, Salvador, Belém, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, o que já dificultava as visitas e o intercâmbio. Assim mesmo, todos receberam nossas atenções, alguns nossa visita, e ficou evidente que todos enfrentavam obstáculos. A falta de doutores era o problema crônico, o que prejudicava os projetos de pesquisa e propiciava soluções precárias na orientação: mestres orientando mestrandos ou sobrecarga de orientandos para os poucos doutores, acrescido da sobrecarga de trabalho dos professores e a existência de disciplinas sem cobertura competente. Encontramos muitos programas desfalcados pela ausência de professores que realizavam estudos de doutorado em outros centros de pós-graduação no país e no exterior.

Podemos afirmar que vivíamos um momento de desequilíbrio entre a enorme procura pelo mestrado por parte de estudantes, e a diminuta capacidade de atendimento do sistema. Para o doutorado a situação era mais grave, pois, além da FAU/USP, eram poucas as possibilidades no país. A demanda de bolsas de estudo superava largamente os poucos recursos disponíveis, e as exigências das agências, em especial quanto à qualidade dos planos de pesquisa – raramente consistentes –, tornavam insignificante a porcentagem atendida. Outro obstáculo revelado nas visitas foi uma cultura remanescente da época dos catedráticos com seus feudos, o que retardava a formação de departamentos bem constituídos e grupos de pesquisa com áreas de concentração definidas. Alguns associados eram compostos por dois pequenos programas, ao invés de um só programa com duas áreas de concentração e cooperação. Enfim, éramos um conjunto ainda muito frágil de pioneiros no nível acadêmico da Pós-Graduação.

Esses poucos núcleos eram pressionados por uma demanda crescente de candidatos, muito superior à capacidade de orientação. Esse crescimento era causado pela depressão econômica pouco criadora de empregos e pela multiplicação dos cursos de graduação. Muitos dos estudantes só desejavam especializar-se e aumentar sua escolaridade para ter maiores chances na procura de trabalho. As exigências e os prazos próprios dos cursos de Pós-Graduação *stricto senso* não atendiam a esse tipo de clientela. Seria importante a criação da categoria *lato sensu*, os chamados cursos de aperfeiçoamento e especialização. Tais cursos já estavam regulamentados e mereciam apoios extraordinários da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), mas atraíam poucos estudantes. Esse problema foi tratado por uma comissão de consultores criada por aquela

agência, da qual fiz parte, e que, após as análises e discussões, concluiu apresentando diversas propostas, dentre as quais a mudança do nome daqueles cursos para "Mestrado Profissional", sugestão que foi bem aceita pelos dirigentes da agência.

Não cabe aqui uma análise mais detalhada, mas sim relembrar a fragilidade dos associados que fundaram a Associação, o que não impediu o êxito da empreitada.

Antes de relatar nossa experiência nas relações com as instituições, digamos superiores, nossas faculdades, universidades e agentes de fomento, em especial a CAPES, convém explicitar a maneira como entendíamos o funcionamento do chamado sistema de Pós-Graduação e os critérios de agrupamento e filiação dos programas e/ou suas áreas de concentração. Nas associações, tais critérios de filiação deveriam estar fixados nos seus estatutos e em seus órgãos coletivos (assembleias e comissões organizadoras de eventos, concursos ou prêmios), enfim, em práticas democráticas que garantissem a liberdade e a continuidade de seus propósitos.

Já as agências de fomento e coordenação costumavam apresentar um desenho organizacional que previa a cooperação direta das comunidades científicas, seja por meio de um conselho de representantes, seja pela formação de um quadro de consultores responsáveis pela emissão de pareceres, individuais ou em grupo, sobre os processos de avaliação e de concessão de bolsas e auxílios. Assim, representantes e pareceristas obedeciam aos estatutos próprios dessas instituições, que assumiam formatos distintos, como fundações, serviços governamentais e autárquicos.

No caso específico da CAPES, ela previa a cooperação por meio de Comissões de Consultores organizadas para cada área de conhecimento. Em 1986, além do Conselho Consultivo Deliberativo, foi criado o Conselho Técnico-Científico, constituído pelos presidentes das Comissões de Consultores escolhidos por meio de consultas aos programas de Pós-Graduação de cada área. Dessa forma, procurava-se a participação da comunidade na gestão da instituição, bem como no exame e emissão dos pareceres sobre os processos de avaliação dos programas, de concessão de bolsas de estudo no exterior e de auxílios financeiros solicitados para outras atividades, como viagens, publicações e encontros científicos.

A convite do Prof. Smolka que, além de presidente da Anpur era o presidente da área da CAPES que agrupava Arquitetura, Urbanismo e Planejamento Urbano e Regional, participamos, entre os anos de 1988 e 1990, de algumas sessões das Comissões de Consultores Científicos para a avaliação dos

programas e a emissão de pareceres sobre as diversas solicitações. Foram essas atividades que nos proporcionaram um melhor conhecimento da área e da agência, o que iria ajudarnos no desempenho das futuras funções de presidente da Anpur e de presidente de área na CAPES.

Em abril de 1991, fomos nomeado Presidente da Área, e em uma das sessões do Conselho Técnico-Científico ocorridas entre os dias 22, 23 e 24 daquele mês, fomos surpreendidos por uma intervenção da Diretora Geral, a Profa. Eunice Ribeiro Duhram, que, devido a pedidos insistentes, anunciou que estava abrindo uma oportunidade para o desdobramento de áreas e que as propostas seriam examinadas na reabertura da sessão, após o almoço. Imediatamente nos lembramos das conversas com Philip durante a elaboração de um artigo publicado por ele no número 19 do Boletim da Anpur, de maio de 1991, intitulado "A Arquitetura e as Ciências Sociais", no qual mencionamos a baixa porcentagem de temas sobre Arquitetura e Urbanismo no conjunto das pesquisas de nossa área. Lembramos ainda alguns raciocínios de nossa reflexão, como quais seriam as consequências de um desdobramento da amplitude da área existente na classificação da CAPES, assim como as conclusões a que chegamos: teríamos mais um representante da nossa comunidade científica no Conselho Técnico-Científico da CAPES; e a Anpur continuaria contando com os programas que, mesmo dentro da área da CAPES de Arquitetura e Urbanismo, atuassem também no campo do Planejamento Urbano e Regional. Afinal, a Anpur perderia uma área que, a nosso ver, já estava pouco presente e que, no futuro, poderia ser beneficiada tendo um representante próprio. Sem meios de ouvir outras opiniões ou de discutir o assunto, decidimos, por nossa conta e risco, solicitar o desdobramento, criando a nova área de Arquitetura e Urbanismo. Recebemos uma reprovação e, posteriormente, muitas concordâncias. Em setembro de 1991, fui escolhido para presidir a Comissão de Consultores da área de Arquitetura/Urbanismo, durante o biênio 1991/92.

Vale ressaltar que, só alguns anos depois, em 2004, foi fundada a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Anparq), enquanto o primeiro Encontro Nacional da Anparq se realizou em 2010, no Rio de Janeiro. O assunto continua em debate até hoje, pois aparece em alguns ensaios publicados no v.15 - n.1 da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.

Ainda é indispensável lembrar as dificuldades enfrentadas para discutir e aperfeiçoar os critérios de avaliação estabelecidos pela CAPES, bastante aplicáveis no conjunto das áreas de Ciências Exatas, Físicas e Naturais,

mas não muito apropriados para o conjunto das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e de Artes. As reivindicações giraram, em especial, na revisão das exigências de tempo integral para os estudantes, nos prazos para a conclusão e a defesa do mestrado e do doutorado, e em outro ponto bastante crítico: as exigências do item de produção científica e publicações, que julgávamos impossíveis de atender, tendo em conta, de um lado, o pouco tempo de vida dos programas, e, de outro, a falta de revistas credenciadas na área. Para concluir, poderíamos discorrer, o que não é o caso no momento, sobre a falta de bolsas – uma demanda crescente de estudantes –, a escassez de orientadores e a desatualização das bibliotecas, sem recursos nem para manter a assinatura de periódicos indispensáveis. Tais problemas mereceriam uma atenção de toda a comunidade, especialmente aqueles ligados ao intercâmbio, dentre os programas, de suas pesquisas e experiências pedagógicas.

Destacamos, então, as funções da diretoria ligadas à socialização da produção acadêmica, ao intercâmbio entre os programas, a todos os tipos de encontros e à gestão e divulgação das atividades da Associação. Os Encontros Nacionais e o Boletim, além das revistas de alguns programas, eram, na época, os principais instrumentos nessa direção, constituindo-se em bons auxiliares no nível da diretoria, mas insuficientes no nível dos programas, cujas necessidades de acesso a fontes atualizadas do conhecimento científico no seu campo de atuação eram vitais para as tarefas de pesquisa e formação de mestres e doutores.

Além da ajuda da Comissão de Pós-Graduação (CPG) da FAU/USP, que nos cedeu duas salas no prédio da Rua Maranhão, nº 88, e uma secretária, ainda pudemos contar com os serviços do Setor de Publicações daquela Faculdade. Esse Setor já tinha colaborado conosco na fase de preparação do III ENAnpur, inclusive na impressão dos seus Anais, cuja venda cobria nossas despesas. O Boletim da Anpur foi redesenhado e impresso como "Órgão informativo quadrimestral, editado pela diretoria da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional". Esses Boletins, que estavam sob os cuidados do Secretário, o Prof. Philip Gunn, continham sempre um Editorial; um ou dois Artigos de Conjuntura; relatos e programas de Eventos Nacionais e Internacionais; informações sobre livros, revistas e boletins publicados recentemente; listas de teses e dissertações defendidas nos programas associados; e uma última seção de Notas e Comunicações.

O conteúdo desses boletins era composto graças à eficiência do secretário, o Prof. Philip Gunn, que dede 1988 já havia dominado a então

recente tecnologia da informática, anotando tudo no seu *laptop*. Grande parte desse conteúdo, com exceção dos editoriais, pode ser apreciado no próximo capítulo.

Outra iniciativa que apoiamos foi o projeto do banco de dados denominado URBANDATA, o qual continha uma bibliografia sobre o Brasil Urbano. A coordenadora do projeto, Profa. Lícia Valladares, solicitou ajuda financeira em um momento oportuno, pois as contas bancárias tinham sido liberadas pelo Governo Collor. Como a inflação galopante iria corroer nosso saldo em pouquíssimo tempo, era urgente aplicá-lo e a diretoria aprovou o atendimento imediato do pedido.

Deve-se resaltar a importância do papel da revista Espaço & Debates, que supriu em grande parte as carências de publicações na área. Acompanhamos de perto suas dificuldades no período e até pudemos ajudar abrigando sua sede em nossas salas, no biênio de nosso mandato. Foi uma grande perda a sua extinção.

Outras atividades de socialização foram os Encontros Nacionais, que garantiram a existência da Anpur em seu início de vida. Absorviam grande parte das energias de seus dirigentes e marcavam o ritmo da comunidade com seus cronogramas de atividades e distribuição de funções aos diversos grupos de preparação, consultas e contatos para estabelecer a temática e a programação. Constituía sempre um período intenso de atividades que durava mais de um semestre, desde sua preparação, realização, edição de Anais, relatórios e prestações de conta. Isto para a diretoria e as comissões organizadoras; para a comunidade acadêmica, também significava uma das poucas oportunidades de expor sua produção, conhecer novos interlocutores, ampliar sua rede de contatos, alimentar um futuro intercâmbio e conseguir um orientador, mais escassos que os doutores.

A diretoria procurou incentivar a realização de encontros regionais e temáticos que concentrassem nos Encontros Nacionais trabalhos conexos e mais avançados. Nesse sentido, só tivemos a satisfação de acompanhar a realização do encontro temático de História Urbana, em Salvador, cujo sucesso proporcionou um projeto de pesquisa coletivo em História da Cidade e do Urbanismo no Brasil, ainda em andamento, que continua a contribuir para a historiografia das nossas cidades e da prática urbanística. Os encontros regionais não tiveram a mesma sorte, não me lembro de nenhum naqueles anos de fundação.

O IV ENAnpur realizou-se em Salvador, em maio de 1991. Lembramo-nos da viagem a Salvador, com escala em Brasília, onde ficamos alguns dias

para conseguir liberar as verbas que deveriam cobrir parte substancial das despesas do evento.

A programação conjunta com a comissão baiana atingiu um alto nível acadêmico na temática de reestruturação do território. Realizou-se, também nesse encontro, o "Fórum Nacional de Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitacional", além da Assembleia Geral da Associação, em que foi eleita a nova diretoria presidida pelo Prof. Milton Santos e secretariada pela Profa. Maria Adélia A. de Souza, ambos da Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo.

A transferência das atribuições para a nova diretoria foi realizada em junho de 1991, com a certeza de que a Associação tinha conseguido superar todas as dificuldades dos anos difíceis, não só para nós mas para todo o país.

Uma corporação nas incertezas do início dos anos 90 (1989-1991)*

Celso Monteiro Lamparelli

Philip Gunn

Arquiteto (1969) e Mestre em Arquitetura (1971) pela Queen's University Belfast, Irlanda do Norte; Mestre em Urban Design Regional Planning pela Universidade de Edinburgo, Escócia (1973); Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas pela Universidade de São Paulo (1986); Professor Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP); Secretário Geral da ANPUR entre 1989 e 1991.Falecido em outubro de 2005.

* Este trabalho é uma versão revisada do artigo publicado originalmente na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), n. 1, p. 13-18, de maio de 1999.

Introdução: a identidade da Anpur

A gestão da ANPUR no período de 1989-1991 representava, em diversos sentidos, um momento de transição entre os tempos incertos da sua criação com as lutas por maior autonomia e o advento da nova Constituição. O "mito fundador" já não pesava tanto, mas, contra as expectativas, circunstâncias políticas e econômicas fizeram ressurgir o clima de "trabalhar precariamente numa fase heroica".

Em parte é tentador, agora, apresentar uma avaliação retrospectiva de que "fomos felizes e não sabíamos", porque, ao enfrentarmos a fase heroica, não podíamos imaginar ainda mais dificuldades. O final da década de 1980 foi um período áureo nas relações entre as associações acadêmicas e as agências de fomento. Apesar da recessão e da crise econômica, havia uma certa disponibilidade de recursos nas agências de fomento, de difíceis liberação e gestão em época de acelerada inflação, mas, mesmo assim, melhores que os tempos seguintes às medidas radicais do Plano Collor.

Saíamos bruscamente de um período de privilégios marcado pela prioridade dada ao ensino de terceiro grau e de apoio às atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação, que garantiu a vida e o prestígio das associações aglutinadoras dos programas de mestrado e doutorado e mobilizadoras das diferentes comunidades acadêmicas. Assim, eram promovidos muitos seminários, encontros nacionais e regionais, com anais e publicações científicas, pelas muitas ANPs nascidas nos anos anteriores, ostentando suas siglas Anpec, Anpocs, Anpuh, ANPUR, Antac, etc. O apelo ideológico da noção de programas de pós-graduação abrigados em "centros de excelência" – conceito recomendado e controlado pela nova política da CAPES dos governos civis – substituía as agendas de reivindicações e lutas da SBPC nos anos 1970 e início dos 1980. Nessa busca de excelência, as associações nacionais tomaram o caráter de extensões de um sistema governamental. Embora fornecessem legitimidade aos órgãos centrais do sistema, tais associações tinham autonomia parcial de modo a exercer funções corporativas que zelavam pelos interesses de seus associados, além de serem um elo com a comunidade acadêmica.

A ANPUR, sendo uma dessas associações e no exercício de sua autonomia recém-conquistada, também desempenhou suas funções corporativas na CAPES, CNPq e Finep, bem como promoveu o intercâmbio entre os centros e seus professores, pesquisadores e estudantes. Com esses propósitos destacaram-se os Encontros Nacionais, concentradores de suas múltiplas funções e que consumiam grande parte das energias institucionais.

O início da gestão junho: 1989 - maio 1991

O III Encontro Nacional, realizado em maio de 1989 no Grande Hotel de Águas de São Pedro, em São Paulo, abrigou a Assembleia Geral que deveria eleger a nova diretoria. A preparação do III ENA tinha mobilizado uma grande equipe da FAU/USP, que havia auxiliado a diretoria anterior nas absorventes tarefas de organizá-lo. Surgiu, então, a ideia de que a cabeça de uma chapa deveria sair da comissão organizadora. Assim foi constituída a chapa que acabou sendo eleita, e a sede da ANPUR foi para São Paulo com a seguinte diretoria:

Presidente: Celso M. Lamparelli (FAU/USP).

Secretário geral: Philip Gunn (FAU/USP).

Diretores: Rainer Randolph (IPPUR), Ricardo Farret (UnB), Marcus André B. C. de Melo (UFPE).

Conselho fiscal: Mário Velloso Costa (UFMG), Moema Castro Debiagi (UFRGS) e Ivone Salgado (Neru).

Como de hábito, a nova diretoria recebeu da Assembleia um esboço de programa e, da antiga diretoria, os compromissos e elementos fundamentais para a continuidade. Na passagem a gestão, ficou bem claro o estado embrionário da instituição e as dificuldades que seriam encontradas para levar adiante os programas e compromissos. Passada uma primeira fase de transferência, o segundo semestre de 1989 e o primeiro de 1990 se caracterizaram pela aprendizagem nas artes burocráticas e na administração de penúria de recursos, pois, como o único convênio preexistente com a Finep estava no fim, a sobrevivência ficou garantida com os recursos das inscrições do Encontro e da venda dos Anais do III ENANPUR, editados imediatamente, como a primeira e a principal tarefa da diretoria neófita. Lidar com recursos mínimos aumentou a importância do apoio da FAU/USP, com sua infraestrutura básica, em especial da sua diretoria e do Laboratório de Programação Gráfica.

Em grande parte, as dificuldades encontradas eram semelhantes às da vida institucional dos associados e das agências de fomento, como resultado do aprofundamento da recessão econômica em 1990. Os editoriais do Boletim da ANPUR, reformulado e editado mais regularmente, atestam o clima de penúria vigente: “No segundo semestre do ano, as perspectivas sombrias sobre o desempenho das atividades do conjunto dos associados da ANPUR continuaram sendo notadas. No plano do ensino as dificuldades institucionais de administrar os cursos de pós-graduação nos procedimentos de seleção de candidatos, na obtenção, distribuição e recebimento de bolsas

e na produção de dissertações e teses foram agravadas pela conjuntura econômica e administrativa que atinge a área. Registrou-se o impacto administrativo do arrocho salarial especialmente nas universidades federais, dificuldades de contratação e efetivação de pessoal devido ao momento eleitoral e à falta generalizada de verbas para a manutenção e modernização dos equipamentos e instalações.

"No plano de pesquisa o impacto da conjuntura ficou mais evidente ainda. Apesar de declarações oficiais sobre a necessidade de aumentar os recursos com destino à pesquisa, a comunidade da área recebeu com espanto a decisão de não realizar o censo decenal. Pela primeira vez desde 1930 o país deixa de ter uma radiografia populacional das alterações ocorridas" (Boletim da ANPUR, 1990, n.17).

O mesmo editorial menciona a busca de outras fontes de dinheiro para pesquisa na área: "Por outro lado as sugestões de novas fontes de financiamento de pesquisa por via de projetos BID gerou uma expectativa acentuada que por sua vez provocou discussões acirradas sobre o conceito e as normas de 'Laboratórios Associados' e 'NAPS' (Núcleos de Apoio à Pesquisa) com implicações diretas para a produção de pesquisa na área".

Atividades institucionais

No início de 1991, o presidente da ANPUR esteve em Brasília para uma reunião com as Associações Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação das áreas de Ciências Humanas e Sociais e os dirigentes do CNPq. Estiveram presentes os presidentes de 16 associações nacionais. Segundo o documento então elaborado, "Recomendações das associações nacionais de pesquisa e pós-graduação das áreas de Ciências Humanas e Sociais": os presidentes das Associações Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação das áreas de Ciências Humanas e Sociais, reunidos no dia 11 de dezembro de 1990, na sede do CNPq, recomendam, em primeiro lugar, a integração entre as referidas associações para atuação nos Comitês Assessores e CNPq. Essa recomendação indicava a função básica de representação da diretoria.

Devido a esse fato, entrou na pauta na diretoria da ANPUR o tema de um Fórum Nacional de Associações (Pós-graduação Ciências Humanas e Sociais), que foi incorporado ao Encontro Nacional seguinte, IV ENA, realizado em Salvador. Para esse fórum, a ANPUR convidou representantes das seguintes associações com interesses afins na área de Desenvolvimento Urbano e Habitação: Anpocs, Anpec, Antac, Abep, Anpuh, Anpad, Anpet e

Abrasco. O objetivo principal do Fórum Nacional, realizado no dia 27 de maio, foi a discussão de uma política de ciência e tecnologia para a área. Com base nessa discussão, foi avaliada a política de atuação das associações em termos de suas funções e papeis, as formas de cooperação e intercâmbio e as prioridades de pesquisa.

A institucionalização das relações externas da ANPUR com entidades congêneres no estrangeiro sempre foi efetuada por meio da participação de professores e pesquisadores associados da ANPUR. Os relatos de participação em eventos que foram publicados nos boletins da ANPUR servem como depoimentos historicamente importantes, como, por exemplo, o da professora Yvonne Mautner, sobre o Encontro da *Bartlett International Summer Sch*ool (BISS) em Moscou, 1990, quando o país ainda era a União Soviética. Assim como esse, outros depoimentos e textos do período 1989-1991 dão testemunho dos "sinais dos tempos", seja em termos do passado brasileiro recente, como na história de Planos Diretores, vistos como parte de "resgate de cidadania" associada à Constituição de 1988, seja nos prenúncios do neoliberalismo, já presente no governo Collor.

Cabe ainda lembrar uma outra forma de institucionalização presente nas parcerias entre os associados da ANPUR e entidades supranacionais. No boletim número 18, dois casos foram citados, envolvendo a FAU/USP e o UNCRD (Centro de Desenvolvimento Regional das Nações Unidas), e ABEP com a FNUAP. Em 1990, o UNCRD, com sede em Nagoya, iniciou seus trabalhos na América Latina com uma pesquisa nas áreas metropolitanas de Santiago, Lima, Caracas, Buenos Aires, Bogotá, São Paulo e Rio de Janeiro. No caso de São Paulo, a participação da FAU/USP gerou um convite da UNCRD para que essa faculdade coordenasse um seminário sobre "Habitação", em outubro de 1991, com a duração de dois dias.

Principais publicações do período

O primeiro boletim – horrível em termos gráficos – da nova gestão foi produzido em máquinas primitivas. Ainda não havia um acordo interno para o uso da gráfica da FAU/USP. Uma vez estabelecido esse acordo, em 1990 e 1991 verificaram-se melhorias na preparação e no *layout* do boletim, adotado pelas diretorias subsequentes, assim como foram desenvolvidas outras iniciativas de publicação.

O tema das publicações entrou na pauta da reunião da diretoria da ANPUR no dia 28 de janeiro de 1991. Naquele dia, foram discutidos três

projetos para a edição dos boletins de números 17,18 e 19, de um "Catálogo da Área" e de um "Catálogo de Teses". Este último foi elaborado no Rio de Janeiro pela professora Lícia Valladares e sua equipe da Urbandata. Foi gratificante entregar os volumes prontos à professora Lícia e presenciar o seu lançamento no IV ENA, em Salvador.

Os boletins da ANPUR, além das matérias habituais, também noticiavam o lançamento de livros, revistas e outras publicações relevantes para a área. O boletim de número 18 noticiou a publicação da revista Espaço & Debates, n.29, Ano X, 1990, editada pelo Neru, filiado e vizinho da nossa sede na FAU/USP: "Dando continuidade às tentativas de buscar novos precursores para os estudos urbanos, a Espaço & Debates, n.29, publica quatro 'leituras da cidade' com olhares específicos, não necessariamente inovadores, sobretudo sensíveis", com base em textos preparados por Susan Buck-Morse, Lucrécia D'Alessio, Sílvio Mendes Zancheti, Edmond Preteceille e M. A. Amaral.

Do Rio Grande do Sul foi noticiada a publicação de Naia Oliveira e Tanya Barcellos (Orgs.), O Rio Grande do Sul urbano (Porto Alegre, Secretaria de Coordenação e Planejamento, FEE, 1990), com trabalhos dos seguintes autores: Simone Ambros Pereira, Marta Ghezzi, Suzana Moura, Eduardo Nunes Veira, Naia Oliveira e Tanya Barcellos, Adriana Gelpi e Neiva Otero Schaffer Gervasio Rodrigo Neves, Moema Castro Debiagi, Wrana Maria Panizzi, Otilia Beatriz Kroeff Carion, e Eva Machado Barbosa.

Do Nordeste, foi noticiada a publicação de Milton Santos Filho (Coord.), O processo de urbanização no Oeste baiano (Recife, Sudene, Série Estudos Urbanos, 1989). A ementa do livro foi colocada no Boletim da ANPUR nos seguintes termos: "Livro com os resultados de uma dupla pesquisa sobre o processo de urbanização no sentido físico, econômico, fundiário e da divisão de trabalho nos cerrados baianos e, em segundo lugar uma pesquisa sobre as cooperativas rurais e o papel das cidades nas novas relações campo-cidade nesta área".

Do Sudeste houve notícias de publicações do Rio de Janeiro e de São Paulo, a maioria voltada para o tema conjunturalmente importante dos "Planos Diretores". Do Rio de Janeiro, a publicação de Plano Diretor: instrumento de reforma urbana (Rio de Janeiro, Fase, 1991), com a colaboração de diversos colegas participantes da ANPUR: Adauto Lúcio Cardoso, Ana Clara Torres Ribeiro, Franklin Dias Coelho, Gonçalo Guimarães, Luiz César de Queiroz Ribeiro, Marcos Thadeu Abicalil, Nadia Somekh e Raquel Rolnik. As duas últimas autoras citadas, ao lado de Lúcio Kowarick, editaram também o livro

São Paulo: crise e mudança. Ainda em São Paulo, houve a publicação da Revista Sinopse (nº 13, FAU/USP, maio de 1990), com textos de vários autores, incluindo Julio R. Katinski, Élide Monzéglio, Gilda C.Bruna, Celso Monteiro Lamparelli, Suzana P. Taschner, Erminia Maricato, Lucrecia D'Alessio Ferrara e Khaled Goubar.

A gestão 1989-1991 da ANPUR iniciou os planos para a realização do seminário "Grandes projetos – desorganização e reorganização de espaço", com a publicação posterior do livro organizado pelas professoras Edna Castro, Edila A. F. Moura e Maria Lúcia S. Maia, e publicado em 1995. Destacaram-se, no evento e nos textos do livro, as contribuições dos professores Milton Santos – pai e filho.

Com as publicações citadas e outras, incluindo os Cadernos do IPPUR e a Revista Rua, que estava sendo preparada em Salvador, houve um acréscimo expressivo de canais de divulgação para os trabalhos na área.

Participação em eventos nacionais

Houve duas modalidades de financiamento para o programa ambicioso de eventos sugerido e aprovado na Assembleia do III ENA, realizado em Águas de São Pedro, em 1989. A primeira envolvia a incorporação dos eventos num novo convênio ANPUR/Finep, proposto e coordenado pela diretoria da associação, e a segunda envolvia proposta e coordenação direta entre a CNPq e o associado da ANPUR. Nos diversos casos dessa modalidade, os associados organizaram encontros tipicamente regionais ou procuraram conteúdos temáticos e disciplinares.

Foi nesses termos que o curso de mestrado em Arquitetura e Urbanismo de Salvador assumiu a organização de um encontro sobre a História urbana, sob a coordenação dos professores Ana Fernandes e Marco Aurélio Filgueiras, com o apoio do CNPq. Com recursos da Finep, tivemos o Seminário Internacional sobre o Espaço Regional do Trabalho, realizado em Ouro Preto, em 29 e 30 de abril de 1990, sob a coordenação das professoras Maria Regina Nabuco (Cedeplar), L. Cardial (CAEN) e L. Lavinas (IPPUR), com o apoio da ANPUR, no Grande Hotel projetado por Oscar Niemeyer. A estrutura temática do encontro foi baseada nas seguintes sessões: Espaço, região e divisão internacional do trabalho, Espaço regional e urbano: estado das artes, Regionalização: mudanças e permanências, A nova divisão inter-regional do trabalho no Brasil: elementos para o avanço teórico.

Em novembro do mesmo ano, houve o Seminário Neru, Brasil pós-anos 80:

novo Estado, nova territorialidade, coordenado pela professora Cristina Leme e outros membros do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais, com o apoio da ANPUR e realizado em São Paulo, em novembro de 1990. Os resultados desse encontro foram publicados na revista Espaço & Debates, nº 32.

Ainda em 1990, em Salvador, houve o IV Seminário: Governo local, poder e participação, na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, coordenado pela professora Tânia Fisher.

Nos eventos nacionais mencionados, a participação da diretoria e de associados da ANPUR foi significativa. Houve ainda a participação ativa de membros da ANPUR na organização e realização de eventos das associações congêneres: Antac, Anpocs, Anpec, etc. Em 1991, diversos membros da ANPUR pertencentes ao Instituto de Arquitetura e Urbanismo da UnB participaram ativamente na preparação e realização do encontro do IV CEDUR – Trinta anos de Brasília, no período entre 3 e 6 de abril de 1991.

Dentre os eventos em que houve uma participação direta da ANPUR, sobressaem na memória dois que poderiam ser vistos como marcos de um momento histórico: o primeiro, na vida do país, e o segundo, na vida institucional da ANPUR.

O primeiro foi a participação da ANPUR na 42ª Reunião Anual da SBPC, realizada em Porto Alegre entre os dias 8 e 13 de julho de 1990, cujo tema geral foi Integração na América Latina. A participação da ANPUR foi registrada pelo patrocínio do simpósio Urbanização na América Latina, organizado e coordenado pela professora Rebeca Scherer (FAU/USP). No simpósio, o professor Nestor Goulart Reis apresentou um quadro abrangente das tendências de urbanização na América Latina. Com relação ao tema principal de integração, dois outros trabalhos focalizaram o impacto do comércio inter-regional sobre as cidades nas áreas de fronteira e, particularmente, na fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai.

O segundo evento que ficou marcado na memória foi o IV ENA da ANPUR, realizado em Salvador entre os dias 27 e 30 de maio de 1991, no Hotel Sofitel Quatro Rodas, estrategicamente escolhido pela sua localização perto do aeroporto e relativamente longe do centro da cidade. Ninguém ficou "confinado" durante o encontro, como foi o caso de encontros anteriores em Águas de São Pedro ou em Petrópolis. A comissão organizadora da UFBA (Arquitetura e Urbanismo, e Administração) foi mais do que eficiente na organização do evento, cujo tema central foi Velhas e novas legitimidades na reestruturação do território. Nas conferências, realizadas sempre à noite, houve a apresentação do professor Christian Topalov, no dia 28, e do professor

Richard Walker da UCLA-Berkeley, no dia 29. Na terceira noite houve um debate sobre o tema Crise do conhecimento e crise das ideologias: agenda de questões, com os debatedores convidados Milton Santos, Francisco de Oliveira e Berta Becker e os conferencistas estrangeiros.

Concomitantemente ao IV ENA em Salvador, realizou-se o Fórum Nacional das Associações de Pós-graduação e uma sessão institucional com a presença das agências de fomento, conforme relato anterior. Também houve sessões temáticas livres e, finalmente, uma Plenária e uma Assembleia Geral da ANPUR. Nessa Assembleia, o relatório de gestão da Diretoria, então em fim de mandato, foi aprovado, e uma nova diretoria foi eleita, após os devidos processos de consulta, negociação e montagem de um programa de trabalho. Com a perspectiva de agravamento da recessão econômica, surgiu a ideia de que o momento exigia uma base institucional forte, com nomes destacados pela comunidade. Tal noção levou à aprovação de uma nova diretoria que mudou da FAU/USP para o Departamento de Geografia da mesma universidade, com o professor Milton Santos como presidente, e a professora Maria Adélia de Souza como secretária executiva.

Eventos internacionais

No período da gestão 1989-1991, a Diretoria e membros associados participaram de diversos eventos promovidos por entidades internacionais, com interesses temáticos relevantes para a ANPUR. Nesses anos, houve uma presença acentuada nos encontros da International Sociological Association (ISA), que manteve Encontros Mundiais e Encontros Temáticos de Grupos de Pesquisa ISA 21. Em Bristol, Inglaterra, em 1989, esteve presente o professor Philip Gunn e, na Dinamarca, em 1990, a professora Sueli Schiffer (FAU/USP). Um outro Grupo de Pesquisa da ISA concentrou-se na área de Habitação. Trata-se de uma área específica em diversas organizações internacionais que incluem, além da ISA, o *International Federation of Housing and Planning* (IFHP), com sede na Holanda. Em julho de 1990, a professora Suzana Pasternak Taschner (FAU/USP) participou de dois eventos nessa área de Habitação: primeiro em Paris, e depois no Congresso Mundial da ISA, em Madri.

Uma outra parceria importante nesses anos foi o vínculo entre a *Bartlett International Summer School* (BISS) e diversos membros da ANPUR. Colegas de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e outras cidades participaram de um Encontro da BISS no México, nos anos 1980. Em 1989, houve o encontro

em Paris e depois o 12º Encontro Anual em Moscou, entre 3 e 9 de setembro de 1990.

As dificuldades para tirar a Anpur do eixo Rio de Janeiro–São Paulo

A gestão da ANPUR no biênio 1989-1991 envolveu a troca de diretoria no III ENA e, por consequência, a mudança de sede do Rio de Janeiro para São Paulo. A questão regional sempre foi a base da montagem de uma chapa eleitoral na ANPUR, e a sede do grupo organizador do Encontro Nacional sempre foi, até o IV ENA, uma candidata nata para chefiar a nova diretoria. Um certo grau de "rodízio" entre os associados na representação regional de cursos e institutos de pesquisa também foi uma diretriz sempre lembrada na formação de chapas. Mas o peso de centros como Rio de Janeiro e São Paulo era um fato politicamente relevante na fundação da associação e na direção das primeiras gestões, bem como notório na quantidade relativa de trabalhos propostos e apresentados nos Encontros Nacionais. Porém, o peso institucional específico do IPPUR no Rio de Janeiro e da FAU/USP em São Paulo não representava uma vontade política geral, embora refletisse mais as possibilidades e disponibilidades de infraestruturas para sediar e manter a direção da ANPUR. No IV ENA, o eixo Rio–São Paulo ainda era visto como a "espinha dorsal" da associação.

Desde o primeiro ENA e especialmente no segundo, realizado na região serrana do Rio de Janeiro, a questão regional na organização da vida da associação esteve presente na cabeça das agendas. Por exemplo, a defesa da integração e da participação ativa da Amazônia, e institucionalmente do NAEA em Belém do Pará na vida da ANPUR, foi um dos acontecimentos mais marcantes da Assembleia do II ENA. A fala do professor Raul Navegantes (UFPA) tratou da prática de exclusão e marginalização, acadêmica inclusive, da Amazônia da vida nacional e da vida da própria associação, emocionando a plateia e sendo aplaudido de pé.

Tirar a ANPUR do eixo Rio-São Paulo significava a manutenção das práticas de formação de chapas de outras regiões, de modo a estimular e apoiar a realização de eventos nas sedes dos associados. Também significava estender a vida acadêmica a diversos campos pensados como relevantes para uma área temática – urbano e regional. Nos encontros nacionais da ANPUR, sempre surgia uma quinta sessão temática (ou coluna) de "temas emergentes" fora dos campos consagrados aos aspectos Gestão, Regional, História e Urbano.

No fim da gestão, no IV ENA em Salvador, a Diretoria passou para a Geografia da USP. Num certo sentido, a mudança para a Geografia "tirou a direção do eixo" da sua dependência no quadro institucional do IPPUR e da FAU/USP. Mas, o peso da USP e da UFRJ continuava a limitar uma descentralização maior. Mais tarde, a ANPUR teria encontros em outros lugares, como Brasília e Recife, mas a experiência inicial de Salvador foi um avanço importante, apesar de a sede não se ter mudado para lá. Entretanto, a diversidade de encontros temáticos realizados em todas as regiões do país revelou um potencial para uma descentralização maior.

Atividades para visibilidade e projeção da ANPUR (1991-1993)*

Milton Santos

Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1948); Doutor em Geografia Humana pela Université de Strasbourg I, França (1958); Professor Titular Emérito do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP); Presidente da ANPUR entre 1991 e 1993. Falecido em junho de 2001.

* Este trabalho é uma versão revisada do artigo publicado originalmente na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), n. 1, p. 19-23, de maio de 1999.

Introdução

Procurando realizar as indicações programáticas da Assembleia que a elegeu, a Diretoria da ANPUR buscou, também, prosseguir no intuito de dar maior visibilidade e projeção à entidade. Apesar das inúmeras dificuldades, face as trepidações político-econômicas que viveu o país nesse período, e que repercutiram na vida das instituições científicas, a ANPUR conseguiu elaborar, durante o segundo semestre de 1991, seu Plano de Atividades, que foi, então, entregue ao CNPq e à Finep. A propósito de incluir, também, novos eixos temáticos, cujos resultados se mostraram frutuosos, foi levado avante um esforço conjunto entre a nova Diretoria, os associados e filiados, o Departamento de Geografia da USP e as Instituições Financiadoras.

Decidimos dar prioridade à compreensão dos processos mundiais como uma das bases de entendimento das dinâmicas territoriais, buscando, assim, os paradigmas mais adequados a fazer face aos dilemas da análise e do planejamento urbano e regional. O V Encontro Nacional da ANPUR procurou dar conta dessa problemática.

Avaliação do Planejamento Urbano e Regional do Brasil

A problemática essencial para o desenvolvimento dessa atividade partiu da constatação de que poderia ser revertido o quadro de relativo declínio do interesse pelo planejamento territorial, face as novas condições históricas (efeitos recentes da reorganização do território e da economia, descentralização produtiva, bem como as novas condições políticas e a abertura democrática) e institucionais (a Constituição Federal de 1988, as novas Leis Orgânicas dos Municípios, além da redistribuição geográfica do poder e dos recursos fiscais). Esse novo contexto, que alterou as realidades regionais e locais, significava emergentes desafios à investigação.

Na perspectiva de ampliar o escopo das avaliações que vêm sendo realizadas sobre a produção científica e a formação de pesquisadores e profissionais para o Planejamento Urbano e Regional Brasileiro (por exemplo, aquelas realizadas pelo CNPq em 1982 e 1989, a avaliação da Fapesp, e outras produzidas pela comunidade, como a do IPPUR/UFRJ sobre trajetórias profissionais), a ANPUR considerou imperioso participar desse processo.

Para tanto, foi proposta uma pesquisa de âmbito nacional que envolvia: Programas de Mestrado e Doutorado na Área, Produtores de Conhecimento Puro e Aplicado, Consumidores do Planejamento Urbano e Regional e

também os seus Divulgadores (editoras de livros, revistas, jornais e outras formas de mídia).

As avaliações preliminares sugeriram, desde logo, uma série de reflexões. Como ampliar a preocupação territorial na elaboração de políticas públicas e na gestão do território? Qual a abrangência, objetividade, racionalidade e efetividade do planejamento urbano e regional brasileiro? Deveriam, portanto, ser identificados e estudados, sistematicamente, processos e agentes. Todavia, não foi possível levar adiante essa parte.

Um projeto de pesquisa

O Projeto Ciência, Tecnologia e Informação na Remodelação do Território Brasileiro foi proposto durante o período da nossa gestão, mas iniciado efetivamente em 1996. Agora, em fase de redação praticamente concluída, o trabalho inventariou as bases materiais de vida da sociedade e buscou reconhecer as formas de utilização e funcionamento desses dados materiais no processo social.

No período histórico atual, o meio geográfico está sendo profundamente alterado, em sua composição e em suas virtualidades, pela presença, nele, de acréscimos de ciência, tecnologia e informação, os quais, pode-se dizer, constituem uma nova base de diferenciação entre lugares que permitem dinamismos sociais diversos. Trata-se, dentre outros aspectos, dos sistemas de engenharia e suas respectivas redes e da base material da modernização agrícola.

O processo de mudança vem ocorrendo no Brasil com grande rapidez. A ação planejadora deve fundar-se no conhecimento analítico prévio desse meio geográfico para propor modificações. Admite-se que com a classificação dos tipos principais de infraestruturas e de outras formas de modificação dos dados naturais e socionaturais precedentes e das formas de vida produtiva e social, será possível, pois, aumentar a eficácia desses novos dispositivos territoriais.

Se a ajuda da ANPUR (por intermédio da Finep) foi fundamental para viabilizar o projeto, ele pôde evoluir também graças à sua articulação a uma pesquisa financiada pelo CNPq e pela Fapesp. Esses projetos por nós coordenados, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, contaram com a colaboração de uma equipe de pós-graduandos e bolsistas de iniciação.

Seminários e encontros

Discutindo o território

O Seminário Território: globalização e fragmentação foi realizado no Departamento de Geografia da USP, com o apoio da Fapesp e da Finep, e a comissão organizadora foi composta pela própria diretoria da ANPUR.

No período da globalização, o território exige uma revisão. Em que medida são procedentes as teses da desterritorialidade? Qual a relação entre nação, território e Estado? Como tais categorias, tradicionalmente solidárias, são afetadas pelas novas complementaridades econômicas? Como se recoloca a questão da coesão nacional? Pode-se, com a urbanização concentrada e a metropolização, temer o despovoamento de áreas rurais? Essas questões de âmbito geral devem ser pensadas em função das particularidades, e essa foi a preocupação do seminário.

Uma preocupação com as finanças

Dentre as atividades desenvolvidas pelos associados e filiados da ANPUR com o apoio da Finep, podemos mencionar o seminário sobre Finanças regionais e locais, realizado em junho de 1993 com o apoio da Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Salvador e da Universidade da Bahia. Nesse encontro, organizado pelo professor Milton Santos Filho, foram feitos questionamentos quanto ao desenvolvimento do mercado de moeda e de títulos financeiros orientados por políticas nacionais, a estrutura de despesa e receita das finanças locais, assim como as relações fiscais e financeiras entre os diversos níveis de governo. As atividades financeiras têm-se tornado cada vez mais importantes na definição dos recortes tanto regionais quanto urbanos.

Retoma-se dessa forma uma tradição de pesquisa que tinha sido relegada a segundo plano no passado recente. Um encontro temático permite discutir trabalhos e pesquisas já existentes, porém, dispersos, e enseja o aprofundamento de um referencial teórico que leve em consideração a atualidade das estruturas e da dinâmica social na organização do espaço.

A questão do poder local

O V Colóquio sobre Poder Local foi promovido em Salvador, de 9 a 11 de dezembro, pelo Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA, Escola de Administração de Empresas (FGV/SP) e Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da UnB.

Procurou-se dar sequência a essa temática já tratada em colóquios anteriores. Foi dada ênfase à questão das determinações econômicas da política nacional e regional e seus reflexos sobre o desenvolvimento local, assim como as suas conseqüências sobre as políticas de regionalização e metropolização.

Rediscutindo conceitos sobre o regional e o urbano

Promovemos, também, o encontro intitulado "O regional e o urbano: estudos de planejamento". O intuito era rever a teorização atual a fim de incorporar as realidades mundiais neste período da história, de modo a sugerir uma reavaliação dos conceitos utilizados nos estudos e no planejamento urbano e regional.

Desse modo, duas vertentes se configuram. Uma agrupa questões relativas ao espaço territorial, considerando a reorganização contemporânea do espaço nacional e regional e seus fatores; uma segunda vertente reúne questões relativas ao espaço interno das cidades.

Tal projeto objetivou suscitar novas percepções e formulações sobre o urbano e o regional no Brasil, gerar novos processos de investigação e atualizar as teorias disponíveis.

A história urbana

O Seminário de História Urbana foi promovido pela MAU/UFBA, em Salvador, na primeira quinzena de dezembro de 1992. O projeto objetivou contribuir para o avanço e a sistematização do conhecimento da história das cidades, assim como discutir a sua importância para a renovação teórica e metodológica e das práticas do urbanismo e do planejamento urbano; buscar articulação com pesquisadores estrangeiros, sobretudo os da América Latina; propiciar um fórum de discussão para pesquisadores da área, especialmente para aqueles ligados aos programas filiados ou associados à ANPUR e prosseguir o mapeamento da produção iniciado no I Seminário.

Pensando o cotidiano e a cidade

Na cidade de Recife, em janeiro de 1993, foi promovido, pelo MDU/UFPE e Neru, um evento intitulado Cidade, cotidiano e processos psicossociais.

Mediante o cotidiano, os indivíduos são vistos em suas diferenças e em sua unidade, em suas limitações atuais e em suas expectativas, naquilo em que ainda são conduzidos pelo passado e em sua orientação para o futuro, nas influências locais e extralocais de sua ação presente.

O mundo da natureza, natural e artificial (o meio ambiente), o mundo da produção, o mundo dos valores e das crenças aparecem juntos como definição tanto do lugar como da sociedade local. Por isso, nas atuais condições do mundo moderno, o enfoque do cotidiano nas cidades mostra-se duplamente válido. Tanto ele serve para apreender, analiticamente, o processo global de vida da maioria das populações, quanto constitui um guia fundamental para o processo de planejamento. O objetivo central desse projeto foi enriquecer e renovar as propostas de estudo e de planejamento local.

Os processos de metropolização

O desejo, manifestado por planejadores e estudiosos, de um amplo debate em torno das bases teóricas do estudo da metropolização brasileira diante das transformações conjunturais e das exigências constitucionais de elaboração de planos diretores, motivou a elaboração do projeto "Metropolização".

O encontro foi promovido pelo IPPUR/UFRJ e teve como objetivos principais conhecer a situação de estudos e planejamento metropolitanos, assim como propor novas temáticas de pesquisa e rever os elementos incorporados nos Planos Diretores capazes de possibilitar uma reforma urbana.

A escala intraurbana

Sob os auspícios da UnB e da UFRJ, um projeto foi levado avante para estudar a "Estruturação espacial intraurbana em diferentes formações sociais". Seus principais objetivos foram ampliar o conhecimento teórico sobre os processos de estruturação espacial intraurbana, ampliar o intercâmbio entre os pesquisadores dessa linha de investigação e prosseguir um trabalho de pesquisa integrada que já vinha sendo realizado na UnB e no IPPUR/UFRJ.

O seminário "Estruturação interna das cidades brasileiras" teve por objetivo reunir representantes de equipes vinculadas ao tema, partindo de metodologia específica baseada em dados sobre transações de imóveis longitudinalmente organizados no tempo e no espaço. O seminário contou com a participação de pesquisadores nacionais e internacionais, o que favoreceu uma ampla discussão sobre a propriedade das teorias e modelos elaborados em função de realidades diversas.

O urbano no Brasil

Outra atividade foi o *workshop* O novo Brasil urbano: impasses, dilemas e perspectivas, realizado em julho de 1993, em Recife, na programação da

45ª Reunião Anual da SBPC. Promovido pela Diretoria da ANPUR, contou com o apoio da SBPC, Fapesp, CNPq, CAPES.

A questão ambiental e o planejamento

Promovido pela ANPUR e PROPUR/UFRGS, o seminário sobre "Relatórios de impacto ambiental como instrumentos de planejamento urbano" apresentou como principais eixos temáticos os estudos e os relatórios de impacto no atual quadro institucional sociopolítico do planejamento urbano, aspectos jurídicos e normativos dos estudos e relatórios de impacto ambiental, bem como experiências na questão de estudos e relatórios de impacto, com ênfase em suas implicações no meio urbano. Foram discutidos trabalhos relacionados com os problemas pontuais de impacto ambiental em áreas de Curitiba, Florianópolis, São Paulo, Porto Alegre, Enseada (Argentina), dentre outras.

A nova ordem mundial

Face à preocupação com as grandes transformações mundiais deste fim de século, acreditamos oportuno convocar o encontro internacional O novo mapa do mundo, que foi realizado de 1 a 5 de setembro de 1992, em São Paulo. Esse tema impunha-se. Refletir sobre o sentido da História e sobre um mundo em mudança é uma tarefa obrigatória dos especialistas do Território, atentos aos novos dinamismos na face do planeta e às novas formas de convivência entre os homens. Essa reunião buscou analisar os fatores de mudança, sugerir cenários e apontar para o futuro, de modo a podermos participar positivamente do grande elã de renovação.

Os temas centrais foram a aceleração contemporânea e o espaço, o sistema-mundo, as perspectivas do Terceiro Mundo, a nova ordem mundial, a globalização e a fragmentação, dentre outros. Com cerca de mil pessoas – pesquisadores de todo o Brasil e de diversos países –, esse encontro contou com o apoio de agências nacionais de fomento à pesquisa (CNPq, Fapesp, CAPES, Finep) e da Universidade de São Paulo. A forma escolhida para a circulação dos resultados foi a preparação de quatro livros, publicados em coedição da ANPUR com a Editora Hucitec.

V Encontro Nacional da Anpur

Como é sabido, a cada biênio a comunidade interessada pela temática do planejamento urbano e regional se reúne para apresentar, discutir, avaliar e projetar sua produção acadêmica e científica.

A reunião, de caráter estritamente acadêmico e científico, encerra-se com a Assembleia Geral que, além de tomar conhecimento, examinar e aprovar o Balanço da Diretoria, discute uma extensa pauta de assuntos de interesse da Associação e realiza a eleição da nova Diretoria.

Em 1993, o evento foi realizado na cidade de Belo Horizonte, com um número importante de inscritos, e com a apresentação e discussão de documentos científicos de qualidade.

Eventos que a Anpur apoiou

O seminário Integração, regiões e regionalismos foi realizado pelo IPPUR/UFRJ em novembro de 1992 na cidade do Rio de Janeiro.

O seminário interuniversitário Questões ambientais litorâneas foi organizado pela FAU/USP, Procam, Instituto Ambiental da Universidade de Dublin e pela Universidade Técnica da Delft (Holanda), e realizado na FAU/USP, em 1992.

As cartas da Anpur

Foram elaboradas, durante este período, duas cartas informativas, no intuito de comunicar as atividades desenvolvidas e mobilizar a Associação. As cartas foram, ainda, uma solução encontrada diante da impossibilidade financeira de editar periodicamente boletins informativos.

A produção de livros

Dentre as atividades que a Diretoria da ANPUR empreendeu consta, também, a produção de livros, bem como o acompanhamento das respectivas edições. Entre tais publicações encontramos:

L. Lavinas, L. M. F. Carleial e M. R. Nabuco (Orgs.). Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993;

M. Santos, M. A. A. de Souza e M. L. Silveira (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1994;

a Coleção O novo mapa do mundo, organizada por Milton Santos, Maria Adélia de Souza, Francisco C. Scarlato e Monica Arroyo;

M. Santos, M. A. A de Souza, F. C. Scarlato e M. Arroyo (Orgs.). Fim de século e globalização. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993;

M. A. de Souza, M. Santos, F. C. Scarlato e M. Arroyo (Orgs.). Sociedade e natureza de hoje. Uma leitura geográfica. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993;

F. C. Scarlato, M. Santos, M. A. A. de Souza e M. Arroyo (Orgs.). Globalização e espaço latino-americano. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993;

M. Santos, M. A. A. de Souza, F. C. Scarlato e M. Arroyo (Orgs.). Problemas geográficos de um mundo novo. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993.

Composição da diretoria

PRESIDENTE: Milton Santos (USP)
SECRETÁRIA EXECUTIVA: Maria Adélia A. de Souza (USP)
DIRETORES: Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ), Marco Aurélio de Filgueiras Gomes (UFBA), Wrana Panizzi (UFRGS)
CONSELHO FISCAL: Circe Monteiro (UFPE), Cristina Gobbi (UnB), Roberto Smith (CAEN/UFC)

On the road with Balzac: a ANPUR, o elixir da longa vida e sua metamorfose

Wrana Panizzi

Filósofa (1970) e Bacharel em Direito (1972) pela Universidade de Passo Fundo; Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1977); Doutora de III Cycle en Urbanisme et Amenagement pela Universite de Paris XII – Paris-Val-de-Marne, França (1984); Doutora em Science Sociale pela Université Paris 1 – Panthéon-Sorbonne, França (1988); Professora Titular da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FA/UFRGS); Presidente da ANPUR entre 1993 e 1995.

Introdução

Escrever sobre o tempo que passou é sempre uma tarefa que exige um certo esforço e a realização de um recorte por parte daquele que se ocupa em contar a "história de um tempo que passou". Aquilo que tenho na memória pode ser para muitos apenas reminiscências de alguém que esteve na direção da ANPUR por algum tempo. Muitas daquelas coisas – memórias de um tempo que passou – que guardo comigo fazem parte da história da referida instituição e estão registradas em diversos suportes. Algumas são somente minhas, como, por exemplo, as impressões que tive ao assumir a ANPUR e pela primeira vez responder institucionalmente por ela. Outras, preciso dos outros para lembrar, pois delas detenho apenas uma parte, um ponto de vista.

É fato, também, a ANPUR comemorou, em 2013, 30 anos de sua criação como uma entidade científica cuja suas atividades se concentram no desenvolvimento, no debate e no aprofundamento das questões teóricas, metodológicas e práticas do planejamento urbano e regional no Brasil. Tudo isso se fez sob a chancela da Universidade Federal de Pernambuco e da Fundação Joaquim Nabuco no seu XV Encontro Nacional – XV ENANPUR.

E refletindo alguns dias sobre isso, outras perguntas surgiram. Estaria essa memória assentada no processo histórico de seus 30 anos de atividades e no conjunto de suas ações, de seus feitos e de suas práticas político-institucionais, estas registradas na historiografia oficial da instituição e, portanto, compondo sua memória histórica? Ou, talvez, dispersa e não sistematizada, sendo eu, assim como outros dirigentes dela, apenas detentores de fragmentos desse tempo que passou e, portanto, herdeiros de um ponto de vista, este ligado apenas à minha vivência e experiência individual, quando na direção da instituição tive assento? Ou, ainda, estaria, no somatório desses pontos de vista, e por isso não me lembro de tudo, pois preciso dos outros para essa memória coletiva aceder? Ou, ainda, encontra a sua fundamentação na memória coletiva daqueles que por lá passaram e que com a instituição em algum momento interagiram?

Essas são questões a que, talvez, até o final do texto, consiga responder, ou não. Mas algumas certezas já podem ser apontadas e datadas, dentre elas que, nesses 30 anos de existência da ANPUR, esta última sempre se ocupou de temas diretamente vinculados à compreensão do papel da cidade, da região e do território como estratégicos no desenvolvimento socioeconômico brasileiro; que sua história está ligada diretamente ao

compromisso institucional e ao enfrentamento dos grandes desafios vividos pelo nosso país e suas instituições de ensino e pesquisa, diante das grandes transformações ocorridas em nosso território, especialmente a partir da segunda metade do século passado, desafios hoje ampliados no contexto da globalização e de seus efeitos.

No decorrer desses 30 anos, o Brasil aos poucos se transformou em uma sociedade urbana de base industrial. E, assim, passou também a viver um tempo muito especial com o estabelecimento e a expansão das políticas de desenvolvimento urbano e regional que repercutiram em todo o território nacional e em diferentes países, tendo sempre, como mote, o estabelecimento de uma experiência inédita de planejamento territorial que se ocupou em pensar a questão urbana por meio de suas múltiplas interfaces, relacionando-a com as questões econômica, habitacional, social, patrimonial, arquitetônica, estrutural, etc., sobretudo, mediante o fortalecimento, no interior da sociedade urbana e industrial, da construção e promoção de uma política de planejamento urbano, especialmente pelo viés das políticas habitacionais, cuja maior conquista, talvez, tenha sido a criação e a implantação de planos diretores em muitas cidades que passaram a compreender o espaço urbano como algo vivo e dinâmico, e não mais como uma simples coordenada sobre um eixo cartesiano. E é com algumas dessas questões – até aqui apontadas – que nos ocuparemos no decorrer deste texto.

A transformação: quando a morte não é apenas o fim, e sim o renascimento

> Numa manhã, ao despertar de sonhos inquietantes, Gregório Samsa deu por si na cama transformado num gigantesco inseto. Estava deitado sobre o dorso, tão duro que parecia revestido de metal, e, ao levantar um pouco a cabeça, divisou o arredondado ventre castanho dividido em duros segmentos arqueados, sobre o qual a colcha dificilmente mantinha a posição e estava a ponto de escorregar. Comparadas com o resto do corpo, as inúmeras pernas, que eram miseravelmente finas, agitavam-se desesperadamente diante de seus olhos (Franz Kafka – A Metamorfose).

Já faz algum tempo que o planejamento urbano assumiu um papel de destaque, tornando-se um elemento de forte uso ideológico e remédio para todos os males da expansão desigual da população em direção às cidades nas diferentes regiões. Falamos aqui muito especialmente dos anos finais

de 1960, da década de 1970 e do início dos anos 1980. Aqui nos referimos a um modelo de planejamento urbano de base tecnocrática e centralizador, momento em que a ANPUR é criada em 1983. Era um momento difícil, e a roda precisava ser reinventada – ou, pelo menos, que se inovasse na maneira de pensar a questão urbana – pois a crise já estava fortemente instalada e vivíamos um período de ausência de políticas, cujo traço mais marcante era o abandono de um modelo de Estado provedor e a ascensão do neoliberalismo. Estávamos, pois, "em plena década perdida".

Os efeitos de tal período se estendem até o final do século, quando o recuo do crescimento econômico e suas consequências determinam a suspensão das políticas globais e setoriais – habitação, transportes, saneamento –, junto à crise do financiamento para estudos, pesquisas, produção do conhecimento e formação de recursos humanos. A redução dos recursos se faz sentir, sobretudo, na educação e na pesquisa, em que os recursos destinados às agências de fomento, tais como o CNPq, o FINEP e a CAPES, foram drasticamente reduzidos, assim como aqueles destinados a programas especiais e contínuos desenvolvidos pelos diferentes órgãos governamentais.

Nesse contexto, a ANPUR, fundada pelos cinco programas de pós-graduação à época existentes – USP – UFRJ – UFRGS – UFPE e UNB –, desde logo assume um compromisso com o fortalecimento, a manutenção e a expansão das instituições de ensino e pesquisa, a recuperação do financiamento para a produção de conhecimento, mas, além disso, o compromisso com o equacionamento das questões urbanas e regionais na perspectiva da construção de estratégias para a efetividade de um pertinente projeto nacional de desenvolvimento. Aqui, a alegoria e o desconforto de Gregório Samsa ao perceber-se transformado em inseto reflete um pouco daquilo que a ANPUR teria pela frente, qual seja, compreender por que as coisas chegaram a esse ponto e como, não fugindo de suas responsabilidades e dos desafios impostos por ela a si própria, daqui para a frente fazer a diferença e pensar a questão urbana sob uma outra perspectiva.

Nesse sentido, torna-se fundamental considerar que, para pensar o papel da ANPUR nesses 30 anos, é necessário que tenhamos presente pelo menos dois eixos básicos que, grosso modo, podem e devem nortear as nossas reflexões e ações quando discutimos o papel e os compromissos de uma entidade como a ANPUR. São eles: a autonomia das nossas instituições de ensino e pesquisa – a **autonomia universitária** – e – o **projeto de nação** que queremos construir. Esses, talvez, no tempo presente, os únicos princípios capazes de sustentar o compromisso de nossas instituições com o Brasil e

que podem, também, além de políticas de Estado e de Governo, fundamentar sua legitimidade.

O Elixir da Longa Vida: A ANPUR 10, 20 e 30 anos depois: novas conquistas, novos desafios

> No segredo das ilusões humanas, jovem e belo, lançou-se para a vida, desprezando o mundo para melhor dele se apoderar. Assim, a sua felicidade não poderia ser a ventura burguesa que se contenta com cozido trivial, uma confortante botija de água quente na cama, no inverno, um candeeiro para a noite e umas pantufas novas em cada trimestre. Apoderou-se da existência como um símio que apanha uma noz e, sem perda de tempo, trata espertamente de desembaraçar o fruto da casca inútil, para lhe saborear a polpa (Honoré de Balzac – O elixir da longa vida).

O VI Encontro Nacional da ANPUR marcou os dez anos da realização do primeiro encontro da Associação, em Nova Friburgo. Desde então, as reuniões sucederam-se a cada dois anos, com um número sempre crescente de participantes e de trabalhos apresentados, isto porque, por um lado, cresceu o número de sócios (tanto na categoria de filiados como de associados) em todas as regiões do país e, por outro, pela progressiva inserção alcançada pela Associação na comunidade científica.

Tendo como eixo temático Modernidade, exclusão e espacialidades do futuro, o VI Encontro Nacional da ANPUR dedicou-se a refletir sobre as transformações pelas quais vinha passando o espaço urbano e regional, tanto no âmbito local quanto mundial em face a processos de mudança tecnológica, desregulamentação das relações de trabalho, formação de associações empresariais internacionais e o incremento do comércio mundial, e, também, sobre a crescente interdependência política. A chamada "globalização" tornou-se, assim, um tema imperativo para uma comunidade composta por instituições e estudiosos que se dedicam a compreender essa dinâmica, tão complexa e tão intimamente ligada ao planejamento. Nesse sentido, os vários eixos temáticos com os quais se ocupou o VI Encontro Nacional da ANPUR procuraram retratar o "estado das artes" do conjunto de pesquisas desenvolvidas pelos diversos centros que dela faziam – e ainda fazem – parte.

Os trabalhos que abordavam Estado e planejamento urbano e regional enfocaram os aspectos político-institucionais da gestão do território, da reforma constitucional e do planejamento urbano, o neoliberalismo e as políticas urbanas e sociais, a crise habitacional e a expansão das periferias urbanas,

a gestão de regiões urbanas e de políticas públicas. Novos conceitos, práticas e instrumentos teórico-metodológicos e político-institucionais – simulador de cidades, geoprocessamento, operações interligadas, impostos patrimoniais imobiliários e reforma tributária, índices de aproveitamento, solo criado e plano diretor como instrumento de pacto social – foram examinados e muitas foram as reflexões que se fizeram presentes nesse VI Encontro Nacional da ANPUR.

Em Urbanização, desenvolvimento regional e meio ambiente, foi retomado o enfoque regional, com contribuições sobre uma avaliação do impacto de grandes projetos, de cidades industriais planejadas, da gestão ambiental, da gestão metropolitana e do meio ambiente urbano, e também sobre fenômenos em curso, como a desconcentração espacial, as migrações e as transformações na fronteira meridional em razão do Mercosul. Já a Dinâmica intraurbana e infraestrutura social e econômica foi analisada de várias formas: desde os ângulos já tradicionais da dinâmica imobiliária, das relações entre transformações socioeconômicas e uso do solo, da regularização fundiária e do mercado de terras, mas também inaugurou novas perspectivas que buscavam pensar a qualidade de vida na cidade e os problemas metodológicos relativos a índices capazes de aferi-la.

O pensamento urbanístico moderno e pós-moderno, as questões conceituais da espacialização contemporânea, semiótica, a imagem e as representações sociais da cidade foram temas tratados do eixo História, preservação e imagem urbana, assim como a temática dos Agentes e formas de interação socioespacial foi, também, objeto de muitos trabalhos e comunicações, tendo em vista que, como já mencionamos, foi a temática que mais se expandiu desde os anos 1980, sendo, nesse VI Encontro Nacional da ANPUR, apresentados vários trabalhos sobre associações políticas voluntárias, associações de moradores, ONGs, parcerias, redes de ação coletivas, movimentos sociais, neorregionalismo de base popular.

Os Temas emergentes revelaram toda a capacidade que tem a ANPUR, representada por seus pesquisadores, de manter-se em sintonia com os fenômenos que, embora ainda obscuros para os observadores e analistas, traduzem novas demandas sociais. A atualíssima questão das infovias[1], por exemplo, foi abordada do ponto de vista das divergências sobre os monopólios das telecomunicações nos países latino-americanos, da situação das infovias nacionais e dos desafios a serem enfrentados para sua expansão futura, bem como da necessidade de se criar um fórum adequado para a discussão das políticas para esse setor no país.

1 Vias de transporte de informações de diversas naturezas: imagens, sons, dados.

A emergência de processos econômicos que se estendem além das fronteiras nacionais provocou, também, indagações, não só sobre as transformações territoriais em curso, mas também sobre as espacialidades do futuro. As inovações atuais permitem a associação das telecomunicações às técnicas de tratamento de dados, conferindo às redes uma potência muito maior. As distâncias se contraem pela instantaneidade das transmissões, o que facilita a integração do território e a articulação do mesmo à economia internacional. Os eventos passam a ser determinados, simultaneamente, por interações locais e concepções globais. Nesse contexto, estaria o espaço se tornando uma noção em desuso, desprovida de sentido, qualquer coisa de indiferenciado ou homogêneo? Não, pois graças às redes ocorre uma seletividade espacial e a importância estratégica da localização geográfica vem sendo, de fato, ampliada.

Como repensar a questão regional? Até então, a região, em termos de gestão ou de planejamento, foi vista como parte de um Estado nacional. Com o reconhecimento dos novos processos de integração em escala mundial, a noção de Estado foi sendo questionada e sua dissolução parecia ser a tendência, mas a maioria dos estudos apresentados nesse VI Encontro Nacional da ANPUR concluía que o Estado continuava sendo uma instância central de legitimação do poder e o destinatário principal das demandas da população.

Outros processos ligados à globalização – como, por exemplo, a reorganização e a refuncionalização do espaço urbano que se orientam para uma nova inscrição das cidades no território nacional e internacional – também foram tratados como temas emergentes. Foram analisados vários casos de política de *city marketing* das administrações municipais, que deram origem a projetos urbanísticos de reorganização dos espaços urbanos com vista a adequá-los às demandas por melhor qualidade de vida e dar-lhes condições de concorrer com outras metrópoles na atração por investimentos e na localização de atividades, principalmente terciárias.

A política de intercâmbios internacionais da ANPUR viu-se extremamente fortalecida com as articulações feitas com a Association of European Schools of Planning (AESOP), a Sociedad Interamericana de Planificación (SIAP) e a Association of Collegiate Schools of Planning (ACSP), o que resultou na organização de uma mesa redonda no VI Encontro Nacional da ANPUR, em que foram amplamente discutidas as perspectivas de integração em pesquisa e planejamento regional, entre essas e outras associações, no continente. Como sintetizou Carlos Vainer quando da publicação dos Anais desse encontro:

> O VI Encontro Nacional da ANPUR reuniu pesquisadores de todo o país, dedicados a desvendar a realidade complexa que a todos desafia e a propor caminhos. Enfocou as dificuldades que enfrentam as universidades e centros de ensino e pesquisa autônomos, sem os quais o desenvolvimento científico e tecnológico estará comprometido. Os trabalhos refletem uma visão ampla das múltiplas correntes de pensamento que hoje alimentam o debate científico-acadêmico na área de planejamento urbano e regional, que extrapola os muros das universidades para se converter em práticas e experiências concretas, num número cada vez maior de administrações locais, organizações não governamentais e movimentos populares.

Assim, esse VI Encontro Nacional da ANPUR, em Nova Friburgo, foi um momento de avaliação da produção científica na área e veio afirmar a clara opção por uma Associação com perfil acadêmico, pluridisciplinar, com membros institucionais. Sua organização e o sucesso obtido nesses primeiros 10 anos demostraram que, apesar das diferenças, havia comunalidades suficientes para levar adiante a ANPUR. Tudo isso que se observou nesses primeiros dez anos parece ter valido a pena na medida em que o número de membros cresceu, enriquecendo o espectro de instituições de ensino e pesquisa, de enfoques, de experiências, e a ANPUR tornou-se um espaço efetivo de reflexão e intercâmbio.

Contudo, é curioso que a afirmação e o crescimento da Associação corra paralelamente ao desmantelamento quase total dos instrumentos do planejamento por parte do Governo Federal, desmantelamento, que a dança dos nomes e das siglas apenas torna mais melancólico – CNDU, CNPU, Ministério do Urbanismo, do Bem-Estar e da Ação Social, Secretaria de Integração Regional, etc. Também a partir desse período quebra-se o gelo na relação com as agências de fomento, e a ANPUR começa a ser reconhecida como um interlocutor legítimo.

São marcantes, nesse período, também, as discussões em torno do PROURB, junto à FINEP, ao CNPq, à CEF, com vista ao fortalecimento da pesquisa na área. Com o CNPq, ensaia-se uma ação articulada para a formação dos comitês assessores e, com a CAPES, reivindica-se um tratamento similar ao conferido a outras áreas. A Fundação Ford, a FAPESP, dentre outras, são procuradas para um apoio institucional à nascente associação. Há, também, a emergência de novas questões, outras e ricas

experiências, que mal começamos a absorver e a analisar. Dentre elas: 1) Como descentralizar sem destruir as condições de um projeto nacional cuja necessidade parece inadiável? 2) Como incorporar as questões ambientais? Como enfrentar os novos muros – internos ou externos – que a globalização exige sob os escombros dos muros já derrubados?

Isto posto, tem-se que, desde aquele tempo, a ANPUR, tem conseguido ser contemporânea às questões emergentes sem, no entanto, abandonar-se ao modismo. Isso, por si só, nos tempos que correm, constitui-se em virtude extraordinária dela. Daí sua vitalidade que se faz presente até hoje, expressa em eventos cada vez mais numerosos e concorridos, em que novos e velhos temas têm espaço garantido, em que novos e não tão novos pesquisadores podem explicitar suas perplexidades, suas certezas, suas angústias criativas.

Com a presença cada vez mais marcante de estudantes, tais eventos consolidam a ANPUR como um lugar privilegiado para o pensamento crítico, incessantemente insatisfeito e sempre incompleto, simultaneamente comprometido com a realidade da cidade e da região brasileiras e com os novos avanços da pesquisa e da prática em nossa área, de modo que, num país acostumado a lamentar os projetos interrompidos, a lamber as feridas de planos frustrados, não temos por que nos envergonhar de comemorar.

Somos a única Associação do gênero na América Latina, fazendo par com a *Association of Collegiate Scholls of Planning* (ACSP) dos Estados Unidos e a *Association of European Schools of Planning* (AESOP). Se fizemos menos que o necessário, se não fomos capazes de interferir mais decisivamente nos processos decisórios, nem por isso menos debates e ideias deixaram de ecoar ali onde se tem tentado escapar das alternativas propostas pelo delírio tecnocrático e pela utopia liberal.

Convencidos de que há muito mais coisa entre o planejamento autoritário-centralizado e a mão invisível do mercado do que deixa transparecer a vã filosofia dos arautos dos anos 1990, acreditamos que, tanto quanto há dez anos atrás, a ANPUR tem muito trabalho pela frente. Isso é motivo mais do que suficiente para saudar nossa Associação. Já neste novo milênio que se iniciou, constatamos que a produção do conhecimento já não pode ocorrer somente dentro de instituições isoladas, nem se viabiliza só pelo trabalho individual dos pesquisadores. Nesse contexto, uma entidade como a ANPUR pode significar um novo patamar de interação e cooperação na produção científica. Olhando retrospectivamente a trajetória da Associação, vemos que ela se encontra reestruturada e atualizada, apta a dar continuidade

a toda uma tradição construída com o esforço persistente de seus integrantes e, ao mesmo tempo, ávida por expandir seu âmbito de atuação, aperfeiçoando seus mecanismos de funcionamento, de modo a enfrentar os novos desafios. Essa é a principal marca de sua história[2].

On the Road: refletindo sobre os desafios do tempo presente

> Acertastes, senhor cavaleiro, no motivo da minha suspensão e curiosidade, mas não acertastes supondo dissipar o espanto que me inspira o ter-vos visto, que, ainda que dizeis que o saber já quem sois mas poderia tirar, não foi assim, antes agora, que o sei, fico mais suspenso e maravilhado. Como é possível que haja histórias impressas de verdadeiras cavalarias! Não me posso persuadir que exista na terra quem favoreça viúvas, ampare donzelas, respeite casadas, socorra órfãos; e não o acreditaria, se em Vossa Mercê o não tivesse visto com os meus próprios olhos (Dom Quixote – Vol. 2 – Cap. XV – Miguel de Cervantes).

Fazendo uma breve digressão, lembramos que assumimos a Presidência da ANPUR para o período 1993-1995 tendo Naia Oliveira como secretária executiva e, como companheiros de diretoria, os colegas Roberto Monte-Mór, Hermes Magalhães Tavares e José Carlos Cavalcanti. No Conselho Fiscal, contamos com a colaboração de Suzana Pasternak Taschner, Isaías Carvalho Santos Neto e Benny Schvasberg. Nesse período, juntamente com os companheiros citados, estivemos a cargo da condução da ANPUR. Empenhamo-nos em fazê-la avançar e capacitar-se em relação aos novos desafios, recolhendo e consolidando suas melhores tradições de trabalho, tanto no plano intelectual e científico quanto no plano propriamente associativo.

Nessa perspectiva, buscamos impulsionar atividades que tinham como foco responder ao programa de trabalho que fora estabelecido para essa gestão, dentro do qual foi dada grande importância às tarefas de comunicação e informação, consideradas fundamentais para assegurar a vitalidade da Associação. Assim, o Boletim da ANPUR foi uma peça-chave: foram produzidos quatro números, por meio dos quais foi dada ampla divulgação às atividades de filiados e associados, levando a cada um as informações indispensáveis para mantê-los ligados à Associação. Esse papel pode ser mais bem aquilatado quando se tem em conta que o Boletim foi o principal veículo de divulgação e discussão das propostas para a reforma dos estatutos da ANPUR.

2 Era isso que de forma geral expressei, ainda no final dos anos 1990 em Panizzi (1999).

No plano da produção científica, logo de início, tivemos a satisfação de ver publicado o livro O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas que, sob a coordenação da professora Flora Gonçalves, reuniu os resultados da participação da ANPUR na SBPC de 1993, no Recife. Essa publicação tornou-se referência indispensável para a compreensão da fase que, resumidamente, aqui tentamos reportar. Em 1994, várias atividades sob a responsabilidade dos filiados e associados da ANPUR deram sequência ao debate, tanto sobre os temas tradicionais quanto sobre outros que se impunham por sua contemporaneidade.

Nesse período, também, o encontro Imagens da cidade, realizado em abril, sob a coordenação das professoras Célia Ferraz de Souza e Sandra Jatahy Pesavento (PROPUR/UFRGS), promoveu uma discussão aprofundada, com um grupo especializado, sobre os discursos e as imagens que fazem parte do que se convencionou chamar de "imaginário social" da cidade, como campo de representação do real, e que não se confunde com ele. As imagens urbanas, veículos visuais de ideias e significados, expressam-se pela iconografia, fotografia, desenho, cartografia, pintura, ou ainda pelos discursos literários, políticos e técnicos. Isso posto, tem-se que, desde essa perspectiva e no que se refere especificamente ao planejamento urbano e ao urbanismo, o estudo do imaginário nos remete às atividades exercidas e desenvolvidas sobre um território, onde se desenvolvem as práticas sociais através dos tempos e que, para compreendê-lo, exige uma abordagem interdisciplinar, na qual os diversos olhares sobre a cidade são avaliados. Foi o que o Encontro tratou de propiciar: um espaço interinstitucional de troca.

Em agosto desse mesmo ano, aconteceu o seminário internacional sobre As origens das políticas urbanas modernas: Europa e América Latina – empréstimos e traduções, numa promoção conjunta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) e o Centre de Sociologie Urbaine (CSU/CNRS), coordenado pelos professores Luiz César de Queiroz Ribeiro e Robert Pechman (IPPUR-UFRJ). Esse evento representou o desfecho de uma pesquisa comparativa desenvolvida por essas instituições ao longo de dois anos, propondo-se a ser o ponto de partida para a construção de uma rede de pesquisadores dedicados ao tema. Participou desse seminário cerca de trinta especialistas europeus e latino-americanos. Partindo-se da premissa de que a "ciência urbana" surgiu como um campo de reflexão sobre a sociedade moderna, abrindo espaço à crença na possibilidade de utilizar regras e modelos cientificamente definidos para enfrentar os problemas urbanos, tem-se que, nesse seminário, foram debatidos projetos

de reforma social e reforma urbana, formulados em diferentes realidades e tempos históricos. O temário abrangente incluía, dentre outros itens: o estudo do urbanismo e das políticas habitacionais no quadro dos projetos reformadores; as categorias de formulação dos problemas urbanos, diagnósticos e prescrições; os dispositivos de observação da cidade, regras e modelos de intervenção; o meio político, social, cultural e profissional dos reformadores; os grupos profissionais e suas trajetórias individuais – atores da reforma urbana; a emergência do urbanismo como disciplina e como profissão; os urbanistas franceses, ingleses, italianos e americanos na América Latina e o modo como se dá a importação e a exportação de saberes e técnicas.

Em setembro, ocorreu o Seminário de História da cidade e do urbanismo, no Programa de Mestrado em Arquitetura da USP/São Carlos, com a coordenação do professor Carlos Martins. Foi o terceiro de uma série de encontros bienais, que visavam, também, à constituição de uma rede latino-americana de pesquisa sobre o tema. Ainda em 1994, teve início, sob a responsabilidade da Diretoria e com a colaboração dos filiados da ANPUR, o projeto Avaliação do planejamento urbano e regional no Brasil, com o qual se buscava verificar como as novas condições de produção econômica e de organização territorial (descentralização produtiva), as novas condições políticas (abertura democrática) e institucionais (nova Constituição Federal e novas leis orgânicas municipais) estariam afetando tanto as práticas de planejamento quanto o ensino e a pesquisa nesse campo.

Essa experiência, a nosso ver, pode ser considerada uma das mais promissoras empreendidas no âmbito da Associação, à época, uma vez que, além de voltar-se para uma problemática que é central em nosso campo de trabalho, desenvolveu-se de forma articulada, com ampla participação de programas e centros filiados e associados. Representou, sem dúvida, um passo a mais na concretização de um dos objetivos básicos da ANPUR: envolver grupos de pesquisa para realizar o objetivo dos Estatutos sobre redes de pesquisa. Nesse período, fomentados pela Associação, foram trabalhados eixos temáticos relativos a: Ensino e formação, Instrumental científico e metodológico, Atores e formas de interação e Novas realidades e problemas atuais. Em outubro de 1994, foi realizado um *workshop*, em Gramado, no Rio Grande do Sul, apresentando os resultados preliminares que no VI Encontro Nacional da ANPUR foram detalhados e aprofundados.

A culminância de toda essa efervescência foi – aliás, como tem sido desde a criação da entidade – a realização do VI Encontro Nacional da ANPUR, já

mencionado, que aconteceu em maio de 1995, em Brasília (DF), organizado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB. Cabe aqui destacar o empenho da Comissão Científica, formada pela Diretoria da ANPUR e de mais quatro colegas (professoras Regina Pacheco, Eva Samios, Tânia Fischer e Rosélia Piquet), a qual atuou ao longo de todo o processo, bem como o apoio recebido dos órgãos financiadores: Finep e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). Dada sua reconhecida importância, o projeto foi assumido decididamente pela gestão seguinte, tendo sua continuidade garantida.

Assim sendo, e como a historiografia nos mostra, observa-se que o grupo que conduziu a ANPUR de 1993 a 1995 procurou fazer um trabalho de fortalecimento da entidade, tanto pela expansão dos contatos internacionais, com vista a estabelecer intercâmbios, quanto tratando de aproximar a Associação dos programas e de entidade filiadas e/ou associadas. Foram promovidas reuniões em Porto Alegre, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Foi igualmente nesse período que teve lugar a reforma dos Estatutos, processo no qual o Boletim da ANPUR cumpriu a importante função de ser o veículo de divulgação das iniciativas e propostas feitas pelos programas e entidades filiados. A Comissão criada para sintetizá-los apresentou o resultado no VI Encontro Nacional da ANPUR, em Nova Friburgo, momento em que foram votadas e aprovadas as modificações.

Ao entregar a condução da Associação à nova Diretoria eleita em maio de 1995, deixamos garantida, na Finep, a pré-aprovação dos eventos programados para esse ano: o seminário sobre Espaço e tempo – tecnologias da informação e comunicação, anteriormente com o título de Macrourbanização e Cultura, sob a coordenação das professoras Ana Clara T. Ribeiro e Tamara Egler (IPPUR/UFRJ), e o Seminário sobre Paradigmas, métodos e metodologias na área dos estudos urbanos, com a coordenação da professora Ana Fernandes (FAU/UFBA).

Mas, depois disso, muitos desafios se impuseram e muitas conquistas também foram obtidas e, aqui, uso a memória dos outros para brevemente relatá-las. Claro que, não com tanta profundidade como quando estive na Diretoria, dado que é sempre mais fácil falarmos daquilo que experienciamos e vivemos de modo que, mesmo que inconscientemente, na construção de uma narrativa coerente, acabamos por dar sentido à vida a partir daquilo que vivemos, e essa retomada de outros períodos visa, sobretudo, balizar essa construção e dar voz a outros atores que fizeram e ainda fazem parte da história da ANPUR que, há pouco, tornou-se mais uma das “mulheres

de Balzac". Portanto, com base em relatos escritos e falados (ou ditos) é que me aproprio aqui de considerações de colegas e pesquisadores da área para algumas considerações sobre o desenrolar dos diversos encontros: seu alcance e sua importância na construção da nossa entidade.

Antes, porém, parto da afirmação de que a ANPUR, enquanto entidade de caráter científico e acadêmico, tem pautado as suas atividades, ou melhor, a sua trajetória, nesses seus 30 anos, balizada pelas performances e conteúdos discutidos e analisados nos seus encontros nacionais. Esses, sem dúvida, tem-se constituído em *locus* de referência da construção do seu papel acadêmico e de compromisso com a sociedade. É neles e com eles que a entidade tem encontrado a sustentação do seu papel e a sua legitimidade frente à comunidade cientifica nacional e se firmado como agente de inter-relação com os demais atores acadêmicos e, sobretudo, com os sociais. Tanto em termos nacionais e mesmo além de nossas fronteiras – pois é a partir deles e trabalhando com eles –, enquanto agente proativo, a entidade tem solidificado o seu crescimento e a sua respeitabilidade: acadêmica, social e política.

Esses atores acadêmicos e sobretudo os sociais têm servido, para a entidade, como âncora a alimentar e fazer crescer a sua ação institucional na discussão de questões do tempo presente, no pensar as demandas pontuadas e trazidas pelas conjunturas nacional e internacional. Não menos importante, é também o papel desses atores e o modo como sua atuação na entidade têm propiciado diversos tensionamentos – e por que não inflexões, também? – extremamente importantes que fazem a ANPUR ser o que é hoje, esses ocorridos em diferentes momentos históricos e, também, durante os encontros da Associação. Como não poderia ser diferente – ou deixar de ser –, de ela estar sempre pautada em suas decisões e posições enquanto órgão representativo, pelas questões mais de fundo que se atrelam a raíz de sustentação das grandes questões acadêmicas, científicas, políticas e sociais. Fundamentar e aprofundar a compreensão das diferentes conjunturas, a partir de análises e da compreensão qualificada das causas e razões estruturais, é, sem dúvida, o seu grande desafio e sua razão maior. Mas isso não foi e não é uma tarefa fácil de ser cumprida, pois, no dizer de Ana Fernandes, "a ação institucional anpuriana se fez percorrendo conjunturas e por elas sendo percorridas...[3]". Mas afirmo que nesse percurso o domínio e a clareza do estrutural foram fundamentais.

Assim, ao longo dessas décadas de existência e presença da ANPUR, podemos observar que a preparação, a realização e a efetividade dos

3 Fernandes (2012).

encontros nacionais foram marcadas pela continuidade, crescimento e presença a cada dois anos[4]. Hoje é possível contabilizar 15 ENANPUR(s) em diferentes regiões do país e em parceria com diversificados centros e instituições de pesquisa e formação de recursos humanos. Sem dúvida, essa forma de realização tem permitido a presença da entidade de maneira mais efetiva e "física" Brasil afora, de norte a sul. Não é demais repetir, de forma sintetizada, que esses espaços – os encontros nacionais – sempre foram um lugar para a realização de reuniões, debates de múltiplos e diversificados campos da pesquisa, de discussão e debate do planejamento urbano e regional e, sempre, trouxeram à ANPUR e a seus associados um novo gás, propiciando – a esses – novas abordagens e novas questões, sem jamais esquecer os temas centrais vinculados ao desenvolvimento urbano e regional do Brasil, objeto e razão da sua existência.

De pequenos *meetings* em que os centros de pós-graduação ainda viviam de forma isolada, com duplicidade de esforços, refletindo a pequena comunicação e a baixa circulação de textos, à época apresentados de forma datilografada e em cópias limitadas, até os últimos tempos, os grandes "fóruns" da área de conhecimento, com a apresentação de centenas de trabalhos, de disputadas e concorridas "vagas" para a apresentação e a participação de pesquisadores de todas as regiões, assim como a presença também robusta de estudantes, de modo que os encontros, de fato, têm despontado como um moto-contínuo[5] a impulsionar o papel aglutinador da ANPUR, bem como têm servido para amalgamar a sua memória coletiva e histórica. Vejamos, então, alguns aspectos relativos aos diferentes encontros que permitiram à ANPUR construir a sua identidade, hoje festejada[6].

No começo, logo após a sua criação, ainda sob a égide da formação inicial da Pós-Graduação no país, a ANPUR realizou o seu primeiro ENANPUR, em 1986, em Nova Friburgo. Nele foi apresentado um balanço da produção da área desde o início da década de 1980, abarcando teses de doutorado e de livre docência, dissertações de mestrado, pesquisas desenvolvidas e em andamento, artigos publicados ou aceitos para publicação, além de relatórios de consultoria e outros materiais referentes às três temáticas abordadas no encontro, a saber: o Planejamento Regional, o Planejamento

4 Depois dos dois primeiros ENANPUR(s) esses passaram a ser realizados a cada dois anos.

5 Também conhecida como máquina de movimento perpétuo é uma classes de máquinas hipotéticas que, em tese, reutilizariam indefinidamente a energia gerada por seu próprio movimento para produzir esse mesmo movimento.

6 As origens das observações apresentadas podem ser encontradas em Fernandes (2012), Monte-Mór (2013), bem como nos Anais dos diferentes encontros e boletins da ANPUR.

Urbano e a Tecnologia da Habitação. Para cada uma dessas áreas, foi apresentado um relatório que buscava refletir o estágio em que se encontrava a produção do conhecimento à época.

Já, no ano seguinte, 1987, o II ENANPUR foi realizado em Teresópolis, seguindo as mesmas características anteriores. Os debates, inicialmente, estiveram centrados no Programa Regional de Interiorização do Desenvolvimento Urbano e nos processos de metropolização em curso, bem como se debruçaram, também, sobre os impactos de alguns grandes projetos que se estabeleciam nos polos agropecuários na Bahia e no interior de São Paulo, além dos temas relativos às regiões fronteriças, às áreas deprimidas e às áreas vazias. É sob a égide dessas questões temáticas que o III ENANPUR acontece, agora dois anos depois, em 1989, na cidade de Águas de São Pedro, em que a análise crítica sobre a falência das políticas regionais – vide o caso SUDENE – e a discussão sobre a interiorização do desenvolvimento e a necessidade da retomada do crescimento econômico estiveram presentes.

Os estudos e trabalhos apresentados no III ENANPUR refletiam as transformações que o país vinha operando na organização territorial, nas práticas de planejamento e na superação dos obstáculos ao desenvolvimento. É também nesse encontro que algumas questões urbanas propriamente ditas começam a ser colocadas, mas, ainda, de forma tímida e esparsa no que se refere aos espaços e aos temas objeto de reflexão. A ênfase, à época, era o tratamento das questões com base em processos históricos, com uma diversidade de abordagens teóricas, muitas delas revelando alguma confusão metodológica. Dominava o enfoque neomarxista nas análises críticas, essas sempre sob a influência dos autores da escola francesa, em alta nos estudos desenvolvidos em centros acadêmicos institucionais.

Os encontros que se seguiram buscaram tratar como objeto principal de discussão a interiorização do desenvolvimento urbano, bem como as questões ligadas aos processos de metropolização e à política habitacional, ambas já marcando presença nas discussões nacionais: "As preocupações com o 'desenvolvimento econômico puro' dominaram a cena, privilegiando a escala regional e se estendendo para questão do 'desenvolvimento urbano', preocupação central no âmbito do planejamento"[7].

Questões ligadas às migrações e à provisão de serviços urbanos e aos temas da produção imobiliária e do uso do solo, que se imporiam como temas permanentes nas décadas seguintes, já, por essa época, começavam

7 Ainda no dizer de Monte-Mór (2013, p. 113), já citado anteriormente.

a “pipocar” em alguns fóruns de discussão e debate existentes nesses encontros, agora bianuais, o que, de fato, refletia as preocupações com a intensa urbanização observada nas últimas décadas no país. Isso que implicou, grosso modo, a formação de extensas periferias precárias nas áreas metropolitanas e nas principais cidades médias do Brasil.

Em 1991, o IV ENANPUR, realizado em Salvador, teve como foco a temática do território e a sua reestruturação. Os temas foram mais alargados e buscavam expressar o esgotamento de um tempo e de uma política, focando, portanto, questões como: a reestruturação espacial do país, os novos recortes regionais e as novas territorialidades metropolitanas. Surgiram, nesse encontro, novos temas emergentes que sinalizavam, especialmente, a necessidade de se discutir o Estado e o processo de redemocratização do país. As questões relativas à nova Constituição de 1988, as questões ambientais e as mudanças tecnológicas não só encontraram espaço específico como foram objeto de apresentação de muitos trabalhos, assim como de profícuos debates.

Já em 1993, no V ENANPUR, em Belo Horizonte, a questão ambiental aparece de forma mais clara e se firma como tema específico a ser tratado, calcado na relação entre a questão ambiental, os avanços tecnológicos observados e a dinâmica urbana. O interesse e a qualidade desse tema refletiam a repercussão da ECO-92, ocorrido no ano anterior no Rio de Janeiro, de modo que o debate sobre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente foi a grande discussão e a “novidade” desse encontro. Mas os grandes temas anteriormente presentes e importantes para a comunidade anpuriana lá estavam, uma vez mais, acompanhados sempre de aprofundadas e renovadas discussões. Por sua vez, o VI ENANPUR, do qual participei de forma mais próxima, por força do cargo de presidente da entidade e conforme foi anteriormente dito, firmava-se nas discussões sobre Modernidade, Exclusão e Espacialidade do futuro, aprofundando os temas em destaque no amplo leque de questões instigantes e desafiadoras da temática central do encontro, como já escrevi anteriormente e aqui apenas pontuo.

Por sua vez, no VII ENANPUR, em Recife, 1997, o destaque ficou centralizado nas questões territoriais e socioambientais relacionadas com os impactos dos chamados grandes projetos. Com o tema Novos Recortes Territoriais, Novos Sujeitos Sociais: Desafios ao Planejamento, os debates e os trabalhos apresentados foram profícuos e marcantes para a discussão da natureza das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento

das cidades e das regiões. Também se vincularam de forma intensa as questões relativas à globalização e à nova divisão internacional do trabalho que, no dizer de Roberto Monte-Mór (2013, p. 117), "voltaram aos debates, analisando impactos nos espaços periféricos do capitalismo, tais como desemprego estrutural, financeirização, terceirização e outros".

Em Porto Alegre, em 1999, no VIII ENANPUR, o ponto central foram, de maneira sintetizada, os debates e conflitos em várias escalas, do urbano-local ao mundial-global. Entre os diferentes temas da discussão, é nesse encontro que, pela primeira vez, aparece a sessão temática "o desenvolvimento sustentável". Nesse sentido é que a questão ambiental era predominantemente vista, no Brasil, como ligada à Amazônia, aos espaços de vegetação natural e às áreas rurais. O espaço urbano era, assim, considerado o vilão e o causador dos males e dos desastres ambientais. Daí a importâncias das questões relativas à segregação social e ambiental. Também merecem destaque as discussões acerca das transformações e mudanças no papel do Estado, que passa a preconizar a integração competitiva nos mercados globais em detrimento da contribuição e apoio a um projeto nacional de desenvolvimento. O que se colocava nesse encontro era a discussão crítica dessa atuação do Estado e a necessidade da participação social na elaboração de propostas e estratégias de desenvolvimento. A exposição e a discussão, nesse encontro, de algumas experiências locais exitosas em diferentes cidades e regiões provocaram um apelo à retomada, pelos planejadores, de um engajamento político, e a retomada desses temas como questões da ANPUR e de suas ações.

Já na entrada do novo milênio, em 2001, foi realizado o IX ENANPUR no Rio de Janeiro, sob o enfoque Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço, o qual teve como foco discussões relativas às várias escalas de poder, às novas configurações urbanas e regionais, às novas expressões de institucionalidade e territorialidade, em que o tema ambiental ganhou relevância e espaço. Na especificidade dos temas, talvez se deva aqui mencionar como a novidade do encontro a temática da chamada "economia solidária e popular".

Em 2003, o X ENANPUR, outra vez em Belo Horizonte, com base na Agenda 21, teve como centralidade a discussão e o questionamento do conceito de sustentabilidade numa perspectiva de desenvolvimento urbano. Temas como a degradação ambiental, o ambiente natural e construtivo e as ações de intervenção e planejamento estiveram na ordem do dia dos debates e discussões. Essas questões, relacionadas ao território, ao

desenvolvimento sócio espacial, à justiça social e à solidariedade, também fizeram parte e marcaram o XI ENANPUR, realizado em 2005.

Em 2007, pela primeira vez, o ENANPUR, aqui o de número XII, desloca-se dos lugares "habituais" e de tradição dos encontros para adentrar o Brasil profundo, sendo realizado em Belém, com os temas centrados nos espaços rurais e regionais. Teve como destaque maior a questão amazônica, com especial atenção à temática do desenvolvimento sustentável. Ainda na perspectiva da descentralização e com a preocupação de se fazer presente nas regiões, com uma forte atuação dos centros de estudos urbanos e regionais, o XIII ENANPUR, em 2009, aconteceu em Florianópolis, com o tema Planejamento e Gestão do Território: escalas, conflitos e incertezas. As discussões estiveram centradas nas relações planejamento e gestão, territórios e suas configurações, conflitos entre questões econômicas, sociais e ambientais, isso tudo em um tempo marcado por incertezas.

Os dois últimos encontros, o XIV ENANPUR, em 2011, no Rio de Janeiro, e o XV ENANPUR, em Recife, em 2013, trataram de questões que se apresentam hoje como grandes temas, não só pautados nos debates ocorridos como certamente se repetirão nos próximos anos. Trata-se da retomada das grandes questões políticas expressas especialmente e de forma subjacente ao planejamento urbano e regional – objeto que dá vida acadêmica e sentido institucional à ANPUR. Algo que se fez presente no Rio de Janeiro e que teve como tema central: Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias. Sob essa cobertura, foi realizado um *vol d'oiseau* sobre o panorama do debate contemporâneo relativo ao desenvolvimento na perspectiva da dinâmica territorial *versus* desenvolvimento e suas formas de manifestação. Destacou-se aqui como "novidade" as chamadas experiências e propostas de "alternativas de desenvolvimento".

Merecem igualmente atenção as questões relativas ao planejamento de áreas metropolitanas e ao papel da infraestrutura produtiva na configuração espacial. Temas sob o quadrante de políticas e planejamento: instrumentos, planos e projetos deram espaço à discussão dos grandes projetos expressos pelas propostas advindas principalmente dos megaeventos esportivos e seus reflexos na produção das cidades acolhedoras dos mesmos. Aqui foram doze capitais e suas respectivas áreas metropolitanas, atingidas de perto por esses grandes eventos. Juntamente com essas discussões, esteve presente, também, o debate sobre políticas e programas urbanos, com destaque para o programa Minha Casa, Minha Vida, articulado às questões habitacionais e ao desenvolvimento urbano, cujo principal questionamento

residia em se pensar: seria o programa uma volta aos tempos do antigo BNH? A questão ambiental sempre esteve presente nos encontros, como nesse, realizado no Rio de Janeiro, mas agora revelando brechas e dificuldades, como a falta de integração das áreas do planejamento urbano e regional e da área das ciências ambientais. Os temas focados se ligaram à exploração do petróleo e do pré-sal e de suas relações com o desenvolvimento sob diferentes perspectivas.

Já no Recife, o tema desenvolvimento, planejamento e governança foi o grande guarda-sol a agregar todos os temas acima mencionados. Sob a "proteção" e as peculiaridades do momento histórico do país, caracterizado pela emergência do "novo desenvolvimentismo", com a ampliação do poder do Estado, a retomada do crescimento e a redução da pobreza, é que esses "novos" fenômenos passaram a presidir as discussões e questionamentos durante todo o evento. É algo que, pode-se perceber claramente já estava na apresentação do programa do encontro.[8] Discutiu-se, sobretudo, o aparecimento de novas demandas e transformações na estruturação do poder global, bem como o florescer de novos ambientes urbanos e regionais. Países antes condenados à exclusão extensiva acabaram por transformar-se em locus de movimentos que passaram a minar essas suas condições, vislumbrando, ainda que de forma muito restrita, algumas transformações de seu perfil econômico-social. Isso, sem dúvida, se deve ao papel assumido pelo Estado como regulador e planejador.

Como perspectiva para o próximo encontro a ser realizado em 2015, há uma tendência a que se discuta mais fortemente o "novo desenvolvimentismo" e o modo como esse, ao estabelecer uma ordem urbana e regional, não tem cancelado o que já fora estabelecido anteriormente. Muito pelo contrário o que tem acontecido é uma potencialização de impactos sociais, econômicos, culturais, políticos, ambientais e suas consequências, muitas delas de caráter "destrutivo" (riscos), e de certa forma perpetuando as dificuldades de acesso e de construção de cidades e metrópoles qualificadas e justas. Daí o convite e a convocação da ANPUR, na realização do seu último encontro nacional: "urgem esforços no sentido de se reformular teorias, abordagens e práticas do planejamento, de se repensar a governança urbana, metropolitana e regional e propor alternativas na gestão em bases mais democráticas, valorizando as dimensões ambiental, histórica e cultural". Esse é o desafio que está posto!

8 Ver ANPUR (2013).

Considerações finais

É que o Sonho lhe traz dentro de um pensamento A alma toda cativa.
A alma de um sonhador Guarda em si mesma a terra, o mar, o firmamento,
E, cerrada de todo à inspiração de fora,
Vive como um vulcão, cujo fogo interior A si mesmo imortal se nutre e se devora
(Olavo Bilac – Sagres – As Viagens).

No *pari passu* desse tempo percorrido, sem dúvida encontramos algumas pistas a serem seguidas – alguns fios como aqueles com os quais Ariadne ajudou Perseu a escapar do labirinto do Minotauro –, as quais colocam em evidência não só a centralidade dos temas tratados mas também aquilo que dá vida e permanência à ANPUR. Certamente, a ANPUR é o resultado de um sonho compartilhado por todos, construído a partir do trabalho de muitas mãos, de muitos nãos e sob olhares atentos e de apoio. A ANPUR guarda em si, portanto, um legado, o legado de ser uma associação de natureza científica, que tem confirmada a sua validação acadêmica dada pela sua atuação social. Essa validação proporciona à entidade não só uma respeitabilidade no mundo das ciências e das artes como a torna, também, uma liderança a ser ouvida. Como a ANPUR têm sido escutada? Onde? Formalmente, pelas instituições responsáveis pelas políticas urbanas e regionais, desde a criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana, passando, inclusive, pela discussão e feitura da Constituição Federal de 1988, pelo estabelecimento e, finalmente, pela aprovação do Estatuto da Cidade, pela criação do Ministério das Cidades, pela constituição e andamento do Conselho Nacional das Cidades e do Comitê de Planejamento e Gestão do Solo Urbano e, também, do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social... sem esquecer, ainda, a sua participação, já mais antiga, nos comitês assessores e de áreas de conhecimento do CNPq, da CAPES e da FINEP.

Disso decorre que, hoje, a ANPUR é uma interlocutora ativa de diferentes agentes e atores nacionais e internacionais com os quais têm estabelecido uma rede de trabalho bastante produtiva e dinâmica, destacando-se aquela construída com a *Global Planning Education Association Network* (GEAN), o que tem permitido à ANPUR manter um intenso contato com outras associações de diferentes continentes. Mas, ainda fica um questionamento, qual seja, o que dá vida e fôlego à ANPUR?

Sem hesitar, dado o exposto no decorrer deste texto, posso afirmar com um grande grau de certeza, que a essência de sua vitalidade reside, sobretudo: 1) na sua natureza acadêmica e científica que permite compreender o que

significa a sua validação acadêmica e social; 2) no caráter interdisciplinar de suas instituições associadas e filiadas, sustentada pela complexidade e abrangência dos seus objetos de estudo e pesquisa; 3) na realização dos seus encontros científicos nacionais, bem como na realização de suas reuniões e seminários temáticos; 4) na continuidade de seu trabalho, pautado ele por propostas discutidas e resultantes dos seus encontros, de suas interações acadêmicas, de suas observações técnico-científicas e de seus compromissos com a sociedade, e 5) na permanente avaliação dos temas, das abordagens metodológicas e de caráter além-fronteiras de conhecimento.

É isso que, hoje, quer queiramos quer não, torna a ANPUR a grande curadora que "abraça e protege" o planejamento urbano e regional sob a guarda da memória. É por isso que, apesar de a ANPUR já fazer muito, é ainda chamada a fazer mais, é chamada a romper o silêncio ensurdecedor que hoje se apossou de nossas instituições acadêmicas, científicas e associativas, de modo que chancele, assim, sua validação acadêmica, social e política. Por fim, antes de encerrar este texto, quero aqui deixar registrada a minha agradecida homenagem à nossa saudosa Ana Clara T. Ribeiro, importante personagem que, juntamente com outros, ocupa um papel de destaque na história da ANPUR e daquilo que ela é hoje.

Bibliografia

ANPUR. Caderno de Programação e Resumos do XV ENANPUR. Recife: ANPUR, 2013.

FERNANDES, A. Dois Anos de Vida Associativa da ANPUR. (2005-2007). Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 14, n. 2, p. 189-193, nov. 2012.

MONTE-MOR, R. L. M. O Tema do Desenvolvimento no Contexto da ANPUR: uma reflexão crítica preliminar. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 15, n. 1, p. 107-124, maio 2013.

PANIZZI, W. ANPUR: A consolidação de uma proposta, 1993-1995. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 1, p. 24-30, maio 1999.

De Brasília a Recife, passando por Istambul (1995-1997)*

Carlos B. Vainer

Economista e Sociólogo pela Université de Vincennes – Paris VIII, França (1975); Doutor em Développement Economique et Social pela Université Paris I – Panthéon-Sorbonne, França (1979); Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ); Presidente da ANPUR entre 1995 e 1997.

* Este trabalho é uma versão revisada e ampliada do artigo publicado originalmente na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), n. 1, p. 31-37, de maio de 1999.

A Diretoria da ANPUR solicitou-me, na condição de ex-presidente, que produzisse um registro sobre a minha gestão. Julguei oportuno, tendo em vista o objetivo, reunir elementos para uma história de nossa Associação, retomar o balanço da gestão publicado no *Boletim da ANPUR*, n. 26, jan./abr. 1997. Ao final, aduzo comentários e reflexões que a distância no tempo hoje permite e suscita. Em maio de 1995, submetemos à Assembleia Geral de Brasília os princípios e diretrizes que constituíram nosso ponto de partida:

1. Princípios:

A ANPUR é uma associação de instituições, de caráter acadêmico, pluridisciplinar e aberta, o que impõe os seguintes compromissos:

1.1. Compromisso com a defesa do caráter acadêmico da ANPUR, entendendo que a Associação deve prosseguir na luta por melhores condições de pesquisa e ensino nas instituições universitárias.

1.2. Compromisso com o caráter aberto da Associação, seja no que se refere ao reconhecimento do caráter inexoravelmente pluridisciplinar de nossa área, seja no que concerne a assegurar em nossas atividades espaço para os mais diferentes olhares, posturas e experiências.

1.3. Compromisso com a dinamização e ampliação dos espaços de intercâmbio entre os membros.

2. Diretrizes para um plano de trabalho:

2.1. Continuação do esforço de articulação, cooperação e intercâmbio com associações brasileiras afins e associações estrangeiras atuantes na mesma área.

2.2. Manutenção da representação da ANPUR no Comitê Nacional do Habitat, buscando ampliar a discussão de nossas posições no seio da comunidade e aprofundando, com vista à elaboração de posições comuns, nossas interações com as representações não governamentais.

2.3. Regularização da periodicidade do Boletim e atualização de nossa lista de endereços.

2.4. Continuidade do projeto da ANPUR Avaliação do planejamento urbano e regional, envolvendo várias instituições, respeitando as orientações definidas pela Coordenação do projeto e pelos coordenadores das diferentes vertentes.

2.5. Aprofundamento das relações com a SIAP, a fim de estabelecer meios e modos de ampliar nossas articulações em escala continental.

2.6. Montagem da Comissão Organizadora do VII Encontro Nacional o

mais rápido possível, de modo a estabelecer rapidamente a pauta e o formato do Encontro e poder trabalhar com um calendário menos apertado.

2.7. Edição de um Catálogo da ANPUR, com informações sobre todos os membros.

No que diz respeito aos princípios, certamente é possível afirmar que eles foram reiterados e reforçados no último biênio. A ANPUR, já há vários anos, tem conseguido desenvolver sua capacidade de atrair e agregar os mais diferentes atores que comparecem à cena do planejamento urbano e regional – técnicos e profissionais, órgãos governamentais e não governamentais, acadêmicos de vários campos – sem abrir mão de seu original e continuado compromisso como associação acadêmica.

Em suas relações tanto com agências governamentais quanto com organizações não governamentais, a ANPUR tem conseguido ser, simultaneamente, participativa e autônoma, como cabe a uma associação como a nossa. Relevante, igualmente, nossa aproximação com a SBPC e nossa integração à Assembleia das Associações Científicas. Caberia registrar ainda o esforço por ampliar o debate sobre as políticas científica e universitária, das quais depende em grande medida o sol e chuva de nosso cotidiano. No mesmo sentido, destaque-se o estreitamento das relações entre a Diretoria e os representantes da área na CAPES e no CNPq – as políticas das agências e o desempenho da área foram objeto de uma reunião específica da Diretoria com os representantes daquelas agências.

Ao rever as diretrizes gerais, fica-nos a sensação de que se conseguiu avançar bastante.

Intercâmbio com outras associações científicas

A articulação e o intercâmbio com associações afins nacionais foi buscada constantemente, tendo como marcos principais: a aproximação da SBPC, com a promoção de um *workshop* na 48ª Reunião Anual, em São Paulo, e a integração da ANPUR na Assembleia das Associações Científicas; a promoção, em conjunto com inúmeras associações científicas, e, em primeiro lugar, com a Abep e a Abrasco, do I Fórum Nacional de Usuários de Informações Sociais, Demográficas, Econômicas e Territoriais, realizado no âmbito da III Conferência Nacional de Estatística e Geografia (Confege) e da IV Conferência Nacional de Estatística (Confest), organizada pelo FIBGE, no Rio de Janeiro. Esse Fórum, é bom lembrar, aprovou uma resolução sob o título "Princípios gerais para

uma política nacional de informações sociais, demográficas, econômicas e territoriais", que ainda está a exigir aprofundamentos e detalhamentos.

Certamente, ainda há muito por fazer nesse terreno. De um lado, seria importante buscar ampliar as iniciativas científicas conjuntas (eventos, debates, etc.), sobretudo com aquelas associações que cobrem áreas afins ou compartilham conosco problemáticas e preocupações teóricas, metodológicas e/ou práticas. De outro lado, há ainda muito por fazer na esfera da articulação propriamente política em torno de um posicionamento e de uma atuação coletivas no que diz respeito aos rumos da universidade e da pesquisa acadêmica brasileiras.

Quanto a uma política de aproximação com associações estrangeiras, é possível destacar:

a. aproximação com a ACSP expressa, dentre outras coisas, na copromoção de algumas sessões na Conferência *Planning in the Americas*;

b. aproximação e crescente cooperação com a Red Iberoamericana de Investigadores sobre Impactos Territoriales de la Reestructuración, que se configura, cada vez mais, como uma das principais redes latino-americanas em nossa área;

c. *workshop* sobre Divulgação da produção científica, realizado durante o VII ENANPUR (Encontro Nacional da ANPUR) no Recife, com a participação de editores latino-americanos responsáveis por publicações na área, de modo a buscar formas de cooperação. Foram convidados colegas da *Red Nacional de Investigación Urbana*, do México, responsável pela publicação da revista Ciudades, e do professor Samuel Jaramillo, presidente da *Asociación Colombiana de Investigadores Urbano-Regionales* (Aciur) e representantes de outras publicações latino-americanas; e

d. quanto às relações com a Sociedade Interamericana de Planificación, os esforços desenvolvidos pela Diretoria foram infrutíferos, em razão, sobretudo, das dificuldades por que passa a SIAP.

Articulação com a sociedade civil para a Habitat II

No que diz respeito a Habitat II, cumprimos plenamente o estabelecido em Brasília. A representação da ANPUR no Comitê Nacional Preparatório à II Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos foi assumida diretamente pelo presidente da Associação.

Reforçando nossas interações com entidades da sociedade civil, copromovemos a Conferência Brasileira Habitat II – direito à moradia e à cidade, e subscrevemos a Carta do Rio levada a Istambul. Integramos o segmento não governamental da delegação brasileira a Istambul, mantendo relações respeitosas e de cooperação com o conjunto dessa delegação. Os desdobramentos dessa atividade estiveram em pauta num painel ocorrido em Recife, em que se discutiu tanto o *day after* de Istambul, quanto o papel que a ANPUR pode desempenhar no processo de monitoramento da agenda da Habitat.

Nessa esfera, como sugeriu o I Encontro de Editoria Científica em Estudos Urbanos e Regionais, há um enorme campo a ser explorado. Ainda é pequena, relativamente às nossas possibilidades e às exigências de uma sociedade sedente de informações e análises rigorosas, nossa intervenção nos grandes debates sobre os problemas urbanos e regionais. Há que desenvolver formas que permitam à ANPUR servir de canal privilegiado para a transferência ágil de conhecimentos para a esfera pública mais ampla.

Um Boletim revigorado

Com relação ao *Boletim da ANPUR*, acreditamos ser possível afirmar que, embora a periodicidade ainda deixe a desejar, ele vem se afirmando, paulatinamente, como um efetivo instrumento de informação e intercâmbio da comunidade. O I Encontro de Editoria Científica em Estudos Urbanos e Regionais (9 a 11 de abril de 1997), cujas recomendações foram objeto de debate no Recife, propôs que o Boletim passasse a ser disponibilizado *on-line*, via Internet.

Continuidade de projetos iniciados em gestões anteriores

No que se refere à continuidade do projeto Avaliação do planejamento urbano e regional, iniciado na gestão anterior, os colegas que tinham assumido as coordenações geral e temáticas não puderam, por várias razões, manter sua vinculação ao projeto. A Diretoria deliberou, para não interromper o trabalho que vinha sendo desenvolvido, desdobrá-lo para uma discussão acerca da produção científica na área e sua divulgação.

O I Encontro de Editoria Científica em Estudos Urbanos e Regionais constituiu, nessa perspectiva, parte do projeto Avaliação do planejamento urbano e regional. O projeto prosseguiu, durante o VII ENANPUR, com a

realização do *workshop* sobre Divulgação da produção científica, com duas sessões: a primeira consagrada à discussão das recomendações de Itamonte, e a segunda voltada para a discussão dos problemas da divulgação e possibilidades de cooperação no âmbito latino-americano.

Merece menção, por outro lado, o desenvolvimento do projeto Ciência, tecnologia e informação, sob a coordenação de Milton Santos, que constava do programa de atividades aprovado e financiado pela Finep. O escopo e os resultados parciais desse projeto foram apresentados e colocados em discussão na mesa redonda Reestruturação espacial e tecnológica, durante o VII ENANPUR, no Recife.

O VIII Encontro Nacional

O VII Encontro Nacional da ANPUR, realizado no Recife, certamente representou um marco na história da Associação. Nenhum Encontro antes seguiu um cronograma tão cuidadosa e antecipadamente preparado, nem foi tão prévia e amplamente divulgado, nem recebeu tão calorosa quanto produtiva acolhida da comunidade. Por isso, também, bateu todos os recordes em termos de resumos e trabalhos finais submetidos.

Um relato sintético dos passos que foram dados na concepção, planejamento, preparação e encaminhamento do VII ENANPUR parece-nos de grande importância: em primeiro lugar, porque é necessário que o conjunto da comunidade tenha uma clara ideia dos critérios e procedimentos assumidos pela Diretoria e pela Comissão Organizadora; em segundo lugar, porque cada vez fica mais clara a necessidade de introduzir modificações na formatação de nosso Encontro Nacional, e, em terceiro lugar, porque as restrições orçamentárias com que nos defrontamos para financiar um evento dessa dimensão, restrições que dificilmente serão menores no futuro, devem conduzir-nos a tomar decisões com respeito à forma de organizar os próximos Encontros.

Concepção e planejamento

O VII ENANPUR começou a ser organizado (pode parecer mentira!), em 10 de abril do ano anterior, quando o presidente da Associação, Carlos Vainer, e os componentes iniciais do que viria a se conformar como Comissão Organizadora reuniram-se no Recife para discutir uma primeira proposta de organização do evento, elaborada previamente pelos colegas do MDU/UFPE. Essa primeira proposta foi enviada pela Diretoria a todos os membros e, após

sofrer diferentes modificações, foi finalmente aprovada, com o respectivo cronograma, em reunião da Diretoria com a coordenadora da Comissão Organizadora, Norma Lacerda. Outras viagens de membros da Diretoria foram feitas ao Recife, para se reunirem com a Comissão Organizadora e negociarem apoios com instituições locais. Já em maio de 1996, era divulgado um primeiro prospecto, com áreas temáticas, prazos para a apresentação de resumos e trabalhos definitivos, etc. Isso significou que, com mais de um ano de antecedência, tínhamos um calendário definido e a comunidade estava informada de prazos, formatos e procedimentos.

A resposta da comunidade a esse processo, contrariando nossa proverbial indisciplina e aversão a cronogramas estritos, foi extraordinária: os prazos foram estritamente respeitados, as regras aceitas. Regras claramente estabelecidas, com antecedência e ampla divulgação, não apenas são aceitas como contribuem para tornar transparente e academicamente legítimo o processo de inevitável e crescente concorrência que caracteriza nossos Encontros Nacionais.

A resposta maciça e a avalanche de resumos e trabalhos

A divulgação de boa qualidade e com antecedência certamente constituiu um dos fatores da extraordinária oferta de trabalhos. Outros fatores, provavelmente mais relevantes, seriam:

i. o crescimento, em número e qualidade, dos programas de pós-graduação na área de Planejamento e Estudos Urbanos e Regionais;

ii. o crescimento continuado da produção acadêmica da área, que se expressa também na multiplicação de eventos – apoiados e promovidos pela ANPUR e/ou por seus membros, – e também por outras instituições –, todos eles com crescente presença de pesquisadores e com repercussões cada vez mais marcantes;

iii. a ampliação da abrangência da ANPUR e sua consolidação como Associação na qual se encontram acadêmicos e profissionais das mais variadas disciplinas que se consagram às questões do planejamento urbano e regional e, de modo mais amplo, aos estudos urbanos e regionais; consequentemente, o crescente reconhecimento da ANPUR, e de nosso Encontro Nacional em particular, como espaço privilegiado para divulgação e validação da produção científica da área.

Alguns dados merecem ser divulgados para que se possa fazer uma ideia do ritmo de incremento da oferta de trabalhos para nossos Encontros

Nacionais. Os números são expressivos: dobrou o número de resumos inicialmente apresentados, de 301 para 631, e, mais importante ainda, triplicou o número de trabalhos finais submetidos, de 101 para 304. Apesar de termos podido ampliar a quantidade de comunicações selecionadas para as sessões temáticas em mais de um terço (de 89 para 122), ainda assim fomos obrigados a recusar mais da metade dos trabalhos. Caso tivéssemos no Recife um Encontro com o mesmo número de comunicações de Brasília, teríamos passado de uma taxa de rejeição de 12% a uma taxa superior a 70%.

Embora isso não seja normalmente reconhecido na avaliação de currículos, apresentar um trabalho em nosso Encontro Nacional e, em conseqüência, tê-lo publicado nos Anais, tornou-se bem mais difícil do que publicar artigos na maioria das revistas de nossa área, mesmo aquelas com referee. Afinal de contas, um bom trabalho submetido para publicação, mesmo que espere um certo tempo, acabará sendo publicado. Ora, o Comitê Científico do VII Encontro Nacional da ANPUR manifestou claramente à Diretoria que, tendo em vista as limitações quantitativas, foi obrigado a não selecionar vários trabalhos com mérito.

Certamente, o fato de desde o início termos organizado um forte e idôneo Comitê Científico foi de grande valia nos momentos difíceis da seleção. O Comitê trabalhou, na medida do possível, em situações como essas, seguindo orientações homogêneas. O enorme esforço de leitura, análise e seleção de trabalhos concluiu-se por uma reunião de dois dias, em que foram exaustivamente discutidas a composição das sessões, os critérios, o número de comunicações selecionadas por área, etc. Em todos os casos, desde o início trabalhou-se com a firme convicção de que o mérito científico constituiria, em quaisquer circunstâncias, o valor fundamental a ser considerado.

As dificuldades para financiar o VII Encontro

Talvez a Assembleia Geral que deliberou a realização de nosso VII Encontro no Recife não tivesse clara consciência das conseqüências, em termos de custo, da localização do evento. O fato é que, tendo em vista a majoritária presença de pesquisadores e profissionais das regiões Sudeste e Sul, a realização de um evento de tal dimensão no Nordeste (e o mesmo valeria para o Norte) implica custos adicionais nada desprezíveis.

Isso não quer dizer que a opção da Assembleia Geral tenha sido inconsistente: na verdade, ela apenas reiterou o compromisso da ANPUR de

circular no território o Encontro Nacional, principal evento da área. Ao fazê-lo, não apenas a Associação reafirma seu caráter nacional, como, mais que isso, reitera seu compromisso com uma visão nacional que se opõe ao processo de marginalização de certas regiões do universo acadêmico-científico brasileiro.

As consequências dessa opção são enormes em termos financeiros, tanto mais que as agências financiadoras parecem, por seu lado, absolutamente indiferentes ao significado político e simbólico de escolhas como essas. Mais grave ainda, as grandes agências nacionais – Finep, CNPq e CAPES –, que tradicionalmente cobriam em torno de 75% a 90% dos custos de nossos Encontros Nacionais, dessa feita não foram além de 50%. As Fundações de Apoio à Pesquisa estaduais assumiram, é bom deixar claro, parcela absolutamente decisiva dos custos: sem elas o nosso Encontro simplesmente teria se tornado inviável.

Ainda não foi possível realizar um balanço completo, mas as dificuldades encontradas certamente devem conduzir-nos a refletir claramente sobre nossos próximos eventos e, em particular, nossos próximos Encontros Nacionais. Estamos ingressando numa etapa em que as formas tradicionais de financiamento de eventos científicos nacionais serão substituídas por novas: apoio dos centros e instituições de pesquisa aos pesquisadores que tiverem trabalhos selecionados, participação decisiva das fundações estaduais, etc. Por isso também, devemos rediscutir, no âmbito da ANPUR, se e até que ponto continuaremos resistindo à tendência que está levando os eventos nacionais da maioria das associações científicas para algum ponto do triângulo São Paulo–Rio de Janeiro–Belo Horizonte.

Reflexões finais

O sucesso esperado do VII ENANPUR não pode nos iludir: necessitamos urgentemente enfrentar uma séria discussão sobre o formato e as formas de financiamento de nossos próximos Encontros Nacionais.

No que se refere ao formato, já começam a surgir algumas propostas: realização de encontros regionais da ANPUR nos anos pares, de modo a acolher pelo menos uma parcela da produção e, dessa forma, aumentar as chances de exposição da produção científica de mérito que não está conseguindo chegar ao Encontro Nacional; aumento do número de paineis com comunicações rápidas. Quais dessas ideias deveremos adotar?

No que se refere às formas de financiamento, teremos de discutir, dentre outras coisas: localização dos próximos Encontros Nacionais, e manutenção ou mudança da forma de apoio aos pesquisados com trabalhos selecionados.

Em quaisquer circunstâncias, é necessário conceber os próximos Encontros Nacionais da ANPUR como eventos de grande magnitude, que mobilizam os esforços e expectativas de uma ampla e diversa comunidade acadêmica e profissional, que legitimamente vê em tais eventos uma oportunidade ímpar de intercâmbio científico e relacionamento interinstitucional, que deve a todo custo ser preservada.

Catálogo e *homepage* da ANPUR

Ainda tomando como roteiro as Diretrizes de 1995, há que lamentar o fato de que nosso Catálogo não tenha vindo a público. Mas vários passos foram dados: a coleta de informações encontra-se bastante avançada e o Catálogo poderá ser proximamente lançado.

Pretendíamos, também, lançar uma *homepage* da ANPUR, a ser inaugurada durante o VII ENANPUR. Além de informações sobre a ANPUR e seus membros e sobre atividades e publicações na área, teríamos na *homepage* a edição *online* do Boletim e dos Anais dos Encontros Nacionais, histórico da Associação e atas das assembleias gerais. Um "Fórum de debates" tornaria mais fácil e ágil o intercâmbio de ideias e a comunicação entre os pesquisadores da comunidade, conforme propôs o I Encontro de Editoria Científica em Estudos Urbanos e Regionais. E teríamos também um espaço para a oferta de empregos e oportunidades. Mas obstáculos diversos impediram realizar esse projeto.

Eventos

Para completar o relato das atividades desenvolvidas ao longo do biênio, haveria que referir o conjunto de eventos apoiados pela ANPUR e que foram realizados pelas instituições que integravam o Plano de Trabalho aprovado pela Assembleia Geral de 1995:

- Seminário Espaços urbanos: conhecimento e projetação, promovido pelo MAU/UFBA (Salvador, dez. 1995);

- Seminário Espaço, tempo e inovações tecnológicas na vida metropolitana, promovido pelo IPPUR/UFRJ (Rio de Janeiro, jun. 1996);

- Seminário Internacional As áreas de fronteira da América Latina no novo

patamar da economia capitalista, promovido pela FEE e PROPUR/UFRGS (Porto Alegre, maio 1996);

• Seminário Internacional Instrumentos para a gestão do solo urbano: experiências e novos desafios, copromovido pelo IPPUR/UFRJ, Fase, *Lincoln Institute of Land Policy*, Sociedade Alemã de Cooperação Técnica – GTZ (Rio de Janeiro, jul. 1996);

• I *Workshop* sobre Redes, promovido pelo IPPUR/ UFRJ (Rio de Janeiro, out. 1996);

• II Seminário Dinâmica imobiliária e estrutura intraurbana, promovido pelo Neru/UnB (Pirenópolis, out. 1996);

• IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, promovido pelo Prourb/ UFRJ (Rio de Janeiro, nov. 1996);

• VII Colóquio Internacional sobre Poder Local, promovido pelo NPGA/UFBA (Salvador, abril 1997).

Além desses, cabe agregar quatro eventos que foram promovidos ou copromovidos pela ANPUR por iniciativa da própria Diretoria, a saber:

• *Workshop* O Brasil urbano rumo ao futuro, coordenado pela professora Maria Flora Gonçalves (Nesur/IE/Unicamp), promovido pela ANPUR na 48ª Reunião Anual da SBPC (São Paulo, jul. 1996);

• Conferência Brasileira para a Habitat II – Direito à moradia e à cidade –, copromovida pela ANPUR, Fórum Nacional pela Reforma Urbana e outras entidades da sociedade civil (Rio de Janeiro, maio 1996);

• I Fórum Nacional de Usuários de Informações Sociais, Demográficas, Econômicas e Territoriais, co-promovido pela ANPUR, Abep, Abrasco, SBPC, Anpec, Anpege, Anpocs e outras associações (Rio de Janeiro, maio 1996);

• I Encontro de Editoria Científica em Estudos Urbanos e Regionais, coordenado por Maria Cristina Leme (Diretoria da ANPUR, FAU/USP), promovido pela Diretoria da ANPUR (Itamonte, abril 1997).

Publicação de Anais

Finalmente, haveria que mencionar o importante esforço realizado no biênio para cobrir o atraso na publicação de anais de Encontros Nacionais passados. Assim, graças ao esforço dos colegas do Cedeplar/UFMG, foi possível lançar o último volume dos Anais do V ENANPUR, de Belo Horizonte. O apoio da Sepurb e o esforço de nosso diretor, Ricardo Farret, juntamente com os colegas da Comissão Organizadora do VI Encontro de Brasília, permitiu-nos editar os Anais do VI Encontro. E, no VII Encontro, no Recife, uma vez mais graças ao apoio da Sepurb, conseguimos realizar um antigo anseio: ter os anais prontos no início do evento.

Observações finais

O relato das atividades indica que o biênio foi bastante rico e produtivo. Pelo número de atividades que desenvolveu e a que esteve associada, pela contribuição dada à intensificação do intercâmbio acadêmico nos âmbitos nacional e internacional, pela busca de uma articulação com a sociedade civil que permitisse ampliar o espaço de circulação e difusão dos conhecimentos produzidos em nossas pesquisas, por tudo isso é possível afirmar que a ANPUR vem realizando seus objetivos.

Adições e comentários mais que finais, a distância

Já que se trata, agora, de registrar para a história, impõe-se destacar que o trabalho realizado na gestão 1995-1997 esteve, por todo o tempo, fundado numa rica, solidária, companheira e amiga colaboração entre os membros da Diretoria: Pedro Abramo, Ana Fernandes, Maria Cristina Leme e Ricardo Farret. Lugar de destaque deve ter a menção ao extraordinário trabalho da Comissão Organizadora do Encontro do Recife, liderada por Norma Lacerda.

Pude notar, examinando boletins, correspondências e documentos vários da época, que nunca foi adequadamente explicitado o enorme apoio que nossa Diretoria obteve do IPPUR, instituição em que a ANPUR esteve sediada no período, e, em particular, de seu diretor à época, Hermes Magalhães Tavares.

Transcorridos dois anos, esse olhar para trás sugere apenas dois comentários suplementares. Em primeiro lugar, nunca será excessivo enfatizar a importância de instituições como a ANPUR, mormente num momento em

que o *ethos* dominante e as políticas governamentais tendem a estimular a competição entre os pesquisadores, numa espécie de guerra de todos contra todos. A cooperação, o intercâmbio e a discussão franca parecem, hoje mais do que nunca, condição para a preservação do que resta de pensamento crítico e esforço inovador. No momento em que agências multilaterais e fundações internacionais se capacitam cada vez mais para estabelecer a pauta e a agenda tanto da pesquisa quanto das políticas públicas – o que inclui, obviamente, as políticas urbanas e regionais –, estruturas como a ANPUR podem e devem tornar-se um espaço de reflexão crítica e de criação de alternativas, trincheira da resistência ao pensamento único.

Mas a importância da ANPUR, assim como de associações congêneres, transcende sua área específica de atuação, para desdobrar-se em direção a compromissos com a Universidade Pública e com o Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Na verdade, as sucessivas reformas a que vêm sendo submetidas as agências nacionais de fomento – Finep, CNPq e CAPES – não mais conseguem esconder a progressiva abdicação, por parte do governo federal, de estabelecer, por meio de uma ampla e democrática interlocução com a comunidade científico-acadêmica, uma política consistente, seja para o ensino (de graduação e pós-graduação), seja para a pesquisa e seu financiamento.

As duas dimensões acima destacadas – papel da ANPUR na configuração de uma pauta urbana e regional brasileira e papel da ANPUR na luta por uma política universitária e científica comprometida com um projeto nacional democraticamente elaborado – convergem para sinalizar um dos aspectos mais ameaçadores da crise por que passamos: aos desafios lançados à nossa inteligência e à nossa criatividade pelo agravamento da miséria e das desigualdades sociais e espaciais, soma-se o ataque lançado às instituições públicas ainda não totalmente encadeadas ao pragmatismo governamental e/ou à lógica estritamente mercantil.

Post-scriptum

Este texto foi escrito há 15 anos atrás, para a sessão 15 Anos de ANPUR – Memória dos Presidentes, publicada no primeiro número da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, lançado em maio de 1997, isto é, dois anos após o fim da gestão em que presidi a ANPUR. A releitura do texto sugere trazer à reflexão e debate alguns pontos, alguns que remetem a permanências e outros que incidem sobre mudanças na

Associação e no contexto mais amplo de sua atuação, seja na sociedade, seja na universidade.

Comecemos por destacar que o entusiasmo com o crescimento da Associação no biênio 1995-1997 e de seu Encontro Nacional presente no texto empalidece frente à trajetória dos últimos 15 anos. A ANPUR é hoje muito maior, mais nacional, rica e diversa. Seus encontros recebem pesquisadores, professores, profissionais e estudantes em quantidade àquela época impensáveis, afirmando-se como o principal evento da área na América Latina e um dos mais importantes do mundo. Tal dinamismo se deve, de um lado, à capacidade demonstrada pela Associação de permanecer fiel a seu compromisso original com a autonomia acadêmica e o papel reflexivo e crítico que tal condição permitia, ao mesmo tempo que impunha. Por outro lado, a ANPUR preservou e reforçou alguns princípios e diretrizes fundadores, como a pluridisciplinaridade, a diversidade de olhares e abordagens e o diálogo permanente com o governo e a sociedade civil. Acresça-se, ainda, o fortalecimento institucional, o engajamento crescentes de colegas e programas, o lançamento da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. A consolidação de outros eventos nacionais também é parte importante desse processo, oferecendo, nos anos em que não há ENANPUR, importantes espaços para encontro e intercâmbio, notadamente os Seminários de História da Cidade e do Urbanismo e o Seminários de Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais, que tiveram, em 2014, suas 13ª e 7ª edições, respectivamente, provas de sua vitalidade.

Um segundo aspecto a mencionar diz respeito à própria evolução da universidade brasileira e do ensino e pesquisa em Planejamento e Estudos Urbanos e Regionais. A expansão ocorrida na última década em nossas universidades públicas e na nossa pós-graduação fez crescer notavelmente o número dos programas que se juntaram à Associação, expressão tanto das potencialidades de nossas instituições públicas de ensino superior quanto de sua crescente capacidade para reconhecer a relevância do ensino e da pesquisa no campo temático e problemático coberto pela ANPUR. Se é verdade que tal crescimento acelerado pode, em alguns casos, gerar, num primeiro momento, instituições e programas pouco consistentes, sua incorporação à nossa Associação oferece possibilidades de apoio e interação que deverão contribuir para que se superem suas limitações.

O terceiro elemento, cujo exame ainda não foi devidamente levado a cabo por nós, diz respeito ao lugar do Planejamento no Estado e a sociedade brasileiros. O Planejamento, e a ANPUR, como expressão acadêmica maior

dessa ciência social aplicada, enfrentaram, a partir do final do século XX, poderosa e radical ofensiva de ideários e ideologias, assim como de políticas, planos e ações governamentais voltados para questionar, inviabilizar e, mesmo, banir a responsabilidade e a intervenção públicas na conformação dos espaços urbanos e regionais, na estruturação e no direcionamento de nossas cidades e regiões. A ação pública estatal e o planejamento em particular foram apresentados, atacados e corroídos por práticas que colocavam as lógicas e dinâmicas do mercado (livre?) como principais, quando não únicos fundamentos para a alocação de recursos sociais, assim como de processos de decisão que envolvam o poder público. O *market friendly planning*, o *market oriented planning*, o *marketing* urbano, a competição e o empresariamento dos territórios, o planejamento estratégico como *nec plus ultra* da "abertura" e "adequação" das cidades à globalização, esses vários avatares do pensamento único neoliberal foram difundidos *urbi et orbi* por universidades dos países centrais, consultores internacionais e agências multilaterais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Agência Habitar, dentre outros órgãos), ameaçando seriamente a sobrevivência não apenas de nossas escolas e programas mas do planejamento ele mesmo como espaço e instrumento potencial de racionalização e democratização da esfera pública e dos territórios. Se, nos anos 1980 e início dos 1990, a ANPUR e seus programas formaram sujeitos – acadêmicos, teórico-conceituais e metodológicos, mas também políticos – da luta pela democratização de nossos territórios e do Estado, a partir do final dos anos 1990, foi-se configurando a necessidade de formar novas trincheiras em defesa da pertinência e da relevância da esfera pública e do Estado, em suas múltiplas instâncias e níveis federados, como loci essenciais da concepção, formulação e implementação de políticas e planos comprometidos com a natureza e o sentido públicos de nossos territórios, cidades e regiões. O reconhecimento, o estudo e a difusão dos impactos brutais de um empresariamento sem limites, da privatização e da apropriação capitalista-financeira de todos os espaços coloca-nos, hoje, ANPUR e comunidade acadêmica, diante de novos e graves desafios.

As Jornadas de Junho de 2013, que incendiaram nossas cidades e cujas brasas permanecem vivas no tecido social, por seu lado, apontam para a centralidade da questão urbana e das ações públicas na esfera do território. O Brasil foi às ruas, as cidades foram às ruas e (re)colocaram a questão urbana no centro da agenda social, econômica e política nacional.

Mais do que nunca, a comunidade acadêmica e científica, que se reconhece e reúne na ANPUR, está convocada para reforçar seus investimentos no ensino e na pesquisa, mas também na ação na esfera pública. Nada mais estimulante para uma comunidade científica e acadêmica e para a associação que a representa que estar colocada diante de novos desafios teórico-conceituais e metodológicos, bem como de novas demandas sociais e políticas.

Olhando o passado, enfrentando o presente e construindo o futuro (1997-1999)*

Norma Lacerda

Arquiteta e Urbanista (1973) e Mestre em Desenvolvimento Urbano (1985) pela Universidade Federal de Pernambuco; Doutora em Géographie Aménagement Et Urbanisme pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, França (1993); Professora Titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Presidente da ANPUR entre 1997 e 1999.

* Este trabalho é uma versão revisada do artigo publicado originalmente na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), n. 1, p. 38-44, de maio de 1999.

Quinze anos é data plena em simbolismos e significações. Data que nos impulsiona a olhar o passado, reconhecendo, no caminho trilhado, o somatório do que somos hoje; a enfrentar o presente com a convicção de que aqueles caminhos nos fortaleceram; e a vislumbrar o futuro, impulsionados pela certeza de que, juntos, muito temos a construir.

Para comemorar esta data, decidimos que este primeiro número da Revista da ANPUR dedicaria uma parte ao resgate de sua história. Essa revisitação, como todos tiveram a oportunidade de verificar, evidencia que a escolha dos caminhos foi acertada. Podemos afirmar que, em nenhum momento, comungamos com o espírito de comodismo e que constantemente procuramos ser atores nesse panorama transformador.

O resgate resultou do depoimento-análise de todos os nossos ex-presidentes. Assim, constitui não somente uma merecida homenagem aos passos dados, mas àqueles que nos guiaram pelo caminho. A ocasião é, portanto, uma rara oportunidade de reafirmarmos nossas conquistas e de decidirmos seguir em frente, galgando novas vitórias.

Tendo a atual gestão o imenso privilégio de comemorar esta dada tão plena de significações, não poderíamos furtar-nos de, também, apresentar o nosso depoimento-análise.

É tarefa delicada elaborar um depoimento-análise da nossa própria gestão. Somos tentados a ressaltar muito mais os nossos feitos do que os nossos "não feitos". Se, por um lado, o somatório das atividades desenvolvidas chega a nos envaidecer, por outro, o desejo, muitas vezes, de ir mais além gerou frustrações.

De qualquer forma, a experiência de dirigir uma entidade de âmbito nacional é extremamente gratificante. Enriquece enormemente a nossa experiência de vida. Sim, experiência de vida, porque ao mesmo tempo intelectual, afetiva e coletiva. Durante esses dois anos, tivemos a oportunidade de entrar em contato com pessoas, às vezes de maneira episódica, outras vezes de maneira mais permanente. Em qualquer circunstância, conhecemo-las melhor e, na maioria das vezes, geramos laços de afetividade.

Se antes participávamos das atividades da ANPUR esporadicamente, nesses dois anos elas passaram a absorver parte importante do nosso cotidiano. Passamos de uma atitude mais receptiva a uma atitude mais ativa, de uma postura mais individualista a uma mais coletiva. Algo mudou! Sentimos, e com muita intensidade, o gosto do espírito coletivo.

Posicionando-se ante as mudanças

Assumimos a Diretoria com bastante entusiasmo, sem uma ideia clara das dificuldades que iríamos enfrentar, dificuldades decorrentes das mudanças anunciadas e concretizadas ao longo desses dois anos. Dificuldades traduzidas no desmonte sem precedentes dos esquemas de financiamento ao ensino e à pesquisa: bolsas foram cortadas, apoio aos programas foram drasticamente reduzidos e recursos destinados às pesquisas sofreram cortes significativos. Os constantes cortes no MCT vêm afetando e afetarão gravemente as pesquisas e o desenvolvimento tecnológico. O desmonte do financiamento foi acompanhado pela perspectiva de desmonte da arquitetura institucional. Até há pouco tempo, não sabíamos quem era quem no novo panorama. As incertezas e, em extensão, as inquietações sobre o futuro da ciência e da tecnologia brasileira deixaram e continuam deixando toda a comunidade acadêmica e científica nacional inteiramente perplexa. Como se comportou a ANPUR nestes últimos dois anos de mudanças tão intensas?

Logo que assumimos a direção da ANPUR, o CNPq deflagrou um processo de reflexão e discussão acerca da classificação das áreas de conhecimento que orientam o Sistema de Ciência e Tecnologia do país. Tal iniciativa foi considerada de grande relevância pela ANPUR que, para responder à demanda do CNPq, organizou, no Rio de Janeiro, uma reunião com a participação dos coordenadores dos programas associados e filiados, com a representante do CNPq, Ana Clara Torres, e alguns convidados. Na ocasião, foi considerado que o alto grau de amadurecimento alcançado pela comunidade científica brasileira, fruto de várias décadas de investimento público e de esforços dos próprios pesquisadores, bem como as profundas transformações por que vêm passando os processos de produção, aplicação e difusão do saber científico justificavam plenamente a iniciativa do CNPq e a inclusão da questão na ordem do dia. Após longas discussões, a ANPUR encaminhou ao CNPq o resultado de suas reflexões que, em suas linhas essenciais, propõe: (i) a preservação das Ciências Sociais Aplicadas como grande área; (ii) a manutenção do Planejamento Urbano e Regional como área, e (iii) a atualização das subáreas. O detalhamento da proposta encontra-se no *Boletim* da ANPUR, maio/agosto de 1998. Até a presente data, o CNPq ainda não alterou a classificação das áreas.

Acompanhando e endossando as posições da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a ANPUR se opôs aos cortes lineares no orçamento anunciado pelo recente ajuste fiscal, deixando evidente que

se tratava da defesa da soberania nacional. Bem sabemos que nenhuma nação será independente nem atingirá patamares mínimos de justiça social se abdicar dos investimentos no conhecimento e na inovação tecnológica própria. A ANPUR se manifestou, enviando a todos os integrantes da Câmara dos Deputados as emendas à proposta de lei orçamentária de 1999. Em suas linhas essenciais, as emendas defendem a manutenção dos valores propostos para as bolsas de incentivo à pesquisa e à formação de recursos humanos, assim como a recomposição dos valores destinados às universidades e às atividades de fomento do Ministério da Ciência e da Tecnologia, elementos imprescindíveis à manutenção do sistema de ensino e pesquisa do país. Segundo o *Jornal da Ciência On-line da SBPC*, de 28 de janeiro de 1999, o Congresso aprovou o Orçamento de 1999 e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados conseguiu a aprovação parcial, no Orçamento, de quatro emendas coletivas de sua autoria, repondo com isso uma pequena parte dos cortes que haviam sido efetuados nos recursos destinados a C&T para esse exercício.

A nossa Associação também endossou o documento da SBPC encaminhado ao Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), oferecendo um conjunto de princípios como contribuição à sua reorganização estrutural, e atendendo à solicitação pública do próprio ministério. No *Jornal da Ciência*, n. 406, de 12 de fevereiro de 1999, a SBPC noticia que as Sociedades Brasileiras de Química (SBQ) e de Genética (SBG) e as Associações Nacionais de Pós-graduação em Administração (Anpad), em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) e em Saúde Coletiva (Abrasco) propõem: a) a preservação do CNPq como Fundação do MCT para o apoio predominantemente à Ciência Fundamental e à Pesquisa Básica, da Finep como órgão de fomento das atividades de Ciência Aplicada e de Pesquisa Tecnológica, e do MCT como articulador efetivo das políticas cientificas e tecnológicas, nos níveis federal, estadual e municipal; b) a criação de condições efetivas para que o Conselho Deliberativo (CD)exerça o papel para o qual foi originalmente concebido, qual seja, o de instância deliberativa máxima do CNPq; c) a ampliação do alcance do programa de bolsas de produtividade de pesquisa, tendo em vista a crescente demanda qualificada e não atendida; d) a recomposição do orçamento de fomento do CNPq; e) a ampliação do apoio a programas de formação de recursos humanos (Iniciação Cientifica e Pós-graduação) de qualidade, garantindo-lhes o número adequado de bolsas e as necessidades básicas de infra-

estrutura; f) o aprimoramento das estratégias de avaliação qualitativa de indivíduos e instituições envolvidos no Sistema de Ciência e Tecnologia, com vista à utilização efetiva dos recursos públicos; e, finalmente, g) a criação de uma estrutura própria para abrigar os institutos, atualmente no CNPq, de modo a lhes garantir condições apropriadas de funcionamento e efetiva interação com a comunidade científica do país.

A comunidade científica organizada em torno da SBPC considerou a necessidade de reorganização do CNPq, mas entendeu que a acumulação das funções de ministro com as de presidente do CNPq e as de secretárias do MCT com as de vice-presidências do CNPq transformam o CNPq em um instrumento de política ministerial, subordinando as atividades de fomento à política de um governo que é transitório.

Assumindo atividades

Foi o esforço unificado e unificador que nos deu ânimo para prosseguir as iniciativas da gestão anterior.

O Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional

Com o apoio financeiro da Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento, lançamos o Primeiro Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional, contemplando as categorias: livro, tese de doutorado, dissertação de mestrado e artigo. Ao júri – aprovado na última Assembleia Geral da ANPUR e formado pelos nossos colegas Carlos Bernardo Vainer (presidente), Maria Adélia de Souza, Pasqualino Magnavita, Wilson Cano e Wrana Panizzi – coube a imensa e difícil tarefa de escolher, entre os trabalhos inscritos, aqueles que tinham todo o mérito para receberem o prêmio. A quantidade e a qualidade dos trabalhos inscritos revelaram a importância da iniciativa como instrumento de divulgação da nossa área. Tivemos a oportunidade de homenagear e entregar os prêmios aos vencedores em solenidade realizada durante o Seminário Comemorativo dos 15 anos da ANPUR. Fizemos questão de tornar a homenageá-los, publicando neste primeiro número da Revista da ANPUR as resenhas e resumos dos trabalhos premiados.

A Revista da Anpur

As atividades para a organização e edição da Revista da ANPUR foram iniciadas desde o início da nossa gestão. Consciente de que a sua concepção

envolvia aspectos delicados que deviam ser analisados com cuidado, a Diretoria deliberou constituir um grupo de trabalho formado por pessoas de reconhecida competência e legitimidade: integrantes de diretorias anteriores da ANPUR. Assim, teríamos um grupo portador de uma experiência de, pelo menos, dois anos de convivência próxima e comprometida com a vida da Associação e, portanto, conhecedor dos seus meandros internos. Além disso, pelo seu trânsito nos programas e núcleos de pesquisa filiados à ANPUR, seria capaz de recolher opiniões e sugestões. Esse grupo foi constituído em 8 de abril de 1998, sob a coordenação da diretora Maria Flora Gonçalves, com a seguinte composição: Ana Clara Torres Ribeiro (IPPUR/UFRJ), diretora 1991-1993; Marco Aurélio Filgueiras Gomes (FAU/UFBA), diretor 1991-1993; Maria Adélia de Souza (IFCH/UNICAMP), secretária executiva 1991-1993; Maria Cristina Leme (FAU/USP), diretora 1995-1997; Martim Smolka (IPPUR/UFRJ/Lincoln Institute), presidente 1986-1989; Naia de Oliveira (FEE/RS), secretária executiva 19931995; Roberto Monte-Mór (CEDEPLAR/UFMG), diretor 1993-1995.

Como ponto de partida, foi proposta uma programação de trabalho elaborada previamente pela coordenação, abrangendo um roteiro inicial de pontos a serem discutidos, aprofundados e decididos, com respeito à organização editorial e ao conteúdo propriamente da revista. Com o decorrer do trabalho, concluiu-se pelo lançamento inaugural de um número comemorativo dos 15 anos da ANPUR, contendo a Memória dos Presidentes, o melhor do VIII ENANPUR e resenhas dos Prêmios ANPUR 1998.

Os Seminários

Durante a Assembleia Geral da ANPUR, havíamos aprovado 12 seminários que se realizariam durante a nossa gestão. Tendo em vista a grande restrição de recursos financeiros, foram realizados apenas dois:

a. V Seminário da História da Cidade e do Urbanismo

O Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontíficia Universidade Católica de Campinas realizou em Campinas, no período de 14 a 16 de outubro de 1998, o V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo – Cidades: Temporalidades em Confronto. O evento, tendo como coordenadora do comitê de organização a professora Ivone Salgado, notabilizou-se pela quantidade e qualidade das apresentações que superaram todas as expectativas. Convém salientar que o seminário não teria sido uma realidade sem o apoio das agências de fomento CAPES, CNPq e Fapesp.

b. Seminário "Inovação e Permanência no Planejamento Urbano e Regional: projetos, agentes e recursos"

Com o objetivo de comemorar os 15 anos de nossa Associação, a ANPUR promoveu no Rio de Janeiro, em dezembro de 1998, o Seminário Inovação e permanência no planejamento urbano e regional: projetos, agentes e recursos. Coube ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a responsabilidade por sua organização. A sua realização, num momento tão adverso, deveu-se, sem dúvida, à determinação da Comissão Organizadora formada pelos professores Ana Clara Torres, Luciana Lago, Dulce Portilho, Carlos Vainer, Hermes Tavares e Frederico Araújo. O encontro teve grande êxito. Na ocasião, ocorreu a solenidade de entrega aos vencedores do Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional. Além do mais, a mesa formada pelos membros da Diretoria da nossa Associação constituiu-se no marco inicial do processo de elaboração do Plano da ANPUR.

Estreitando o intercâmbio com outras associações científicas

A ANPUR e as Associações Nacionais

Como desdobramento do I Fórum Nacional de Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais (Rio de Janeiro, 1996) e em resposta à reivindicação de diversas instituições, a SBPC formalizou, em julho de 1997, a criação de um Grupo de Trabalho (GT) que reuniu diversas sociedades científicas, com o objetivo de coletar subsídios e contribuir para a definição de uma política nacional de produção e disseminação de informações sociais, econômicas, demográficas, territoriais e ambientais.

Desse grupo fazem parte a ABA (Antropologia), ABE (Estatística), Abep (Estudos Populacionais), Abrasco (Saúde Coletiva), Ancib (Ciência da Informação), Anpec (Economia), Anpege (Geografia), Anpocs (Ciências Sociais), ANPUR, Cebrap, SBC (Cartografia), e SBEB (Engenharia Biomédica). Reuniões de trabalho foram realizadas alternadamente nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, e nelas a ANPUR foi representada por Maria Flora Gonçalves, integrante da Diretoria e, mais recentemente, por Jorge Natal (IPPUR/UFRJ).

O GT-Informação está estudando a legislação vigente sobre as informações nacionais e analisando comparativamente as políticas de informações do Brasil e de outros países. Uma lista de discussão foi organizada por meio da Internet. Foi elaborada e aplicada uma consulta aos usuários de

informações com um breve questionário distribuído não só aos integrantes das sociedades científicas, mas também a instituições políticas, imprensa e organismos não governamentais.

A ANPUR estreitou os laços com a Anpocs, Anped, Anpad e SBP, participando da reunião realizada em Belo Horizonte, no dia 22 de fevereiro de 1999. Os objetivos da reunião foram: conhecer as associações e suas respectivas formas de organização e dar início a um diálogo entre as associações da área de Ciências Humanas e Sociais, visando à construção de uma maior representatividade para fortalecer posições ante as agências de fomento ao ensino e à pesquisa. Houve uma profícua troca de experiência, que permitiu reconhecer pontos em torno dos quais poderíamos agir coletivamente. Foi consenso que deveríamos ampliar as discussões, promovendo um *workshop* do qual participasse um maior número de representantes de associações na área de Ciências Humanas e Sociais.

Uma das questões abordadas foram os procedimentos de avaliação dos programas pela CAPES. Tendo em vista diversos problemas ocorridos, surgiu a ideia de as associações elaborarem os critérios para as suas respectivas áreas com base em suas particularidades. Mais do que isso, surgiu a proposta de as associações elaborarem projetos a serem apresentados à CAPES de forma a viabilizar as avaliações das respectivas áreas.

A ANPUR e a ACSP

No final de 1996, durante a gestão do colega Carlos Vainer, a ANPUR recebeu um convite para participar do encontro da *Association of Collegiate Schools of Planning* (ACSP), que se realizaria em Fort Lauderdale (Florida), em novembro de 1997. A partir da mencionada data, aquela diretoria começou a se mobilizar para garantir a nossa presença no encontro. Quando assumimos, solicitamos ao referido colega dar prosseguimento a essa atividade.

Considerando que o tema central do evento era *Planning in the Americas*, a preocupação foi ampliar o diálogo da comunidade acadêmica americana com a latino-americana. Assim, propuseram-se sessões que envolvessem brasileiros e latino-americanos em torno de alguns temas de interesse comum e que tivessem sido tratados pela ANPUR em discussões e/ou eventos recentes. Após muitas consultas, foram propostas e realizadas quatro sessões:

- *Critical Issues for Urban Land Policies in Latin America* – Ermínia Maricato (FAU/USP), Samuel Jaramillo (Universidad de Los Andes, Colombia), Martim O. Smolka (Lincoln Institute of Land Policies), William Siembieda (*University of New Mexico*);

• *Impacts of Nafta and Mercosur in Border Areas* – Naia Oliveira (FEE), Alvaro Lopez Gallero (Universidad de la Republica, Uruguai), Elsa Laurelli (Centro de Estudios Urbanos y Regionales, Argentina);

• *The Construction of the Modern City: Plans and Projects* – Maria Cristina Leme (FAU/USP), Flávio Villaça (FAU/USP), Alicia Novick (Universidad de Buenos Aires);

• *The Crisis of Urban and Regional Planning and its Challenges for Education* – Carlos B. Vainer (IPPUR/UFRJ), José Luis Coraggio (Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina), Carlos de Mattos (Instituto de Estudos Urbanos, Universidad Católica, Chile); Samuel Jaramillo (Universidad de Los Andes, Colombia), Biswapriya Sanyal (MIT), William Goldsmith (Cornell University).

Além dessas quatro sessões, cabe ressaltar a *Journal Editor's Roundtable: The Roles of Academic Journals in Bridging National Boundaries*, da qual participaram Maria Cristina Leme, representando as publicações brasileiras, e os editores de *Journal of Planning Education and Research, Journal of American Planning Association*, EURE.

A participação de um expressivo grupo de brasileiros e latino-americanos no Encontro da ACSP abriu as portas para um novo impulso na cooperação entre a ANPUR e a ACSP. Assim, decidiu-se que a ANPUR e a ACSP organizariam sessões nos seus respectivos encontros. Em novembro, foi realizado o encontro da ACSP em Los Angeles. Infelizmente, a ANPUR não participou. As imensas restrições financeiras fizeram com que a atual Diretoria recuasse da empreitada.

No Encontro da ANPUR, em Porto Alegre, está prevista a realização de uma mesa sobre "perspectivas do planejamento urbano e regional", da qual participarão membros da ANPUR e da ACSP.

Inovando no VIII ENANPUR

A Diretoria inovou em vários aspectos quanto ao VIII ENANPUR. A primeira inovação diz respeito à chamada de trabalhos, em que se evidenciou um apelo para que o Encontro contribuísse no sentido de a ANPUR desempenhar a sua grande função: a de servir de canal para a promoção de um diálogo entre a nossa comunidade e os diferentes segmentos e atores sociais e, especialmente, o governamental. Estávamos todos conscientes de que a ANPUR, mais do que nunca, tinha condições de exercer uma grande responsabilidade política e institucional, transformando-se numa real interlocutora qualificada no campo

das questões urbanas e regionais. Para tanto, durante o Encontro deveriam ser apresentadas – além dos avanços no campo teórico, metodológico e instrumental, voltados a contribuir para o processo de conhecimento da nova fase de urbanização e conformação do território brasileiro – propostas alternativas que canalizassem a criatividade, a ciência, a técnica e as expectativas sociais, de forma a proporcionar uma real contribuição no processo de construção da sociedade desejada. Nossa convicção, portanto, era de que a comunidade científica tinha o que dizer e propor. Assim, conclamamos a comunidade não apenas para um balanço acadêmico da produção mas para um momento de afirmação política do que a nossa universidade tem de melhor: a capacidade de pensar, mobilizar, elaborar ideias, aprender com a história e propor alternativas para um mundo melhor.

A segunda inovação, decorrente da grande quantidade de trabalhos, é que adotamos o procedimento corrente no mundo inteiro quando se trata de um encontro com as dimensões do da ANPUR, ou seja, a seleção deveria ocorrer, no primeiro momento, por meio de resumos, que seriam encaminhados aos coordenadores das áreas temáticas sem a identificação dos autores, uma postura claramente mais democrática que esperamos seja adotada pelas novas gestões.

A terceira inovação foi quanto ao comitê científico. Para cada área temática, haveria uma comissão formada pelo coordenador e por mais dois auxiliares, escolhidos de maneira que se garantisse um caráter multidisciplinar ao processo de seleção. Tal decisão, sem dúvida, permitiu uma maior justiça e isenção.

A quarta inovação diz respeito à segunda fase da seleção, feita já com os trabalhos definitivos. Decidimos que em cada área temática não poderia ser escolhido mais de um trabalho por autor, de modo a possibilitar que um maior número de pesquisadores participasse do evento. Além do mais, cada comissão de avaliação deveria indicar o melhor trabalho para ser publicado no primeiro número da Revista da ANPUR.

A quinta inovação foi a atribuição dada a cada coordenador de elaborar um documento-síntese que contivesse as principais contribuições dos trabalhos selecionados. A ideia é gerar um documento que seja um porta-voz da ANPUR nas agências governamentais e fortaleça a sua função de interlocutora qualificada entre a comunidade científica e a sociedade e, especialmente, as entidades governamentais.

Finalmente, cabe registrar que, desde a gestão anterior, surgiu uma enorme preocupação em termos da organização dos encontros. Naquela ocasião, já

era evidente que estávamos ingressando num período em que as formas tradicionais de financiamento de eventos científicos estavam esgotadas e deveriam ser substituídas por outras. Tornou-se, portanto, imperativo introduzir modificações diante das enormes restrições orçamentárias com que nos defrontamos para organizar um evento de tal dimensão, restrições que tomaram ainda uma maior dimensão neste ano de 1999, com os acontecimentos que presenciamos na economia brasileira. Assim, tomamos a decisão de não financiar os autores dos trabalhos selecionados, que deveriam procurar diretamente as agências de fomento.

Construindo o futuro

Diante das mudanças em curso no sistema de ciência e tecnologia do país, julgamos, desde o início de nossa gestão, que deveríamos pensar o futuro da ANPUR num espaço maior do que aquele abarcado por uma gestão. Evidenciava-se que os programas dedicados ao planejamento urbano e regional, assim como as demais áreas do ensino e da pesquisa, enfrentariam enormes restrições de recursos.

Diante de tal panorama, ficava claro que deveríamos refletir com cuidado e em conjunto, criando estratégias de sobrevivência para os programas e para a própria ANPUR, estratégias que orientassem os passos das próximas gestões, no sentido de otimizar recursos e fortalecer, pela unidade de ação, a busca de caminhos que propiciem aos programas e núcleos de pesquisa tirar partido da própria diversidade que nos caracteriza.

O momento, portanto, era desafiante e nos impulsionou a pensar e a propor alternativas capazes de, cada vez mais, nos posicionar como agentes transformadores. Com esse espírito – fortalecido ainda mais pela convicção de que tínhamos uma Associação que inegavelmente havia atingido a sua maturidade e se constituía em um patrimônio construído, ao longo de 15 anos, com os esforços de pessoas e instituições –, resolvemos deslanchar o processo de elaboração de um Plano para os próximos anos e que, reconhecendo ameaças e identificando desafios, definisse ações que significassem reais melhorias na qualidade do ensino e da pesquisa na área do planejamento urbano e regional, no contexto da universidade do século XXI.

Para a sua elaboração, era necessário que a ANPUR viabilizasse recursos. A situação financeira interna da Associação era preocupante e se traduzia, desde o início da gestão, pela total ausência de recursos financeiros para enfrentar suas atividades. Desde a gestão do colega Milton Santos, a entidade

operava com o apoio da Finep, mediante um convênio. Esse foi cancelado, mas a agência assinalou uma última oportunidade. A ANPUR elaborou um Plano de Ação que incluía três atividades básicas: a elaboração de um Plano para as próximas gestões; a operacionalização da entidade durante os seis últimos meses de gestão (fase de transição de uma situação de dependência financeira para uma de autossustentabilidade), e a tão esperada Revista da ANPUR, instrumento de divulgação dos trabalhos na área de planejamento urbano e regional.

Mais uma vez a Finep nos deu a mão. Aliás, essa agência de fomento tem sido uma parceira importante e permanente da ANPUR, e que acredita na sua relevante função de luta pela melhoria das condições do ensino e da pesquisa. Os recursos foram garantidos.

A mesa composta por membros da Diretoria da ANPUR, durante o seminário "Inovação e permanência no planejamento urbano e regional", foi o marco inicial do Plano. Nos próximos meses, estaremos com todos os programas associados e filiados discutindo o futuro almejado para a nossa Associação. Evidentemente, em se tratando de uma situação desejada, o alcance dos objetivos dependerá da adesão de todos os programas no processo de formulação e implementação. De qualquer forma, o Plano será um legado da atual gestão para orientar, pelo menos, as ações das próximas gestões.

Finalmente, registramos que todas essas atividades não teriam sido concretizadas sem o importante apoio do secretário executivo Sílvio Mendes Zancheti e dos diretores Flora Gonçalves, Tânia Fischer e Aldo Paviani.

A ANPUR em novo patamar: estruturando novos âmbitos de atuação (1999-2001)*

Maria Flora Gonçalves

Cientista Social pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1970); Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1980); Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1990); Professora Assistente Aposentada do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP); Presidente da ANPUR entre 1999 e 2001.

* Este trabalho é uma versão revisada do artigo publicado originalmente na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), n. 5, p. 97-115, de novembro de 2001.

O crescimento da Anpur

Pela primeira vez a Anpur teve no comando de sua Diretoria uma composição entre duas instituições: a Presidência sediada no Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Nesur-IE/Unicamp) e a Secretaria Executiva sediada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP).

Isso trouxe vantagens e desvantagens. Houve uma maior dificuldade na fluidez do trabalho, mas, inegavelmente, duplicou os recursos institucionais e enriqueceu a experiência de dirigir a Anpur – particularmente nesse caso, em que se fez uma composição inédita de instituições ligadas à Economia e à Arquitetura e Urbanismo, o que se traduz numa composição particularmente fecunda entre campos em que predominam com peso inverso o Regional e o Urbano.

Compartilharam a direção da Anpur com esta Presidente na gestão 1999-2001: nos cargos de Diretores, os colegas Cássio Frederico Camargo Rolim (UFPR), Geraldo Magela Costa (UFMG) e Henri Acselrad (UFRJ); Yvonne Mautner (USP) assumiu a Secretaria Executiva em agosto de 2000, cargo antes ocupado por Maria Lúcia Refinetti Martins (USP). O Conselho Fiscal, cujos participantes também deram retaguarda a tarefas de diretoria em seus respectivos Estados, foi composto por Frederico Rosa Borges de Holanda (UNB), Esterzilda Berenstein de Azevedo (UFBA) e Décio Rigatti (UFRGS).

Participei da direção da Anpur em duas gestões seguidas, de junho de 1997 a maio de 2001: na primeira como Diretora e na segunda como Presidente. O trabalho desenvolvido na Presidência valeu-se da experiência e do conhecimento adquiridos ao viver a Anpur por dentro, como Diretora, na gestão anterior.[1]

Na gestão 1997-1999, presidida por Norma Lacerda, foram transformadas em realidade duas propostas aprovadas na Assembleia de 1997: foi organizada a primeira premiação da Anpur, com a atribuição do Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional no seminário comemorativo dos 15 Anos da Anpur realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 1998; e foi criada a Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, com o lançamento do número "1 – Maio de 1999" no VIII Encontro Nacional da Anpur. Na divisão de trabalho dentro daquela Diretoria, coube-me formular o projeto editorial, o que fiz com a ajuda de um grupo de trabalho especialmente formado para tal

1 A diretoria da Anpur na gestão 1997-1999 teve Norma Lacerda na Presidência e Sílvio Zanchetti na Secretaria Executiva, ambos da UFPE, e nos três cargos de Diretores Tânia Fischer (UFBA), Aldo Paviani (UnB) e eu (Unicamp).

fim. Fui a Editora Responsável do número 1, o grupo de trabalho foi designado para assumir a função de Comissão Editorial e contamos com a retaguarda institucional do Nesur-IE/Unicamp, que sediou a revista.[2]

Desse modo, a diretoria que assumisse a gestão 1999-2001 teria de encarregar-se de criar a estrutura necessária para a continuidade e a manutenção da revista recém-criada, assim como consolidar o Prêmio Brasileiro, não só aproveitando a experiência da primeira premiação para aprimorar a organização da segunda, como pesquisando e providenciando formas de garantir a sua continuidade e manutenção. Além disso, a criação da *homepage* da Anpur era uma expectativa ainda não realizada, apesar de tentativas nas duas gestões anteriores.

A Diretoria 1997-1999 trabalhou com grande entrosamento e foi ficando evidente a dificuldade de dirigir essa Anpur ampliada com a estrutura prevista para uma instituição mais simples. Surgiu, em consequência, a proposta de se formular um Plano de Ação, com base numa reflexão coletiva, de que participassem também as instituições associadas/filiadas, tendo em vista prever como atualizar a estrutura e o funcionamento da Anpur de modo a adequá-la à nova situação.

Assim, tomou corpo o Plano de Ação 1999-2003, formulado de dezembro de 1998 a maio de 1999. Principiou com consultas, por meio de questionários enviados às instituições, sobre objetivos e expectativas em relação à Anpur, cujas respostas deram origem a uma pauta de discussão que foi amplamente debatida por representantes de 16 entidades, ao longo de dois dias de reuniões na FAU/USP, em 27 e 28 de abril de 1999. Concluiu-se o Plano em Porto Alegre, numa reunião prévia ao VIII Encontro Nacional da Anpur, em que foram discutidas as propostas que seriam apresentadas à Assembleia Geral. Dos membros da chapa que se candidatou à eleição em 1999, quase todos participaram dessas discussões e, quando eleitos, assumiram o compromisso de implantar as propostas contidas nesse Plano, aprovado na mesma Assembleia que a elegeu.

O Plano de Ação 1999-2003 propunha cinco grandes projetos prioritários: 1) mapeamento institucional e acadêmico das instituições integrantes;

2 Compuseram o Grupo de Trabalho e, depois, a Comissão Editorial dos números 1, 2, 3 e 4 da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais: Ana Clara Torres Ribeiro (Ippur/UFRJ), Diretora da Anpur na gestão 1991-1993; Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes (FAU/UFBA), Diretor 1991-1993; Maria Adélia de Souza (IFCH/Unicamp), Secretária Executiva 1991-1993; Maria Cristina Leme (FAU/USP), Diretora 1995-1997; Martim Smolka (Ippur/UFRJ, Lincoln Institute), Presidente 1986-1989; Naia de Oliveira (FEE/RS), Secretária Executiva 1993-1995; Roberto Monte-Mór (Cedeplar/UFMG), Diretor 1993-1995.

2) difusão e imagem da Anpur; 3) articulação de uma agenda de pesquisa e de influência sobre o poder público; 4) articulação do ensino de pós-graduação para a promoção de uma cooperação interinstitucional; 5) fomento, visando adequar e atualizar a estrutura e o funcionamento da Anpur em dois aspectos: implementação de novas formas de sustentabilidade e inovação na forma de gestão, mantendo-se a diretoria com a composição atual – como polo de confluência e de irradiação das propostas das instituições integrantes – e criando-se duas novas formas de organização: Comitês Temáticos, constituídos em torno da agenda de projetos, e um Conselho de Representantes como fórum consultivo, composto de um representante de cada entidade associada/filiada.

Minha primeira providência ao assumir a Presidência foi mapear as instituições integrantes – por Estado/região e por especialidade acadêmica –, para que ficasse claramente visível para toda a comunidade anpuriana quem é a Anpur. Foi o primeiro insumo para a *homepage* e um elemento de ilustração utilíssimo para as reuniões que fiz Brasil afora informando a associados e não associados sobre a Anpur e suas atividades. Constatei sermos uma associação integrada por 33 instituições, assim distribuídas no País: uma na região Norte (Belém); sete no Nordeste (uma em Fortaleza, uma em Natal, duas em Salvador, três no Recife); três no Centro-Oeste (Brasília); dezoito no Sudeste (duas em Belo Horizonte, cinco no Rio de Janeiro e 11 em São Paulo, das quais seis na Capital, três em Campinas e duas em São Carlos); e quatro no Sul (uma em Curitiba, uma em Florianópolis e duas em Porto Alegre). Desse conjunto, 11 instituições trabalhavam predominantemente no campo das ciências sociais e da economia; nove, no da arquitetura e urbanismo; seis, no da geografia; três, no da administração pública; e quatro, em outros (engenharia urbana, demografia e multidisciplinares).

Essa composição levou-me a pensar que o que cimenta a relação entre todas elas é o pertencimento a um certo campo de pesquisa e conhecimento que vem sendo estruturado por meio do estímulo recíproco, da troca de questões, da colaboração na produção de conhecimento entre esses campos disciplinares indicados acima, numa prática que vem construindo uma problemática específica acerca de como se articulam (e se determinam) a produção e a reprodução de espaços urbanos e regionais, bem como a produção e a reprodução de certos processos sociais. Esse trabalho vem se desenrolando dentro mesmo das atividades da Anpur – nos Encontros Nacionais, em demais eventos e em publicações.

Essa ideia levou-me, por sua vez, a concluir que a força e a importância da Anpur será tanto maior quanto mais bem representada estiver dentro dela a comunidade multidisciplinar de ensino e de pesquisa que constitui o campo dos estudos urbanos e regionais. Dada a diversidade disciplinar que caracteriza a sua composição, sua força institucional está na capacidade de, mediante a pesquisa e a formação acadêmica desenvolvidas nas instituições anpurianas, articular esse campo do conhecimento e travejar com crescente solidez uma problemática suficientemente rica e consistente para estruturar programas de pesquisa e de ensino pós-graduado. Numa associação assim, a convivência entre instituições menores e maiores pode propiciar uma troca fecunda, um espaço de colaboração em que umas poderão crescer com o apoio de outras.

Expus frequente e sistematicamente essa opinião em reuniões realizadas em cerca de dez Estados da Federação, organizadas a meu pedido por uma instituição local, reunindo representantes das demais associadas/filiadas e também de entidades não integrantes especialmente convidadas, com o objetivo de levar a presença da Anpur e de informar sobre suas atividades, divulgar a revista e o *site* eletrônico, atrair colaboradores e estimular novas filiações. Quase metade das instituições associadas/filiadas à Anpur estão no eixo Rio-São Paulo, o que reflete a realidade da concentração encontrada nessa região do País. Creio que trabalhar para a maior diversificação da composição da Anpur (e, por consequência, do seu universo e repertório) só trará benefícios.

Ao final da gestão 1999-2001, enviei uma carta a todas as instituições associadas e filiadas à Anpur tendo em vista informar os delegados sobre a pauta a ser discutida na Assembleia de 2001. Chamava a atenção para o fato de que a Anpur havia mudado de patamar no que diz respeito à abrangência de sua atuação e, por conseguinte, à complexidade da sua agenda de trabalho. Novos papeis e funções foram criados, passando a demandar respostas que se efetivam em procedimentos novos, que para ganhar permanência requerem ser institucionalizados: incorporados às normas e à pauta de trabalho do corpo administrativo que move os seus vários âmbitos de atuação, para que sejam desempenhadas as novas funções e os novos papeis gerados.

Além do Encontro Nacional bienal, cuja organização tradicionalmente mobiliza a energia da Diretoria e da comunidade, a estrutura anpuriana passou a incluir uma Revista, uma Premiação e uma homepage – para programar, financiar e prover a manutenção e a continuidade. O intercâmbio

internacional assumiu proporções inéditas na história da Anpur, facilitado pela comunicação em tempo real via Internet e estimulado pelo interesse dos associados/filiados em participar e intervir nos rumos de uma crescente globalização das relações interacadêmicas.

A comunicação eletrônica abriu caminho para a estruturação de redes institucionais e de pesquisadores formais e/ou informais, permanentes e/ou passageiras, e dentro dessa complexa trama de relacionamentos – de amplitudes e alcances muito diferentes – a Anpur deve posicionar-se: participando de algumas, estimulando outras, dando acolhida e espaço para a expressão de outras tantas e criando oportunidades para que seus associados tomem contato, informem-se e decidam em que âmbitos dessas relações desejam participar. A *homepage* e o Encontro Nacional são espaços privilegiados para isso.

A necessidade de alcançar uma autonomia financeira para a Anpur deu origem à proposição do pagamento de anuidades pelas entidades integrantes, definindo outro item importante a ser incorporado à pauta de trabalho rotineiro da Diretoria: a programação, arrecadação e administração de recursos próprios, abrangendo anuidades, assinatura e venda de publicações, e, eventualmente, o estabelecimento de taxas para cobrir custos e viabilizar serviços, como envio postal de publicações e outros, a exemplo do que fazem associações congêneres.

Entre maio de 1999 e maio de 2001 o universo anpuriano abrangia 33 instituições filiadas/associadas e, ao final desse período, outras três se candidataram e entraram – entre elas a primeira no campo do Direito Urbano. A Anpur de 1999-2001 tinha o triplo do tamanho daquela que Martim Smolka presidiu em 1987-1989. E, se tomarmos o tamanho adquirido pela Anpur na Assembleia de 2001 com o ingresso dessas três instituições e o compararmos com aquele existente ao início da gestão de Milton Santos, a partir de junho de 1991, constatamos que em dez anos o número de entidades integrantes aumentou de 20 para 36, perfazendo o espantoso acréscimo de 80%.

O crescimento da pauta de trabalho rotineiro da Anpur produz um acúmulo de tarefas concentradas principalmente nas mãos da Presidência e da Secretaria Executiva, o que dificulta o desempenho em frentes importantes de trabalho, particularmente na pauta de ação política nos vários âmbitos a que diz respeito uma associação acadêmica como a Anpur. Destaco alguns campos de discussão e de intervenção para os quais somos chamados ou impelidos a participar:

a. discutir a política nacional de ciência e tecnologia com as demais associações científicas, principalmente no espaço da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC);

b. analisar os programas nacionais de fomento ao ensino pós-graduado e criar na Anpur um espaço de discussão, invenção e experimentação de formatos de cursos multidisciplinares e pluri-institucionais;

c. estreitar o diálogo entre a Anpur e as agências de fomento à pesquisa, alertando para a importância de certos temas, analisando a evolução de bolsas e auxílios e lutando por mais recursos para a área;

d. estreitar o diálogo e a troca de experiências entre a Anpur e as Associações Nacionais de campos afins (Anpocs, Anpec, Anpege, Anpad, Abep e outras) e sociedades científicas das áreas constituintes da Anpur (geografia, economia, ciências sociais, administração, demografia, arquitetura e urbanismo e outras), estabelecendo cooperação e ação comum no encaminhamento de questões que interessam a esses campos de ensino e de pesquisa;

e. adentrar os espaços de discussão criados pela globalização, inclusive no mundo acadêmico, participando de e/ou organizando eventos internacionais, bem como estabelecendo pautas de conversação e de cooperação com associações congêneres de outras regiões do mundo;

f. pautar discussões nacionais sobre experiências, necessidades e formatos para políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional.

Nossa resposta a essas demandas ocorreu de forma mais ampla ou mais restrita, conforme os recursos de que dispúnhamos na Diretoria e os recursos adicionais que conseguimos reunir nas diferentes ocasiões em que isso se fez necessário. Fizemos o melhor possível, dentro das circunstâncias objetivas da realidade. Procuramos sempre extrair o melhor proveito das circunstâncias e lidar com obstáculos e dificuldades de modo a aprender com os erros e transformar os revezes em oportunidades.

Os novos âmbitos de atuação desenvolvidos, associados às novas tecnologias de comunicação, ampliaram sobremaneira a presença social da Anpur. Ao importante papel de fórum público, onde o conhecimento produzido se expõe à crítica e à divulgação, em que a Anpur constitui ponto de convergência para pesquisadores, professores e estudantes, somam-se novos papeis, que se desdobram do fato de a Anpur ser – e

assumir isso – o local mais próprio para o encontro de pesquisadores, professores e estudantes em redes de pesquisa, sociedades científicas, instituições de fomento ao ensino e à pesquisa e outras agências e/ou campos de atividades que possam contribuir para o pensamento criativo, a sociabilidade acadêmica e o não isolamento da Universidade. A Anpur ampliou muito esse exercício, como se viu no IX ENA, no Rio de Janeiro, e certamente continuará a ampliá-lo no futuro.

Para a Direção da Anpur no período 1999-2001, foi fundamental o apoio institucional recebido do Instituto de Economia da Unicamp, à época dirigido por Geraldo Di Giovanni e, no final do período, por Paulo Eduardo de Andrade Baltar. Agradeço particularmente o apoio de todas as horas dado por Rinaldo Barcia Fonseca, coordenador em exercício do Nesur-IE/Unicamp e diretor associado do Instituto. A Presidência da Anpur pôde contar com uma retaguarda sempre segura, incluindo uma complementação de recursos quando necessário, e integral apoio administrativo.

Também a secretaria executiva teve total apoio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, contando com todas as condições necessárias para o melhor desempenho do trabalho da Anpur, tanto pela ação de sua diretora, Maria Ruth de Amaral Sampaio, como da coordenadora do programa de pós-graduação, Ermínia Maricato, pelo que expressamos, mais uma vez, o nosso agradecimento.

Para o bom andamento das realizações da Anpur nesse período, foi fundamental a experiência e a eficiência de Raquel Martins, que deu suporte administrativo à Secretaria Executiva desde dezembro de 1999, assim como a criatividade e a iniciativa de Camila de Almeida, estagiária do curso de economia que a direção do Instituto de Economia pôs à disposição da presidência da Anpur.

Sou muito grata a Yvonne Mautner pela eficiente e calorosa colaboração prestada na segunda metade da gestão e, especialmente, por ter-se disposto a assumir a Secretaria Executiva, sem se ter preparado para isso. Aos Diretores, agradeço a participação na realização do que foi proposto, assim como as oportunas opiniões e sugestões que frequentemente me deram, e, particularmente, a Henri Acselrad, pelo belíssimo Encontro por que foi responsável.

A Anpur se move – e cresce – pela ação voluntária dos seus integrantes. Ao longo das próximas páginas, o leitor poderá ver o enorme número de pessoas que fez acontecer e participou das atividades aqui relatadas. Num período como o dos últimos anos, em que as pessoas que se ocupam do

mundo acadêmico estão de modo geral sobrecarregadas de trabalho, chega a ser espantosa a quantidade de esforço dedicado por elas às realizações nos vários âmbitos da Anpur. Isso só pode ser justificado pela importância que a Anpur exerce no seu campo de atividades e pelo amor que as pessoas dedicam a esta Associação. Por essas razões, foi uma honra e um privilégio ter tido a oportunidade de dirigi-la. E a todos que colaboraram com nossa gestão e me apoiaram quando foi preciso, dedico profundo agradecimento e a minha mais sincera homenagem.

Vejamos, então, o balanço do que foi realizado pela Diretoria 1999-2001 com relação a cada um dos grandes projetos prioritários propostos no Plano de Ação aprovado na Assembleia de 1999. Em seguida, são apresentadas em detalhes as realizações mencionadas, além de outras não previstas no Plano de Ação 1999-2003.

Implementação do plano de ação 1999-2003

a. Difusão da imagem da Anpur. As realizações referentes a esse projeto incluem a consolidação da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais e do Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional, o projeto e lançamento da *homepage*, a criação de novo logotipo, a publicação dos Anais do VIII e do IX ENA e a preparação de livro com os textos do seminário Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões.

b. Mapeamento institucional e acadêmico das instituições integrantes. Foi veiculado dentro do *site* www.anpur.org.br o mapeamento das 33 instituições filiadas/associadas à Anpur, organizado segundo os Estados/regiões do País e as áreas em que atuam na formação acadêmica e em pesquisa. A ser ampliado e aprimorado nas próximas gestões, incluiu informações relativamente simples, mas suficientes para identificar a Anpur como uma associação que reúne uma diversidade de especializações acadêmicas e se define pela articulação de um campo de conhecimento científico – teórico e aplicado – sobre o desenvolvimento urbano e regional e seu planejamento. Foi criado também um cadastro informatizado abrangendo cerca de mil e setecentos nomes de pessoas interessadas em manter-se informadas sobre as atividades da Anpur, o qual permite estimar a abrangência da influência institucional da Associação.

c. Articulação de uma agenda de pesquisa e de influência sobre o poder

público. Aqui foram desenvolvidas atividades de natureza diferente: o seminário nacional "Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões – a espacialidade do desenvolvimento brasileiro", organizado pela Diretoria em seis sessões regionais; a participação da Anpur no Comitê Nacional Istambul+5, encarregado de preparar o documento nacional para a participação do Brasil na reunião especial da ONU dirigida para avaliar a implementação da agenda Habitat nos países nela representados; a organização e a realização do IX ENA; os eventos realizados por instituições associadas/filiadas com o apoio da Anpur e que compõem uma agenda anpuriana já tradicional.

d. Articulação do ensino de pós-graduação para promover a cooperação interinstitucional. Esse projeto incluiu a tentativa de organizar um programa de cooperação interinstitucional nacional apoiado no Procad (CAPES) e a organização e realização do IV Encuentro de Posgrados sobre Desarrollo y Politicas Territoriales y Urbanas de los Países del Cono Sur, ocorrido dentro do IX ENA.

e. Atualização da estrutura e funcionamento da Anpur. No que diz respeito a inovações na forma de gestão da Anpur, foi dado início a um Comitê de Intercâmbio Internacional, foi criado um Comitê de Assessoria e Apoio Executivo à Presidência e à Secretaria, e estruturado o Conselho de Representantes que havia sido aprovado na Assembleia de 1999 para constituir um fórum consultivo.

f. Fomento. Os recursos que passaram a ser recolhidos mediante o pagamento de anuidades pelas entidades associadas/filiadas, conforme proposta do Plano de Ação aprovada na Assembleia de 1999, vieram contrabalançar relativamente a perda de amplitude do apoio financeiro dado tradicionalmente à Anpur pela Finep, que teve funções e objetivos redirecionados pelo MCT para o campo empresarial e, com isso, restringiu o financiamento à área acadêmica. A venda de revistas passou a constituir outra nova fonte de recursos, embora insuficiente para a manutenção da publicação. Uma prioridade da Diretoria 1999-2001 foi trabalhar para conseguir fontes permanentes de financiamento para a Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais e para o Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional. Os recursos para realizar o IX ENA e o seminário nacional Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões foram, como de costume, solicitados às instituições de fomento ao ensino e à pesquisa.

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

Quando nossa Diretoria tomou posse em maio de 1999, tinha acabado de ser lançado o primeiro número da revista e tudo o mais estava por ser feito. Invertendo-se os papéis, Norma Lacerda, a ex-presidente responsável pelo lançamento da revista, foi convidada a assumir o cargo de editora responsável. A revista passou a ficar sediada no MDU/UFPE, foi mantida a mesma comissão editorial e criado o cargo de editora assistente, assumido por Lúcia Leitão.

A Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais foi registrada no Ibict e ganhou seu ISSN. Durante a gestão de nossa Diretoria, vieram a público os números 2 e 3, estando o número 4 pronto em maio de 2001, apenas aguardando a liberação dos recursos pedidos ao CNPq para ser impresso.[3] Nesse período, a Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais foi classificada pela CAPES na categoria nacional nível A e incluída na lista Qualis da área de Planejamento Urbano e Regional.

A norma do CNPq é somente financiar revistas cuja circulação já se mostrou estável e, portanto, providenciamos o financiamento dos três primeiros números – com recursos da Finep oriundos da gestão anterior e com recursos negociados com o *Lincoln Institute of Land Policy* nas duas gestões – antes de solicitar auxílio.

A criação da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais só foi realmente completada ao finalizar-se a composição do seu conselho editorial, amplo e representativo, criado mediante a indicação de nomes pelas instituições integrantes da Anpur, e que passou a fazer parte dos créditos da revista a partir do número 3 – Novembro de 2000. Nessa fase inicial, a prioridade essencial foi criar e manter um fluxo de trabalho contínuo entre autores, editora e conselho editorial, visando, antes de mais nada, consolidar a revista. Há muito ainda a fazer: indexá-la, estabelecer permutas de índices com outros periódicos (conforme feito com EURE no número 2), estudar uma política em relação ao meio eletrônico (vide SciELO, portal de periódicos CAPES), ampliar assinaturas e vendas, etc.

Gradualmente foi sendo organizado um sistema inicial de distribuição que abrangeu doação a bibliotecas para divulgação, campanha de assinaturas, distribuição às instituições filiadas/associadas para venda, criação de pontos de venda em livrarias dentro e fora dos campi universitários, venda

3 O número 4 da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais acabou sendo impresso com recursos que havíamos deixado em caixa para a próxima gestão, conforme decisão tomada em comum com a nova Diretoria, no período de transição entre uma e outra.

em eventos, estímulo à organização de lançamentos dos novos números em diferentes cidades, tendo ocorrido vários por iniciativa dos membros da Diretoria e da comissão editorial. Ficou também decidido que ex-presidentes e ex-secretário/as executivo/as têm direito a receber sempre um exemplar de cada número da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, como uma retribuição simbólica da Anpur ao que deram de si a ela os seus ex-dirigentes – o que fizemos com os números 1, 2 e 3, e a nova Diretoria da Anpur continuou a fazer ao distribuir a edição número 4.

A Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais nesse período foi editada no Recife, mas produzida em São Paulo e distribuída pela Secretaria Executiva – essa foi a solução possível, temporariamente conveniente, mas que deve ser reestudada pelas Diretorias futuras, tendo em vista alcançar uma solução mais permanente e profissional.

Na ocasião do IX Encontro, foi pedido à Comissão Editorial que fizesse uma avaliação do regimento interno da revista, com base nesses primeiros dois anos de experiência. Ficou estabelecido pela Assembleia de 2001 que decisões sobre o funcionamento da revista poderão ser tomadas no âmbito da própria revista, não precisando ser submetidas à aprovação da Assembleia. Nessa oportunidade, a editora Norma Lacerda pediu afastamento do cargo devido a uma sobrecarga de compromissos profissionais e, para substituí-la, foi nomeado Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes como novo editor da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais que, com isso, teve sua sede transferida para a Faculdade de Arquitetura da UFBA.

Outras publicações da Anpur

Anais

Os Anais do VIII Encontro Nacional da Anpur foram publicados em forma de CD-Rom, conforme previsto pela Comissão Organizadora do VIII ENA, e distribuídos pelo correio por Décio Rigatti, coordenador daquela Comissão.

Os Anais do IX ENA foram impressos em papel, em três volumes, e distribuídos pela secretaria do evento, no Hotel Glória, dentro das pastas entregues aos participantes no início do Encontro.

Os Anais do *IV Encuentro de Posgrados sobre Desarrollo y Políticas Territoriales de los Países Del Cono Sur* foram enviados pelo correio aos participantes, em dezembro de 2001, por Rosélia Piquet e Angela Penalva Santos, coordenadoras da organização do evento.

Livro

Está sendo preparado para publicação o livro Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional brasileiro, reunindo os trabalhos apresentados no seminário nacional de mesmo nome, numa coedição Anpur/ Editora da Unesp que será lançada por ocasião do X Encontro Nacional da Anpur, em Belo Horizonte.

Homepage

Após tentativas nas duas últimas gestões, finalmente foi para o ar a *homepage* da Anpur! Foi criada com o endereço www.anpur.org.br e hospedada em máquina da Unicamp, com o compromisso de aí permanecer até final de 2001, acertado com a Direção do Instituto de Economia, tendo em vista garantir tempo suficiente para que a Diretoria 2001-2003 pudesse estudar e decidir novas diretrizes. Deve ser complementada e ampliada, e requer manutenção e atualização permanentes.

Fazer a *homepage* foi um projeto particularmente caro à presidente, assumido pessoalmente. Procurou-se fazer um *site* alegre, colorido e de leitura agradável. Seu projeto contou com a colaboração de Camila de Almeida e a qualidade visual de sua realização é devida ao arquiteto Renato Mello, responsável pelo *design*, sob o crédito Motiondesign.

O *site* informa o que é a Anpur, mapeia suas áreas de atuação e noticia as realizações nos seus vários âmbitos de atuação, incluindo tanto informações do presente como o patrimônio de realizações já acumulado. Apresenta a Anpur por meio de seu histórico, do mapeamento das instituições associadas/filiadas e do seu estatuto; informa sobre a diretoria atual e as anteriores, e expõe suas áreas de atuação: a Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, com todos os números publicados incluindo capa, índice e resumos dos artigos (em português e inglês); outras publicações, incluindo os Anais dos Encontros Nacionais e os livros publicados; os eventos e atividades programados e em realização; a premiação em curso e as anteriores (regulamento, júri e premiados); as atividades de intercâmbio internacional; o IX ENA, abrangendo informações sobre a organização do evento, os prazos para a apresentação de trabalhos e o acompanhamento do processo de seleção, informações sobre viagens, a realização do evento e o programa do Encontro.

O *site* foi construído com informações básicas sobre as instituições integrantes da Anpur, as quais deverão, com mais tempo, ser ampliadas e aprimoradas. Foi projetada, mas não implantada, uma página Anpur *online*,

que deve abranger uma lista de discussão, debate e um boletim eletrônico. A manutenção do *site* é uma atividade imprescindível e trabalhosa, já que é um veículo que supõe atualização e desenvolvimento permanentes. Notoriamente, é um avanço que abre para a Anpur inúmeras novas possibilidades de trabalho e de comunicação.

Imagem institucional e comunicação com o público

Novo logotipo

Cuidou-se para que se estabelecesse relativa unidade da imagem gráfica da Anpur e foi atualizado o desenho da sua marca, criando-se um novo logotipo que combina com a concepção da linguagem visual da *homepage* e, conseqüentemente, originando uma redefinição da papelaria institucional, que começou a ser utilizada ao final de nossa gestão.

O novo logotipo foi utilizado na bolsa distribuída aos participantes inscritos no IX ENA, por iniciativa dos organizadores do evento, numa primeira e feliz aplicação da marca.

Cadastro

Com a generalização do uso de correio eletrônico, foi necessário reorganizar o cadastro de pessoas interessadas em manter proximidade da Anpur, pelo registro sistemático de informações em todo e qualquer contato estabelecido entre a Anpur e o público: lançamentos da revista, listas de presença nos eventos realizados, distribuição da revista, inscrições para o Prêmio, resumos enviados para o IX ENA e, de modo geral, na ocasião de qualquer pedido de informação sobre atividades da Anpur.

Chegou-se a pouco mais de 1.700 nomes, e a atualização do cadastro pode passar a ser feita no *site* da Anpur.

Reuniões de informação sobre a Anpur

Em todos os deslocamentos da Presidência no território nacional, foi pedido previamente a uma instituição da região visitada que organizasse uma reunião convidando representantes das instituições locais filiadas/associadas e, também, representantes de instituições não integrantes, porém interessadas em conhecer mais de perto a Anpur.

Assim, foram feitas reuniões assim em Belém, São Luiz, Natal, Recife, Salvador, Brasília, Florianópolis, Rio de Janeiro e São Paulo, das quais resultou a troca de informações e o revigoramento de laços entre a Anpur e

seus integrantes, a reaproximação de instituições que se haviam distanciado da Anpur, e também a organização do seminário "Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões".

II Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional

Foi conferida pela segunda vez a premiação, agora dentro do Encontro Nacional da Anpur. Integraram o júri os professores Clélio Campolina Diniz (UFMG), Luiz Antonio Machado da Silva (Iuperj), Maria Adélia Aparecida de Souza, que o presidiu (Unicamp/USP), Pasqualino Magnavita (UFBA), Wrana Maria Panizzi (UFRGS) e, como suplente, Murilo Marx (USP).

A organização dessa atividade ficou diretamente subordinada à presidência e sediada no Nesur-IE/Unicamp, em Campinas, onde também se realizou a reunião do júri para a escolha dos premiados. A secretaria ficou a cargo de Camila de Almeida, que aproveitou essa oportunidade para dar um grande impulso à estruturação e à alimentação do cadastro da Anpur.

O edital foi publicado no Diário Oficial da União em 1º de dezembro de 2000, e as inscrições se encerraram em 31 de janeiro de 2001, após ampla divulgação – uma vez no início e outra no fim desse período – por meio de mensagens eletrônicas (informando e pedindo divulgação) enviadas a todas as instituições filiadas e associadas; aos cerca de 800 inscritos no IX ENA; às instituições filiadas à Anpocs, Anpec e Anpege; à Abep, Ancib e SBPC; à Fundap, ao Seade e demais instituições congêneres; aos cursos da área urbana e regional das principais universidades do País encontrados via *Internet*; aos jornais eletrônicos da SBPC e do CPDOC/FGV; ao Prossiga/CNPq; a alguns veículos impressos da grande imprensa diária e da imprensa universitária.

Foram inscritos 67 trabalhos assim distribuídos: 14 livros, 15 teses de doutorado, 26 dissertações de mestrado e 12 artigos. O total de inscrições corresponde a cerca de cinco vezes o número de trabalhos inscritos na primeira edição do Prêmio, em 1998. Os jurados reuniram-se durante dois dias em Campinas, nas dependências do Instituto de Economia da Unicamp, e em 26 de abril de 2001 a presidente do júri informou à presidência da Anpur o resultado da premiação.

Os prêmios foram anunciados por carta aos respectivos ganhadores, e em 30 de maio de 2001, dentro do IX ENA, foram entregues em solenidade pública os certificados aos premiados: A Ordem Urbana Walraso-Thütneniana e suas Fissuras: o Papel da Interdependência nas Escolas de Localização, de Pedro Abramo, na categoria Artigo; Formas Urbanas. Cidade Real & Cidade Ideal. Contribuição ao Estudo Urbanístico de Salvador, de Antonio

Heliodório Lima Sampaio, na categoria Livro; Menção Especial de Livro a Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1995), de Wilson Cano; divisão do Prêmio de Dissertação de Mestrado entre A Experiência da Autogestão em Ipatinga: uma busca pelo Conceito, de Alfio Conti, e Largo da Misericórdia, de Jacques Sillos de Freitas; divisão do Prêmio de Tese de Doutorado entre Espaços Metropolitanos em Tempos de Globalização: um Estudo de Caso sobre o Rio de Janeiro, de Glauco Bienenstein, e Os Rumos da Cidade: Urbanismo e Modernização em São Paulo, de Cândido Malta Campos Neto.

A avaliação das duas premiações tornou patente a necessidade de adequar à prática o regulamento do Prêmio. A experiência mostrou duas ordens de problemas: a) é muito trabalhoso e instável ter de providenciar financiamento a cada premiação – é preciso encontrar uma solução mais permanente, que tenha continuidade gestão após gestão; b) o regulamento aprovado em 1997 é muito aberto e omisso em pontos importantes – é preciso revê-lo. Além dessa avaliação da diretoria, foi também pedido aos jurados discutir a adequação do regulamento.

No que diz respeito a recursos, seguindo o que foi feito quando da primeira edição do Prêmio, foram feitas gestões na Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (SEDU) para o financiamento da premiação. Além disso, foi feita uma consulta à vice-presidente do CNPq, Alice Paiva Abreu, sobre a possibilidade de concessão de prêmios pelo CNPq em créditos abertos aos ganhadores, na forma de bolsa ou de auxílio em categorias diversas, como um procedimento a ser institucionalizado e que valesse para as premiações futuras. Nessa segunda edição do Prêmio Brasileiro, a reunião do júri terminou por ser realizada mediante o apoio financeiro do Nesur-IE/Unicamp, e a premiação e pró-labore aos jurados foram incorporados ao orçamento do IX ENA.

Na Assembleia Geral da Anpur, em 2001, ficou aprovada a criação de um Grupo de Trabalho para, em um tempo determinado, propor a reformulação do regulamento do Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional, levando em conta as sugestões de mudança elaboradas pelo júri do II Prêmio (2001), assim como a possibilidade aberta pela vice-presidente do CNPq, quando consultada, de serem estudadas alternativas para a concessão de prêmios em créditos aos ganhadores, na forma de bolsas ou outras categorias de auxílio disponíveis no CNPq.

A Assembleia também autorizou a Diretoria a proceder às mudanças que julgar necessárias e adequadas no regulamento do Prêmio Brasileiro

Política e Planejamento Urbano e Regional, assim como a escolher os jurados, sem que seja necessário submeter essas decisões à aprovação pela Assembleia, alterando desse modo o que era determinado pelo regulamento. Foi encaminhada para a próxima Diretoria a indicação dos nomes de Mauricio de Abreu e de Murilo Marx (este último suplente em 2001, para titular em 2003).

Seminário Nacional Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: a espacialidade do desenvolvimento brasileiro

Partindo do princípio de que é papel da Anpur posicionar-se em sua área de competência acadêmica e formular uma agenda alternativa para a proposição do desenvolvimento regional e urbano nacional, o Seminário teve em vista os seguintes objetivos:

a. analisar a dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro, integrando as dimensões urbana e regional;

b. discutir o desenvolvimento urbano-regional numa abordagem multidisciplinar;

c. preparar e realizar uma reunião nacional que construa uma referência para a formulação de propostas de desenvolvimento e planejamento urbano-regional;

d. fortalecer o papel da Anpur como criadora de um espaço de interlocução a respeito das questões urbana e regional;

e. estimular a filiação à Anpur de entidades afins, de modo que ela venha de fato a representar todo o universo de instituições de ensino e/ou pesquisa atuantes no campo dos estudos urbanos e regionais;

f. discutir os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento propostos nos programas Brasil em Ação e Avança Brasil, estratégia espacializada de desenvolvimento do governo federal.

O Seminário teve cinco sessões regionais e uma conclusiva nacional, todas realizadas sob o mesmo título geral e discutindo o temário proposto no projeto. Foram sugeridas algumas questões gerais de referência: Quais as questões consideradas cruciais, hoje, nos estudos (urbanos, regionais, urbano-regionais) desenvolvidos nas instituições da região? Quais os possíveis impactos (nacionais e regionais) dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento? Qual a importância estratégica dos investimentos nele indicados tendo em vista os principais problemas e prioridades regionais? Que questões deveriam ser contempladas na formulação de uma política

regionalizada de desenvolvimento para o Brasil?

Foram propostas questões específicas para balizar essa discussão indicada acima: Que urbano e que regional? – questão que se desdobra em outras: Que critérios e escalas de região são importantes/adequados, hoje, para apreender as dimensões mais significativas das semelhanças/diferenças naturais e construídas no espaço social brasileiro? Que escalas de urbano são mais significativas (e importantes de ser estudadas) nas diferentes macrorregiões brasileiras? Como se articulam urbano e regional na dinâmica espacial da região? E, por consequência, que planejamento? – o que envolve conclusões evidentes de imediato e questões a serem investigadas e aprofundadas.

A propósito dessas indagações, aplicadas em maior ou menor medida às especificidades regionais, realizaram-se discussões nas seis sessões realizadas:

- Sessão Centro-Oeste, na UnB, Brasília, em 10 e 11 de julho de 2000, dentro da 52ª Reunião Anual da SBPC, organização de Frederico de Holanda e Marília Steinberger;
- Sessão Sul, na UFSC, Florianópolis, em 17 e 18 de julho/2000, dentro do XII Encontro Nacional dos Geógrafos, organização de Cássio Rolim (Anpur) e Sérgio Martins (AGB);
- Sessão Norte/Nordeste, na UFBA, Salvador, em 4 e 5 de dezembro de 2000, organização de Ana Fernandes;
- Sessão Sudeste/MG, na UFMG, Belo Horizonte, organização de Clélio Campolina Diniz e Geraldo Magela Costa, em 22 de dezembro de 2000;
- Sessão São Paulo, na FAU/USP, organização de Carlos Antônio Brandão, desdobrada em duas reuniões: a primeira em 10 de novembro de 2000 e a segunda em 23 de março de 2001;
- Sessão conclusiva nacional: O desafio urbano-regional na construção de um projeto de nação, no IE/ Unicamp, Campinas, em 5 e 6 de abril de 2001, organização de Carlos Antônio Brandão e Antônio Carlos Galvão e colaboração de Nádia Somekh, com a participação de representantes dos seminários regionais e outros cientistas sociais convidados.

A organização desse Seminário satisfez também a demanda de diversas instituições associadas/filiadas, expressa na reunião para o Plano de Ação realizada em São Paulo e reiterada no Encontro de Porto Alegre, no sentido de ser retomada a organização de seminários temáticos regionais.

Concluindo o circuito dessa atividade, está sendo produzida a publicação da coletânea Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional brasileiro, organizada por M. F. Gonçalves, C. A. Brandão e A. C.

Galvão, cujo lançamento deverá ocorrer no X Encontro Nacional da Anpur, em Belo Horizonte, numa coedição Anpur/Editora da Unesp.

O Seminário foi realizado com recursos da Finep, CNPq e Fapesp, contando também com o apoio das instituições que organizaram as sessões regionais. O livro está sendo produzido com o apoio financeiro do CNPq e da Finep, que desse modo colaboram para a divulgação mais ampla dos resultados do evento cuja realização financiaram.

Eventos com o apoio da Anpur

Encontro com a Planners Network: Planejadores urbanos e justiça social – São Paulo (SP), 10 de dezembro de 1999, promoção de núcleos de pesquisa e programas de ensino pós-graduado em Arquitetura e Urbanismo da USP, PUCCAMP, USP-São Carlos e Mackenzie e das entidades Unitrabalho, Nepur-PUCSP, NHDU-Unitau, Fenea-SP e Anpur; organização de Ermínia Maricato, João Sette Whitacker Ferreira e Mariana Fix.

VIII Colóquio Internacional sobre o Poder Local – Salvador (BA), 9 a 11 de dezembro de 1999, promoção do Nepol/UFBA, coordenação de Tânia Fischer.

IX Congresso Ibero-Americano de Urbanismo – Recife (PE), 27 a 30 de novembro de 2000, promoção da Prefeitura do Recife, Governo do Estado de Pernambuco, Associación Española de Tecnicos Urbanistas, Associação dos Urbanistas Portugueses e apoio do MDU/ UFPE, IBAM, IAB, Fundarpe, Emprel, além da Anpur.

VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo – Natal (RN), 24 a 27 de outubro de 2000, promoção da FAU/UFRN e MDU/UFPE, coordenação de Sônia Marques.

Oficina: Metodologias de Avaliação de Projetos de Desenvolvimento Local (Programa de Desenvolvimento Local e Gestão Social) – Salvador (BA), 5 a 7 de fevereiro de 2001, promoção do Nepol/UFBA, coordenação de Tânia Fischer.

IX Encontro Nacional da Anpur

O IX Encontro Nacional da Anpur foi realizado no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, de 28 de maio a 1º de junho de 2001. A Comissão Organizadora foi coordenada por Henri Acselrad (Ippur/UFRJ) e composta por Angela Fontes (IBAM), Luiz Antonio Machado da Silva (Iuperj), Marcelo Lopes de Souza (Departamento de Geografia/UFRJ) e Rachel Coutinho (Prourb/FAU-UFRJ).

A Secretaria do evento ficou sediada no Ippur/UFRJ, integrada por Andrea Paulo da Cunha Pulici e Elisabeth Alves Peixoto.

Foi um grande encontro, que mobilizou de forma significativa pesquisadores de todo o País, como o atestam os 719 resumos e 385 trabalhos completos encaminhados à comissão organizadora. Os artigos provieram de 14 Estados da Federação e dois da Argentina. Os trabalhos originários dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde estão 16 das 33 instituições anpurianas, perfizeram mais da metade do total; entretanto, a participação paulista no total de trabalhos completos (31%) foi menor que a proporção das instituições paulistas dentro da Anpur (33%); a participação de artigos provenientes do Rio de Janeiro (25%), onde se realizou o evento, foi, compreensivelmente, superior ao peso desse Estado no número de associados/filiados (15%). Foi significativa a participação de trabalhos originários de Minas Gerais (11%) e do Rio Grande do Sul (10%), Estados que estão representados na Anpur, cada um, por 6% das instituições. Note-se que só 4% dos trabalhos são provenientes de Estados (do Nordeste) que não estão representados na Anpur.[4]

A comissão científica foi formada por 14 membros, respeitando-se critérios de representatividade da diversidade dos programas e núcleos de pesquisa filiados à Anpur, tanto no que se refere ao recorte regional como ao disciplinar. Integraram essa Comissão: Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ) e Leila Christina Dias (UFSC), responsáveis pela Sessão Temática 1, Escalas de poder e novas formas de gestão urbana e regional; Lia Osorio Machado (UFRJ) e Carlos Antonio Brandão (Unicamp) pela ST-2, Reconfiguração do espaço urbano e regional; Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes (UFBA) e Margareth da Silva Pereira (UFRJ) pela ST-3, Cidade e urbanismo – história, forma e projeto; Edna Castro (UFPA) e Ana Fani Alessandri Carlos (USP) pela ST-4, Sociabilidade urbana, conflitos sociais e território; Heloisa Soares de Moura Costa (UFMG) e Philip Gunn (USP) pela ST-5, Novas instituições e territorialidades sociais motivadas pela questão ambiental; Ricardo Farret (UnB) e Angela Gordilho Souza (UFBA) pela ST-6, Estruturação intraurbana, política fundiária e a questão da moradia; Circe Maria Gama Monteiro (UFPE) e Eva Machado Barbosa Samios (UFRGS) pela ST-7, Temas emergentes: tecnologia, novas linguagens e processos espaciais.

4 A distribuição regional dos textos completos recebidos foi a seguinte: 120 de SP; 97 do RJ; 43 de MG; 37 do RGS; 15 do PA; 12 de SC; 11 de PE; 10 da BA; 10 do DF; 8 do PR; 6 do RGN; 6 do CE; 5 de AL; 3 da PB; e 2 da Argentina. Nos Estados que estão representados na Anpur, nem todos os trabalhos são provenientes de pesquisadores pertencentes a instituições associadas/filiadas.

As sete sessões temáticas tiveram títulos e ementas definidos de modo a reproduzir, com ajustes, as grandes linhas de discussão da Anpur. As sessões temáticas que atraíram o maior número de trabalhos enviados foram: Reconfigurações do espaço urbano e regional (81 trabalhos), Escalas de poder e novas formas de gestão urbana e regional e Cidade e urbanismo – história e forma e projeto (56 trabalhos cada uma).[5]

Dentre os trabalhos definitivos, 156 foram selecionados para apresentação oral e 96 para serem apresentados sob a forma de *posters*. Como houve um certo número de artigos que tratava de instrumentos de planejamento, foi criada uma Oficina de Instrumentos de Planejamento para reuni-los. Esses trabalhos, assim como os apresentados em *posters*, não foram publicados nos Anais, mas sua seleção foi devidamente registrada.

Aqueles selecionados para apresentação oral foram publicados nos Anais do IX Encontro Nacional da Anpur, onde os trabalhos de cada Sessão Temática foram precedidos de um pequeno texto elaborado pelos dois coordenadores responsáveis por sua seleção, ressaltando as ideias-matrizes condutoras desse conjunto de trabalhos. Os Anais totalizaram 1.848 páginas, distribuídas em três volumes, e foram entregues a todos os participantes no momento de sua inscrição no Encontro.[6]

A Comissão Científica concluiu a seleção dos trabalhos a serem apresentados no IX ENA após dois dias de reunião, em que também esteve presente a diretoria da Anpur. A seleção foi feita a partir da leitura de cópias sem menção de autoria. A autoria dos trabalhos não selecionados foi mantida desconhecida, mesmo para a própria comissão científica.

Somente após a escolha dos trabalhos foram verificados os nomes dos autores dos textos selecionados. Aplicou-se então a norma definida pela comissão organizadora, segundo a qual um mesmo autor só poderia ter dois

5 Dos 385 trabalhos definitivos encaminhados, foram selecionados 156 para apresentação oral. Os 385 artigos resultaram distribuídos entre as Sessões Temáticas segundo as seguintes proporções: ST-1: 56 trabalhos; ST-2: 81 trabalhos; ST-3: 56 trabalhos; ST-4: 52 trabalhos; ST-5: 46 trabalhos; ST-6: 48 trabalhos e ST-7: 46 trabalhos. Os 156 selecionados para apresentação oral distribuíram-se assim pelas Sessões Temáticas: ST-1: 22 trabalhos; ST-2: 24 trabalhos; ST-3: 23 trabalhos; ST-4: 23 trabalhos; ST-5: 24 trabalhos; ST-6: 23 trabalhos; e ST-7: 17 trabalhos.

6 Uma síntese das principais questões que motivaram os trabalhos selecionados para o IX Encontro, sob o título Pensamento e ação sobre o território – um balanço reflexivo do IX Encontro Nacional da Anpur, foi publicada na seção "eventos" da revista Pós número 10, dezembro de 2001 (revista do programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP), preparada por Henri Acselrad, coordenador da comissão organizadora, tendo por base a leitura que deles fizeram os próprios membros da comissão científica, expressa nos textos introdutórios a cada Sessão Temática nos Anais do IX Encontro Nacional da Anpur.

trabalhos aprovados para apresentação oral, unicamente no caso de um deles ser em coautoria. Para os trabalhos selecionados para apresentação sob a forma de *poster*, não houve restrição ao número de trabalhos aprovados por autor. Durante o Encontro, a comissão científica selecionou o melhor *poster* por sessão temática, o qual recebeu um certificado.

A seleção dos trabalhos teve por base critérios relativos à qualidade e ao caráter inovador dos textos, assim como à sua capacidade de favorecer o debate. Sem dúvida, dado o grande número de trabalhos apresentados, muitos textos de boa qualidade não puderam ser incluídos. O conjunto dos textos encaminhados permitiu, porém, a configuração de um amplo panorama da pesquisa sobre Planejamento Urbano e Regional, o que ajudou os membros da comissão científica a produzir os balanços do estado da arte para as respectivas sessões temáticas, os quais foram incluídos nos Anais do Encontro.

O IX Encontro contou, ainda, com seis mesas redondas voltadas para a discussão de questões atuais da conjuntura nacional: Violência nas cidades – dimensões socioespaciais e sanitárias, Desenvolvimento regional e sistemas locais de inovação, Os eixos continentais de integração e as implicações territoriais da Alca, A pós-graduação e a política de fomento ao ensino e à pesquisa, Terra urbana na América Latina: desafios éticos e legais e As políticas urbanas e habitacionais e o Estatuto da Cidade. As conferências de abertura e de conclusão do Encontro foram pronunciadas por Bishwapryia Sanyal, chefe do Departamento de Planejamento Urbano e Regional do *Massachussetts Institute of Technology*, e por Eric Swyngedouw, do Departamento de Geografia da Universidade de Oxford.

Desde a primeira reunião para a organização do IX ENA, realizada no Ippur/UFRJ em março de 2000, ficou assente a perspectiva de que o Encontro Nacional da Anpur deve ser não só um encontro acadêmico mas um grande momento de encontro nesse campo de ensino e pesquisa, isto é, um espaço de troca de informações, de explicitação de interesses, de estabelecimento de parcerias, de ampliação de perspectivas, de convergência para todas as redes institucionalizadas e informais de pesquisadores e, se possível, de oportunidade de comunicação entre representantes das sociedades científicas de todos os campos disciplinares presentes na Anpur – que, por sua multidisciplinariedade é, por excelência, um espaço para a descoberta de afinidades e troca de experiências entre os diferentes.

Nessa perspectiva, a Anpur deu início à organização do Encontro contando acolher, dentro do seu espaço, redes de pesquisa com relações já

estabelecidas com a Anpur, como a Planners Network e a Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalización y Territorio.

Tradicionalmente, o Encontro Nacional tem sido uma oportunidade para estreitar laços com instituições congêneres de outros países, particularmente das Américas. Dessa vez, o IX ENA ofereceu excelente oportunidade para a ampliação dos laços de intercâmbio internacional ao fazer contato com as instituições amigas latino-americanas ou a norte-americana ACSP, que vêm frequentando os nossos Encontros, com representantes de outras associações congêneres reunidas no desenrolar de conversações para uma articulação internacional, a ser formalizada na ocasião do 1º Congresso Mundial de Escolas de Planejamento (*I World Planning Schools Congress*) programado para Shangai, China, em julho de 2001.

Desse modo, várias atividades dentro do IX Encontro desempenharam um papel articulador. Na forma de mesas redondas formais, desenvolveram-se articulações em que a Anpur está diretamente envolvida: a) a mesa redonda internacional organizada e coordenada pela Anpur para discutir o tema Em direção ao século XXI: a nova agenda urbana, reunindo representantes da ACSP (EUA), *Universidad de los Andes* (representando a associação colombiana e a América Latina), AESOP (Europa), ASRDLF (França) e Anpur, em que o representante da AESOP era também o coordenador do Comitê Organizador do Congresso Mundial de Shangai; b) as duas mesas redondas que integraram o *IV Encuentro de Posgrados sobre Desarrollo y Políticas Territoriales y Urbanas de los Países del Cono Sur*, promoção conjunta da Anpur e da *Red Iberoamerica de Investigadores en Globalización y Territorio*, organizado por Rosélia Piquet (UFRJ) e Angela Penalva Santos (UFRJ), e realizado nas manhãs dos dias 30 e 31 de maio.[7]

Muitas das sessões livres consistiram em encontros entre redes de pesquisa formais e informais: reuniram pesquisadores latino-americanos e europeus em torno de temas como políticas urbanas comparadas e transformações na América Latina e Europa relacionadas à globalização, como reuniram pesquisadores brasileiros em torno de temas tão diversos como a articulação entre pesquisadores, ativistas e planejadores urbanos no Brasil, estudos lefebvrianos, o urbanismo modernista no Brasil, metrópoles, população e meio ambiente, representações do espaço, pesquisa ligada ao meio eletrônico, e outros.

O IX Encontro incluiu ainda duas reuniões do conselho de representantes

7 Mais detalhes podem ser encontrados na programação do IX Encontro Nacional da Anpur – Ética, planejamento e construção democrática do espaço, Rio de Janeiro 28 de maio a 1º de junho 2001.

criado na Assembleia de 1999, uma reunião da comissão editorial da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais e a atribuição do Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional; além de, como de costume, a realização da Assembleia Geral da Anpur.

Esse Encontro Nacional da Anpur foi realizado com o apoio financeiro do BNDES, Caixa Econômica Federal, CAPES, CNPq, Finep, *Lincoln Institute of Land Policy*, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Saúde, Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria do Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, Faperj e fundações estaduais de fomento à pesquisa. Contou também com o apoio administrativo e institucional do Ippur/UFRJ e Fundação Universitária José Bonifácio (UFRJ), da FAU/USP e do Nesur-IE/Unicamp.

Relações internacionais

A existência de um conjunto de demandas de âmbito internacional sugeria a necessidade de se organizar um grupo de assessoria que ajudasse a Diretoria da Anpur a unificar e organizar suas relações externas. Essas demandas eram: a proximidade da reunião da ACSP no ano 2000, o início da organização do *World Planning Schools Congress* (Shangai, julho de 2001), a situação irresoluta do Prêmio Latino-Americano (aprovado pela Assembleia da Anpur de 1997, mas não implantado devido a dificuldades operacionais), e o compromisso assumido com a *Red Iberoamericana de Investigadores en Globalización y Territorio* para organizar, no Brasil, o *IV Encuentro de Posgrados sobre Desarrollo y Políticas Territoriales de los Países Del Cono Sur*.

Em carta de 12 de maio de 2000, foi feito um convite formal a Carlos Vainer, que quando presidente da Anpur tinha desenvolvido iniciativas nessa direção, para que "ajudasse a estruturar de modo mais permanente dentro da Anpur o campo das atividades de intercâmbio internacional, assumindo a função de pensar, propor e discutir com esta Diretoria o embrião de um Comitê de Intercâmbio Internacional, a ser implantado ainda nesta gestão".

Dada a premência de tempo com que os acontecimentos foram exigindo respostas e soluções, um comitê propriamente não foi constituído, mas a atividade seguiu em frente: Carlos Vainer assumiu o papel de representante da Anpur em relações internacionais e, nessa qualidade, organizou, junto com a Diretoria, a participação da Anpur no Congresso Mundial de Escolas de Planejamento (*I World Planning Schools Congress*), programado para ser realizado em Shangai, na China, de 11 a 15 de julho de 2001, organizado

por quatro associações: a norte-americana ACSP, a européia AESOP, a asiática APSA e a australiana e neo-zelandesa ANZAPS.

Estabeleceu-se intensa correspondência eletrônica entre a Anpur e várias instituições congêneres de outras partes do mundo. Duas reuniões da diretoria da Anpur foram realizadas no Rio de Janeiro e parcialmente dedicadas à discussão do posicionamento da Anpur no contexto dessas conversações e do encaminhamento político a adotar. Houve, também, uma conversação direta a esse respeito nos Estados Unidos, entre o representante da Anpur, Carlos Vainer, o dirigente da ACSP, Bruce Stiftel (que assumiu a liderança nesse processo de articulação de associações de várias nacionalidades), e Martim Smolka, da direção do *Lincoln Institute of Land Policy*.

Como resultado-síntese, estabeleceu-se o objetivo de organizar uma reunião no IWorld Planning Schools Congress para conversações, tendo em vista articular um trabalho em conjunto, incluindo a organização do *II World Planning Schools Congress*, no qual pleiteávamos a participação formal da América Latina no *Steering Committee* a ser criado, cabendo essa representação ao Brasil por meio da Anpur.

Um passo nesse sentido foi a proposição da mesa redonda *Promoting International Academic Cooperation: Facts and Hopes*, a ser realizada em conjunto pela Anpur, ACSP e AESOP, como sessão conjunta das áreas temáticas *The Role of the Cities and Regions in Globalization* e *Planning Education*, no *I World Planning Schools Congress* em Shangai, o que foi aceito pela organização do evento.[8]

Dando início a essa colaboração institucional, foi realizada no IX ENA a mesa redonda internacional "Em direção ao século XXI: a nova agenda urbana", de que participaram representantes da ACSP (EUA), *Universidad de los Andes* (America Latina), AESOP (Europa), ASRDLF (França) e Anpur, e ainda o coordenador do *Steering Comitee* do *I World Congress.*

O diretor Geraldo Magela Costa, membro da Diretoria 1999-2001, representou a Anpur no Congresso de Shangai, onde foram estabelecidas conversações com instituições da América Latina, Europa, EUA, Austrália,

8 Foi organizado também o painel Planejamento urbano no Brasil: práticas inovadoras para promover equidade e democracia, para o qual foi feito um concurso, igualmente organizado por Carlos Vainer, para selecionar os trabalhos que comporiam a mesa. O júri foi composto por Carlos Vainer, Ricardo Libanez Farret e Geraldo Magela Costa e selecionou os trabalhos: O Orçamento Participativo em Belo Horizonte: uma forma nova de gestão pública democrática?, de Cláudia Feres Faria, e Ação em favela: limites e possibilidades, de Laura Machado de Mello Bueno. Entretanto, o painel não se realizou por falta de recursos que viabilizassem a sua realização.

África e China, consolidando os contatos que vinham sendo feitos e deixando um ponto de partida sólido a ser desenvolvido pela diretoria 2001-2003 no campo das relações internacionais.

Nesses entendimentos, surgiu a possibilidade de realizar-se no Brasil o Congresso Mundial de Planejamento que se seguirá ao de Shangai.

Participação da Anpur no Comitê Nacional Istambul+5

Representada por sua presidente, a Anpur participou do Comitê Nacional criado pela presidência da República em 1º de dezembro de 2000 para a preparação da participação brasileira na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para a revisão e avaliação da implementação dos resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos. Nessa qualidade, participou também da delegação brasileira para a referida reunião.

O Comitê, instalado em 13 de dezembro de 2000, tinha como tarefa avaliar a implementação da agenda Habitat no Brasil e preparar o Relatório Nacional a ser apresentado na sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas Istambul+5, a ser realizada em Nova York, de 6 a 8 de junho de 2001.

O Comitê Nacional foi presidido pelo secretário especial de Desenvolvimento Urbano da presidência da República, ministro Ovídio de Angelis, e integrado por representantes das seguintes instituições: Assessoria da Presidência da República, Congresso Nacional, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Meio Ambiente, Caixa Econômica Federal, Ipea, IBGE, Ibam, Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), FAU/ USP, Fórum Nacional de Reforma Urbana e Anpur.[9]

A Diretoria da Anpur não quis omitir-se dessa responsabilidade e decidiu participar do Comitê, mas, dada a exiguidade do tempo para a realização do trabalho e a diversidade de posições no seio da Anpur, desde a primeira reunião a presidente afirmou a condição de sua participação: submeter as versões preliminares do documento à análise das instituições filiadas/associadas à Anpur.

Visando recolher subsídios, foi organizada uma atividade específica no âmbito da Anpur: a Jornada Istambul+5, realizada em 4 de abril de 2001 na

9 Ao longo das reuniões, o quórum foi ampliado com um maior número de representantes de movimentos sociais ligados à moradia, como Conam e outros.

FAU-Maranhão sob a coordenação geral de Raquel Rolnik e supervisão da secretária executiva da Anpur, Yvonne Mautner, consistindo num dia inteiro de discussão da versão preliminar do Relatório Nacional Brasileiro Istambul+5. Para que a Anpur pudesse estar presente e atuante nesse processo de avaliação, foi solicitado às instituições anpurianas que mobilizassem seus integrantes para participar de duas formas: 1) ou diretamente na Jornada Istambul+5, juntamente com representantes de ONGs e outras entidades da sociedade civil convidadas pelo Fórum da Reforma Urbana e pela Conam, coorganizadores do evento; 2) ou apontando questões/problemas/posicionamentos a respeito dos cinco temas (Moradia, Gestão Ambiental, Governança, Relações Internacionais e Desenvolvimento Social) tratados no documento.

O texto-base (versão de 19 de março) foi enviado a todas as entidades, com o pedido de que assinalassem os devidos reparos ao documento, para que a Direção da Anpur os considerasse em suas intervenções futuras no âmbito do Comitê Nacional. A professora Raquel Rolnik coordenou essa consulta e colaborou com a Diretoria na sistematização das contribuições recebidas, tendo preparado, juntamente com Grazia de Grazia (Fase e FNRU) e Nelson Saule (Polis e FNRU), o documento que orientou a intervenção da Anpur e de outros representantes da sociedade civil no *workshop* organizado pelo Comitê Nacional, em Brasília, para uma consulta mais ampla à sociedade civil, realizado em 17 e 18 de abril de 2001, com cerca de 80 participantes.

A Diretoria da Anpur convidou os seguintes pesquisadores, de instituições associadas/filiadas, para representá-la na discussão dos temas tratados no *workshop* em Brasília: Ana Fernandes, FAU/UFBA, (Cooperação Internacional); Carlos Bernardo Vainer e Adauto Cardoso, Ippur/UFRJ, (Gestão Ambiental); Ermínia Maricato, FAU/USP, e Circe Maria Monteiro, MDU/ UFPE, (Moradia); José Antônio Fialho Alonso, FEE, e Eva Machado Barbosa Samios, Propur/UFRGS, (Desenvolvimento Econômico); Raquel Rolnik, PUC/Campinas, (Governança). A Anpur também indicou ao Comitê Nacional outras associações científicas a serem convidadas: SBPC, Abep, Anpocs, Anpec.

Tendo sido decidido pelo Comitê que a prioridade nos recursos disponíveis seria para financiar representantes de movimentos sociais e de ONGs (nesta ordem), compareceram pesquisadores que obtiveram recursos em sua própria instituição. Os membros do Comitê Nacional assumiram a coordenação ou a relatoria das sessões temáticas do *workshop* e a presidente da Anpur foi a relatora da discussão sobre o tema "Desenvolvimento Social

e Erradicação da Pobreza". Estiveram presentes ao *workshop* por indicação da Anpur, além da sua presidente: Raquel Rolnik, Eva Samios, Roque Laraia (presidente da Anpocs), Eduardo Rios Neto (presidente da Abep).

O texto final viria a ser o documento oficial do governo brasileiro, com normas e proposições para o desenvolvimento urbano. Levando isso em conta, os representantes da sociedade civil, como a Anpur, o Conam, a Fase, o Fórum Nacional de Reforma Urbana, o IAB, o Ibam, a Federação dos Prefeitos e outros, trabalharam principalmente para o avanço político no conteúdo do capítulo de estratégias e propostas, tendo em vista constituir uma agenda formal para uma ação política futura. As sucessivas versões preliminares do Relatório Nacional foram enviadas para as instituições associadas/filiadas e ficaram disponíveis para análise e download na homepage da Anpur. O documento final incorporou as propostas previamente preparadas, referidas acima, que foram encaminhadas aos subgrupos temáticos dentro do *workshop*.

Dado o amplo espectro de posições teóricas e políticas existentes dentro da Anpur e o prazo muito curto disponível para que se trabalhasse na elaboração do documento, a firmeza de posição da Anpur resultou em negociação no sentido de ser o Relatório Nacional Brasileiro aprovado pelo Comitê Nacional, com a ressalva de que "os representantes das instituições que integram o Comitê Nacional Istambul+5 concordam com o teor geral do documento mas não necessariamente com o sentido literal de todos os conceitos e juízos nele emitidos" (Introdução, nota 4).

A posição da Anpur, assim como a de outros representantes da sociedade civil, foi trabalhar para garantir a continuidade desse fórum de discussão e sua evolução na direção proposta no Capítulo X: Estratégias de Ação e Iniciativas Futuras, itens 22.11 e 22.12 (República Federativa do Brasil, Relatório Nacional Brasileiro Istambul+5, Brasília, maio de 2001), com desdobramentos imediatos, como a criação de um Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, a recomendação de aprovação do Estatuto da Cidade, da Lei que cria o Fundo Nacional da Moradia Popular e outras medidas.

Projetos SEDU

Um desdobramento dos contatos e reuniões na Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República foi o estabelecimento de relações também com a equipe da Diretoria de Habitação, do que resultou a proposta à Anpur para que estudasse a possibilidade de desenvolver dois

projetos de trabalho: a) Diretrizes para a formulação da política nacional de desenvolvimento urbano, e b) Programa de ações em desenvolvimento urbano para os municípios estratégicos aos eixos nacionais de integração e desenvolvimento.

Tendo isso ocorrido no final da gestão 1999-2001, a Assembleia foi informada e as propostas encaminhadas para a nova diretoria para serem analisadas.

Articulação do ensino de pós-graduação

Por ocasião do lançamento do Procad – programa da CAPES para doutorados multi-institucionais –, o edital foi enviado às instituições anpurianas acompanhado de um convite da presidente da Anpur para que se organizasse um Comitê com o objetivo de explorar as possibilidades oferecidas pelo Procad para a proposição de cursos que unissem as instituições da Anpur. Alguns contatos foram feitos, mas a iniciativa não prosperou.

A organização do *IV Encuentro de Posgrados sobre Desarrollo y Politicas Territoriales y Urbanas de los Países del Cono Sur*, realizado dentro do IX ENA e coordenado por Rosélia Piquet com a colaboração de Angela Penalva Santos, deu oportunidade para ampliar a atuação da Anpur nessa frente de trabalho, em que foi discutida a agenda atual para cursos de pós-graduação em planejamento urbano e regional, novos formatos de cursos e experiências brasileiras e internacionais de cursos compartilhados. Esse evento resultou da participação da Anpur no *III Encuentro* em Bahia Blanca, Argentina, organizado pela *Universidad Nacional del Sur*, em abril de 2000.

Relação com as entidades de fomento

Representação na CAPES

Enquanto o número de instituições associadas/filiadas à Anpur era de 33 nesta gestão, o número de instituições inscritas na CAPES na categoria Planejamento Urbano não passava de três. A CAPES não admite o credenciamento de cursos em separado dos programas e, assim, muitos cursos de pós-graduação em planejamento urbano e/ou regional não se encontram enquadrados nessa categoria, mas distribuídos nas áreas de Economia, Geografia, Arquitetura e Urbanismo e outras.

Desse modo, Planejamento Urbano e Regional é uma área muito pequena e, consequentemente, fraca, dentro da CAPES – o que foi

discutido com a diretoria da CAPES e com a representante da área, mas não se vislumbrou uma solução. Por outro lado, para articularem-se os interesses de departamentos e de cursos de pós-graduação do campo do planejamento e dos estudos urbanos e regionais, pertencentes a programas classificados em outras áreas da CAPES, verifica-se uma situação de dispersão e trabalhosa organização.

Isso propõe uma questão a analisar. Se o que une as instituições integrantes da Anpur é muito mais a prática da pesquisa (construção de um certo campo de conhecimento) do que a prática do ensino (dadas as especificidades da formação no interior de cada disciplina), um papel importante a ser desenvolvido pela Anpur, usando a oportunidade oferecida pelos Encontros Nacionais, seria o de promover a articulação entre os representantes das diferentes áreas disciplinares que integram a Anpur (seja os representantes dessas disciplinas na CAPES, seja os dirigentes das respectivas sociedades científicas), para discutirem problemas comuns e exercerem uma representação articulada junto à CAPES.

Financiamento à pesquisa

Diante da mudança na política de ciência e tecnologia arquitetada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, que resultou na criação de fundos setoriais de financiamento à pesquisa – os Fundos Setoriais para Desenvolvimento Científico e Tecnológico –, a SBPC informou às associações acadêmicas e sociedades científicas a respeito do andamento das medidas governamentais nesse sentido e programou uma série de reuniões com a presença de dirigentes dessas entidades e da SBPC, de que participaram, em ocasiões diferentes, o ministro e o secretário executivo de Ciência e Tecnologia, bem como o presidente e a vice-presidente do CNPq.

Em abril de 2000, a Anpur enviou às entidades associadas/filiadas material recebido da SBPC abrangendo proposições de alteração da constituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), de criação de grupos de trabalho com a finalidade de propor programa de desenvolvimento científico e tecnológico e respectivo modelo de financiamento para vários setores (aeronáutico, agronegócios, saúde, energia, espacial, petróleo, tranportes), e outras. Sempre que recebeu material informativo a esse respeito, a Anpur repassou-o para suas entidades integrantes.

A Anpur participou de diversas das reuniões que a SBPC organizou para discutir a mudança em andamento, informou as instituições associadas/filiadas e alertou-as para a importância desse processo. No IX ENA, em 2001,

quando os fundos setoriais já estavam criados, a tradicional mesa redonda realizada com a participação de representantes das entidades de fomento teve como pauta a nova organização dos recursos para a pesquisa.

Ampliação do quadro de assessores ad hoc

Dada a diversidade de programas e de temas de pesquisa nesse campo, a diretoria da Anpur propôs ao CNPq uma ampliação da composição do seu corpo de assessores nessa área. Enviou-lhe a lista de pesquisadores que tiveram trabalhos selecionados nos últimos cinco Encontros Nacionais da Anpur para, após ser passada pelo filtro do Curriculum Lattes, resultar numa lista de doutores que aumente e diversifique o arquivo disponível de assessores que avaliem pedidos de bolsas e auxílios. Tal lista pode ser repassada à CAPES e a outras entidades de fomento.

Comitê de Assessoria e Apoio Executivo à Presidência e à Secretaria

Em 18 de agosto de 2000, Yvonne Mautner, da FAU/USP, assumiu o cargo de secretária executiva da Anpur, por indicação da Diretoria e segundo as normas estatutárias, em razão do afastamento de Maria Lúcia Refinetti Martins, da mesma instituição. Na ocasião, foi constituído um Comitê de Assessoria e Apoio Executivo à Presidência e à Secretaria, com o propósito de ampliar-se a divisão do trabalho em algumas funções, tendo a seguinte composição:

- Philip Gunn – colaboração no acompanhamento de pedidos de financiamento e prestação de contas às entidades financiadoras;
- Maria Cristina Leme – colaboração em relação ao IX ENA (cuja organização propriamente dita era da responsabilidade da Comissão Organizadora, formada no Rio de Janeiro e coordenada por Henri Acselrad);
- Nádia Somekh – colaboração na organização do Seminário Nacional Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões, integrando-se à equipe composta por Carlos Antônio Brandão e Antônio Carlos Galvão;
- Sarah Feldman – colaboração na montagem do sistema de distribuição da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.

Conselho de representantes

A proposta de criação de um Conselho de Representantes foi aprovada na Assembleia de 1999, dando-se-lhe o nome de Conselho Consultivo Provisório.

Era intenção da Diretoria convidá-lo a reunir-se, mas a dificuldade de recursos, dado o não pagamento das anuidades, desencorajou a continuidade dessa iniciativa. Ao invés, a primeira reunião foi convocada para a véspera do IX ENA, a fim de discutir a natureza de seus objetivos e rever a proposta irreal de que tivesse duas reuniões ordinárias por ano. Foi encaminhada, para discussão e votação pela Assembleia, uma recomendação de formato e atribuições do Conselho Consultivo (ainda provisório), resultante dessa primeira reunião, desdobrada por dois dias durante o IX ENA, em 28 e 30 de maio de 2001, com a presença (somadas as duas reuniões) de: Maria Flora Gonçalves, Yvonne Mautner, Geraldo Magela, Edna Castro, Ana Cristina Fernandes, Carlos Roberto M. de Andrade, Heloisa Costa, Angela Fontes, Frederico de Holanda, Raquel Coutinho, Angela Gordilho, Esterzilda B. de Azevedo, Maria Cristina Leme, Tânia Fischer, Eva Machado Barbosa Samios.

Recomendou-se que o Conselho Consultivo Provisório reunisse os coordenadores das instituições filiadas/associadas anualmente, em fins de maio (no Encontro Nacional da Anpur e entre os ENAs), com as seguintes atribuições: 1) discutir demandas dos programas, de interesse local, regional e nacional, no campo do ensino, pesquisa e fomento; 2) pautar trabalho dos Comitês (Ensino, Pesquisa e Relações Internacionais); 3) prestar apoio à Diretoria no desenvolvimento de suas atividades executivas, potencializando a articulação entre Programas e Diretoria; 4) discutir temas relevantes da conjuntura.

Houve consenso entre os participantes de que uma reunião do Conselho Consultivo da Anpur nos anos pares (entre um ENA e outro) seria não só uma rearticulação intermediária proveitosa da Diretoria e dos Programas, como também uma oportunidade de ouvir os associados/filiados na época de dar início à organização do Encontro Nacional, e também quanto a algum possível deslocamento da sede da revista que, no caso de acontecer, seria em princípio no meio da gestão de cada diretoria. A recomendação foi aprovada pela Assembleia, que também acatou a proposta encaminhada pelo Conselho de que continue provisório até que a experiência recomende sua formalização em estatuto.

Recursos financeiros

Aprovada pela Assembleia de 1999, a cobrança de anuidades das instituições associadas e filiadas começou no ano 2000, após estar a secretaria executiva instalada, dispondo de apoio de secretária e conta

bancária aberta. Esses recursos mostraram-se vitais para a Anpur, pois viabilizam certa autonomia em seu funcionamento.

Contudo, é uma prática nova, ainda não inteiramente incorporada pelas instituições anpurianas. Nenhuma anuidade referente ao ano de 2001 havia entrado até o final de maio (a maior parte das instituições depende da liberação de recursos da CAPES, o que ainda não havia ocorrido). Das 33 instituições que integram a Anpur, 22 pagaram a anuidade relativa a 2000: dez no primeiro semestre de 2000, outras sete no segundo semestre de 2000 e cinco no primeiro semestre de 2001. Na Assembleia, foram discutidas fórmulas para rotinizar o pagamento das anuidades.

A venda de revistas supriu, em parte, o quantum mínimo de recursos necessário para manter a secretaria executiva funcionando. Porém, os recursos advindos de venda da revista devem, em princípio, ficar reservados para a própria revista, possibilitando-lhe que tenha autonomia.

Além de providências que garantam o pagamento das anuidades, é necessária uma política de recursos mais contínua, que inclua tanto a estabilidade de financiamento da revista e do prêmio como uma estratégia de produção de recursos como contrapartida à prestação de serviços.

Novos integrantes

Em primeiro de junho de 2001, três novas instituições integraram-se aos quadros da Anpur, aumentando o número de integrantes para um total de 36 entidades: o Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, na categoria filiado, e os Programas de Pós-graduação em Direito da Cidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo), ambos na categoria associados.

A Assembleia aprovou critérios complementares aos que constam nos Estatutos para o enquadramento das solicitações de integração à Anpur nas categorias Filiação ou Associação. Considerou passíveis de filiação as instituições de ensino e pesquisa credenciadas há mais de 5 anos pela CAPES, e indicou para associação as instituições que se ocupam só de pesquisa e não de ensino, assim como os programas de ensino de pós-graduação credenciados há menos de 5 anos pela CAPES.

Adequação dos estatutos

Não tendo a Assembleia de 2001 quórum suficiente para mudanças estatutárias, foram aprovadas provisoriamente algumas mudanças nessa matéria, como a proposta de ampliação de um cargo de diretor, feita pela candidata à Presidência 2001-2003.

Foi aprovada igualmente uma recomendação de que a Assembleia Geral da Anpur de 2003 seja convocada incluindo em sua pauta a revisão dos estatutos que regulam a Associação. Em carta preparatória à Assembleia, enviada em 9 de maio de 2001 pela presidente às instituições filiadas/associadas, foram sugeridos pontos que merecem atenção para a adequação dos estatutos à realidade atual da Anpur:

- Modificar a obrigatoriedade de a sede da Anpur estar no local de residência dos titulares da presidência e da secretaria executiva – considerar como referência a instituição que sedia a presidência e/ou a secretaria executiva e incorporar a possibilidade de não coincidirem na mesma cidade os locais de residência e de trabalho dos titulares desses dois cargos.
- Decidir questão relacionada ao pagamento de anuidades pelas instituições associadas e filiadas: Poderão votar as que estiverem em débito?
- Incluir suplências ou outra forma de resolver a vacância de cargos na diretoria: presidência, secretaria executiva e diretorias; discutir a criação do cargo de tesoureiro.
- Incluir uma referência à existência da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais e definir o vínculo com a Diretoria.
- Incluir um período de transição para as novas diretorias terem tempo de se instalar – uma possibilidade é a transmissão dos cargos se efetivar não logo após a eleição mas depois de um período a ser fixado.
- Discutir a função e o formato do Conselho Consultivo.
- Discutir a conveniência de formalizar-se o processo eleitoral: nomeação de comissão eleitoral para coordenar o processo eleitoral, prazo para inscrição de chapa e registro do programa, etc.

Consolidando a articulação acadêmica e a formulação de políticas urbanas e regionais (2001-2003)*

Maria Cristina da Silva Leme

Arquiteta e Urbanista (1973), Mestre (1982) e Doutora (1990) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo; Professora Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP); Presidente da ANPUR entre 2001 e 2003.

* Este trabalho é uma versão revisada do artigo publicado originalmente na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), v. 6, n. 1, p. 115-119, de maio de 2004.

Faço uso da palavra memória para me expressar de forma mais livre ao recordar os dois anos de Presidência da Anpur, experiência rica sob todos os aspectos, tanto no plano pessoal como no profissional. Foi desde o início um projeto coletivo, e para isso contou com o envolvimento e a colaboração dos colegas de diretoria. Refiro-me em especial a Suzana Pasternak que, como secretária geral, compartilhou as atividades cotidianas, a definição e a execução das estratégias de gestão; Sarah Feldman, diretora em São Paulo, com quem compartilhamos os momentos de tomada de decisão. Foi fundamental contar com o apoio dos colegas de diretoria: Leila Christina Dias, Rainer Randolph e Heloisa Soares de Moura Costa, que coordenou a organização do X Encontro Nacional, um sucesso de público e de crítica. Contamos sempre com a eficiência, a organização e o alto astral de Raquel Martins, nossa secretária executiva.

Criada há apenas vinte anos, a Anpur desde então ampliou significativamente o número e o campo disciplinar das suas instituições associadas e filiadas. Em 2003, reunia 36 programas nas áreas de planejamento urbano, arquitetura e urbanismo, geografia, economia, administração pública, sociologia e direito. Como associação pluridisciplinar e aberta, tem como objetivos incentivar o ensino e a pesquisa no âmbito dos estudos urbanos e regionais; contribuir para o entendimento dos problemas e o equacionamento de propostas de intervenção nesses campos, e promover, mediante a realização de reuniões científicas e publicações, a divulgação dessa produção, o intercâmbio de informações e a troca de experiências.

Nesse período, pude perceber a crescente importância e a potencialidade da atuação da Anpur, tanto no campo acadêmico como na formulação de políticas urbanas e regionais. Tal importância está estreitamente vinculada a um traço formador do campo do planejamento urbano e regional, em que a dupla inserção dos pesquisadores no ensino e pesquisa e na definição e implementação de políticas é uma característica histórica e uma realidade cada vez mais frequente.

Duas dinâmicas definiram em anos recentes o papel e os rumos da Associação: o novo quadro político institucional e a importância crescente da pós-graduação no Brasil.

Estatuto da Cidade, um novo marco institucional

Uma das primeiras atividades, quando assumi a presidência, foi representar a Associação na promulgação do Estatuto da Cidade. Essa lei,

resultado de um longo processo de reivindicações da sociedade em que a participação de movimentos sociais urbanos teve um papel decisivo, estabeleceu um novo quadro institucional para a intervenção publica nas cidades brasileiras.

A presença nesse evento respondeu também a uma demanda antiga dos Programas associados e filiados para que a Anpur exercesse um papel mais ativo na formulação e na discussão da agenda de políticas urbanas.

Procurou-se estabelecer essa relação de interlocução com o recém-criado Ministério das Cidades. Em março de 2003, a Anpur participou, em Brasília, dos eventos preparatórios para a realização da Conferência Nacional das Cidades, e foi eleita membro titular como uma das representantes das instituições acadêmicas na Comissão Organizadora. Com ela, compuseram o segmento sociedades acadêmicas e científicas, ONGs, e associações profissionais como membros titulares: IAB, FNRU, FNSA e Abes, e como membros suplentes: Abea, Abong, Antac, Ibam e Pólis.

A composição geral da Comissão Organizadora é múltipla e conta com representantes do Executivo e do Legislativo, de empresários, trabalhadores, movimentos populares, sociedades acadêmicas e científicas, ONGs e associações profissionais. Um dos temas mais difíceis naquele mometo, e que foi objeto de discussões acaloradas e composições políticas, foi a proporcionalidade da representação desses segmentos no Conselho Nacional das Cidades. Realizaram-se em seguida conferências municipais e conferências estaduais, como etapas preparatórias à conferência nacional e à formação do Conselho.

Participar desse processo significa ter voz e voto na discussão de planos e políticas urbanas e representa uma possibilidade de influir nos rumos do Brasil urbano. Foi uma rara e importante atividade de participação construída naquele momento e a ser mantida de forma a obter resultados concretos. É necessário refletir sobre o modelo adotado pelo governo na formação de conselhos e sua forma de funcionamento. A Anpur é um fórum privilegiado para tal discussão e propor um novo patamar de inclusão social na formulação de políticas urbanas.

Articulação institucional e acadêmica

O crescimento do número de programas de pós- graduação que hoje são filiados e associados à Anpur é, por um lado, o resultado da ampliação da pós-graduação no País, mas reflete também o papel estratégico que vem

sendo conquistado pela Associação como articuladora e representante dos interesses múltiplos dos programas.

Como nova atividade, a diretoria, coordenada por Suzana Pasternak, realizou o primeiro *Workshop* de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais. Envolvendo todos os membros da Anpur, porém, com formato distinto dos encontros nacionais, esse evento teve como objetivo refletir sobre temas que vinham mobilizando os pesquisadores sobre o papel do ensino e da pesquisa, sobre política de fomento à pesquisa e sobre a questão da avaliação. A realização de uma pesquisa e o mapeamento prévio das principais demandas de programas associados ajudou-nos a organizar o *workshop*. As questões priorizadas para a discussão tiveram diferentes níveis de abrangência, pois combinaram teoria e prática. A pauta contemplou os seguintes temas: ensino público e ensino privado, formação acadêmica e formação profissionalizante.

Percebe-se que a diversidade das instituições que compõem a pós-graduação na área reunida pela Anpur traz uma riqueza de visões e de posturas. Estudos urbanos e regionais são os termos comumente utilizados como referência ao conhecimento gerado por áreas ligadas, principalmente, às ciências humanas e às ciências sociais aplicadas. Constitui-se, tanto como objeto de estudo de um programa específico, como muitas vezes se dispersa por distintos departamentos acadêmicos.

Os objetivos dos programas ligados aos estudos urbanos e regionais são também distintos: em alguns casos, como nos cursos de economia, sociologia e geografia, tanto o objeto como o objetivo dos programas é o entendimento de processos econômicos e sociais que estruturam as cidades e as regiões, bem como o estudo dos diferentes arranjos institucionais que intervêm nesses processos. Em outros, como nos programas de planejamento urbano e regional, de arquitetura e urbanismo e de administração pública, objetiva-se o entendimento de tais processos, ao mesmo tempo que se procura capacitar os estudantes a atuarem de forma propositiva.

Tal especificidade dos campos de conhecimento e atuação profissional traz consigo desafios importantes para os programas de pós-graduação e cria uma interrogação sobre os contornos e conteúdos das áreas de ensino e pesquisa.

Participaram desse *workshop* coordenadores ou representantes dos 36 programas associados ou filiados à Anpur, além de representantes de outras associações científicas. A sessão final do *workshop* contou com a participação de responsáveis pela direção de órgãos de fomento ao ensino e à pesquisa

no CNPq (professora Alice Rangel de Paiva Abreu), na Finep (professora Maria Lucia Horta) e na CAPES (professor Adalberto Vasquez). Procurava-se, assim, estabelecer uma nova forma de interlocução, mais direta, com as agências de fomento. O *workshop* foi uma oportunidade para apresentar o perfil acadêmico dos programas, as realizações e formular demandas. Ficou evidente a importância da Associação como esfera intermediária e articuladora de interesses comuns.

Considero que esse pode e deve ser um papel da Anpur como representante dos programas, no desenho de tipos e formas de financiamento, na análise do sistema de avaliação, sugerindo alternativas que não comprometam o resultado final de excelência que todos desejamos.

Os *papers* de Wrana Panizzi, Linda Godim, Mauricio de Abreu, Philip Gunn e Ana Clara Torres Ribeiro, que serviram de base às discussões do *workshop*, foram publicados em dossiê especial da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. As conclusões a respeito do sistema de avaliação da pós-graduação da CAPES e do sistema de avaliação dos pesquisadores do CNPq foram encaminhados aos responsáveis, a título de sugestão da comunidade acadêmica.

Esta atividade – avaliação do ensino e pesquisa – teve ressonância na organização de duas mesas redondas no Encontro Nacional. Uma aprofundou a reflexão sobre pesquisa, com um balanço da produção científica das principais áreas temáticas abordadas nos encontros nacionais, e a outra, com a presença das instituições de fomento, deu continuidade aos temas abordados no *workshop*.

A internacionalização do ensino e da pesquisa

A Anpur faz parte do GPEAN (*Global Planning Education Association Network*), uma rede internacional de associações de ensino de pós-graduação em planejamento urbano e regional. O objetivo inicial na formação dessa rede foi desenvolver a comunicação entre as comunidades acadêmicas e promover a qualidade do ensino e da pesquisa. A iniciativa de a Anpur integrar essa rede foi de Carlos Vainer, que articulou a nossa participação no primeiro congresso internacional, em 2001, em Shangai (*I World Planning Schools Congress*), quando foi organizado o GPEAN. A nosso pedido, ele continuou a representar a Anpur na organização do segundo congresso, previsto para 2006 na cidade do México. A experiência e a habilidade política dos representantes da Anpur têm sido muito importantes nos debates conduzidos entre os representantes das

associações, evitando assimetrias prováveis entre associações de países com poder econômico tão diferente.

São nove associações, algumas de âmbito nacional, como a Anpur, a *Association of Canadian University Planning Programs* (Acupp) e a *Association of Collegiate Schools of Planning* (ACSP/USA); outras propõem-se como objetivo representar as associações nacionais que atuam em âmbito continental, como a *Association of African Planning Schools* (AAPS); *Association for the Development of Planning Education and Research* (Aperau); *Association of European Schools of Planning* (Aesop); *Association of Latin-American Schools of Urbanism and Planning* (Aleup); *Asian Planning Schools Association* (Apsa); *Australian and New Zealand Association of Planning Schools* (Anzaps).

A meu ver, a diversidade cultural, política e econômica dos países de origem das associações constitui o mérito e o grande desafio dessa rede. A comunicação é feita por meio de um *site* que divulga os eventos de cada associação, o que permite o intercâmbio de experiências e a interlocução de temas atuais e polêmicos. O *workshop* de avaliação do ensino e pesquisa contou com a preparação para o debate de alguns desses temas: Tânia Fischer observou a tendência a múltiplas avaliações que estavam sendo critério de classificação para as instituições de ensino, sobrepondo-se, inclusive, a instâncias nacionais, no nosso caso a da CAPES; e Wrana Panizzi já alertava para as pressões existentes no âmbito da Organização Mundial do Comércio, ao propor a regulamentação da educação superior como serviço comercial. Na reunião organizada no X Encontro Nacional da Anpur, com a presença da maioria das Associações internacionais, iniciou-se um debate sobre a questão da creditação internacional, tema que já estava em pauta nas nossas reuniões.

Uma iniciativa importante do GPEAN é a publicação de um livro que reúne os melhores artigos indicados por cada associação. Para a Anpur, essa indicação foi objeto de um concurso nacional de artigos publicados em periódicos científicos. O prêmio recebeu o nome de Milton Santos, uma homenagem ao grande geógrafo que dirigiu a Associação em 1992, e foi atribuído a Henri Acselrad pelo artigo O zoneamento ecológico-econômico da Amazônia e o panoptismo imperfeito.

Continuidade, um traço forte

A continuidade é um traço forte na direção da Anpur. Iniciativas de uma diretoria são assumidas e levadas adiante pelas que se seguem. Recordo, por exemplo, que a proposta de publicar uma revista era uma ideia antiga,

presente desde o momento da criação da Associação, conforme o relato de Ricardo Farret.

Na gestão de Carlos Vainer, essa discussão assumiu um formato mais concreto em dois seminários com editores de revistas científicas. O primeiro, nacional, seguido por outro, latino-americano, ajudaram na definição do perfil editorial. A Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais foi lançada a seguir quando Norma Lacerda estava à frente da Associação e consolidou-se na gestão de Flora Gonçalves.

Importantes medidas foram tomadas por Marco Aurélio Filgueiras Gomes como editor responsável a partir de 2001. Manter a periodicidade foi a primeira. Corresponder às normas editoriais e obter o financiamento do CNPq foi outra conquista importante. Representa o reconhecimento da qualidade da revista e caminha para a desejada autonomia financeira.

Hoje, a Revista foi incluída e é muito bem avaliada pelos Comitês Qualis das áreas de Planejamento Urbano, Arquitetura e Urbanismo, Geografia e Sociologia.

A publicação do livro Regiões e cidades, cidades nas regiões é também uma continuidade de atividades organizadas em gestão anterior. Maria Flora Gonçalves, Antônio Carlos Galvão e Carlos Brandão propuseram, por um lado, a abordagem integrada das questões urbana e regional e, por outro, uma avaliação da concepção da política de desenvolvimento regional do governo federal idealizada como instrumento de planejamento das ações e de investimentos. Esse desafio concretizou-se na realização de seis seminários regionais, e os resultados foram publicados em parceria pela Anpur e a editora da Unesp.

O livro contou com a participação de 42 autores de uma expressiva representação regional e procedentes dos diferentes campos disciplinares que compõem a Associação. O resultado é uma visão da complexa diversidade do Brasil de hoje. O livro enfrenta o debate atual dos processos econômicos e sociais que estruturam as cidades brasileiras e configuram as realidades urbana e regional.

Esse foi apenas o início de uma parceria com a Editora da Unesp, que prosseguiu com a coedição da publicação da tese de doutorado de Rose Compans, A emergência do empreendedorismo público urbano na cidade do Rio de Janeiro e da dissertação de mestrado de Clarissa da Costa Monteiro, A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação: cenários para o Porto do Rio, vencedoras do 3º Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional.

O *site* projetado por Renato Mello foi mantido e atualizado como veículo importante de comunicação das atividades programadas pela Anpur e pelas instituições associadas.

O X Encontro Nacional nas encruzilhadas do planejamento

Os encontros têm sido sempre um ponto alto na trajetória da Associação, quando se reúne a comunidade para expor e discutir a produção acadêmica da área. O X ENA teve mais de quinhentos participantes do Brasil, bem como convidados latino-americanos, dos Estados Unidos, Europa, África, Oceania e Ásia. Como disse no início, foi um grande sucesso, e o mérito cabe à Comissão Organizadora coordenada por Heloisa de Moura Costa e composta por Roberto Monte-Mór, Geraldo Magela Costa e Jupira Mendonça.

A palestra de Francisco de Oliveira abriu o Encontro de forma brilhante e provocando polêmica. Com o tema O Estado e a exceção ou o Estado de Exceção, abordou uma questão central nos nossos estudos, a relação entre Estado e urbano, atualizando o tema que havia sido analisado nos meados da década de 1980. As atividades foram intensas durante quatro dias, com mesas redondas pela manhã, sessões temáticas à tarde e sessões livres à noite.

A Comissão Organizadora, em sintonia com a diretoria, procurou pautar as mesas redondas com questões teóricas e conceituais que mobilizam os estudos da comunidade científica e questões de relações institucionais que movimentaram a Anpur nestes dois últimos anos.

Numa perspectiva mais acadêmica, a primeira mesa procurou fazer um balanço do estado das artes na área. Organizada com *papers* encomendados, apresentou um balanço teórico, um balanço da produção científica da Anpur e uma reflexão sobre novos caminhos ou perspectivas. Foram organizadas mesas sobre instrumentos e estratégias de gestão urbana; sobre perspectivas de financiamento das políticas públicas urbanas; sobre as novas perspectivas regionais e sobre questões intraurbanas – as tensões entre centro e periferia.

As relações institucionais da Anpur foram tratadas na construção de uma agenda de cooperação internacional de ensino e pesquisa, com a participação de membros do GPEAN, da Rede Ibero Americana Investigadores sobre Globalização e Território e da Associação Colombiana de Investigadores Urbanos e Regionais. Também foi organizada uma sessão especial, que deu continuidade ao *workshop* de avaliação, para discutir com os diretores das

agências de fomento uma agenda de ensino e pesquisa em planejamento urbano e regional.

Os Encontros constituem, também, o momento de início e término de cada gestão. Para nós, foi um importante momento de passagem. Assumiu a nova diretoria, com Heloisa de Moura Costa na presidência; Roberto Monte-Mór na secretaria geral; e Jupira Mendonça, Ana Clara Torres Ribeiro e Ana Fernandes como diretoras. É uma boa prática institucional: a gestão termina no ponto alto, encontrando os colegas, amigos e todos aqueles que colaboraram durante dois anos para a ampliação e consolidação institucional da Anpur.

ANPUR: novos desafios de uma Associação consolidada (2003-2005)*

Heloisa Soares de Moura Costa

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1976): Mestre em M Phil in Urban Planning pela Architectural Association, Inglaterra (1983); Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995); Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Presidente da ANPUR entre 2003 e 2005.

* Este trabalho é uma versão revisada do artigo publicado originalmente na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), v. 7, n. 2, p. 103-108, de novembro de 2005.

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur) é hoje uma instituição forte, representativa, democrática, reconhecida no meio acadêmico e comprometida com a construção de um país social e territorialmente mais justo e autônomo. Ela é fruto do empenho coletivo das várias diretorias, dos professores e alunos dos programas filiados e associados, dos pesquisadores e profissionais atuantes no campo do planejamento e dos estudos urbanos e regionais.

É essa imagem dinâmica que transparece a cada dois anos nos encontros nacionais que reúnem números cada vez maiores de participantes, de trabalhos submetidos às sessões temáticas, de propostas de sessões livres e de mesas redondas. Os encontros tanto evidenciam a vitalidade do campo de estudos urbanos e regionais como a legitimidade da associação. Nesse clima de debate vibrante, de balanços e reafirmação de compromissos políticos, são eleitas as novas diretorias.

Nossa gestão na Anpur, que se estendeu de maio de 2003 a maio de 2005 e esteve sediada em Belo Horizonte, pode ser vista como um momento dessa trajetória. Para nós, foi um momento iniciado ainda na Assembleia de 2001, no Rio de Janeiro, quando os três programas mineiros então filiados – o Cedeplar, o Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e o Programa de Pós-Graduação em Geografia – assumiram conjuntamente a organização do X Encontro Nacional da Anpur, que veio a ocorrer em Belo Horizonte, em 2003. A organização daquele encontro nacional constituiu-se num intenso e progressivo ritual de envolvimento com a associação e a comunidade anpuriana. Internamente a Minas Gerais, o processo fortaleceu institucionalmente os programas e criou as condições para a nossa candidatura à diretoria para o biênio 2003-2005, eleita na Assembleia Geral do X ENA.

Buscando atuar de forma colegiada, a diretoria foi composta pelo núcleo local da UFMG: Roberto Luís de Melo Monte-Mór na Secretaria Executiva, Jupira Gomes de Mendonça na Secretaria Adjunta e por mim na presidência; e pelas diretorias regionais, sobre as quais recaíram também algumas atribuições específicas: Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ), que desempenhou um importante papel na articulação da Anpur com os movimentos sociais e outras associações nacionais e latino-americanas; Ana Fernandes (UFBA), que viria a coordenar com toda a competência a organização do XI Encontro Nacional da Anpur, ocorrido em 2005 em Salvador, e Brasilmar Ferreira Nunes (UnB), fortalecedor de nossos contatos institucionais em Brasília. O Conselho Fiscal, composto por Carlos Roberto Monteiro de Andrade (USP-

São Carlos), José Antônio Fialho Alonso (FEE) e Sônia Marques (UFRN), foi seguidamente acionado e desempenhou um papel bem mais ativo de que aquele definido estatutariamente. Cabe ainda registrar o empenho de Maria Paula Berlando na administração do dia a dia da associação e o decisivo apoio logístico da UFMG, em especial do Instituto de Geociências.

Vista a partir do distanciamento que essas breves memórias propiciam, nossa gestão foi marcada por três movimentos principais, todos eles em maior ou menor grau já iniciados em gestões anteriores: o envolvimento com o momento político de estruturação de uma nova política urbana em âmbito nacional, com todos os ganhos e conflitos a ela associados; o debate sobre ensino, pesquisa e a representação institucional na área do planejamento urbano e regional, tanto em nível nacional como internacional, e esforços no sentido da constante ampliação da visibilidade da área e do universo da Anpur.

Circunstâncias e contingências: o desafio da construção de uma política urbana alternativa

No cenário nacional, vivíamos um momento de expectativas positivas ante as possibilidades de formulação de políticas públicas progressistas comprometidas com as trajetórias de luta dos movimentos sociais, assim como vislumbrávamos a consolidação de novos espaços de interlocução e debate na sociedade. A então recente criação do Ministério das Cidades e o desafio representado pela formulação de uma política urbana em novas bases, a perspectiva de constituição de Conselhos de Cidades em várias escalas territoriais a partir da organização de Conferências de Cidades (e regiões) mobilizaram os esforços de profissionais e instituições atuantes no amplo campo da política urbana.

A Anpur participou dos eventos preparatórios e da Coordenação Executiva da 1ª Conferência Nacional das Cidades realizada pelo Ministério das Cidades em Brasília, em novembro de 2003, bem como, já em 2005, do processo de preparação da 2ª Conferência Nacional das Cidades, que seria realizada em dezembro daquele ano. A estrutura de representação é composta por representantes dos seguintes segmentos da sociedade: governo (executivo e legislativo), empresários, trabalhadores, movimentos populares, ONG e entidades profissionais acadêmicas e de pesquisa. Como representante deste último segmento, a Anpur participou da 1ª Conferência Nacional das Cidades com os seguintes delegados indicados pela diretoria e pelos programas: Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ), Heloisa S. M. Costa (Anpur), Ricardo Lima (Direito/

UERJ) e Ricardo Toledo Silva (FAU/USP) como titulares, e Rosângela Cavalazzi (PROURB/UFRJ) como suplente. Na primeira gestão do Conselho Nacional das Cidades, a Anpur, representada pela presidência, participou na qualidade de membro suplente da representação do segmento. Na composição do 2º Conselho Nacional das Cidades, empossado em 2006, a Anpur viria a exercer tal representação como membro titular. Além das reuniões do Conselho, os conselheiros integram também comitês técnicos e comissões. A Anpur integrou o Comitê Técnico de Planejamento Territorial Urbano, bem como a Comissão de Acompanhamento do Orçamento do Ministério das Cidades.

Além das representações formais, muitos professores e pesquisadores integrantes do campo de atuação da associação se envolveram em várias etapas e instâncias desse processo mais amplo, do nível local ao nacional, ao participar e organizar conferências, realizar estudos e pesquisas, produzir informações e reflexões com vista à construção de um futuro alternativo. Além das Conferências, um exemplo desse envolvimento pode ser encontrado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Urbano, realizado em Brasília em dezembro 2004, no qual foi debatida a proposta de uma política nacional de desenvolvimento urbano.

Desde então, muitos dilemas se apresentam, dentre os quais a própria disputa pela manutenção dos ganhos obtidos no processo, constantemente ameaçados pelas mudanças na condução da política pública, e a pouca prioridade efetivamente dada à política urbana, em que pese a centralidade da questão. Aprofundar e radicalizar as conquistas sociais e territoriais, de modo a garantir sua autonomia, permanecem um grande desafio para a Anpur e para os movimentos sociais em geral.

O ensino e a pesquisa nos estudos urbanos e regionais: representação e avaliação acadêmica, políticas de pesquisa e internacionalização do ensino

Os debates sobre ensino e pesquisa em estudos urbanos e regionais ocorridos na gestão 2001-2003 na forma de um seminário intermediário entre os encontros nacionais tiveram continuidade na nossa gestão, especialmente de duas formas: com a realização, em setembro de 2004, do II Seminário de Avaliação do Ensino e da Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais, e com a introdução de uma Sessão Temática sobre ensino, no XI Encontro Nacional da Anpur realizado ao final da gestão.

O II Seminário, que teve como objetivo embasar a ação política da Anpur em relação ao ensino e à pesquisa na área de estudos urbanos e regionais,

reuniu 45 professores e pesquisadores que representaram 28 instituições, das quais 25 filiadas à Anpur, além de representantes da área nas instituições de fomento e órgãos formuladores das políticas de pós-graduação e pesquisa. Além da sempre importante interação e troca de experiências entre os programas, foram discutidas algumas mudanças projetadas e em curso nas concepções de pós-graduação e de pesquisa nos cenários nacional e internacional. Destaca-se a importância de a Anpur, juntamente com outras associações semelhantes, manter uma reflexão permanente sobre as implicações decorrentes de tais mudanças, no curto e no médio prazos, com vista a garantir a qualidade da formação pós-graduada na área, que seja crítica, analítica e direcionada para as necessidades da sociedade brasileira no campo de atuação dos estudos e das políticas urbana e regional.

Na ocasião, algumas questões se destacaram no debate, dentre as quais as alterações na relação entre ensino público e privado, já que se observa um crescente número de novos programas na área de planejamento urbano e regional em universidades privadas. Foram discutidos detalhadamente as formas, os processos, os critérios e os indicadores de avaliação da pós-graduação nas áreas nas quais se encaixam os programas filiados à Anpur, bem como perspectivas que venham a nortear novas avaliações. Cabe ressaltar o reconhecimento generalizado quanto aos ganhos inerentes à realização da avaliação na pós-graduação, ao mesmo tempo em que foram apontadas necessidades de aperfeiçoamento do processo e de reconhecimento das diferenças entre as áreas do conhecimento. O sistema de representação das áreas e subáreas em si, bem como sua adequação ao universo interdisciplinar de programas filiados à Anpur, também foi um ponto importante de debate.

O papel da Anpur na representação acadêmica em órgãos de fomento e avaliação da área é importante, especialmente no que se refere à veiculação da informação entre os programas e à realização de consultas aos programas e aos pesquisadores da área para embasar as indicações institucionais da Associação para representações da área nos órgãos de fomento. Atualmente, 47 programas de pós-graduação e/ou instituições de pesquisa compõem a associação, o que reflete um amplo universo temático. Embora a interdisciplinaridade esteja na essência da constituição da área, é interessante observar que muitos dos programas integrantes são avaliados academicamente por suas respectivas áreas disciplinares, a exemplo da sociologia, da geografia, da arquitetura e urbanismo, dentre outros. Assim, tanto alguns programas filiados são também representados

por outras associações disciplinares, como há vários programas da área de planejamento urbano e regional que não fazem parte da Anpur. Esses recortes variados tornam mais complexas a articulação acadêmica e a representação institucional da associação.

Foram apontadas questões centrais que devem pautar o desenvolvimento da pesquisa na área, tais como a proximidade com as necessidades da sociedade, a articulação com outros setores e instituições e a autonomia na definição da pauta de prioridades para a área. Particularmente no que se refere às associações científicas de ensino pós-graduado e de pesquisa, ressaltou-se a importância de uma discussão conjunta, tanto dos planos nacionais de pós-graduação quanto da formulação e implementação de uma agenda de pesquisa comum, a exemplo do que ocorre em outras áreas do conhecimento.

As mudanças que vêm ocorrendo no cenário internacional, no que se refere ao ensino superior, deverão ter implicações importantes na formação de profissionais no Brasil e na América Latina. As mudanças em curso na União Europeia, dissecadas para nós pela colega Ana Fernandes, bem como as propostas atualmente em discussão acerca da oportunidade, ou não, de criação de um sistema de credenciamento internacional único para a área de planejamento urbano e regional foram os principais pontos discutidos. Nesse sentido, foram fundamentais as contribuições de documentos e resoluções oriundas de encontros de universidades latino-americanas, analisados por Carlos Vainer. O debate ressaltou o caráter neocolonialista e de reserva de mercado internacional implícitos nas atuais propostas de credenciamento internacional, bem como a decisiva necessidade de reafirmação da autonomia das nações no estabelecimento de seus próprios critérios de credenciamento e avaliação da pós-graduação e da formação profissional na área do planejamento. Esse debate veio respaldar as posições levadas pela Anpur a fóruns internacionais de discussão sobre credenciamento de escolas de planejamento, a exemplo de duas mesas redondas organizadas pelo *Global Planning Education Associations Network* (GPEAN) no âmbito do encontro de 2004 da *Association of Collegiate Schools of Planning* (ACSP). Mais do que discutir critérios de credenciamento, a Anpur defende o estímulo e o aprofundamento de vínculos de cooperação internacional pautados por critérios de soberania e solidariedade. Essa preocupação reaparece na definição do tema central do XI Encontro Nacional da Anpur: Planejamento, soberania e solidariedade: internacionalização, política e práticas do território e da cidade.

Articulação e representação institucional e acadêmica internacional

A tendência a se constituírem redes de articulação institucional no nível internacional é cada vez maior. A Anpur é uma das nove associações que formam o GPEAN acima mencionado, sendo as outras: ACSP (EUA), AESOP (Europa), APERAU (Francofone), AZAPS (Austrália/Nova Zelândia), ALEUP (América Latina), APSA (Ásia), ACUPP (Canadá), AAPS (África). A rede visa desenvolver uma política de cooperação no ensino de pós-graduação em planejamento urbano e regional. As associações são representadas por comitês formados para atividades especificas: coordenação, organização dos Congressos Mundiais de Escolas de Planejamento (WPSC) e finanças. A Anpur foi representada no Coordinating Committee por Maria Cristina da Silva Leme (2003) e Heloisa S. M. Costa (2004 e 2005), e por Carlos Vainer então no WPSC06 *Steering Committee*, mas responsável de longa data por parte significativa dessa articulação internacional. Os comitês se reúnem nos encontros nacionais das associações, a exemplo do que ocorreu durante nossos encontros nacionais, de 2003 e 2005, respectivamente, em Belo Horizonte e Salvador. Em 2000, aconteceu em Shangai o primeiro congresso mundial da rede, e em 2006 aconteceu o segundo *World Planning Schools Congress* no México. Nesse congresso, a Anpur teve uma participação expressiva na definição dos temas e conferencistas e na composição do Comitê Científico.

A rede tem uma política editorial de publicação dos Dialogues in Urban and Regional Planning (DURP), coletâneas dos melhores artigos indicados pelas associações. O primeiro número contou com a participação de Marco Aurélio Filgueira Gomes no International *Editorial Board*, e o segundo número tem a coeditoria de Henri Acselrad.

Na reunião de 2004, da associação americana, ACSP, ocorrida em Portland, foram realizadas três mesas redondas, com a participação da Anpur: um painel composto pelos artigos selecionados para o livro, com a participação de Henri Acselrad; uma mesa redonda sobre cooperação internacional entre as associações, da qual participou Carlos Vainer; e outra mesa redonda sobre credenciamento internacional de escolas de planejamento, da qual participei. A temática das mesas redondas indica que o tema da internacionalização do ensino e do estabelecimento de critérios de avaliação (e a consequente normatização dos mercados de trabalho) em termos globais promete ser recorrente na agenda da rede, ainda que não constitua um objeto concreto de preocupação no Brasil. Contudo, compreender o debate e construir formas

de resistência às tentativas de homogeneização do ensino constitui uma questão crucial a ser enfrentada pela Anpur e outras associações.

Manutenção e ampliação da visibilidade da área e da Anpur

Uma preocupação permanente é a capacidade de intensificar a visibilidade da área e as formas de comunicação entre os programas, considerando-se a tecnologia disponível. Nossa gestão optou por priorizar a Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), a *homepage*, a premiação bianual de teses, dissertações e artigos e sua eventual publicação como mecanismos fundamentais para manter a capilaridade entre os programas e a visibilidade da associação e do campo de estudos.

Assim, buscamos garantir as sempre instáveis condições materiais de editoração da RBEUR, enquanto os incansáveis colegas da Comissão Editorial zelavam pela qualidade acadêmica da revista. No período, foram publicados os volumes 5 e 6, com dois números cada um, referentes aos anos de 2003 e 2004. A Comissão Editorial, integrada por Marco Aurélio F. Gomes (UFBA – editor), Ana Clara Torres Ribeiro (UFRJ), Maria Flora Gonçalves (Unicamp), Norma Lacerda (UFPE) e Roberto Monte-Mór (UFMG), a partir do segundo semestre de 2003 passa a ter a seguinte composição: Henri Acselrad (UFRJ – editor), Geraldo Magela Costa (UFMG), Marco Aurélio F. Gomes (UFBA), Maria Flora Gonçalves (Unicamp) e Norma Lacerda (UFPE), e o volume de transição (v.5, n.2) foi editado conjuntamente pelos dois editores. Em 2004, foi elaborado o regimento interno da RBEUR.

Dando continuidade ao esforço das gestões anteriores, procuramos manter a *homepage* atualizada, principalmente no que se refere à divulgação de informações, eventos e atividades, graças aos monitores da Escola de Arquitetura (UFMG). Entretanto, ainda não fomos capazes de explorar amplamente o potencial da página como um espaço interativo de discussões sobre temas de interesse da associação, atividade aparentemente simples, mas que requer um significativo comprometimento de tempo, elemento cada vez mais escasso em nossas agendas acadêmicas.

As premiações da Anpur vêm assumindo proporções cada vez maiores, pois envolvem um trabalho crescente dos colegas que participam do júri. O IV Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional para a escolha da melhor tese e melhor dissertação do biênio recebeu a inscrição de 16 teses e 23 dissertações. O vencedor da categoria tese foi João Sette Whitaker Pereira (FAU-USP), com a tese intitulada São Paulo: o mito

da cidade global; e as menções honrosas foram Elizete Menegat (IPPUR/UFRJ), com Limites do Ocidente. Um roteiro para o estudo da crise de forma e conteúdos urbanos, e Pedro Novais Lima Jr. (IPPUR/UFRJ), com Uma estratégia chamada planejamento estratégico. A melhor dissertação foi São Paulo, cidade global. Fundamentos financeiros de uma miragem, da autoria de Mariana de Azevedo Barreto Fix (FFLCH-USP), tendo havido as seguintes menções honrosas: Flávia Brito do Nascimento (USP-São Carlos), com o trabalho intitulado Entre a estética e o hábito: o Departamento de Habitação Popular, Rio de Janeiro, 1946-1960, e Rogério dos Santos Acca (FFLCH-USP), com A dinâmica industrial recente da metrópole paulista: das ilusões pós-industriais às novas perspectivas sobre desenvolvimento metropolitano. O júri foi composto por: Flávio Villaça (USP – presidente), Leila Dias (UFSC – secretária), Bertha Becker (UFRJ), Frederico Hollanda (UnB), Hermes Tavares (UFRJ), e posteriormente ampliado com a participação de Maria Cristina Leme (USP) e Ralfo Matos (UFMG).

O II Prêmio Milton Santos para escolha do melhor artigo publicado recebeu a inscrição de dez artigos, sendo vencedor Destinos da ruralidade no processo de globalização, de autoria da José Eli da Veiga (USP), originalmente publicado na revista Estudos Avançados 18, 2004. Seguindo o procedimento adotado na primeira versão desse prêmio, instituído em 2003, o júri foi a Comissão Editorial da RBEUR. O artigo vencedor foi posteriormente indicado como um dos representantes da Anpur na já mencionada publicação do GPEAN, *Dialogues in Urban and Regional Planning*.

No campo editorial, foi dada continuidade aos esforços já empreendidos pelas gestões anteriores de parceria entre a Anpur e a Editora da Unesp. Assim, foram coeditados os seguintes livros: Empreendedorismo urbano, de Rose Compans, ganhador do III Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional na categoria tese, e A cidade contemporânea, de Clarissa Moreira, ganhador do III Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional na categoria dissertação. Em fase de negociações com a editora estava a segunda edição de Regiões e cidades, cidades nas regiões, organizado por Maria Flora Gonçalves, Carlos Antônio Brandão e Antônio Carlos Galvão. O livro foi inscrito pela Editora da Unesp para concorrer ao Prêmio Jabuti, de 2004, na categoria Melhor livro de Arquitetura e Urbanismo, Fotografia, Comunicação e Artes.

Foi também publicado o livro Globalização e território: ajustes periféricos, organizado por Hermes Tavares, Rosélia Piquet, Jorge Natal e Ana Clara Torres Ribeiro, co-edição de Arquimedes Edições, IPPUR/UFRJ, PROLAM/USP e

Anpur, resultante do VIII Seminário da Red Iberoamericana de Pesquisadores sobre Globalização e Território.

Finalmente, cabe registrar o significativo número de eventos ocorridos apoiados pela Anpur, o que representa uma resposta exemplar da comunidade anpuriana às sempre concorridas chamadas de trabalhos. No período 2003-2005, destacam-se: o Colóquio Internacional sobre Poder Local (realização: NEPOL/FAUFBA – Salvador, junho 2003); o Projetar 2003 – 1º Seminário Nacional sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura (realização: PPGAU/UFRN e ABEA – Natal, outubro 2003); o I Encontro Nacional CONPEDI/ Anpur – Estatuto da Cidade: Os desafios urbanos do século XXI (realização: Direito/UERJ – Angra dos Reis, novembro 2003), primeiro evento conjunto entre as duas associações com vista à realização periódica de novos seminários nessa área de interface de planejamento e direito urbano e ambiental; o VIII Seminário da Red Iberoamericana de Investigadores sobre Globalização e Território (realização: IPPUR/ UFRJ, PROLAM/USP, Anpur – Rio de Janeiro, maio 2004); o VIII Seminário sobre História da Cidade e do Urbanismo (PROURB/UFRJ, IPPUR/UFRJ, Arquitetura/ UFF, Geografia/UFRJ, PROARQ/UFRJ, Anpur – Niterói, novembro 2004); a mesa redonda na reunião anual da ANPOCS – Norte/Nordeste e a mesa redonda organizada pela Anpur na Reunião Anual da SBPC, (Fortaleza, julho 2005) para a divulgação dos debates do XI ENA, intitulada Planejamento, soberania e solidariedade: perspectivas para o território e a cidade, dentre outros eventos.

Nossa gestão encerrou-se no XI ENA (Encontro Nacional da Anpur), organizado pelos programas sediados em Salvador, em maio de 2005: PPG-AU/FAUFBA, NPG-A/EAUFBA, MG-IGEO/UFBA, MAR/UNIFACS. O evento constituiu um ponto alto das atividades da Anpur no período, marcando a transição para uma nova gestão que, a exemplo da nossa, fez da organização do encontro nacional um rito de passagem para a nova diretoria que assume a condução da Anpur, a partir de maio de 2005, sob a presidência de Ana Fernandes. A todos os que nos apoiaram nessa trajetória, nossos sinceros agradecimentos.

Dois anos de vida associativa da ANPUR (2005-2007): virada de conjuntura, política de pesquisa, acesso livre à informação*

Ana Fernandes

Arquiteta e Urbanista pela Universidade de São Paulo (1978); Diplôme D'Études Approfondies (1982) e Doutora em Amenagement et Environnement (1985) pela Université de Paris XII – Paris-Val-de-Marne, França; Professora Associada da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FA/UFBA); Presidente da ANPUR entre 2005 e 2007.

* Este trabalho é uma versão revisada do artigo publicado originalmente na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), v. 14, n. 2, p. 189-193, de novembro de 2012.

Fomos a 12ª diretoria da Anpur a atuar entre os seus 22 e 24 anos de existência (2005-2007). Tânia Fischer (UFBa) como secretária executiva, Marco Aurélio A. de F. Gomes (UFBa) como Secretário Adjunto, Edna Maria Ramos de Castro (UFPA), Lílian Fessler Vaz (UFRJ) e Nabil Georges Bonduki (USP), como diretores, Frederico Rosas B. de Holanda (UnB), Leila Christina Duarte Dias (UFSC) e Rodrigo Ferreira Simões (UFMG) como membros do Conselho Fiscal, e eu mesma, na condição de presidente, compusemos aquela diretoria. Ao assumirmos, na assembleia realizada em Salvador durante o XI ENA, na luminosa tarde do dia 27 de maio de 2005, quase um quarto de século de trabalho coletivo dedicado à Anpur já havia sido acumulado em constituições, dilemas, formulações, crises, inovações, desacelerações, expansões, conquistas. O sentido primeiro do termo associação – agregar, unir, partilhar – tinha, já naquele momento, assumido seu pleno significado, num esforço conjunto de construção de um campo acadêmico, de uma esfera de atuação e de suas institucionalidades e rotinas. O adjetivo anpuriano, introduzido por Panizzi em 1999[1], indicava que a associação já era capaz de designar qualidade, caráter, modo de ser[2].

A ação institucional anpuriana se fez percorrendo conjunturas e por elas sendo percorrida, numa confluência de questões acadêmicas, científicas, intelectuais, políticas e sociais. A descrição da conjuntura com a qual iniciamos nossa gestão pode ser encontrada na formulação do encontro de Salvador, o XI ENA, elaborada ainda sob a presidência da professora Heloisa Costa e com nossa participação enquanto membro da diretoria 2003-2005. O tema central do encontro, Planejamento, Soberania e Solidariedade: perspectivas para o território e a cidade, tensionava algumas de suas principais componentes. Assim, em termos de formulação e implementação da política do território e das cidades no Brasil, três questões eram apontadas como relevantes. Primeiro, entendia-se que, além das escalas locais e regionais, estava posta a necessidade se de operar também com questões relativas às macroescalas territoriais e à integração supranacional, com ou sem continuidade espacial. Segundo, para além do marco legal instituído pelo Estatuto das Cidades, em 2001, um novo marco institucional e regulatório em âmbito federal deveria também ser problematizado, paralelamente à generalização de organismos ou "arranjos" de planejamento em nível local, âmbitos submetidos, por sua vez, a definições e monitoramento de organismos financiadores. Terceiro,

1 Só pudemos consultar aquilo que está disponível *online*. Certamente uma busca na documentação impressa, particularmente dos boletins, poderia revelar outras temporalidades do uso do adjetivo.

2 Definição do que é um adjetivo.

.

exigia reflexão uma sociedade urbana cada vez mais complexa, múltipla, organizada e ao mesmo tempo crescentemente segregada e combinada com a ressurgência severa e aguda da questão agrária em quadro urbano.

Nesse sentido, indicava-se que, ao planejamento urbano e regional, entendido enquanto campo de conhecimento e enquanto prática e proposição socioespacial regular e incorporada à gestão da coisa pública e coletiva, postavam-se alguns desafios. Dentre eles, o de refletir sobre a (re) definição dos processos em curso de produção e gestão do território e das cidades – sua natureza, características e redesenho –, problematizando-os a partir do embate entre o império contemporâneo do urbano e o campo do interesse público e coletivo, gênese da constituição do planejamento urbano enquanto área de conhecimento e de proposição. Mas importava também repensar teorias e práticas, a partir de experiências-chave realizadas, do embate entre interpretações na produção recente da área e do recurso a diferentes paradigmas críticos das ciências e das artes, com ênfase na construção de mediações entre os diferentes níveis de abstração, e na superação do empirismo e das metodologias anódinas de avaliação e de premiações a que estávamos crescentemente submetidos. A relação entre essas questões gerais e a formação e o ensino oferecidos na área deveria ser também considerada, tendo em vista os desafios postos pelos processos concretos de produção e gestão do território e das cidades, bem como os diferentes protocolos de internacionalização da formação superior crescentemente implementados.

Dessa forma, buscava-se construir e oferecer publicamente reflexões críticas aprofundadas, instigantes e mesmo surpreendentes sobre esses tensionamentos, embates, ausências, recorrências, banalizações. Como a cada encontro da Anpur, estava em questão a atualização conjuntural e o debate estrutural da produção e das perspectivas de nosso campo de conhecimento e de nossa prática propositiva.

A complexidade desses temas, somada a uma alentada produção em nossa área, resultou num programa de atividades bastante intenso: cerca de 350 reflexões foram apresentadas em mesas redondas pela manhã, sessões temáticas à tarde, sessões coordenadas no início da noite, além das atividades de premiação e lançamento de livros, mas também conversas, encontros, confraternização, festa.

Esse começo estimulante, que gestou nossa diretoria, se desdobrou em um pressuposto e três eixos privilegiados de atuação ao longo dos dois anos de trabalho.

O pressuposto foi a urgência de dinamizar e aprofundar os laços da Anpur com a Amazônia, região complexa em sua riqueza e assediada por vários tipos de interesse, em diversas escalas e campos de conhecimento. A integração do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), da Universidade Federal do Pará, a essa gestão da nova diretoria da Associação respondeu com plenitude a essa necessidade, inclusive pela organização e realização do belo XII ENA em Belém, em 2007, e pela eleição, na mesma ocasião, da primeira diretoria da Anpur capitaneada pela Universidade Federal do Pará para o biênio seguinte.

Os três eixos principais de atuação foram florescimentos, redirecionamentos ou acentuações de linhas de ação que já se desenvolviam no âmbito da Anpur: um diálogo continuado com as instâncias nacionais formuladoras de política urbana, com destaque para as interlocuções com o Conselho Nacional das Cidades e seu Comitê de Planejamento e Gestão do Solo Urbano; a articulação nacional e internacional em torno das agendas de política acadêmica e de política científica, e, por fim, além das atividades de representação, a informação sistemática das ações da Associação e a adesão entusiasta à política de livre acesso à informação.

Com relação à política urbana nacional, podemos considerar que nossa gestão frente à Anpur foi testemunha de uma virada significativa na sua concepção e implementação. Com quadros da área amplamente reconhecidos compondo o quadro diretivo do Ministério das Cidades desde sua criação, em 2003, e com a ampliação dos espaços de elaboração participativa da política urbana, aprofundou-se, a partir daquele momento, no âmbito da Associação, a discussão voltada para as alternativas a serem perseguidas, as formulações a serem elaboradas ou as decisões em processo de construção acerca da política urbana no país. Mas a mudança política operada na condução do Ministério, já em julho de 2005, com substituição do ministro, da ministra-adjunta e de seu partido de origem, foi seguida por uma alteração estrutural na lógica de formulação de programas e de direcionamento de investimentos nas cidades e regiões. Nesse sentido, a ação do Ministério das Cidades vai se tornando progressiva e acentuadamente bifronte. Por um lado, persiste toda a organização social mobilizada e estruturada para a concepção participativa e múltipla da política urbana com controle social, a exemplo das conferências das cidades, dos conselhos das cidades, das estruturas colegiadas de gestão dos fundos, dentre outros órgãos; de outro, a progressiva implementação de políticas ancoradas em grandes investimentos concebidos setorialmente, âncoras do pretendido crescimento econômico com distribuição de

renda. Estava sendo iniciada a era dos PACs (Programas de Aceleração do Crescimento), cuja primeira versão é de janeiro de 2007, e que foram concebidos como estimuladores da economia e, logo mais à frente, como tratamento anticíclico da crise econômica.

Tendo-se tornado membro titular do Conselho Nacional das Cidades a partir da IIª Conferência Nacional das Cidades, realizada entre 30 de novembro e 3 de dezembro de 2005, em Brasília, a Anpur acompanhou esse processo e participou com entusiasmo das discussões que ali tiveram lugar. Na posse dos novos conselheiros eleitos, em junho de 2006, a Anpur representou o segmento das entidades acadêmicas, profissionais e de pesquisa na mesa diretora, tendo saudado, em nome de todos eles, a importância do Conselho, reafirmado o compromisso com o seu pleno funcionamento e ressaltado a necessidade de entendimento da questão territorial como integradora das diversas políticas, inclusive as macroeconômicas. Vencer o setorial estava na ordem do dia.

No âmbito do Comitê de Planejamento e Gestão do Solo Urbano, no próprio Conselho das Cidades ou ainda no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), a atuação da Anpur afirmou-se pela defesa da agenda democrática do direito à cidade e pela defesa de políticas que considerassem o efeito-território como eixo analítico e propositivo. Na intensa agenda, questões como o papel do Fundo, a composição do Conselho Gestor do FNHIS, o uso de imóveis da União para fins de regularização fundiária, os planos diretores e sua relação com a questão ambiental, a chamada lei de responsabilidade territorial (PL 3057/00), a mobilização para a IIIª Conferência e sua preparação em 2007 foram uma pauta continua e instigante da vida da Associação[3].

A discussão do PAC, objeto da reunião extraordinária do Conselho nos dias 28 de fevereiro e 1º de março de 2007, por sua vez, embora promissora pelo montante previsto para os investimentos habitacionais, gerou questionamentos por parte da Anpur relativamente a três questões principais: a insuficiência de recursos para investimentos em transportes públicos, a necessidade de inserção urbana e qualidade técnica dos projetos a serem implementados, num quadro de deficiências sérias de elaboração de projetos no âmbito municipal, e, por fim, o controle social da destinação e utilização de todo esse volume de recursos para investimento[4].

3 Um relato detalhado de todas essas reuniões encontra-se nos boletins de 1 a 13 da ANPUR, disponíveis em www.anpur.org.br.

4 Boletim da ANPUR 10, fevereiro de 2007. É importante também consultar a Resolução Recomendada do Conselho sobre o PAC 2007, reproduzida nesse mesmo Boletim.

Ainda na esteira dessa relação com o Conselho e Ministério das Cidades, vale citar a participação da Anpur no julgamento de editais de extensão e pesquisa relativos à questão urbana – pauta permanente das reivindicações da Anpur à Secretaria Executiva do Conselho –, em associação tanto com o Ministério da Educação quanto com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Nesse particular, e já fazendo a passagem para as agendas de política acadêmica e científica, vale ressaltar que, ainda na conjuntura favorável do primeiro semestre de 2005, o MCidades propôs à Anpur uma discussão até então inédita e que permanece latente até hoje: a formulação de uma política de pesquisa em desenvolvimento urbano. O documento Contribuições para uma Política Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Urbano, proposto por aquele Ministério, buscava instituir uma agenda instrumental de pesquisa para a área dos estudos urbanos no Brasil.

Esse documento tem como objetivo dar início a uma construção política democrática na sociedade, envolvendo pesquisadores e entidades de pesquisa, por meio de suas entidades representativas, agências de fomento à pesquisa e formuladores de políticas públicas em desenvolvimento urbano, que se alimentam dos avanços da pesquisa para a proposição e implementação de políticas públicas ancoradas na realidade social.

O MCidades começa essa construção coletiva por meio dessa consulta à Anpur e que deverá se estender às demais instituições da sociedade para um amplo debate que culminará na Política Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Urbano (MCIDADES, maio 2005).

Discutido inicialmente no XI ENA em Salvador, esse documento foi objeto de discussão de todos os programas então associados e filiados e, incorporando as diferentes contribuições, ele foi reenviado ao Ministério, em novembro de 2005, acompanhado da sugestão de formulação de dois editais de pesquisa, a serem imediatamente lançados, elaborados pela diretoria da Anpur a partir do referido documento. Um primeiro, no valor de R$ 8 milhões de reais, era dedicado a Questões Estratégicas do Desenvolvimento Urbano e Regional, que englobariam a estrutura institucional e a gestão do desenvolvimento urbano e regional, a participação e o controle social das políticas urbanas; o financiamento do desenvolvimento urbano e regional, a articulação entre as políticas sociais e territoriais e o mercado fundiário, a regulação urbana e o combate à desigualdade territorial. O segundo edital, com o valor proposto de R$ 5 milhões de reais, versaria sobre Informações para o Desenvolvimento Urbano e Regional e Avaliação de Políticas e contemplaria pesquisas sobre a produção e a disseminação de informações

para o desenvolvimento urbano e regional, a avaliação e o monitoramento de políticas urbanas e a formulação de sistemas de indicadores para as políticas urbanas. Infelizmente, nenhum deles foi implementado, mas essa pauta continua extremamente atual.

Ainda em termos de política científica e acadêmica, vale ressaltar a presença da Anpur em todos os fóruns para os quais foi convidada a participar, nacionais ou internacionais. Assim, marcou presença no Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, promovido pelo IBGE; participou da VII Conferência das Cidades, promovida pela Câmara dos Deputados; integrou a discussão sobre Reforma do Ensino Superior, promovido pela SBPC; consultou seus associados e filiados para a recomposição das áreas de conhecimento da CAPES/CNPq; participou da discussão dos dois documentos produzidos pela SBPC (Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Infraestrutura de Pesquisa e Formação de Recursos Humanos) no quadro do projeto Ciências e Tecnologia no Brasil. Ainda no âmbito da 57ª Reunião da SBPC, em julho de 2006, em Florianópolis, um simpósio foi promovido pela Anpur, com o tema Cidades e Território: Mutações, Tensões, Proposições, organizado em 6 mesas e duas dezenas de palestrantes de diferentes campos disciplinares, representando instituições de pesquisa de diferentes regiões do território nacional.

A Anpur também conduziu consulta a seus membros para a indicação de pesquisadores para os subcomitês de Planejamento Urbano e Regional, Arquitetura e Urbanismo e Turismo do Comitê de Ciências Sociais Aplicadas do CNPq. O resultado da consulta, ou seja, os três nomes mais votados em cada subárea, foi consubstanciado no voto da Anpur aquele Conselho.

Na esfera internacional, reforçaram-se os laços com o GPEAN (*Global Planning Education Association Network*), a rede mundial de associações de escolas e programas de pós-graduação na área de planejamento, que congrega nove associações: a neozelandesa e australiana ANZAPS, a europeia AESOP, a americana ACSP, a de escolas de língua francesa APERAU, a africana AAPS, a canadense ACCUP, a asiática APSA, a latino-americana ALEUP e a brasileira Anpur. Com uma agenda particularmente intensa, a Anpur participou ativamente do comitê de organização e do comitê científico do II WPSC (*World Planning Schools Congress*), realizado na Cidade do México, em julho de 2006, das reuniões do comitê de coordenação do GPEAN, que aconteceram em Adelaide em outubro de 2005, na cidade do México em julho de 2006, e em Nápoles em julho de 2007. Também

em associação com o GPEAN, a Anpur contribuiu para a edição dos livros *Dialogues in Urban and Regional Planning* – DURP II e III, com o intuito de intensificar a socialização internacional da produção brasileira na área. Defrontou-se, sempre criticamente, com questões candentes na discussão interpares, como as propostas de validação internacional de cursos de formação na área ou a relação com organismos e agências mundiais de governança.

O Fórum Urbano Mundial, que aconteceu em Vancouver, no Canadá, em junho de 2006, e atividades a ele preparatórias, realizadas em São Paulo (em conjuntura das mais violentas, numa terça-feira dramática, em meio aos ataques do PCC em maio de 2006, em uma cidade literalmente vazia), também contaram com a participação qualificada de membros da Anpur.

O III Seminário de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais, realizado em Salvador em outubro de 2006, buscou defrontar-se com dois grandes desafios colocados à nossa área: por um lado, a necessidade de aprofundar a construção de nosso campo (multi)disciplinar, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, alavancando assim as possibilidades de entendimento de nossa dinâmica e complexa realidade urbana e regional. Por outro lado, a necessidade de enfrentar a formação profissional qualificada, num momento em que as condições políticas e institucionais do país estavam já a demandar uma urgente capacidade de formulação e de atuação crítica e propositiva no âmbito das ações sobre a cidade e sobre o território.

Importa lembrar ainda que, em colaboração com a EdUFBa, Vozes e Boitempo, 3 livros foram publicados no Brasil sob o patrocínio da Anpur: os referentes à dissertação e à tese premiadas em 2005, e o livro resultante do simpósio organizado na SBPC em 2006. Ainda na pauta editorial, quatro números da RBEUR (Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais) foram publicados com recursos próprios e com o apoio da Caixa Econômica Federal.

A adesão da Anpur ao movimento em defesa do livre acesso à informação deve ser também destacada, ou seja, a afirmação do papel basilar que cumpre essa condição para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como para uma melhor utilização e socialização dos trabalhos, particularmente aqueles financiados com recursos públicos. Foi consensual, entre a diretoria da Anpur e a comissão editorial da RBEUR, com a decorrente disponibilização dos arquivos digitais de todos os números da Revista no *site* da Associação. Resta ainda, sobre essa questão, encontrar caminhos que disponibilizem

para consulta os documentos da vida da própria associação, discussão que teve seu início na Assembleia de 2007, mas ainda não foi concluída.

O Boletim da Anpur foi relançado, em versão eletrônica,[5] com 13 números publicados entre abril de 2006 e junho de 2007. Três foram as principais questões que levaram a diretoria de então à avaliação da oportunidade de se contar com um instrumento ágil de informação e comunicação entre os membros de nossa comunidade. Em primeiro lugar, o crescimento de importância da área de Planejamento Urbano e Regional na contemporaneidade e a decorrente intensificação do papel de representação da Anpur em várias instâncias acadêmicas e politico-institucionais, nacionais e internacionais. Daí a necessidade de informação constante das questões relevantes para nossa área, bem como das posições tomadas e defendidas por nossa associação. Segundo, a vontade de partilhar de forma mais direta um conjunto de informações que, embora disponíveis em nossa *homepage*, muitas vezes passavam despercebidas pela velocidade dos eventos e pelo bombardeio de informações avulsas a que estamos submetidos em nossa vida cotidiana. Terceiro, a oportunidade de abertura de mais um espaço para troca de informações entre os 47 programas que compunham a Anpur em 2005 (chegaram a 53 em 2007) e as centenas de professores, pesquisadores e estudantes que mantêm relações de interesse pelas atividades desenvolvidas, de forma direta ou indireta, pela Associação. A pauta do Boletim, de periodicidade mensal, deveria então ser enriquecida por sugestões e informações dos diferentes programas e membros da área.

Todo esse trabalho só foi possível por ter sido coletivo e solidário. Gostaria de agradecer, portanto, aos membros da diretoria e a todas e todos que colaboraram de forma generosa para concretizar esse conjunto de ações. Uma rede de cooperação formada por imenso número de pessoas, que não podem ser aqui nomeadas, tornou assim possível mais um biênio de vida associada, plena de fermento utópico, de porosidade intelectual, social e política e de compromisso com a transformação socioespacial democrática de nossas cidades e territórios. O encontro amazônico de 2007 só fez renovar as esperanças sobre essas possibilidades.

5 Como já foi explicitado, o conjunto de boletins encontra-se disponível em www.anpur.org.br.

A ANPUR e a construção do campo científico brasileiro (2007-2009)*

Edna Castro

Cientista Social pela Universidade Federal do Pará (1969); Mestre (1978) e Doutora (1983) em Sociologia pela Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales, França; Professora Associada do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA); Presidente da ANPUR entre 2007 e 2009.

* Este trabalho é uma versão revisada do artigo publicado originalmente na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), v. 16, n. 2, p. 227-238, de novembro de 2014.

Introdução

O objetivo deste artigo é refletir sobre uma parte da trajetória da ANPUR transcorrida na Gestão 2007-2009, quando estive na direção da instituição como sua presidente. Uma escrita com o distanciamento de cinco anos, provavelmente carrega omissões indesejadas, mas permite um balanço mais longo do papel desta Associação na construção do campo científico brasileiro.

A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR) tornou-se, ao longo de seus 30 anos de existência, uma entidade científica consolidada e com um desempenho acadêmico reconhecido no campo intelectual brasileiro e internacional. No correr dessas décadas, a pesquisa e a pós-graduação sobre estudos urbanos e regionais no país teve extraordinário desenvolvimento, seja na conformação dos conteúdos programáticos, na ampliação das linhas de pesquisa, na redefinição de abordagens teóricas e metodológicas, seja no tratamento de temas tradicionais da área ao lado de outros emergentes que foram gradativamente sendo incorporados. Houve também uma ampliação de temáticas para pesquisas e para intervenção ou extensão universitária. Como resultado, cresceu consideravelmente a produção científica e a formação de mestres e doutores. A institucionalização da pesquisa e da pós-graduação interferiu positivamente nesse aumento da produção do conhecimento nos centros de pesquisa e pós-graduação filiados à ANPUR e na publicação de livros e de artigos em revistas especializadas. Assim, a ANPUR contribuiu notavelmente para o movimento nacional de institucionalização e fortalecimento do sistema de ciência, tecnologia e inovação.

A trajetória dos estudos urbanos e regionais no Brasil foi a do entendimento de situações de urgência, de interesse social e de demanda nacional, ao lado de interpretações teóricas sobre o próprio campo temático; enfim, uma agenda voltada às questões fundamentais da sociedade no contexto político de suas contradições reais, de suas desigualdades sociais, de classe, de gênero, de raça e de etnia, que se atualizam continuamente no espaço urbano e regional. Esse campo amplo de pesquisas esteve presente também no debate teórico que foi crucial no seio da área de humanidades e de ciências sociais aplicadas, uma vez que, no correr dessas décadas, teorias, conceitos, categorias e temas foram colocadas em questão, revisitados e reinterpretados. Em consequência de situações emergentes na dinâmica social, política e econômica do pais, outros processos e questões se impuseram ao conhecimento. Também se

tornou necessária a revisão de paradigmas. O campo intelectual, enquanto um campo relacional, caracteriza-se justamente por esse embate teórico que se trava entre agentes sociais e institucionais, disputa de ideias na construção do conhecimento, não alheia às estruturas de poder e aos jogos políticos que atravessam a sociedade.

Gostaria de ressaltar que meu envolvimento maior com a instituição começou na gestão 2005-2007, quando era presidente da ANPUR nossa colega Ana Fernandes (UFBA). Ao ser eleita membro de sua Diretoria, e aprovado, em Assembleia Geral ocorrida durante o XI Encontro Nacional da ANPUR (ENANPUR), em Salvador, que o próximo ENANPUR seria em Belém, evidentemente estava depositada no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), e em mim, como membro da Diretoria, a incumbência de coordenar a organização do XII Encontro Nacional. Uma dádiva certamente de trabalho e tensão, embora com os louros do capital acadêmico. Sua realização foi para mim um aprendizado e uma imersão na associação, nos programas filiados e nos grupos de pesquisa e de trabalho espalhados Brasil afora. Por essa razão, faço, neste texto, uma breve recapitulação do trabalho para receber o XII Encontro em Belém, com suas atividades tradicionais referidas ao formato dos encontros nacionais ou aquelas que inserimos na programação, como os Seminários Imagem, Literatura e Pesquisa na Amazônia; Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional, a Mostra de Filmes no Cine Olympia, seguida de debates, e as Excursões Urbanas na cidade de Belém. Além do apoio dos colegas da UFPA (geografia, arquitetura, sociologia, economia e turismo), somos gratos à parceria bastante próxima com a então Diretoria da ANPUR, sobretudo com sua Presidente, Ana Fernandes.

Diretoria da Gestão 2007-2009

Para o mandato 2007-2009, a Diretoria eleita no XII Encontro Nacional, em Belém, foi composta de Edna Maria Ramos de Castro – Presidente (UFPA), José Júlio Lima – Secretário Executivo (UFPA), Luiz Eduardo Aragón – Secretário Adjunto (UFPA), e tendo como Diretores Regionais Leila Christina Dias (UFSC), Roberto Luís Monte-Mór (UFMG) e Adauto Cardoso (UFRJ). O Conselho Fiscal foi formado pelos colegas Brasilmar Nunes (UnB), Renato Anelli (USP) e João Rovati (UFRGS). Cabe ressaltar que o Editor da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, cargo até então exercido por Henri Acserald (UFRJ), foi repassado durante o XII Encontro, em Belém, para

Geraldo Magela Costa (UFMG), que permaneceu neste e em parte do mandato da diretoria subsequente. Ressalte-se que todos os membros da Diretoria assumiram diferentes atividades de interesse para a ANPUR no transcorrer desses dois anos. O perfil de nomes e instituições da diretoria atendia, assim, a uma prática cara à ANPUR, embora nem sempre conseguida, de obter uma representação próxima de sua diversidade temática, disciplinar, institucional e regional.

Ao longo dos últimos 30 anos, houve efetivamente a construção dessa área de conhecimento no Brasil. Não se trata de uma disciplina, mas da articulação de várias disciplinas – arquitetura e urbanismo, sociologia, geografia, economia, demografia, direito, turismo, dentre outras – com objetivos convergentes para pensar a problemática urbana e regional, especialmente no país, o que requer, necessariamente, uma perspectiva interdisciplinar e um olhar construído a partir de temáticas transversais.

De fato, a área de planejamento urbano e regional (PUR) tem efetivamente forte interface com outras áreas, marcada por práticas interdisciplinares. Faço essa observação para as ciências sociais aplicadas, uma vez que elas são estruturantes na área PUR, como também em Arquitetura e Urbanismo, com suas vertentes mais próximas às humanidades e aos fundamentos teóricos do entendimento da relação entre espaço, política e sociedade. Esse corpo teórico-temático desenvolveu-se expressivamente nestes 30 anos. Observa-se na atualidade a expansão da pós-graduação em planejamento urbano e regional por todo o país, alcançando um nível extraordinário de interiorização.

Com a crítica ao planejamento, alguns programas se deslocaram para o debate sobre desenvolvimento. Mas, na realidade, são estudos de processos, análises de dinâmicas conformadas a uma perspectiva crítica do campo do desenvolvimento e de suas relações com a economia e a política. Essas questões já estavam presentes há alguns anos, conforme os registros dos debates ocorridos, por exemplo, no IV Seminário de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, ocorrido em Belém.

Planejamento Urbano e Regional: institucionalidade, pesquisa e pós-graduação

Os institutos e os centros de pesquisa que surgiram nos anos 1960 em várias regiões do Brasil, e em diversas áreas, desempenharam um papel absolutamente fundamental na construção da vida acadêmica brasileira. Inventaram experiências e arranjos para poderem realizar pesquisas e

formar profissionais em meio a grandes restrições de recursos financeiros. Muitos programas tiveram primeiro, em suas trajetórias, a criação de cursos de especialização, depois o mestrado e, na maior parte dos casos, esperaram mais de cinco anos para iniciarem o doutorado. Esses Centros, Institutos e Programas criaram e institucionalizaram um padrão de Associações Científicas Nacionais, contexto no qual surge a ANPUR, que se propõe desenvolver uma área nova, formada pelos estudos e intervenções na área do urbano e do regional e de suas interações. A ANPUR resulta da iniciativa e do interesse de um conjunto de instituições, de professores e de pesquisadores dos programas de pós-graduação de um dado campo de estudos na área do planejamento regional, urbano e habitacional. Há um reconhecimento da necessidade de criar balanços da produção científica, então em curso, e criar uma agenda de pesquisas substantiva e prospectiva quanto a temas teóricos, metodológicos e sobre as próprias condições da produção do conhecimento na área.

Segundo a ata de fundação da ANPUR, datada de 8 de junho de 1983, cinco programas de pós-graduação, que eram todos da área de planejamento urbano e/ou regional, participaram de sua fundação: Curso de Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE), Curso de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PUR/UFRJ) Curso de Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), Curso de Mestrado em Planejamento Urbano da Fundação Universidade de Brasília (UnB) e Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS). No entanto, três anos depois, em junho de 1986, a assembleia realizada durante o primeiro Encontro Nacional da ANPUR, ocorrido em Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro, organizado a partir de reuniões entre os programas filiados e os órgãos de fomento à pesquisa, aprovou o ingresso de mais três novos membros. Foram eles o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), que oferecia o Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento/PLADES, o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG) e o Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA), todos eles vinculados a universidades federais e que se constituíram em torno da implantação de uma pós-graduação. Vários deles têm perfil de centros de pesquisas, com um interesse temático, não disciplinar.

Os centros e os programas de pós-graduação mais antigos filiados à ANPUR datam dos anos 1970, crescendo no correr dos anos 1980 e 1990, o que permitiu a consolidação dos programas e a definição de um modo de funcionamento, ao mesmo tempo que se consolidava o sistema de pesquisa e de pós-graduação no país. Esses programas pioneiros tiveram um papel de irradiação da pesquisa e da pós-graduação para outras universidades, sobretudo por formar seus mestres e doutores. No final do século e, sobretudo, no início do século XXI, houve um surpreendente crescimento dos cursos de mestrado e de doutorado na área de planejamento e desenvolvimento urbano e regional. Atualmente, estão filiados à ANPUR 64 programas que recobrem uma ampla área que nomeamos de estudos urbanos e regionais, mas com certa diversidade: planejamento urbano e regional, desenvolvimento regional, arquitetura, urbanismo, demografia, geografia, sociologia, administração pública, economia, políticas publicas, turismo, dentre outras áreas.

O surgimento de novos programas provoca, junto com as mudanças na regulação do sistema de ciência e tecnologia no país e a expansão da pós-graduação, um movimento de fortalecimento de uns, de desestabilização ou reestruturação de outros, tendo também os novos programas o propósito de ocupar lugar e se tornarem programa consolidado. Essa tensão de crescimento conforma a atualidade da área de planejamento urbano e regional.

A ANPUR teve, sem dúvida, um papel histórico importante na formação e na constituição dessa área de conhecimento, enquanto agente no processo de progressiva institucionalização da área. Estimulou a criação de novos programas de pós-graduação *pari passu* a sua vida acadêmica. Realizou os Encontros Nacionais a cada dois anos e apoiou os diversos eventos organizados anualmente pelos centros e programas a ela filiados. Todos esses espaços se revelaram importantes para a circulação de ideias, difusão de resultados de pesquisa e formulação de novas agendas de pesquisa com projetos relevantes para as áreas de política de ciência e tecnologia e de desenvolvimento urbano e regional. Sua participação ativa nos Comitês de Avaliação de Pesquisa e de Pós-graduação, tais como as agências de fomento Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), ou ainda sua articulação com outras associações nacionais e internacionais, mostram o papel protagonista que ocupou na institucionalização da área temática de planejamento/desenvolvimento urbano e regional no país.

O sistema de pós-graduação e de pesquisa mantém ainda fortes desequilíbrios em relação ao financiamento entre áreas e entre estruturas e competências regionais que geram efeitos sobre o acesso a bolsas, aos recursos para pesquisa e a outras ações demandantes de fomento. As áreas de humanidades e ciências sociais aplicadas sempre estiveram na faixa cinzenta do financiamento público, o que ensejou, em momentos diferentes, a ação conjunta de associações cientificas como a expressão coletiva de demandas, sobretudo no CNPq e na CAPES. Em vários encontros e reuniões promovidas pela ANPUR, foi objeto de discussão a proposta de uma política de pesquisa para a área capaz de assegurar maior rigor na pesquisa e na formação de pesquisadores, fazendo jus às discussões sobre a formação acadêmica e profissional. Iniciativas conjuntas com outras associações de humanidades e ciências sociais foram tomadas também em gestões anteriores e posteriores à nossa. Finalmente, em 2014, o CNPq, como resposta à mobilização dessas áreas a partir da constituição do Fórum de Ciências Humanas, reunido em vários encontros da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), e que culminou com o Seminário do Fórum no CNPq, no qual esteve presente a ANPUR, na pessoa de sua Presidente, Virgínia Pontual (UFPE), tomou a decisão, finalmente, de criar uma Área de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas.

Planejamento/Desenvolvimento Urbano e Regional – diálogos e interlocuções

Sessões Temáticas

O XII Encontro Nacional da ANPUR, em Belém, surpreendeu pela diversidade temática e pelo nível dos debates, tendo ultrapassando 1.000 inscrições de trabalhos. Desses, 359 trabalhos completos foram aceitos para serem apresentados nas Sessões Temáticas. O encontro contou ainda com a realização de 48 Sessões Livres, em que foram divulgados os resultados de pesquisa em andamento ou concluídas, no Brasil ou no exterior. Espaços de reflexão e de produção de novas questões sobre os desafios do espaço urbano e regional, da sociedade, da economia e da política, perspectivas de análise em discussão que tiveram provavelmente desdobramentos nos programas de pesquisa e de formação de mestrado e doutorado.

O Encontro teve sete Sessões Temáticas, nas quais se observa uma maior presença de temas voltados para os estudos urbanos, porém associados a

dinâmicas sociais, econômicas e políticas do debate sobre desenvolvimento que sobressaem ao de planejamento. São elas: 1 - Gestão Urbana e regional: modelos, práticas e implicações, coordenada por José Julio Lima (UFPA) e Roberto Monte-Mór (UFMG); 2 – Rede Urbana e Estrutura Territorial, coordenada por Jan Bitoun (UFPE) e Maria Flora Gonçalves (UNICAMP); 3 – Forma e Dinâmica Intraurbana, coordenada por Luciana Lago (IPPUR) e Ângelo Serpa (UFBA); 4 – História, Cidade e Urbanismo, coordenada por Ivone Salgado (PUC-Campinas) e Eloisa Petti (UFBA); 5 – Território, Conflitos e Gestão Ambiental, coordenada por Henri Acserald (UFRJ) e Rogério Haesbaert (UFF); 6 – Cidade, Cultura e Sociabilidade, coordenada por Brasilmar Ferreira (UnB) e Ligia Simonian (UFPA); 7 – Amazônia no Cenário Sul-americano, coordenada por José Aldemir de Oliveira (UFAM) e Luis Aragón Vaca (UFPA).

A discussão do que é o planejamento urbano e regional tem estado presente em todos os momentos relevantes do debate acadêmico, até mesmo como forma de atualização. Tem interrogado o sentido da relação ensino e pesquisa, do rigor da pesquisa, das escolhas de metodologias e dos resultados diante da proximidade do tema e das formulações políticas. A sistematização desse campo é pensada na relação com as transformações na sociedade, na economia, no papel do Estado e na crescente racionalização do mundo. Haveria talvez uma retomada de ideias intervencionistas do Estado, ou se estaria diante de outras abordagens teóricas e metodológicas que revelem questões emergentes? Qual o lugar do planejamento crítico hoje? Ele não demarcou, no Brasil, uma experiência que é relevante e reconhecida em outros países como uma contribuição nossa ao tema? Seria uma forma de exequibilidade do planejamento ou de afirmação do conhecimento científico para além da ordem política e ideológica? Essas e outras questões permanecem pertinentes e vivas no debate atual.

Mesas Redondas e Produção de DVDs

No XII ENANPUR foram organizadas 9 mesas redondas, das quais seis foram transformadas em vídeos. Por razoes técnicas, lamentavelmente três ficaram fora do projeto Vídeos-ANPUR e são a MR - Integração Sul-americana, Relações Transfronteiriças e Desenvolvimento Urbano e Regional, coordenada por Edna Castro (UFPA), tendo como expositores Alírio Martinez (UCV/OTCA), Lia Machado (UFRJ), Henri Acselrad (UFRJ) e Hélène Rivière D'Arc (CNRS/IHEAL); a MR - Violência e Cidades Brasileiras: o que falar das Políticas Públicas?, coordenada por Elson Manoel Pereira (UFSC) e tendo como expositores Alba Zaluar (IUPERJ), Kátia Mendonça (UFPA), Lourdes Bandeira

(UnB) e Maria Elvira Sá (UFPA); e também a MR – Os Desafios da Educação Superior no Brasil: Novas Arquiteturas Acadêmicas, tendo como coordenador Carlos Vainer (UFRJ) e expositores Naomar de Almeida Filho (Reitor da UFBA) e Zélia Amador (Vice-Reitora da UFPA). O conjunto de vídeos produzidos nos permite rever as exposições e os debates.

No projeto *Vídeos-ANPUR*, as mesas redondas editadas foram as seguintes:

MR 1 – O PAC e seus Impactos na Política de Desenvolvimento Urbano e Regional, participando como coordenadora Ana Fernandes, presidente da ANPUR na ocasião, e como expositores Edgard Porto (SEI), Carlos Vainer (UFRJ), Ermínia Maricato (USP), Claudio Puty (UFPA), Miguel Lobato (Mov. Nac. de Luta pela Moradia);

MR 2 – Metrópole, Reforma Urbana e Desenvolvimento Nacional, coordenada por Luis César de Queiroz (UFRJ), e como expositores Carlos de Matos (PUC-Chile), Clélio Campolina (UFMG) e José Julio Lima (UFPA);

MR 3 – Planejamento Territorial: uma retomada do papel do Estado no Desenvolvimento Urbano e Regional, coordenada por Maurílio Monteiro (UFPA), e tendo como expositores Jan Bitoun (UFPE), Brasilmar Ferreira (UnB), Aldomar Arnaldo Ruckert (UFRGS) e Armin Mathis (UFPA);

MR 4 – Por uma Política Nacional de Pesquisa em Desenvolvimento Urbano e Regional, coordenada por Heloisa Costa (UFMG), e tendo como expositores Ana Fernandes (UFBA), Eglaísa Cunha (MCidades), Ermínia Maricato (USP), Norma Lacerda (UFPE), Raquel Rolnik (PUC-Campinas), Marilena Correa (UFAM), Ana Clara Torres (UFRJ) e Edmilson Rodrigues (UFRA);

MR 5 – *Conflitos e Territorialidades na Amazônia*, coordenada por Rosa Acevedo (UFPA), e tendo como expositores Roberto Araujo (MPEG), Alfredo Wagner de Almeida (UFAM), Marcelo Carneiro (UFMA) e Marco Antônio Teixeira (UFRR);

MR 6 – *Mudanças Climáticas e o papel da Floresta Amazônica*, coordenada por Everaldo Barreiros Souza (UFPA) e os expositores foram Carlos Nobre (INPE), Emilio Moran (Indiana University) e Leandro Ferreira (MPEG).

Seminários, Fóruns e Workshops

Os Seminários, Fóruns e *Workshops* organizados pelos programas filiados, propostos e aprovados na Assembleia Geral realizada em maio de 2007, fazem parte da programação anual da ANPUR. Significam uma oportunidade singular e atendem ao papel de construção institucional e muitas vezes de redefinição de sentidos, seja pelo diálogo entre programas sobre as inquietações teóricas, metodológicas e de ordem da intervenção

prática, seja pela reflexão sobre a dinâmica do sistema de pós-graduação e pesquisa no país.

Na gestão 2007-2009, foi realizado ainda o IV Seminário de Avaliação de Ensino e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (SEPEPUR), em Belém, em 23 e 24 de outubro de 2008, no Hotel Hilton, o que permitiu atualizar o diálogo entre centros e programas.

Os eventos ocorridos no período 2007-2009 foram os seguintes:

1 - IV Seminário de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Realização: ANPUR. Belém, 23 e 24 de outubro de 2008;
2 - XIII ENANPUR – Encontro Nacional da ANPUR
Realização: ANPUR, Florianópolis, 25 a 29 de maio de 2009;
3 - Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo
Realização: FAU-USP, PUC-Campinas, ANAMA e ANPUR, São Paulo, 4 a 7 de setembro de 2007;
4 - Colóquio Internacional Os Desafios Urbanos no Brasil e na África do Sul - Construindo uma Agenda para a Cooperação em Ensino e Pesquisa
Realização: IPPUR/UFRJ e LABHAB/FAU/USP, Rio de Janeiro, 9 a 12 de setembro de 2007;
5 - II Encontro Brasileiro de Ciências Sociais e Barragens
Realização: IGEO/UFBA, IPPUR/UFRJ, UFRB, UNEB e UCSal, Salvador, 19 a 22 de novembro de 2007;
6 - I Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas
Realização: IGEO/UFBA, IPPUR/UFRJ, UFRB, UNEB e UCSal, Salvador, 19 a 22 de novembro de 2007;
7 - XII Seminário sobre a Economia Mineira
Realização: CEDEPLAR/UFMG, Diamantina, 26 a 30 de agosto de 2008;
8 - X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.
Realização: MDU/UFPE, PPGAU/UFRN, CECI, DEHA/UFAL e PPGEUA/UFPB, Recife, 8 a 10 de outubro de 2008;
9 - Seminário Amazônia e Fronteiras do Conhecimento
Realização: NAEA/UFPA. Belém, 9 a 11 de dezembro de 2008;
10 - Eventos ANPUR/NAEA no Fórum Social Mundial
Realização: ANPUR e NAEA/UFPA, Belém, 28 a 30 de janeiro de 2009:

a. Painel Políticas Públicas e Sustentabilidade na Resex Marinha Mãe Grande de Curuçá (Pará);

b. Conferência de Michel Lowy – França - Ecossocialismo;

c. Seminário-Debate – Amazônia Região Universal e Teatro do Mundo. Expositores: Willi Bolle, Edna Castro, Alfredo Wagner de Almeida, Neusa Pressler;

d. Painel – Conhecimentos tradicionais no mundo globalizado: oportunidades de intercâmbio entre sociedade civil, academia e área de políticas públicas no contexto Sul-Sul;

e. Seminário – Cidades da Pan-Amazônia: configurações e diversidade social na América do Sul – Coordenação: Edna Castro.

Um rápido balanço dos debates nos eventos da ANPUR indicam, em síntese, ser alta a produtividade da área, embora os critérios de valorização dos periódicos nem sempre retratem o perfil desses programas. Também foram aperfeiçoados os diretórios de pesquisa, os mecanismos de avaliação de periódicos, de livros e de anais. Enfim, há um grande esforço de construção na área, o que, apesar da tradição diferente de como se constituíram as áreas de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas, em vários pontos revelam as convergências.

No IV Seminário de Avaliação de Ensino e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, realizado em Belém, foi reafirmada a importância de ser criado, nas agências de fomento, um dispositivo tipo GT Cidades, com o objetivo de orientar os financiamentos na direção de temas centrais às áreas e linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação. Todavia, essa ideia não deveria ser sumariamente associada à resolução de velhos passivos no financiamento da pesquisa, mas uma resposta da formação e da pesquisa ao crescimento das cidades no país e ao agravamento dos problemas urbanos que exigem urgência e conhecimento.

Várias Sessões Livres de Encontros Nacionais têm sugerido agendas de pesquisa com questões prioritárias nacional e regionalmente – sociais, urbanas, ambientais – face às desigualdades, às tensões e, sobretudo, à violência de várias ordens que tem transformado os espaços sociais, urbanos e regionais no país. Por isso, a necessidade de definir critérios de avaliação com parâmetros de eficácia temática, interdisciplinar, de especificidades e, ao mesmo tempo, de convergências de cada subárea, dimensões e iniciativas de construção do conhecimento e sua institucionalidade.

Prêmios ANPUR 2007

No Encontro Nacional de 2007, em Belém, a ANPUR outorgou as premiações a autores e, conseguintemente, a programas. O VI Prêmio Brasileiro Política e Planejamento Urbano e Regional", na categoria Dissertação de Mestrado, teve como júri Norma Lacerda Gonçalves (Presidente) – UPFE, Lúcia Maria Machado Bógus – PUC-SP, Margareth Aparecida Campos da Silva Pereira – UFRJ, Ana Fani Alessandri Carlos – USP e Nádia Somekh – UPM, que premiou com o primeiro lugar Silvana Lamenha Lins Olivieri – PPG-AU/UFBA, com a dissertação Quando o cinema vira urbanismo: o documentário como ferramenta de abordagem da cidade (Orientadora: Profª. Paola Berenstein Jacques).

O júri atribuiu Menções Honrosas aos autores de dissertações: Aline Figueiredo de Albuquerque – FAU/USP, com a dissertação A questão habitacional em Curitiba: o enigma da "cidade-modelo" (Orientador: Prof. João Sette Whitaker Ferreira); Rosane Piccolo Loreto – MDU/UFPE, intitulada Paraíso & Martírios: história de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife (Orientadora: Profa. Virgínia Pontual); Eloi Martins Senhoras – PPGGeo/UNICAMP, com a dissertação Regionalismo transnacional e integração física: um estudo sobre a iniciativa de integração da infraestrutura sul-americana (Orientadora: Profa. Claudete de Castro Silva Vitte); Evelyne Labanca Corrêa de Araújo – MDU/UFPE, com a dissertação intitulada O laço que prende: um estudo sobre conservação integrada em metodologias de desenvolvimento local sustentável (Orientador: Prof. Sílvio Mendes Zancheti); Lucas Roosevelt Ferreira Linhares – CEDEPLAR/UFMG, com o trabalho As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: o (sub) desenvolvimento sócio-econômico-espacial no Brasil e as possibilidades contemporâneas do seu planejamento (Orientador: Prof. Roberto Luís de Melo Monte-Mór); Maurício Brito e Cunha Valladares – PROURB/UFRJ, com o título Entre a natureza e o artifício: percepções e perspectivas nos projetos para parques urbanos e orlas fluviais (Orientadora: Profa. Ana Lúcia Nogueira de Paiva Brito).

Na categoria Tese de Doutorado, o júri foi composto de Ana Cristina Fernandes (Presidente) – UFPE, Maria do Livramento Miranda Clementino – UFRN, Vera Lucia Ferreira Motta Rezende – UFF, Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski – UFPR e Jan Bitoun – UFPE. O júri aprovou para o primeiro lugar a tese de José Clewton do Nascimento – PPG-AU/UFBA, com o título (Re) Descobriram o Ceará? Representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: entre Areal e Patrimônio Nacional. Também contemplou com Menção Honrosa

as autoras Chélen Fischer Lemos – IPPUR/UFRJ, com a tese O processo sociotécnico de eletrificação na Amazônia: articulações e contradições entre estado, capital e território (1890 a 1990), e Thais de Bhanthumghinda Portela – PPG-AU/UFBA, intitulada O urbanismo e o candomblé: sobre cultura e produção do espaço público urbano contemporâneo.

No IV Prêmio Milton Santos, na categoria Artigo, a ANPUR contou com a colaboração do júri formado por Geraldo Magela Costa (Presidente) – UFMG, Ana Maria Fernandes – UFBA, Lilian Fessler Vaz - UFRJ, Jupira Gomes de Mendonça – UFMG, Luciana Corrêa do Lago – UFRJ e Carlos Antônio Brandão – UNICAMP. O júri agraciou com o Prêmio Milton Santos o artigo de Pedro Abramo Campos – IPPUR/UFRJ, A Cidade Com-Fusa: A mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles Latino-Americanas, publicado na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 9, n. 2, de novembro 2007. Atribuiu Menção Honrosa ao artigo de Sérgio Manuel Merêncio Martins – Geografia/UFMG, intitulado Urbanização e Violência: reflexões a partir do livro e do filme Cidade de Deus, publicado na revista GEOgraphia, ano IX - n. 18, de dezembro 2007.

Na categoria Livro, recebeu o Prêmio Milton Santos a autora Fania Fridman - IPPUR/UFRJ, com o livro Paisagem Estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro - Rio de Janeiro: FAPERJ/CNPq/Casa da Palavra, 2007. Receberam Menção Honrosa Denise Xavier de Mendonça – EESC/USP, com o livro Arquitetura Metropolitana - São Paulo: FAPESP/ Annablume, 2007, e Juliano Aparecido Pereira – EESC/USP, com Lina Bo Bardi – Bahia, 1958-1964 - Uberlândia: EDUFU, 2008.

Publicações da ANPUR

A Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR) é a principal publicação da ANPUR. Na gestão 2007 a 2009, o editor responsável foi Geraldo Magela Costa, que contou com a colaboração da Comissão Editorial, formada num primeiro momento por Leila Christina Dias (UFSC), Lilian Fessler Vaz (UFRJ) e Maria Flora Gonçalves (UNICAMP) e, posteriormente, por Ana Fernandes (UFBA), Carlos Antônio Brandão (UNICAMP), Lilian Fessler Vaz (UFRJ) e Luciana Corrêa do Lago (UFRJ). Foram publicados no período dois volumes, ou seja, vol. 9 / nº 1 e 2 e vol. 10 / nº 1 e 2, contando com financiamento do CNPq e da própria ANPUR.

Com o apoio institucional da ANPUR, foi publicada a coletânea organizada por Silvio Lima Figueiredo (UFPA), intitulada Turismo, lazer e planejamento urbano e regional, Belém: NAEA/UFPA, 2009.

A primeira diretoria da ANPUR criou o Boletim Informativo, que divulgava as atividades e fazia o registro da memória da instituição, e que se manteve, embora no correr do tempo tenha havido interrupções, mudanças nos formatos e nos seus conteúdos e, inclusive, na sua qualidade gráfica. Na nossa gestão, foram feitos oito números, do 13 ao 20, todos eles disponibilizados no *site* da instituição.

Expressão Nacional e Internacional – A América Latina na tradição da ANPUR

É graças ao esforço coletivo de institucionalização das associações científicas que se tem, no Brasil, uma maior sistematização na formação e na pesquisa do que, provavelmente, em outros países da América Latina, apesar de se encontrarem naqueles países, desde os anos 1960, experiências notáveis de centros de pesquisa e de formação profissional que se tornaram espaços de excelência de reflexão sobre a realidade nacional e latino-americana, como no México, no Chile, na Argentina, na Colômbia, no Equador e no Uruguai, dentre outros. A tradição no campo das relações latino-americanas faz parte da trajetória de diversos programas filiados à ANPUR, mas as interações e as experiências conjuntas de pesquisa e formação, capazes de fomentar estudos comparativos, mostram-se ainda residuais, com algumas exceções.

O Brasil viveu momentos relevantes no intercâmbio internacional, o que resultou na experiência plural dos profissionais que implantaram e consolidaram o nosso sistema de pós-graduação, como estudos de mestrado e doutorado feitos nos Estados Unidos e em países europeus, notadamente França, Inglaterra e Alemanha. Houve, nos anos 1960 e 1970, um grande afluxo para o Chile, por motivos políticos e intelectuais, seja direcionado para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), seja para discutir temas de planejamento e desenvolvimento na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) ou em outros centos e universidades do México e da Argentina.

Isso se reflete na formação de redes de pesquisa com amplitude internacional. O ENANPUR, realizado em Porto Alegre, definiu como tema do encontro Integração latino-americana, incentivando o debate sobre a fronteira sul do país. Essa perspectiva internacional e latino-americana reaparece no encontro de Belém, que formulou como temática central a Integração sul americana, Fronteiras e Desenvolvimento Regional. Na mesma direção,

houve uma Sessão Temática intitulada Amazônia no Cenário Sul-Americano, pensada para estimular o tema e ao mesmo tempo como observatório sobre o estado da arte dos grupos de trabalho voltados para essa problemática do país. Este último terminou por ser um dos debates ressaltados nos eventos ocorridos durante a gestão 2007-2009 e, na nossa avaliação, houve um avanço. Circulou como ideia a elaboração de estratégias institucionais para a construção mais densa de um campo de estudos que abrisse novas perspectivas de reflexão sobre o Brasil e suas relações com os países sul-americanos, e pesquisas comparativas com parceiros da América Latina.

Objetivando produzir não apenas um balanço sobre a reflexão acadêmica, mas postular uma afirmação política daquilo que a universidade tem de melhor, sua capacidade de pensar, de interpretar, de construir ideias e propor alternativas comprometidas com a sociedade, o XII Encontro Nacional instituiu uma atividade de construção na área de estudos urbanos e regionais. Na ocasião, propôs ao debate entender as mudanças por que passava a América Latina, que indicava ao meio acadêmico uma agenda de novas questões urbanas e regionais, a qual demandava reflexão e capacidade de resposta por parte de pesquisadores, planejadores e demais profissionais envolvidos com os programas de pós-graduação e pesquisa.

Efetivamente, no IV SEPEPUR, em Belém, os participantes insistiram na necessidade, como uma questão de política acadêmica, de melhorar os espaços nos programas para as relações internacionais, mediante parcerias, redes e convênios. Nesse cenário, foram analisadas as iniciativas e a orientação da esfera governamental dos Ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério da Educação, como aquelas que objetivavam induzir acordos com a comunidade dos países de língua portuguesa, explicitados em vários programas, a exemplo do Pró-África. A ANPUR, por meio de seus programas de pós-graduação e de pesquisa, participa de um número expressivo de redes de pesquisa e de parcerias com instituições nacionais e internacionais.

Os congressos mundiais sobre o tema de planejamento urbano e regional têm sido um lugar de reflexão e de análise dos avanços na institucionalização mundial da área. O Congresso do GPEAN é o principal evento internacional da área de planejamento, pois representa associações científicas organizadas por continentes e países do mundo. A ANPUR faz parte dessa rede internacional de planejamento, da qual participam as principais e mais representativas organizações de pesquisa em planejamento urbano no mundo, que são: Associação de Escolas de Planejamento Americana –

ASPI; Europeia - APERAU; ANPUR; ALEUP (México, Venezuela e Argentina); AAPS (Países Africanos); APSA (Ásia); ANZAPS (Austrália e Nova Zelândia). Essas associações se reúnem a cada dois anos, a depender da pauta do encontro. O GPEAN publica a série de livros Diálogos de Planejamento Urbano e Regional, com os resultados dos Congressos. Durante a Gestão 2007-2009, foram publicados artigos de docentes de programas da ANPUR, e a Associação participou da Reunião do *Coordinating Committee do GPEAN/ AESOP, Planning for the risk society*, realizado em Nápoles-Itália, de 10 a 14 de julho de 2007. Estiveram presentes Roberto Monte-Mór e José Julio Lima.

O corpo editorial de suas publicações é compartilhado, e os artigos publicados se originam de indicações dos melhores trabalhos de eventos realizados pelas Associações Científicas parceiras. Cresceu a participação da ANPUR nesses congressos internacionais, mas ainda é muito restrita. A participação da ANPUR no GPEAN deve ser socializada entre os programas de pós-graduação filiados, com o objetivo de ampliar sua visibilidade no plano internacional.

Ainda cabe ressaltar que nesse período houve um debate no seio dos programas sobre como se posicionar frente aos desafios de construir intercâmbios institucionais no âmbito da relação sul-sul, estimulada pelas agências de fomento por meio de editais. A relação sul-sul foi ressaltada na esfera governamental na primeira década deste século, orientando para editais Brasil X África, com programas de vários Ministérios voltados para países da América do Sul. O debate se orientou para entender que é um campo tensionado pela política e parte de estratégias de influência geopolítica. Questões levantadas, tais como: Qual o lugar da ANPUR na cooperação sul-sul? De que maneira se poderia pensar em abordagens, parcerias e pesquisas cooperativas? E para pensar o planejamento internacional? Elas foram retomadas nos encontros nacionais posteriores, como se observa em seus programas de mesas redondas e sessões livres.

Ordenamento institucional: o Novo Estatuto da ANPUR

Essa foi uma das atividades administrativas de maior importância para a continuidade da ANPUR, considerando-se os impasses verificados no seu Estatuto, defasado pelas mudanças ocorridas na legislação nacional que ordena o funcionamento de associações dessa natureza. Para o novo estatuto, foi contratado o serviço de um escritório de advocacia que o adequou aos dispositivos legais pertinentes, sendo o mesmo revisto inúmeras vezes pelo

coletivo de colegas da Associação. Finalmente, discutido, reformulado, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária que se reuniu durante o XIII Encontro da ANPUR, em Florianópolis, em maio de 2009.

Na esteira de acionar mecanismos para ampliar a institucionalidade da ANPUR, foi feita uma modernização do *site* e realizados, durante a gestão, investimentos na área de comunicação. Visava-se criar mais transparência, agilidade e espaço para a divulgação *online* da Revista, das publicações, disponibilizar o acesso aos DVDs e facilitar o trabalho da secretaria. A melhoria do *site* permitiu implementar alguns serviços, tais como comunicação mais rápida com os programas e cobrança das anuidades via Boleto Bancário.

Finalmente, cabe ressaltar que nesses 30 anos da ANPUR houve ampliação, em várias direções, de seu formato, acompanhando o movimento nacional de construção do campo científico. Trouxe também à reflexão novas questões e velhos dilemas, neste caso o de transitar na tênue linha entre a pesquisa e a extensão, esta última em função de demandas crescentes da sociedade ou da área governamental, seja para consultorias, elaboração de documentos, diagnósticos, seja a formulação de planos diretores de ações e intervenções postos à área. Isso tem a ver com a concepção da ANPUR que, desde seus primórdios, sempre procurou fomentar e manter um compromisso político e social visando contribuir, ao fazer ciência, para a produção do conhecimento numa sociedade cidadã, menos desigual e excludente.

Os 30 anos da ANPUR e a trajetória temática dos Encontros Nacionais*

Leila Christina Dias

Geógrafa (1973) e Mestre em Geografia (1980) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Doutora em Geografia pela Université Paris IV – Paris-Sorbonne, França (1991); Professora Associada do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Presidente da ANPUR entre 2009 e 2011.

* Agradeço a Tiago Cargnin Gonçalves pela leitura atenta deste trabalho, e o inestimável auxílio de Mayra Silva de Mattos na tarefa de coletar as informações no sítio da ANPUR e nos volumes impressos dos Anais.

Introdução

Este artigo objetiva apresentar a trajetória dos Encontros Nacionais da ANPUR, identificando mudanças e permanência de seus temas centrais, desde o I Encontro em Nova Friburgo até o XIV Encontro na cidade do Rio de Janeiro. Foi originalmente desenvolvido para atender ao convite da comissão organizadora do XV ENAnpur, realizado no Recife em 2013, a qual concebeu uma mesa redonda de abertura com o propósito de iniciar um campo de reflexão sobre os 30 anos da ANPUR: significado e contribuição para as políticas públicas e urbanas.

O caminho para pensar a trajetória da ANPUR nesses 30 anos nos foi proposto pela comissão organizadora – ***a trajetória vista pelo ângulo dos temas centrais.*** As principais fontes de pesquisa foram os quatorze Anais dos Encontros,[1] as apresentações dos temas centrais redigidas pelas comissões organizadoras e o conjunto de mesas redondas presentes nos Encontros.[2] Na consulta a esse material, moveu-nos o interesse de trazer o sentido de alguns temas centrais, o que eles enunciam e o que eles anunciam, que acabaram por se constituir em marcos referenciais para definir os períodos que utilizamos para agrupar os Encontros Nacionais.

O anúncio de fundação da ANPUR – 1986 a 1989

Os recortes regional e urbano estão presentes nas discussões da Associação desde a sua criação. Com o tema central Mudanças Sociais no Brasil e a contribuição da ciência e tecnologia para o planejamento regional, urbano e habitacional, o I Encontro, realizado em Nova Friburgo, em 1986, foi estruturado em torno de quatro grandes grupos de trabalho: área de planejamento regional, área de planejamento urbano, área de tecnologia da habitação, e balanço quantitativo da produção técnico-científica em planejamento regional, urbano e habitacional (1980-1986). Naquele momento, R. Randolph e E. Limonad apontavam as dificuldades de delimitar a área e de classificar os trabalhos: "O que é regional? Como distinguir as investigações técnico-científicas pertencentes a este campo das de outros, especificamente em oposição à pesquisa urbana?" (1986, p.57).

1 Os Anais estão disponíveis em http://www.anpur.org.br/anais.php.

2 Até o IV Encontro, realizado em 1993 em Belo Horizonte, o formato dos encontros nacionais não incluía mesas redondas, mas sim grupos de trabalho, sessões temáticas e conferências. Por essa razão, nossa análise para o período 1983 a 1991 considerou esse conjunto de atividades. Para a análise do período posterior a 1993, consideramos somente as mesas redondas, conforme proposto pela comissão organizadora do XV ENAnpur.

Um ano depois, o II Encontro Nacional objetivava debater o Planejamento Urbano e Regional na Transição Brasileira. Realizado em Teresópolis, foi organizado em torno de sete sessões temáticas:

- Região, desenvolvimento e planejamento regional
- Impacto de grandes projetos
- Políticas habitacionais
- Serviços urbanos e demandas sociais
- Produção imobiliária e uso do solo urbano
- Migrações internas
- Processo de metropolização

Em Águas de São Pedro (1989), o III Encontro Nacional manteve a agenda de pesquisa dos encontros anteriores, ampliando-a pela introdução de três novos temas: gestão urbana e regional, preservação, renovação e revitalização do espaço urbano e ensino. As transformações pelas quais o país vinha passando na sua organização territorial, nas práticas de planejamento e de gestão e no ensino de pós-graduação em planejamento urbano e regional foram discutidas em oito sessões temáticas, a saber:

- Região, desenvolvimento e planejamento regional e impacto de grandes projetos
- Produção do espaço construído – aspectos fundiários e imobiliários
- Produção do espaço construído – serviços urbanos
- Questões emergentes na pesquisa urbana e regional
- Gestão urbana e regional
- Formas de organização da preservação, renovação e revitalização do espaço urbano
- Distribuição espacial da população
- Grupo de trabalho sobre ensino

Esses três primeiros Encontros anunciam – no sentido de dar a conhecer e comunicar – a fundação da ANPUR, em 1983, resultado da mobilização de um conjunto de professores e pesquisadores de cinco programas universitários, todos na área de Planejamento Urbano e Regional.[3] Noticiam também o reconhecimento de que há um campo de pesquisa na área de planejamento urbano e regional, e também habitacional, e de que era preciso

3 São eles: o antigo PUR, hoje IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) da Universidade Federal do Rio de Janeiro; a FAU USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo); o PROPUR (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; o Programa de Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco e o Programa de Planejamento Urbano da Universidade de Brasília.

avaliar a natureza e a qualidade dessa produção científica, identificando "[...] suas motivações, seus fundamentos conceituais e metodológicos, as condições humanas e materiais para sua realização, os processos de sua divulgação e apropriação social" (ANPUR, 1986, p.3). Os anais do I Encontro de 1986 registram que aproximadamente 110 pesquisadores, de diversas instituições de pesquisa, universitárias e não universitárias, participaram dos quatro grupos de trabalho, debatendo documentos preliminares, elaborados sob encomenda para essa finalidade.[4] Algumas incertezas alimentaram parte desses primeiros debates: a) fundada estritamente por programas da área do planejamento, até que ponto a ANPUR se manteria fechada nesse campo, ou se abriria para outras instituições que trabalhassem na escala dos estudos urbanos e regionais; b) presente sobretudo no eixo São Paulo-Rio-Brasília, como e quando a associação poderia, de fato, estender sua vida acadêmica à escala nacional. Os anos passados mostraram que, progressivamente, programas de pós-graduação e institutos de pesquisa nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Ciência Política, Direito, Geografia, Economia e outras se filiaram à Associação. A descentralização espacial, contudo, foi um processo mais lento: nos anos 1990, a sede da associação sai do eixo São Paulo-Rio-Brasília e se desloca para as Regiões Sul e Nordeste – mas permanece nas instituições fundadoras da associação (PROPUR/UFRGS entre 1993 e 1995, e MDU/UFPE entre 1997 e 1999); em 2003, a mudança da sede para o Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG fortalece a capilarização institucional e acadêmica, estendendo-a para além dos lugares das primeiras gestões.

Crises e mudanças na realidade brasileira: a redefinição das agendas de pesquisa – 1991 a 1999

Novas e velhas legitimidades na reestruturação do território foi o tema central do IV Encontro realizado em Salvador, em 1991. Na apresentação dos anais, M. Santos reconhecia a diversidade das pesquisas apresentadas

4 Documentos debatidos nos grupos de trabalho do I Encontro da ANPUR: Estudos sobre a questão regional – Wilson Cano e Leonardo Guimarães; Elementos para avaliação do estágio atual das pesquisas ligadas ao planejamento urbano – Celso Lamparelli (coordenação) e Eneida M. M. Zanella Aquino (auxiliar de pesquisa); Pesquisa em ciência e tecnologia (área de tecnologia de habitação) – Erminia Maricato (coordenação), Milton Vargas, Jorge Hagine Oseki e Paulo Cesar Xavier Pereira; Balanço quantitativo da produção técnico-científica em planejamento regional, urbano e habitacional (1980-1986) – Rainer Randolph e Ester Limonad. Disponível em http://www.anpur.org.br/anaisAbrir.php?idPublicacao=72&paginaAtual=2. Acesso em 30/06/2014.

nas seis sessões temáticas, quando indagações teóricas e metodológicas, temas empíricos, problemáticas contemporâneas e históricas tratavam dos problemas de análise da realidade quanto os da intervenção, numa conjuntura adversa para a vida acadêmica e a prática do planejamento (SANTOS, 1991). As sessões retomaram temas enunciados nos encontros anteriores, e três conferências deram o norte ao Encontro, expondo a necessidade de repensar o espaço, as regiões, as cidades e o planejamento em tempos de crise.

Sessões temáticas:

- Transformações da gestão urbana e regional
- Reestruturação do território e perspectivas regionais
- Processos de Urbanização e novas redes urbanas
- Dinâmica intraurbana
- Estruturação histórica das cidades
- Temas emergentes

Conferências:

- Savoirs et projets sur la ville et la région: un temps de crise?, C.Topalov
- Crise do conhecimento e novas formas de pensar o espaço, B. Becker
- Por um novo planejamento urbano-regional, M. Santos.

Historicamente, os encontros da ANPUR representam o que tem sido estudado no país no campo da análise urbana e regional e no planejamento. As mesas redondas que orientaram os encontros seguintes exprimem os desafios de uma outra agenda de pesquisa que emergia mediante a produção de maior complexidade das questões urbana e regional no Brasil. Alguns autores se debruçaram sobre os processos de transformação da realidade urbana nos anos 1980 e na primeira metade dos anos 1990: a falência do Sistema Financeiro da Habitação e das formas vigentes de intermediação financeira na produção habitacional desde a década de 1960; as precárias condições de moradia espalhando-se pelas nossas cidades; as novas forças sociais que surgiam na cena política brasileira; a contestação ao sistema de planejamento centralizado e centralizador representado por organismos como o SERFHAU, a CNPU e o CNDU, foram algumas das mudanças identificadas por W. Panizzi (1999). E. Marques mostra como "a transformação da própria realidade social urbana brasileira a estudar", com a paulatina construção de "[...] novos padrões de exclusão social urbana associados às transformações causada pela continuada crise econômica nacional e pela crise fiscal do Estado durante os anos de 1980, assim como por transformações no mundo da produção [...]" redefiniu o debate acadêmico pela inserção dos temas da gestão participativa, da reforma urbana, da ação dos movimentos

sociais e dos governos municipais e estaduais eleitos na década de 1980, além dos novos dispositivos legais introduzidos na Constituição Federal em 1988 (MARQUES, 2000, p. 30). Nessa direção, o V Encontro Nacional sobre as Encruzilhadas das modernidades e planejamento, realizado em Belo Horizonte (1993), dirige sua atenção para a escala urbana, manifesta em dez mesas redondas:

- Descentralização do Estado e participação da sociedade na gestão urbana
- Urbanização, processos migratórios e estruturação intraurbana
- Separatismo no Brasil
- Por uma agenda da pesquisa urbana nos anos 90
- Buscando qualidade e transparência no desempenho público: a experiência de avaliar a política habitacional do município de São Paulo – 1989 – 1992
- Moderno e tradicional: verso e reverso
- Reforma urbana na cidade em crise: encruzilhadas e perspectivas
- Segurança alimentar: novo desafio do planejamento urbano
- Cidades planejadas no Brasil: do plano à realidade
- Política habitacional: possibilidades e constrangimentos

Modernidade, Exclusão e a Espacialidade do Futuro foi o tema central escolhido para o VI Encontro Nacional, realizado em Brasília dois anos mais tarde. Pensamos que, mais do que qualquer outro Encontro, o de Brasília recebeu a marca do lugar onde aconteceu. Em outras palavras, os vetores do movimento de ideias que moviam os debates acadêmicos nos eventos da associação interagiram fortemente com aquilo que preexistia no lugar – Brasilia e a problemática do planejamento, tema de quatro das suas cinco mesas redondas:

- Avaliação do planejamento urbano e regional no Brasil
- HABITAT 96 – (Istanbul)
- Pesquisa em planejamento urbano e regional: perspectivas e integração
- Planejamento: ética, retórica e prática política
- Brasília: planejamento em questão

A preocupação em compreender a realidade e nela intervir permanece central na trajetória da ANPUR, e as concepções dos encontros promovidos na segunda metade dos anos 1990 convergem para o reconhecimento da relativa ausência de um arcabouço teórico-metodológico capaz de instrumentalizar as pesquisas numa conjuntura marcada por mudanças técnicas, inovações institucionais e reorientação de políticas públicas. C.

Vainer chamava a atenção para a "[...] reconfiguração dos marcos globais em que se inscrevem os espaços nacionais, regionais e locais, nas suas múltiplas relações interescalares", e acrescentava: "Tampouco são totalmente claras as consequências dos processos em curso sobre o lugar e o papel que as concepções e práticas de planejamento terão na sua produção de um território e de uma sociedade mais democrática e menos desigual" (1997, p. 15). O VII Encontro Nacional sobre os Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios do planejamento, realizado no Recife (1997), trouxe ao debate em seis mesas redondas as tendências de intervenção dos diversos atores:

- Estado e planejamento na era do mercado globalizado
- Velhos centros, novas centralidades
- Cidade e mercado: alternativas de planejamento
- Reestruturação espacial e tecnológica
- Mercados informais e terra urbana
- A pós-graduação e a política de fomento ao ensino e à pesquisa

Dois anos mais tarde, Norma Lacerda expunha as expectativas que norteariam a organização do VIII Encontro em Porto Alegre: "[...] durante o Encontro deveriam ser apresentadas – além dos avanços no campo teórico, metodológico e instrumental, voltados a contribuir para o processo de conhecimento da nova fase de urbanização e conformação do território brasileiro – propostas alternativas que canalizassem a criatividade, a ciência, a técnica e as expectativas sociais, de forma a proporcionar uma real contribuição no processo de construção da sociedade desejada" (1999, p. 42).[5]

A agenda urbana e regional incorpora definitivamente o debate sobre as escalas espaciais – 2001 a 2011

Nos anos 2000, os encontros da ANPUR anunciam o debate sobre a construção das escalas espaciais. Como são pensadas as escalas de análise e as escalas de ação política? Qual o papel e o significado das escalas de governo, das escalas de ação política, das escalas de gestão participativa (espaços institucionalizados de participação), da escala dos movimentos sociais ou da emergência de novas escalas espaciais? Embora a escala seja um conceito muito importante para a geografia e para outras ciências humanas, há certo consenso de que ela foi largamente utilizada como ideia para impor

5 Apesar dos vários contatos que estabelecemos, não conseguimos ter acesso às informações sobre as mesas redondas organizadas no VIII Encontro Nacional, realizado em Porto Alegre, em 1999.

uma ordem organizacional ao mundo, ligada a uma vertente teórica que pensa os níveis escalares como parte de uma matriz de escala que preexiste para ordenar processos da vida social. Uma outra vertente teórica pressupõe que as escalas são socialmente produzidas mediante processos de luta e de compromisso. Nessa perspectiva, as escalas seriam ativamente criadas por meio da prática dos atores sociais e não representariam, simplesmente, o quadro explicativo para entender o mundo à nossa volta (HEROD, 2009). Nas palavras do geógrafo Neil Smith, "a escala é uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação" (2000, p. 142). O debate sobre a natureza das escalas apareceu em vários encontros seguintes da ANPUR.

Três ideias configuraram o tema do IX Encontro Nacional, realizado em 2001 na cidade do Rio de Janeiro: Ética, planejamento e construção democrática do espaço. A dinâmica espaço-temporal, central às redefinições do planejamento, foi debatida nas diversas mesas redondas – da escala local à escala latino-americana, e a mesa redonda sobre ensino e pesquisa retoma a preocupação presente no projeto original de fundação da ANPUR, tendo continuidade em todos os Encontros que aconteceriam a partir daí:

- Violência nas Cidades: dimensões socioespaciais e sanitárias
- Desenvolvimento Regional e Sistemas Locais de Inovação
- Os eixos continentais de integração e as implicações territoriais da ALCA
- A Pós-graduação e a política de fomento ao ensino e à pesquisa
- Terra urbana na América Latina: desafios éticos e legais
- As políticas urbanas e habitacionais e o Estatuto da Cidade
- Ética e democratização das políticas urbanas
- Em direção ao século XXI – a nova agenda urbana

Encruzilhadas do planejamento: repensando teorias e práticas foi o tema central do X ENANPUR, que retomou a problemática abordada dez anos antes no V Encontro, igualmente realizado em Belo Horizonte e organizado pelos programas mineiros, então filiados à associação: o Cedeplar, o Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e o Programa de Pós-graduação em Geografia. Lugar onde se cruzam caminhos, onde se confrontam ideias, lugar de escolha e onde se tomam decisões, a ideia de encruzilhada enunciou o reconhecimento das mudanças de direção e dos lugares de escolha – balanços da produção científica da ANPUR, instrumentos e estratégias de gestão urbana, novas perspectivas de financiamento das políticas públicas foram temas discutidos nas seis mesas redondas:

- Encruzilhadas do Planejamento: repensando teorias e práticas

• Concepções atuais de gestão urbana: instrumentos e estratégias
• Novas perspectivas para o financiamento de políticas públicas urbanas
• Construindo uma agenda comum de cooperação internacional de ensino e pesquisa em planejamento urbano e regional
• Repensando antigas questões: o regional, o metropolitano e o local
• Centros e periferias: tensões e interfaces

Em sua décima primeira edição, o Encontro da ANPUR retorna a Salvador dois anos mais tarde. Nas palavras da comissão organizadora, a formulação e a implementação da política do território e das cidades no Brasil se defrontavam com três problemáticas que expressavam importantes mudanças em curso. A primeira era a necessidade de operar com questões relativas às macroescalas territoriais e ao debate sobre a integração supranacional (além das escalas locais e regionais); a segunda era a vigência de novo marco institucional e regulatório na escala federal e a simultânea generalização de organismos ou 'arranjos' de planejamento locais, cada vez mais submetidos a concepções de organismos financiadores; e a terceira problemática era "[...] lidar com uma sociedade urbana cada vez mais complexa, múltipla, organizada e ao mesmo tempo crescentemente segregada, ao lado da ressurgência severa e aguda da questão agrária em quadro urbano" (*http://www.anpur.org.br/inicio/images/anais/ena11/TEMAS.swf*). Com o tema central Planejamento, soberania e solidariedade: perspectivas para o território e a cidade, o XI Encontro foi estruturado em torno de oito mesas redondas:

• Planejamento e escalas de soberania
• Produção e vínculo social: que espaços de solidariedade?
• Soberania e financiamento externo da política urbana e regional
• Estado e construção de territórios
• Desejos de territórios: movimentos, conflitos e conquistas
• Reforma universitária
• Benefícios e ônus da urbanização: por uma distribuição mais justa e solidária
• Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (Plenária)

Assim como o de Brasília (1995), o XII ENAnpur (2007) resultou do encontro entre a geografia do lugar e os vetores políticos e acadêmicos que, a cada dois anos, (re)configuram o temário dos encontros nacionais. Belém foi durante a semana do Encontro o *locus* particular de interseção da agenda urbana e regional em debate no país e as realidades das Amazonias brasileira e sul-americana. O tema Integração Sul-americana, Fronteiras, e

Desenvolvimento Urbano e Regional foi problematizado em mesas redondas que traziam ao centro da discussão as mudanças climáticas, os novos instrumentos do planejamento e da política urbana e regional e a necessária formulação de políticas territoriais com base em princípios de democracia, autodeterminação e diversidade:

- O PAC e seus impactos na política de desenvolvimento urbano e regional
- Integração sul-americana, relações transfronteiriças e desenvolvimento urbano e regional
- Planejamento territorial: uma retomada do papel do Estado no desenvolvimento urbano e regional?
- Por uma Política Nacional de Pesquisa em Desenvolvimento Urbano e Regional
- Conflitos e territorialidades na Amazônia
- Mudanças climáticas e o papel da floresta amazônica
- Metrópole, reforma urbana e desenvolvimento nacional
- Violência e cidades brasileiras: o que falar das políticas públicas?
- Os desafios da educação superior no Brasil: novas arquiteturas acadêmicas.

O tema central do XIII Encontro – Planejamento e Gestão do Território - escalas, conflitos e incertezas – enunciava um conjunto de desafios analíticos quanto às diferentes formas de construir teórica e empiricamente os objetos de pesquisa em nosso campo de conhecimento. A questão da escala, central para o discurso político – leigo e acadêmico – havia sido definitivamente incorporada à agenda do debate urbano e regional, e as mesas redondas do encontro realizado em Florianópolis, em 2009, buscaram problematizar os atores multiescalares, os conflitos entre as escalas locais, regionais e transnacionais, que exigiam um olhar que contemplasse as questões multi ou interculturais. Diversas abordagens, ora mais disciplinares, ora inter ou transdisciplinares, buscaram compreender os territórios com base nas relações de poder e dos respectivos conflitos sociais entre as formas de apropriação e dominação tradicional ou histórica do espaço e as formas contra-hegemônicas para alterações no *status quo*. Nessa direção também se incluíram as reflexões sobre novos protagonistas na gestão dos territórios, em relação: aos riscos ambientais, às mudanças climáticas, ao reconhecimento e à demarcação de territórios tradicionais e tantos outros. Por último, mas não menos importantes, foram discutidos os processos e os efeitos da violência urbana e rural, as antinomias entre a busca continuada pela paz e as tentativas de controle por meio da violência

"legítima" do Estado, às vezes geradoras de novas violências no cotidiano dos cidadãos.

- Capitalismo global, i-mobilidade territorial e conflitos de acesso à terra
- O planejamento em questão: conflitos, incertezas e perspectivas
- Espaço público e imagens da cidade
- Mudanças climáticas: implicações nas escalas urbana e regional
- Novas abordagens do desenvolvimento regional: escalas de análise e de ação política
- Construção de políticas públicas e participação de novos atores
- Regularização fundiária e política habitacional
- Dinâmicas e conflitos nas cidades latino-americanas
- Vulnerabilidades, violência e novas estratégias políticas em redes
- Estratégias para a pós-graduação e a pesquisa no campo dos estudos urbanos e regionais

Quem planeja o território? Atores, arenas e estratégias foi o tema central do XIV ENAnpur, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 2011. Nas palavras da comissão organizadora, a proposta geral do encontro partia "[...] do reconhecimento da crescente relevância da esfera mundial na determinação de projetos para o futuro do país" (*http://www.anpur.org.br/site/anais/ena14/apresenta.swf*). Restava, portanto, identificar e compreender os agentes econômicos e os atores políticos que redesenham o território brasileiro, modificando "as arenas em que tem sido definido o acesso a recursos materiais e imateriais essenciais à vida coletiva" (idem). Nesse sentido, as treze mesas redondas anunciam leituras possíveis de problemas contemporâneos, em diferentes escalas de ação, valorizando singularidades da sociedade brasileira.

- Quem planeja o território? Democracia e necessidades coletivas na América Latina
- Ordem / desordem: violência e políticas de segurança na cidade
- Redes e territórios: global e local
- Desencontros entre reivindicações sociais, programas de governo e intervenções urbanas
- Leituras e releituras da História da Cidade
- Metrópole hoje: fragmentação / integração
- Entre o legal e o ilegal: direito e cidade
- Estratégias do capital e do trabalho: mobilidade e fronteiras
- Dimensões da experiência: espaço público, alteridade e lugar
- Transformações do capitalismo: técnica e movimentos sociais
- Produção do espaço urbano: internacionalização e financeirização

- Dimensões da política: o social / o ambiental
- Dez anos do estatuto da cidade

Considerações Finais

Ao final dessa primeira tentativa de lançar alguma luz sobre a trajetória dos temas centrais e das mesas redondas ao longo desses trinta anos, convém salientar que este trabalho apresenta lacunas porque o leque de questões presentes nos Encontros é muito maior do que foi possível apreender. Buscamos compreender o processo, mas sabemos que não conseguimos apreendê-lo em toda a sua complexidade, porque não captamos o acidental ou o evento inesperado – das experiências individuais às estruturas sociais – que também determinam as escolhas e as decisões.

Desde a sua gênese, a ANPUR permanece atenta ao seu papel como campo de reflexão e de ação política diante dos permanentes processos de transformação da sociedade brasileira, e a consulta a esse material mostrou que, talvez mais adequado do que imaginar que aquela mesa redonda no XV ENAnpur abriria um campo de reflexão, fosse reconhecer que ela daria continuidade a um debate muito antigo, que já estaria presente no momento de fundação da associação, e que se atualiza a cada edição do Encontro Nacional.

Reconhecemos a introdução de novos temas, a retomada de outros e os desafios analíticos – teóricos e metodológicos – postos a cada momento. Pensamos que o que de melhor os encontros da ANPUR produziram foi o pensamento crítico sobre a realidade brasileira, em suas múltiplas facetas e dimensões. E aí está – parece-nos – sua maior contribuição para as políticas públicas e urbanas no país. São trinta anos de ANPUR – uma geração. Quando voltamos o olhar para essas três décadas, o que enxergamos é um permanente exercício de compreensão, tão bem sintetizado por Antonio Abranches: "A compreensão é um dom do pensamento que, por assim dizer, libera e prepara o juízo político" (2002, p.13).

Referências

ABRANCHES, A. Introdução. In: ARENDT, H. *A dignidade da política.* Ensaios e conferências. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 7-14.

ANPUR. *Anais do I Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro: Anpur, 1986. 112 p.

HEROD, A. Scale: the local and the global. In: CLIFFORD, N. J. et al. (Org.). *Key concepts in Geography*. 2. ed. Londres: SAGE Publications, 2009.

LACERDA, N. Olhando o passado, enfrentando o presente e construindo o futuro, 1997-1999. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais,* n. 1, p. 38-44, maio 1999.

MARQUES, E. C. *Estado e redes sociais*. Rio de Janeiro, São Paulo: Revan/FAPESP, 2000. 350 p.

PANIZZI, W. M. ANPUR: a consolidação de uma proposta, 1993-1995. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, p. 24-30, maio 1999.

RANDOLPH, R.; LIMONAD, E. Balanço quantitativo da produção técnico-científica em planejamento regional, urbano e habitacional (1980/1986). In: ANPUR. *Anais do I Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro: Anpur,1986. p. 49-65.

SANTOS, M. Apresentação. In: ANPUR. *Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR*. Salvador: ANPUR, 1991. 671 p.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 132-159.

VAINER, C. B. Apresentação. In: ANPUR. *Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR*. Recife: Anpur, 1993. 2189 p.

O Ensino do Planejamento Urbano e Regional: propostas à ANPUR*

Ana Clara Torres Ribeiro

Socióloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1967); Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (1977); Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1988); Professora Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ); Presidente da ANPUR entre maio e dezembro de 2011. Falecida em dezembro de 2011.

* Este trabalho é uma versão revisada do artigo publicado originalmente na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), v. 4, n. 1/2, p. 63-72, de maio/novembro de 2002.

> "A antropologia sempre teve um sentido bem aguçado de que aquilo que se vê depende do lugar em que é visto, e das outras coisas que foram vistas ao mesmo tempo" (GERTZ, 2000).

Rápidas palavras iniciais

As propostas para o ensino, aqui brevemente apresentadas, buscam refletir o contexto, mais amplo, em que hoje são desenvolvidas práticas didáticas na área do planejamento urbano e regional. Há, certamente, excesso de propostas, mas o diálogo ajudará a selecionar as que são, de fato, coerentes, pertinentes e/ou exequíveis. Além disso, como os fatos citados na reflexão do contexto expressam uma única e desafiadora ambiência universitária, o leque de propostas poderá ser reduzido pelo compartilhamento de experiências e pelo enfrentamento conjunto dos desafios conjunturais que atingem a área. Aliás, o ensino – mais do que a pesquisa, a extensão e a produção científica – constitui a verdadeira tarefa coletiva do trabalho universitário e, por essa razão, a mais dependente do diálogo e da mútua compreensão.

Além disso, a seleção de propostas dependerá das trajetórias individuais reunidas nas instituições e dos diferentes caminhos percorridos por cada programa de pós-graduação nos processos de construção do planejamento urbano e regional como área exigente de formação acadêmica e investimentos científicos. Sem dúvida, essa área, relativamente jovem, encontra-se configurada como um campo de estudos em permanente transformação, seja pela agregação de novas disciplinas e temáticas, seja por ajustes teórico-conceituais e metodológicos trazidos pela expansão de suas fronteiras, o que desafia fortemente o ensino.

Em síntese, essa é uma área particularmente sensível a mudanças no teor dos projetos sociais. Basta citar, nessa direção, a recente inclusão, em seu cerne, da questão ambiental e daquelas questões que têm origem na atual centralidade das políticas culturais em seus vínculos com velozes alterações na base técnica da vida coletiva. Num contexto de aceleração da mudança nas relações sociais e técnicas, principalmente nos países periféricos (SANTOS, 1993), constitui um forte desafio preservar a coerência analítica da área, o que torna especialmente relevantes, e também estratégicas, as decisões relativas aos conteúdos obrigatórios na formação de novas gerações de especialistas.

Desafios da atualização

A área do planejamento urbano e regional encontra-se submetida a pressões que atingem a evolução orgânica do ensino, como exemplifica a rápida difusão de novas orientações teóricas e de método, mesmo quando são tratados temas tradicionalmente incluídos em sua dinâmica. Mas o grande exemplo de pressão relaciona-se a mudanças na administração pública e em papeis assumidos pelo Estado. Para a área, esta última frente de processos possui especial relevância, na medida em que a ação do Estado se encontra na sua origem, constituindo, portanto, um tema irrecusável de reflexão. E mais, as atuais mudanças na ação planejadora (e planejada) ultrapassam a preocupação com o Estado, ao atingirem os debates contemporâneos em torno do tecido social, como demonstra a valorização do cotidiano e do lugar, das articulações entre escalas na realização da economia, do conceito de espaço, dos sentidos da política e da democracia.

Dessa maneira, a atualização da área, realizada no ritmo das mudanças conjunturais, impõe tanto a identificação de rearranjos nas relações econômicas e sociais de teor efetivamente estrutural quanto o mapeamento dos valores hoje difundidos pela produção científica associável à área. Trata-se, concretamente, de um movimento de atualização marcado pela simultaneidade entre a vivência da mudança e a obrigação de sua análise, mediante o encontro de orientações conceituais que reconheçam tanto o esgotamento de teorias, na nova fase do capitalismo, como o esmaecimento de projetos políticos que, até recentemente, orientavam a reflexão crítica das relações sociedade–espaço (DEAK, 2001).

A exigência de contínua atualização, decorrente da sua origem na ação planejadora do Estado, impõe que a área articule novas orientações teórico-conceituais a antigos acervos, o que garante sua coesão interna, evitará mimetismos e desvendará instrumentos úteis à intervenção no presente. Nesse movimento de atualização, a área é portadora de responsabilidades com a valorização da historicidade e da territorialidade e, dessa forma, da singularidade da experiência social. Também é caracterizada por responsabilidades no que concerne à ampliação da capacidade propositiva dos diferentes sujeitos sociais envolvidos em reivindicações e decisões relativas à (re)organização do espaço.

É no atual período histórico que adquire visibilidade a problemática do espaço, ao alargar exigências relativas ao posicionamento da área em relação a problemáticas originadas em diferentes campos disciplinares e esferas da

vida social. Nesse contexto, a área experimenta o difícil equilíbrio exigido pela tomada de posição qualificada diante de questões relevantes para o presente e o futuro e da defesa do tempo de reflexão, que é indispensável à pesquisa básica e à formação de novos profissionais. De fato, tende a ser cada vez mais reduzido o tempo dedicado à formação, incluindo o do próprio professor, dadas a velocidade adquirida pela difusão de novas ideias (e ideários) e as atuais condições do trabalho universitário. Assim, corre-se o risco de que prevaleçam as regras do pensamento operacional e pragmático, o que atinge, sobretudo, o ensino, cujos frutos são esperados para além do presente imediato. A aceitação acrítica da aceleração permite que a renovação analítica envolva, num mesmo ritmo, professor e aluno, impossibilitando que, para o último, seja oferecido o acúmulo reflexivo indispensável a um longo (e, em grande parte, imprevisível) período de exercício profissional.

É indubitável que o ensino em planejamento urbano e regional não pode distanciar-se da "presentificação", quando relacionada a ideários políticos e, sobretudo, à urgente análise de processos que reorganizam a economia e o território, marginalizando amplos contingentes de brasileiros. Essa é, sem dúvida, a marca de fundo de sua particular presença na problemática do espaço – a conjugação obrigatória de teoria e modelo, de análise e projeto, de pesquisa e intervenção (TOPALOV, 1997). Porém, é preciso garantir às práticas didáticas o tratamento da complexidade, necessário à valorização das singularidades de cada lugar, já que dessa valorização depende a concepção de intervenções socialmente consequentes no território e no tecido social. Cabe acrescentar que a compreensão da complexidade é, também, uma exigência do rigor científico, associado a descobertas relevantes de largo alcance (MORIN, 1996).

Desafios da pedagogia

A força da presentificação, observada no alargamento das redes de intercâmbio acadêmico e na expansão das fronteiras da área, envolve alterações em escalas analíticas e no universo (e volume) dos fatos analisados (SANTOS, 1993). Essas alterações significam novas expectativas dirigidas, especificamente, ao ensino do planejamento urbano e regional. Porém, a verificação da qualidade do ensino oferecido tem sido concebida, em geral, por meio de critérios orientados pela pesquisa, pela produção científica e pela extensão e, menos, pelos rumos tomados pela pedagogia. É nessa ambiência que o ensino é tratado, frequentemente, como prática

sem obrigações e metas próprias, sendo refletido com base em parâmetros inspirados nas demais frentes do trabalho universitário: quantos alunos participam de grupos de pesquisa, quantos estiveram em congressos, quantos se encontram envolvidos em atividades de extensão, etc. Sem dúvida, esses parâmetros são importantes, mas não permitem apreender a sala de aula.

Para a observação desse espaço único, seriam necessários outros parâmetros, tais como aqueles relacionados à consistência da grade curricular, da estrutura das disciplinas, da concepção da avaliação de aprendizado, da renovação bibliográfica, além de contatos diretos com o corpo discente. A carência de uma reflexão consistente sobre o ensino é portadora de riscos pela sua rápida redução a formas, mais ou menos sofisticadas, de treinamento, especialmente em áreas inter e transdisciplinares, como é o caso do planejamento urbano e regional. O próprio compromisso da área com a consideração simultânea de teorias e modelos, com os vínculos entre análise e concepção de projetos; e, ainda, com o desvendamento de elos entre pesquisa e intervenção cria a ilusão de que o ensino pode ser realizado, de maneira privilegiada, com base em seus resultados ("produtos").

Na ausência de formas adequadas de valorização do ensino, pode-se perder a compreensão de que grande parte dos resultados alcançados na área depende da transmissão consistente dos fundamentos disciplinares que sustentaram a afirmação do planejamento urbano e regional no ensino da pós-graduação. É sintomático desse percurso de risco, que não é exclusivo da área aqui considerada, o fato de que, nas leituras predominantes do trabalho universitário, ocorra a secundarização da questão pedagógica, apesar dos desafios envolvidos na transmissão do conhecimento num período em que acontece a ampliação das articulações institucionais com diferentes níveis de governo, entidades da sociedade civil e grupos sociais. Novos profissionais procuram formação na área, estimulados por essas frentes de atuação, no mesmo momento em que a área é intensamente atualizada, por meio da absorção de matrizes teóricas inovadoras, da análise comparativa e da participação em debates de elevado interesse para o futuro da sociedade brasileira, sem contar os chamamentos que decorrem da gradual configuração da sociedade civil no mundo (Eco 92; Habitat II; Rio+10).

Nessas circunstâncias, as práticas de ensino adquirem, por vezes, a fisionomia de uma (oculta) tarefa de Sísifo, por incluírem obrigações

de costurar, lógica e didaticamente, o que está sendo – sob a égide da incerteza – esgarçado, transformado ou, apenas, aparentemente superado. O movimento de recuperação → atualização → superação de orientações teóricas e problemáticas, atualmente mais veloz, impõe o desvendamento de soluções pedagógicas coerentes, que garantam a consideração das exigências, que também são de método, do trabalho científico. O desvendamento sistemático de soluções pedagógicas é especialmente mais urgente e indispensável pelo fato de o ensino envolver a preparação de profissionais, por vezes já comprometidos com práticas docentes nos níveis mais elevados da carreira universitária.

Tal preparação, com seu corolário de formas de acompanhamento e avaliação, impede o recurso, tão frequente nas novas universidades particulares, a práticas de difusão do conhecimento que se limitam ao espírito da especialização e/ou da qualificação profissional. Evidentemente, essas práticas precisam ser, até um certo ponto, implementadas por todas as instituições de ensino, mas estão longe de servir de abrigo ou celeiro de ideias para a reflexão sobre a totalidade dos dilemas pedagógicos enfrentados. Dentre esses dilemas estão aqueles que significam a resistência à redução de teorias a modelos, de conceitos a fórmulas fáceis, que mais se aproximam de ideologias do que de instrumentos para a reflexão e a implementação do planejamento territorial em qualquer escala.

Por fim, convém recordar que o ensino tem sido crescentemente considerado apenas como uma fonte geradora de recursos financeiros, o que colabora para ampliar o número das instituições dedicadas à sua oferta e a fazer recuar, ainda mais, o indispensável enfrentamento da questão pedagógica. O estímulo ao ensino profissionalizante por órgãos da administração federal, cujos méritos não cabe aqui analisar (SILVA, 2002), significa um particular desafio para a área do planejamento urbano e regional. Ao mesmo tempo que é indispensável a formação de quadros, para prever o desempenho de diferentes funções na administração pública e em segmentos da sociedade civil, é necessário manter a coesão acadêmica e os propósitos científicos que têm permitido alimentar o ensino.

Desafios da interdisciplinariedade

Na história acadêmica da área, existem acúmulos reflexivos decorrentes da efetiva vivência do diálogo entre disciplinas. Esses acúmulos não podem ser avaliados de forma satisfatória somente por meio de pautas

temáticas, como tantas vezes se ensaia realizar em eventos científicos ou no intercâmbio institucional. Trata-se, aqui, da tendência ao predomínio dos temas sobre as questões (ou problemáticas), o que, ao significar a aceitação implícita do pensamento pragmático, impede a consideração ampla e livre do ensino. A organização apenas temática da produção do conhecimento restringe o intercâmbio acadêmico e cria a imagem de que a formação acontece pelo acompanhamento arguto de mudanças superficiais nas ações do Estado, na atuação das firmas ou em formas de organização social. A difusão dessa imagem dificulta a correta transmissão da ideia nuclear de que o conhecimento em áreas inter e transdisciplinares exige uma reflexão que envolva o trato cuidadoso de visões de mundo e, ainda, a observação de mudanças culturais que reposicionam a ciência nas expectativas da sociedade.

A carência de reflexão coletiva dessas mudanças cria obstáculos à compreensão das expectativas daqueles que procuram a pós-graduação na área, ao reter a transmissão intergeracional do conhecimento. Na procura de formação na área, coexistem anseios de presença ativa em novos contextos socioespaciais e ambientes institucionais e, ainda, a esperança de que a continuação dos estudos abra caminhos para a afirmação profissional, num período em que a ameaça do desemprego também atinge os que completaram o terceiro grau e, até mesmo, alguns níveis da pós-graduação. Existem, assim, novas percepções de necessidades e novos projetos que não podem ser ignorados pelo ensino.

Também mudanças em expectativas de formação refazem, agora, critérios utilizados na valorização da técnica e de cada uma das disciplinas que, reunidas, constroem a área do planejamento urbano e regional. Em relação à técnica, é indispensável reconhecer que a formação na área exige o domínio de linguagens e equipamentos associados ao conhecimento do território, do ambiente construído, da ação do Estado e da sociedade. Entretanto, constitui uma obrigação do ensino não apenas subordinar a técnica ao rigor exigido do processo de produção de conhecimento, colaborando para desmitificar a própria técnica, como, também, desvendar as potencialidades didáticas das tecnologias de informação e comunicação (EGLER, 1998; RANDOLPH, 1998).

Atualmente, antigas profissões perdem a sua costumeira posição no mercado de trabalho e como garantia de prestígio social, enquanto outras surgem sem que a sua absorção pelo ambiente universitário seja, em geral, objeto de reflexão sistemática. Na intensificação desse processo, interferem a

crescente mercantilização do ensino, a reorganização da economia, as novas formas de concepção e implementação das políticas sociais e mudanças no aparelho de governo. Tanto a perda de prestígio de algumas profissões como a criação de novas especialidades colaboram para a abertura do leque de expectativas que orienta a busca pela pós-graduação. Dessa forma, anseios de formação com origens extremamente diversas terminam por encontrar seu abrigo mais propício nesse nível de ensino, modificando demandas absorvidas na sala de aula e conteúdos acadêmicos da relação orientador–orientando.

Curioso estudo seria aquele que se dedicasse a acompanhar as alterações de carreira realizadas ao longo da formação dos que procuram a pós-graduação, especialmente o doutorado, na área do planejamento urbano e regional. Quantos novos tipos de profissionais surgiriam desse estudo? Quantos híbridos disciplinares apareceriam em seus resultados? Um estudo desse teor indicaria, provavelmente, a extrema riqueza da formação oferecida pela área. Porém, talvez indicasse, também, que a área tem recebido fortes impulsos em direção ao que pode ser denominado de *personalização do ensino*, o que significa ameaças de fragmentação institucional e de excessiva sobrecarga nas tarefas de orientação de dissertações e teses.

Desafios da formação

Um estudo como o acima proposto poderia explicitar, ainda, os limites da interdisciplinariedade realmente sustentável na área (e por cada instituição), ao se considerarem os acúmulos de conhecimento já existentes, a experiência de ensino na pós-graduação e as exigências relativas à formação teórica e ao domínio de linguagens, métodos, técnicas e informações. De fato, se o trabalho interdisciplinar pode ser estimulante, e em geral o é, isso não significa que possa ser construído, de forma privilegiada, no âmbito individual ou, isoladamente, nos laboratórios. Acredita-se, ao contrário, que o pleno reconhecimento da natureza dos desafios do trabalho inter e transdisciplinar signifique um estímulo para que os cursos, reunidos pela área, busquem a mais ampla interlocução com outros departamentos e instituições, tais como aqueles dedicados à filosofia, às artes, ao direito e ao conhecimento geo-histórico.

Ao contrário da personalização do trabalho interdisciplinar, o avanço nas relações entre as disciplinas será, sempre, uma tarefa coletiva, que exige a escolha de objetos e de questões que estimulem as trocas acadêmicas e o encontro de conceitos. São as questões, aliás, que comprovam que a inter e a

transdisciplinariedade podem resultar, efetivamente, em ganhos teóricos e no desvendamento de fenômenos e processos relevantes. Mais uma vez, trata-se de resistir, nas tarefas de ensino, à fratura temática, ao pragmatismo e à afirmação do pensamento operacional que, apenas na aparência, oferecem respostas consistentes às exigências do trabalho socialmente relevante.

É nessa direção que o ensino do planejamento urbano e regional constitui uma questão plena: científica e pedagógica. Acrescente-se, porém, que, com extrema frequência, a problemática do ensino desaparece na reflexão da pós-graduação, pela predominância de discursos que a naturalizam. Esse fato talvez possa ser explicado pela certeza não dita de que, por se tratar de "adultos formados", são menores as exigências pedagógicas desse nível de ensino ou, ainda, que o teor da relação orientador–orientando sintetiza, ao fim e ao cabo, tudo o que de fato importa.

Desaparece, nessa perspectiva, a valorização do esforço institucional envolvido na formação de novos profissionais, o que facilita a penetração do produtivismo e do individualismo na avaliação de desempenho. Essa tendência fragiliza as áreas inter e transdisciplinares diante das imposições dos gestores da educação de que seja acelerado o ritmo da pós-graduação, em sintonia com aquele alcançado pelas ciências ditas exatas. O que já foi perdido, com essa imposição, nos conteúdos da formação de novos profissionais? Esse seria, sem dúvida, outro interessante (e estimulante) tema de pesquisa. No detalhamento desse tema, seria relevante considerar as consequências da perda em conteúdos da formação, no que concerne à presença de profissionais formados pela área no mercado de trabalho e em funções relevantes para o País.

Por outro lado, o compromisso simultâneo com ensino, pesquisa e extensão – que representa uma bandeira de luta daqueles que defendem uma Universidade de qualidade – mereceria ser refletido em direção aos conteúdos das disciplinas oferecidas na área, sobre- tudo no que diz respeito a técnicas de pesquisa e intervenção. A aplicação potencial do conhecimento não pode (nem deve) ser confundida com o antes criticado pragmatismo ou com a aceitação da hegemonia do pensamento operacional. Ao contrário, a aplicação do conhecimento distingue, positivamente, a área do planejamento urbano e regional; orientando, também, o diálogo entre as disciplinas (BERNARDES et al., 2000). Também a relevância atribuída à aplicação do conhecimento justifica a preocupação com as formações reunidas na pós-graduação, já que o teor prático de formações pretéritas precisa ser incorporado aos níveis superiores de ensino.

Desafios dos fundamentos da área

As exigências que atingem a área são também relativas à transformação dos veios teóricos e políticos da sua fundação. A ação do Estado capitalista tem sido fortemente modificada, como o exemplificam a substituição de funções e a descentralização de responsabilidades administrativas, em consonância com a reorganização da economia e a alteração de formas de exercício do poder. Essas transformações correspondem a confrontos entre ideários para a democracia e a cidadania, os quais incluem mudanças em leis e normas e o redesenho de alianças entre agentes econômicos e atores sociais e políticos (RIBEIRO, 1998; RIO; PEIXOTO, 2001).

Também os avanços alcançados na teoria do espaço exigem, hoje, a sua atenta consideração em leituras da totalidade social (SANTOS, 1996) e na análise da nova base técnica da vida coletiva: desde a afirmação das condições gerais da denominada sociedade de fluxos até o envolvimento da cultura na promoção de lugares, ou na conformação de redes de movimentos sociais e empresariais. Por outro lado, a reflexão atualizada do espaço não pode ser alcançada, em plenitude, sem a reflexão sobre matrizes teóricas, relacionadas com a análise do capitalismo, e a interpretações da história técnica dos lugares.

Na face da sociedade, o violento processo de exclusão e o esgarçamento da sociabilidade exigem práticas didáticas que favoreçam o real compromisso do Estado com o enfrentamento da questão social. Trata-se da necessidade de que sejam concebidas (e difundidas) formas generosas e integradoras de organização do território e de gestão dos recursos. Ainda afloraram, nas últimas décadas, formatos organizativos e atores sociais que possibilitam interlocuções inovadoras na área do planejamento urbano e regional, como demonstram os grandes temas das reformas agrária e urbana e da justiça ambiental (ACSELRAD, 1999).

Desafios institucionais

A ausência de projetos abrangentes para a modernização do território, decorrente da posição ocupada pelo País no cenário mundial, impõe um intenso esforço de reflexão sobre os novos tipos de ação planejada, como exemplificam a influência das agências multilaterais de desenvolvimento (BARROS, 2001) e a atuação de grandes empresas na definição da ação regionalizadora do Estado. Os estudos realizados pela área também não podem desconhecer o fato de que o monitoramento e o controle da vida cotidiana, demonstrativos

da hegemonia do pensamento operacional, alteram os conteúdos culturais do tecido social e refazem vínculos entre universidade, sociedade e planejamento.

Entretanto, a acomodação superficial às mudanças na ação planejada (e planejadora) dificilmente poderá conduzir o ensino em instituições universitárias que são depositárias de grandes acervos reflexivos e/ou de responsabilidades com a análise histórica e a valorização das singularidades dos lugares. Tal acomodação destruiria a presença da área na definição de ações de médio e longo prazos, justamente aquelas que correspondem às possibilidades de alargamento da democracia e de redução da desigualdade. Porém, as instituições universitárias têm sido atingidas por exigências imediatas, sem que seja possível, geralmente, refletir sobre a melhor resposta a pressões heterogêneas e, muitas vezes, contraditórias. Da disputa por financiamento ao aumento da produtividade, as instituições hoje vivenciam experiências que podem levar à dissolução de coletivos e ao consequente aumento da competitividade interna.

Essas experiências estão relacionadas com tendências à fragmentação institucional, já que o amoldamento ao presente se realiza de forma muito desigual a partir de iniciativas individuais. Como distinguir autonomia e liberdade, que são indispensáveis à qualidade do ensino e da produção científica, de individualismo e competitividade? Essa é, sem dúvida, uma tarefa dolorosa e espinhosa, porém, realmente indispensável. Da mesma forma que a interdisciplinariedade não pode ser assumida apenas no plano individual. Também a negociação de demandas contraditórias não pode ser enfrentada, somente, ao sabor da percepção do professor/pesquisador, como parecem sugerir alguns dos instrumentos de avaliação do ensino. Ao contrário, tal negociação, para ser bem sucedida, depende de financiamentos que garantam as instituições em sua totalidade e de seguras (e compartilhadas) formas de intercâmbio acadêmico.

A atualização do ensino numa área instável como a do planejamento urbano e regional é necessariamente uma tarefa de todos os envolvidos, de árdua definição pela sobre- carga de trabalho e pela contínua alteração dos formatos adotados na avaliação do desempenho individual e institucional. Além disso, o ensino, por seu ritmo singular e exigências próprias, sofre a competição de outros desempenhos esperados do professor/pesquisador, desde os relacionados com a produção científica até aqueles que incluem a presença eficaz em tarefas administrativas. Em que lugar, na atual hierarquia de valores, se encontra posicionado, hoje, o antigo (e talvez considerado antiquado) “bom professor”?

Propostas à Anpur

A consideração dos desafios apresentados permite a formulação de um conjunto de propostas à Anpur, cuja implementação dependerá, é claro, da sua sintonia com o pro- grama de trabalho da Diretoria e, também, do interesse que eventualmente despertem nos programas de pós-graduação. Algumas dessas propostas incluem iniciativas cujos resulta- dos podem vir a ser considerados relevantes para a publicação no Boletim da Associação ou na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.

Propostas a serem implementadas pela direção da Anpur

- Criação da cátedra Milton Santos, dedicada ao estímulo de práticas de ensino que democratizem o conhecimento do espaço;
- Instauração de uma comissão permanente de ensino junto à Diretoria;
- Lançamento de desafio à área para que explicite os conceitos de espaço, Estado e sociedade que orientam o ensino;
- Mapeamento, com as instituições filiadas, do processo de renovação/ superação de matrizes teóricas;
- Definição da posição da Anpur perante os cursos profissionalizantes estimulados pela CAPES;
- Formulação de demanda à CAPES para que sejam ampliados os critérios qualitativos utilizados na avaliação dos cursos;
- Avaliação da possibilidade de estabelecer, em Brasília, com o apoio dos colegas da UnB, uma forma permanente de acompanhamento da política de ensino do governo federal;
- Realização de estudo das grades curriculares que organizam o ensino oferecido na área, mediante os relatórios CAPES;
- Realização de levantamento da formação acadêmica do corpo discente, nos diferentes níveis do ensino oferecido pela área;
- Realização de evento, com outras associações científicas, dedicado ao debate dos desafios do ensino em áreas inter e transdisciplinares;
- Realização de oficina, com a presença de representantes de outras associações científicas, para um exame da política de aceleração da formação implementada pelo governo federal, expressa no estímulo da passagem direta entre os níveis de ensino e na redução do tempo de realização do mestrado e do doutorado;
- Organização de publicação com depoimentos do corpo docente das instituições filiadas, sobre os desafios do ensino e as práticas de orientação

de dissertações e teses;

• Apoio ao intercâmbio de docentes entre instituições filiadas;

• Estímulo à acolhida de estudantes, pelas instituições filiadas, tendo em vista a elaboração de dissertações e teses.

Propostas a serem implementadas por instituições filiadas, com o apoio da direção da Anpur

• Organização de evento voltado para a reflexão do perfil do profissional formado pela área;

• Organização de evento dedicado aos desafios didáticos da área, incluindo a extensão e o uso de recursos técnicos;

• Realização de oficina dedicada ao exame dos efetivos frutos da pesquisa para as práticas didáticas;

• Organização de publicação voltada para o ensino da pesquisa e a análise da intervenção, incorporando técnicas quantitativas e qualitativas;

• Organização de seminário sobre a crise paradigmática nas ciências sociais, em seus vínculos com a área do planejamento urbano e regional;

• Organização de oficina dedicada à reflexão das consequências, para o ensino, da reforma do Estado;

• Organização de publicação dedicada aos impactos no ensino da mudança escalar da ação social e da afirmação de novos atores sociais e políticos;

• Organização de publicação que explore as exigências da formação associadas à transnacionalização do território e à nova mobilidade espacial da população;

• Realização de estudo, com base nos Anais dos Encontros da Anpur, dedicado à identificação das principais referências teóricas da área;

• Realização de oficina dedicada à avaliação de oferta conjunta, por diferentes instituições filiadas, de cursos *online*.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, p. 79-90, maio 1999.

BARROS, F. (Org.). *As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil* (2000-2003). Brasília: Rede Brasil, 2001.

BERNARDES, A. et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: AGB. A*nais do XII Encontro Nacional de Geógrafos*. Florianópolis: AGB, 2000.

DEAK, C. Globalização ou crise global? In: ANPUR. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

EGLER, T. T. C. Ciberespaço: novas formas de interação social. *Sociedade e Estado*, v. XIII, n.1, 1998.

GEERTZ, C. *O saber local*: novos ensaios em antropologia interpretativa. Trad. Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

RANDOLPH, R. Planejamento urbano e regional, análise territorial e sistemas de informações geográficas. In: NAJAR, A. L.; MARQUES, E. C. (Org.). *Saúde e espaço*: estudos metodológicos e técnicas de análise. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1998.

RIBEIRO, A. C. T. Universos em afastamento: planejamento, escalas da economia e sociedade. *Cadernos Ippur,* ano XI, n.1 e 2, 1997.

_____. Relações sociedade–Estado: elementos do paradigma administrativo. *Cadernos Ippur*, ano XII, n.2, 1998.

RIO, G. A. P. do; PEIXOTO, M. N. de O. Superfícies de regulação e conflitos de atribuições na gestão de recursos hídricos. In: ANPUR. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*

SANTOS, M. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: _____.; SOUZA, M. A. de; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (Org.). *O novo mapa do mundo*: fim de século e globalização. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

_____. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, C. A. da. *Qualificação profissional na construção do Brasil urbano moderno*: secularização e sociedade, modernização e espaço. Rio de Janeiro, 2002. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TOPALOV, C. Do planejamento à ecologia: nascimento de um novo paradigma da ação sobre a cidade e o habitat? *Cadernos Ippur*, ano XI, n.1 e 2, 1997.

Lá se vão trinta anos...

Ester Limonad

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1977); Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1984); Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1996); Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF); Presidente da ANPUR entre 2011 e 2013.

Já lá se vão mais de trinta anos desde que Ana Clara Torres Ribeiro (1944-2011) e eu nos conhecemos e ficamos amigas. Assim, aproveito este momento para, antes de falar da ANPUR, falar um pouco de Ana Clara Torres Ribeiro, uma das lutadoras por sua consolidação,[1] para depois tratar das propostas e das realizações dessa gestão (2011-2013) que se iniciou sob sua presidência. Faço isso movida por dois motivos: primeiro, por que não estaria aqui a fazer este relato se não fosse por insistência dela para que eu assumisse a secretaria executiva da ANPUR em sua gestão e, segundo, pelo fato de que, após o seu falecimento, em 9 de dezembro de 2011, não houve oportunidade para esta diretoria registrar uma homenagem à sua memória.

Falar de Ana Clara Torres Ribeiro é uma tarefa árdua e dolorosa devido ao nosso passado comum. Linhas e caminhos cruzados no planejamento urbano e regional, nas ciências sociais e na geografia. Linhas que se esbarraram no IPPUR-UFRJ,[2] então apenas programa de pós-graduação em planejamento urbano e regional, onde nos conhecemos, ficamos amigas e identificamos trajetórias, vivências e enfrentamentos similares, em campos de conhecimento alheios, que não os nossos. Não há palavras para expressar a falta que ela faz.

Fazer uma homenagem é sempre difícil, ainda mais em se tratando de uma pessoa com uma enorme riqueza intelectual, complexidade e força de caráter, como o foi Ana Clara Torres Ribeiro. Uma baixinha que ganhava ares de gigante quando se expressava e se colocava em público; que cativava os corações e as mentes dos que a conheciam e daqueles que tampouco a conheciam; que se apresentava simplesmente como socióloga e como professora do IPPUR-UFRJ, pois, como sempre dizia, essas coisas do lattes[3] são demasiado pomposas. Quem é, quem foi essa mulher? Que falava com tanta leveza de coisas tão pesadas, que falava com tanta clareza de coisas tão complicadas, tão complexas?

Ana Clara Torres Ribeiro foi uma pessoa de posições explícitas, que se posicionava abertamente contra despotismos e intransigências, que sempre buscou defender a liberdade de expressão, a ação social e o enfrentamento das forças hegemônicas dominantes. Sua trajetória pessoal e acadêmica

1 Na ANPUR foi membro da Diretoria nas gestões de Milton Santos (1991-1993), de Heloisa Soares de Moura Costa (2003-2005) e de Leila Christina Duarte Dias (2009-2011), e Presidente Nacional de 27 de maio de 2011 a 9 de dezembro de 2011.

2 Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

3 Banco digital de curricula de pesquisadores do CNPq, disponível em <http://lattes.cnpq.br>

foi marcada por uma batalha incessante contra diferentes formas de autoritarismo, inclusive aquelas que se imiscuem de forma sutil em nosso cotidiano, em que alguns se assumem como vigilantes dos outros. Combateu o pensamento único, as visões particularizantes, totalizantes e generalizantes. Procurou sempre ler de forma crítica e ágil táticas e estratégias no cotidiano, em busca de respostas e de possibilidades de ação social.

Ana Clara Torres Ribeiro deixou uma extensa obra esparsa, reunida e publicada em uma coleção,[4] uma obra que se insere e dialoga desde a sociologia com outros campos do conhecimento, como a geografia, o planejamento e a arquitetura e urbanismo, uma sociologia que buscou entender o presente, que buscou colocar-se lado a lado dos fatos presentes e não *ex-post*. Cabe lembrar que sua produção desde sempre foi atravessada pelo compromisso e pelo desafio de pensar socialmente o Brasil, bem como pela preocupação do papel do fazer científico na compreensão das formas de dominação e, ao mesmo tempo, das formas e possibilidades de resistências e insurgências.

Seu último trabalho, seu memorial do concurso de titular, publicado pela ANPUR (RIBEIRO, 2012), propõe uma cartografia da ação social no âmbito de uma sociologia do presente, no intuito de instrumentalizar formas de luta e resistência contra os processos hegemônicos de dominação. Em sua construção, inter-relaciona três ideias, conceitos fundantes, e recupera assim seu trabalho e diálogo com Milton Santos, velho amigo seu, presidente da ANPUR entre 1991-1993. Propõe, pois, uma sociologia do presente com base na Ação, Técnica e Espaço, contextualizada na reflexão sobre a radicalização da democracia, contra a criminalização da pobreza, e sobre a compreensão da profunda crise societária que perpassa a contemporaneidade. Com um olhar no futuro elegeu a ação social, práticas de inclusão dos jovens, como foco central de sua reflexão e ação a partir de uma perspectiva interdisciplinar em suas cartografias da ação social.

Com este norte e com a esperança de alcançar outros patamares de ação e de intervenção, Ana Clara Torres Ribeiro, coordenou a comissão organizadora do XIII Encontro Nacional da ANPUR com o tema "Quem planeja o território?",[5] que foi aberto à participação de representantes dos movimentos sociais e de estudantes de graduação. Esse encontro reuniu mais de 2.500 inscritos em dez sessões temáticas e cinquenta e oito sessões livres. Na assembleia

4 Coleção de 5 volumes organizada por uma comissão com o suporte direto da família de Ana Clara Torres Ribeiro e publicada pela editora Letra Capital (Ribeiro, 2013).

5 O XIV ENANPUR foi realizado no Rio de Janeiro de 22 a 27 de maio de 2011. Os Anais do Encontro encontram-se disponibilizados em <http://www.anpur.org.br>.

geral desse XIV Encontro Nacional, o IPPUR-UFRJ apresentou a candidatura de Ana Clara Torres Ribeiro à frente de uma diretoria[6] reunida em torno de suas ideias e propostas.

O falecimento de Ana Clara Torres Ribeiro legou a essa diretoria diversas consignas e gerou uma situação inusitada no âmbito da ANPUR, pois, em obediência a seu Estatuto (ANPUR, 2009), cabia ao secretário-executivo assumir e acumular a presidência da associação até 31 de maio de 2012, prazo estatutário-limite para a realização da assembleia anual. Por conseguinte, foi convocada, dentro do prazo e dos parâmetros legais, uma assembleia geral para o dia 2 de abril de 2012. Nessa assembleia, realizada no auditório do IPPUR-UFRJ, candidatamo-nos e fomos eleitos, eu no cargo de presidente da ANPUR, Benny Schvarsberg no cargo de Secretário-Executivo e Orlando Alves dos Santos Júnior (IPPUR-UFRJ) no cargo de Secretário-Adjunto, para dar consecução ao mandato da gestão 2011-2013 (ANPUR, 2012a), em conjunto com os demais membros da diretoria eleita em 27 de maio de 2011.

Ao fim de nossa gestão, completaram-se vinte e sete anos desde o I Encontro Nacional, realizado em Nova Friburgo, estado do Rio de Janeiro, quando foi apresentado o Balanço Técnico-Científico em Planejamento Urbano, Regional e Tecnologia Habitacional (RANDOLPH; LIMONAD, 1986), ocasião em que Ana Clara Torres Ribeiro e eu coordenamos uma das sessões temáticas relativas ao Planejamento Urbano (ANPUR, 1986). Sem dúvida, percorremos um longo trajeto desde a fundação da ANPUR, em 1983, por ocasião de uma reunião realizada na sala da diretoria da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com a presença de cinco programas de pós-

6 Diretoria executiva composta por mim, Ester Limonad (Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense) no cargo de secretaria-executiva e Benny Schvarsberg (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília) no cargo de secretário-adjunto, Lilian Fessler Vaz (Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Maria Ângela de Almeida Souza (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco), María Mónica Arroyo (Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo) e Paola Berenstein Jacques (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia) na diretoria; a que se somou um conselho fiscal composto por Angelo Szaniecki Perret Serpa (Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia), Cibele Saliba Rizek (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, campus São Carlos), Élson Manoel Pereira (Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina), Paulo Pereira de Gusmão (Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará) (ANPUR, 2011).

graduação,[7] havendo os programas de planejamento urbano e regional se constituído, entre 1971-1972, no âmbito de um convênio com a duração de sete anos, realizado entre a CAPES[8] e o Ministério do Interior, com suporte e financiamento direto desse ministério, convênio realizado em decorrência de uma intenção expressa de formar quadros para órgãos de governo, com base nas metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado durante o governo do presidente general Emilio Garrastazu Médici (1969-1973), um dos mais duros governos da ditadura militar.

A fundação e a construção da ANPUR deu-se, assim, durante a transição da ditadura militar para o regime democrático. De certa forma, o fortalecimento e a inserção político-institucional da associação em diversas esferas estaria relacionada a muitas das transformações político-institucionais havidas no Brasil no decorrer dos últimos trinta anos.

A ANPUR, desde sua fundação, encontra-se em constante renovação, e em parte isso se deve, por um lado, à perspectiva crítica que a orienta, e, por outro, à interdisciplinaridade que a caracteriza e permite que seja um fórum de diferentes áreas do conhecimento, que se encontram e se debruçam sobre temas comuns, o que contribui para o diálogo interdisciplinar e para o enriquecimento conceitual. O fato é que a ANPUR congrega membros de outras associações nacionais de pós-graduação e pesquisa, dentre as quais a ANPAD,[9] a ANPARQ,[10] a ANPEC,[11] a ANPEGE,[12] a ANPOCS,[13] a ANPUH[14] e quase todos os membros institucionais da ABEP.[15] Cabe ressaltar que o corpo técnico de diversos órgãos de governo costuma participar de seus encontros nacionais e de seminários temáticos, uma vez que os membros da ANPUR têm contribuído para a formação de quadros técnico-administrativos

7 A saber: quatro programas na área de planejamento urbano e regional (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenho Urbano da Universidade de Brasília) e o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

8 CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – órgão do Ministério da Educação.

9 ANPAD – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração.

10 ANPARQ - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura.

11 ANPEC – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Economia.

12 ANPEGE - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia.

13 ANPOCS - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais.

14 ANPUH - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em História.

15 ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

de governo e participado incisivamente dos conselhos da cidade, fórum da reforma urbana, e de outros, na perspectiva de construção da nação.

Diagnóstico e plataforma

Por ocasião da eleição dessa diretoria, em 27 de maio de 2011, pudemos observar a permanência e a transformação de temas relacionados ao ensino de planejamento urbano e regional, às mudanças na interação da interface planejamento-urbanismo, assim como a crescente complexificação e diversificação das questões urbanas, regionais e ambientais. Esses temas deixaram de estar compartimentados em campos disciplinares específicos, mas se mesclaram e passaram a incorporar outras dimensões, outras escalas, com a diversificação e a ampliação das questões urbano-regionais. Essa complexificação e diversificação evidenciavam-se na crescente preocupação com os problemas urbano-ambientais e as questões urbano-regionais, às quais se somam a dimensão cultural, os movimentos sociais no campo e na cidade, bem como pela incorporação da temática do desenvolvimento rural, da integração latino-americana e, mais recentemente, de questões relacionadas com o agronegócio, as fronteiras e o desenvolvimento macrorregional. Notava-se então, também, um aumento de preocupação com as identidades culturais e as territorialidades, que apenas se esboçavam nas sessões livres, criadas por ocasião do V Encontro Nacional da ANPUR, realizado em Belo Horizonte, em 1993. Cabe destacar que alguns temas das sessões livres atravessam a história da ANPUR e outros se transmutam, conforme as pesquisas e as preocupações dos pesquisadores e docentes que os alimentam se aprofundam ou incorporam novas questões.

Havia ainda a considerar as mudanças havidas na área de pós-graduação e da pesquisa em Planejamento Urbano e Regional na CAPES e no CNPq,[16] uma vez que, entre meados da década de 1990 e 2010, verifica-se a constituição e a consolidação de ao menos 17 (dezessete) programas de desenvolvimento regional e/ou planejamento territorial e ambiental em diversas unidades da federação, muitos dos quais não se encontravam filiados à ANPUR, em virtude de uma recomendação feita na assembleia geral de 1989 de se aguardar um interstício de três anos a partir da criação dos programas candidatos a filiação, uma vez que até então não havia um processo de aprovação de novos programas e de avaliação sistemática por parte da CAPES. Muitos desses programas foram criados principalmente

16 CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica.

em áreas de fronteira, fora das regiões metropolitanas, com um elenco de preocupações distinto dos programas originários e dos então associados à ANPUR, preocupações que se inseriam em temáticas surgidas em diferentes períodos da história da ANPUR, e que resgatavam a questão regional sob diferentes aspectos e temáticas (RANDOLPH, 2013; ROVATTI, 2013). Já no CNPq, observava-se um aumento da demanda por fomento *vis-à-vis* a um modesto aumento do volume de bolsas de pesquisa e de fomento para a área (FERNANDES, 2013).

Por conseguinte, o diagnóstico inicial apontava para uma certa fragilidade institucional da associação, em particular no que se referia à transição de diretorias entre uma gestão e outra, a uma compartimentação dos associados ao redor de interesses específicos e localizados, bem como a um certo descolamento entre a associação, seus associados e o seu veículo institucional maior – a Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais –, bem como se percebia uma maior ênfase em alguns temas em detrimento de outros. Para dar conta de tais questões, durante os primeiros meses da gestão de Ana Clara Torres Ribeiro, entre maio e setembro de 2011, foi elaborada uma plataforma de ação, a qual tinha por norte geral:

- dar continuidade e aprofundar a concepção e o caráter da ANPUR como entidade acadêmica agregadora e articuladora de um conjunto de programas e instituições de pós-graduação e pesquisa de natureza multi e pluridisciplinar, respeitando as especificidades das diversas disciplinas que a compõem, no processo permanente de construção de uma política de pesquisa, ensino e produção do conhecimento na área de planejamento urbano e regional, o que demandava fortalecer a associação e a área de planejamento urbano e regional, bem como alcançar uma maior organicidade entre a associação, seus membros, seus veículos de difusão e formas de representação, a saber, a Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais e seus distintos seminários itinerantes temáticos;
- reforçar a perspectiva da ANPUR, enquanto entidade acadêmica nacional que se insere de modo autônomo, crítico e independente, do ponto de vista político e ideológico, nas entidades e movimentos sociais, nas lutas e causas democráticas, populares e emancipatórias, assim como na construção de políticas públicas e de Estado socialmente justas e inclusivas, com métodos democráticos e processos participativos, no intuito de dar sequência à trajetória histórica da ANPUR, de solidariedade e participação no Fórum

Nacional da Reforma Urbana, juntamente com entidades técnicas, profissionais, movimentos sociais e culturais, de modo a contribuir para a construção e a implementação de uma Politica de Reforma Urbana no Brasil.

Tratava-se, portanto, de implementar essa plataforma por meio de três eixos de ação articulados, que detalhamos adiante, voltados para

i. o **fortalecimento institucional**

ii. o aprofundamento das **relações institucionais** e o aumento da projeção externa da associação, e

iii. a veiculação e o incremento da divulgação da **produção acadêmica**.

Fortalecimento Institucional

O fortalecimento institucional concernia a duas esferas de ação: uma interna e uma interinstitucional. A proposta de ação em termos internos compreendia:

- a perspectiva de ampliação do quadro de filiados com a mudança da sistemática de filiação, de modo a acolher os programas de pós-graduação de desenvolvimento regional e os mestrados profissionais da área de planejamento urbano e regional criados nos últimos dez anos;
- buscar um aumento da organicidade interna da associação e de seus membros com a abertura de canais de participação e representação, bem como pelo diálogo com base em questões comuns e concretas;
- uma reestruturação interna da associação, o que demandaria mudanças estatutárias e a elaboração de um regimento geral da associação, bem como uma revisão de seu estatuto com as metas:
  - definir cargos e atribuições para os membros da diretoria;
  - normatizar e regular a transição de diretorias com um interstício de dois a três meses entre uma diretoria e outra, de modo a viabilizar a oficialização legal da nova diretoria;
- deslocar o evento nacional para o recesso de meio de ano, de modo a se poder utilizar as instalações universitárias.

Relações institucionais

Em termos de aprofundamento das relações interinstitucionais e da projeção externa da ANPUR, a plataforma de ação abrangia as relações da ANPUR em esfera nacional e internacional, nos âmbitos acadêmico e político, a saber:

- Na escala nacional, tratava-se de

  i. promover o fortalecimento acadêmico da Área de Planejamento Urbano e Regional mediante a ampliação de sua presença nos órgãos oficiais federais, estaduais e municipais, de ensino superior, pesquisa e fomento (CAPES, FINEP,[17] CNPq, IPEA[18] e FAPs[19]). No intuito de ampliar e incrementar os investimentos em pesquisa na subárea de Planejamento Urbano e Regional e na grande área de Ciências Sociais Aplicadas, e dessa em relação às demais no sistema nacional de Ciência e Tecnologia, especialmente no CNPq e na CAPES;

  ii. Manter e aprofundar a relação da ANPUR com associações acadêmicas afins como a SBPC,[20] ABA,[21] ABEP, AGB,[22] ANPAD, ANPARQ, ANPEGE, ANPOCS, SBS,[23] etc., reforçando mutuamente os encontros nacionais dessas associações e entidades, buscando ampliar o conjunto de interlocutores disciplinares, e criar alianças de modo a fortalecer as reivindicações das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e de Ciências Humanas nos órgãos de fomento.

  iii. Ampliar a interlocução com associações profissionais afins (CAU,[24] CREA,[25] SBS, Centro Celso Furtado, etc.) e com órgãos de governo (Ministério das Cidades, Ministério da Integração, etc.) no sentido de viabilizar acompanhamentos, avaliações críticas e posicionamentos qualificados sobre planos, políticas e programas de caráter urbano e regional.

- Em escala internacional, a intenção era

  i. manter, fortalecer e ampliar a relação e os compromissos construídos com entidades congêneres internacionais no campo do planejamento urbano e regional, a exemplo do GPEAN,[26] da *Red Interamericana de Investigadores*, do CLACSO[27] e da APERAU[28], dentre outros, no sentido de aumentar o intercâmbio acadêmico-científico

17 FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos.
18 IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.
19 FAPs – Fundações Estaduais de Amparo a Pesquisa.
20 SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
21 ABA – Associação Brasileira de Antropologia.
22 AGB – Associação dos Geógrafos do Brasileiros.
23 SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia.
24 CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
25 CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.
26 GPEAN – Global Planning Education Association Network.
27 CLACSO – Conselho Latino Americano de Ciências Sociais.
28 APERAU - Association pour la Promotion de l'Enseignement et de la Recherche en Aménagement et Urbanisme.

e a troca de experiências de ensino e pesquisa em planejamento urbano e regional;

ii. Promover eventos de cunho internacional com a participação de entidades congêneres, de modo a ampliar o intercâmbio acadêmico e a visibilidade da associação.

Produção acadêmica e Visibilidade

A divulgação e o incremento da difusão da produção acadêmica dos associados e das posições da associação estariam assentados na perspectiva de:

- promover o fortalecimento da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais enquanto veículo institucional da associação e o aumento de sua interação com os membros da associação, o que demandava, dentre outras medidas, ações para viabilizar a indexação, a obtenção de financiamentos e a atualização da revista;
- difundir e divulgar a produção acadêmico-científica dos membros e do acervo da associação;
- criar uma política editorial e promover seminários temáticos, além dos existentes, para ampliar a visibilidade da associação e de seus membros.

Realizações

Nos últimos dois anos, em consonância com o diagnóstico e as proposições da plataforma de ação, foram feitas algumas mudanças de cunho institucional, inspiradas, em parte, em propostas e ideias enraizadas de Ana Clara Torres Ribeiro, das quais compartilhávamos, muitas das quais realizadas considerando-se as mudanças havidas na área de Planejamento Urbano e Regional, conforme abordaremos a seguir, seguindo os tópicos da plataforma de ação.

Fortalecimento institucional

a. Ampliação do quadro de filiados e associados

Logrou-se uma maior integração dos programas de desenvolvimento regional criados nos últimos dez anos, o que contribuiu para ampliar o raio de ação da associação nos programas de pós-graduação da área e de áreas afins. Para tanto, alterou-se a sistemática de filiação, ao se deixar de exigir aos programas candidatos a apresentação de "um relato das atividades de

ensino e pesquisa desenvolvidas pela entidade (Programa, etc.) nos últimos cinco anos [...]". (ANPUR, 1989 – Ata da Assembleia Geral Ordinária de maio de 1989). Uma pesquisa das atas da associação revelou que essa prática se devia a uma sugestão,[29] feita em 1989, com a ressalva de aquela não constar no estatuto da Associação. Sugestão oportuna na ocasião, mas que se tornou obsoleta em razão das atuais exigências da CAPES para a criação de novos programas. Abriu-se, assim, a possibilidade de filiação de programas novos e recém-criados, desde que observadas as normas estatutárias.

Desse modo, entre 27 de maio de 2011 e 24 de maio de 2013, após uma campanha para a ampliação do quadro institucional feita com os programas de pós-graduação da área de planejamento urbano e regional, com o apoio da respectiva comissão de área da CAPES, doze programas de pós-graduação[30]

29 Sugestão feita pelo Prof. Carlos Bernardo Vainer (IPPUR-UFRJ), aprovada na assembleia geral ordinária realizada em 1989, em Águas de São Pedro (SP) (ANPUR, 1989).

30 Esses programas tornaram-se membros da ANPUR no decurso da Assembleia Geral Ordinária de 08.11.2012 (ANPUR, 2012c) e da Assembleia Geral Ordinária de 24.05.2013 (ANPUR, 2013), conforme segue:

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. (ANPUR, 2012c)

Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade de Chapecó – UNOCHAPECÓ. (ANPUR, 2012c)

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). (ANPUR, 2012c)

Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). (ANPUR, 2012c)

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGDTPP-UFRRJ). (ANPUR, 2012c)

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (PPG/MDR – UFAP). (ANPUR, 2013)

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Tocantins (PPGDR - UFT). (ANPUR, 2013)

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica do Paraná (PPGDR - UTFPR). (ANPUR, 2013)

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Pará (PPGAU - UFPA).

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPGDR - UEPB). (ANPUR, 2013)

Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC (PPGPGT-UFABC). (ANPUR, 2013)

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. (ANPUR, 2013).

se tornaram membros da ANPUR, dos quais nove pertencem à área de planejamento urbano e regional na CAPES.

Em consequência, alterou-se a participação e a distribuição das áreas de conhecimento no âmbito da ANPUR, conferindo à área de Planejamento Urbano e Regional um maior peso e preeminência, com uma ênfase renovada no planejamento e no desenvolvimento regional. Paralelamente, ampliou-se a distribuição geográfica dos programas filiados, com um significativo aumento da participação dos programas das regiões Norte, Nordeste e Sul do país.

Soma-se a essa ampliação do quadro de membros os esforços envidados, em especial, para retomar o contato com os membros que se encontravam afastados da associação. Nesse sentido diversos programas manifestaram o desejo de se manter e atualizar suas pendências, enquanto quatro programas[31] deixaram, por opção própria, de fazer parte do quadro de membros da Associação.

b. Mudanças institucionais

Nos últimos anos, a ANPUR experimentou muitas mudanças e transformações, cresceu e diversificou seu espectro de preocupações e atividades. A consolidação, a maturidade e a complexificação da ANPUR demandaram algumas mudanças de cunho institucional. Nesse sentido, foram aprovadas mudanças no Estatuto da associação em relação à divisão de tarefas entre o secretário executivo e o secretário-adjunto. Embora tenha sido sugerido à assembleia geral extraordinária de 08/11/2012 a criação de atribuições para os membros da diretoria (publicações, eventos, fomento, relações internacionais), esses permaneceram sem atribuições específicas. Logrou-se, todavia, alcançar um avanço em relação à transmissão de cargos e ao período de transição entre as diretorias, com a aprovação estatutária de um interstício de dois meses entre a eleição da nova gestão e a posse da nova diretoria. Em razão dessa modificação, essa gestão foi prorrogada até 31 de julho de 2013 (ANPUR, 2012b).

Também foi proposto por esta diretoria e aprovado em assembleia o Prêmio Ana Clara Torres Ribeiro de livros sobre Planejamento Urbano e Regional (ANPUR, 2012c). Além disso, foram aprovadas diversas alterações no Prêmio ANPUR, graças a uma proposta de regulamento elaborada por Cibele Saliba Rizek e María Mónica Arroyo, com destaque para o processo de

31 A Pós-Graduação em Engenharia de Construção Civil e Urbana (PG-ECCUR), da USP; o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília; a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e o NESUR (Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais) da Unicamp (ANPUR, 2012c)..

submissão de teses e dissertações, que passou a ser feito institucionalmente mediante o encaminhamento pelos coordenadores dos programas de pós-graduação, devendo os trabalhos indicados ser acompanhados por um parecer qualificado de uma comissão *ad-hoc* de cada Programa de Pós-Graduação e da ata de defesa.

c. Aumento da organicidade da ANPUR

Foram envidados esforços de aproximação com os diversos programas, em particular com aqueles que se encontravam em processo de distanciamento. Logrou-se uma reaproximação com os programas da área de administração (UFBA e FGV-SP) e de economia (UNICAMP), dentre outros. Esses esforços resultaram na inserção de representantes desses programas no conselho editorial da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais e/ou nos júris de teses e de dissertações para premiação pela ANPUR em 2013.

Buscou-se dar um efetivo suporte institucional e/ou um aporte inicial de recursos à realização dos seminários temáticos da ANPUR que o solicitaram.[32] O VI Seminário de Avaliação de Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais, com o tema Encruzilhadas do Ensino, Pesquisa e Extensão do Planejamento Urbano e Regional, organizado por Benny Schvarsberg, contou com a participação de convidados nacionais e internacionais, com destaque para Clélio Campolina Diniz, reitor da UFMG, e de Sandra Braga do CNPq, que falaram sobre as perspectivas de pesquisa e as possibilidades de fomento para a área. Além deles Andrea I. Frank, vice-presidente do GPEAN e docente da Universidade de Cardiff, e Sílvia Gorenstein, vice-coordenadora da *Red Interamericana de Investigadores* e docente da Universidad del Litoral, fizeram um aporte sobre as experiências de ensino e de pesquisa na Europa e na América Latina.

Além desse seminário, apoiou-se direta e indiretamente, também, a realização de diversos eventos[33] e a realização de acordos de fomento[34] e de

32 Nesse sentido, foram realizados convênios de fomento com as Fundações Universitárias e com órgãos de fomento (CAPES, CNPq, IPEA), para a realização do II Seminário de Áreas Preservação Permanente Urbana, em Natal – RN, organizado por Dulce Maria Bentes Sobrinha (PPGAU-UFRN); do I Seminário de Desenvolvimento Regional Estado e Sociedade, no Rio de Janeiro – RJ, organizado por Rainer Randolph (IPPUR-UFRJ) e VI Seminário de Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais, organizado por Benny Schvarsberg (PPGAU - UnB).

33 Destacam-se, dentre outros, a realização dos seminários temáticos da ANPUR: I Seminário de Desenvolvimento Regional Estado e Sociedade, II Seminário de Áreas de Preservação Permanente Urbanas, XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, VI Seminário de Avaliação do Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais. Aos quais se somam a participação em outros eventos nacionais e internacionais promovidos pelos membros da ANPUR.

cooperação, o que permitiu aprofundar a interlocução entre a diretoria e os membros da associação. Cabe ressaltar que todos esses eventos contaram com recursos e suporte direto e indireto dos órgãos de fomento (CAPES, CNPq, IPEA e Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, bem como das Pró-reitorias das instituições organizadoras).

Relações Institucionais

De modo a dar consecução às metas da proposta desta gestão, foi implementada uma série de ações com vista a aprofundar as relações interinstitucionais e aumentar a projeção externa. Nesse sentido, na escala nacional estreitou-se, em particular, as interações da associação com o IPEA, BNDES,[35] Ministério da Integração Nacional, Ministério das Cidades, assim como com outras associações nacionais, com destaque para a ANPOCS, ABEP, ANPAD, ANPEGE, ANPARQ e SBPC.

No que concerne ao CNPq, foi feito um levantamento com os membros da ANPUR para a indicação de três nomes, o que resultou na indicação exitosa de Norma Lacerda (2012-2015) para a representação de área. Foram feitas gestões, também, para a indicação de um suplente para essa representação, apontando-se nesse sentido a necessidade de delineação de uma política científica e de pesquisa para a área de planejamento urbano e regional.

A interação da ANPUR com o IPEA, merece uma menção especial. Durante a gestão de Marcio Pochmann, o IPEA deu um suporte substancial à área de ciências humanas e sociais aplicadas, ao abrir um fórum de interlocução entre diversas associações nacionais de pesquisa e pós-graduação. Permitiu, com isso, que entrássemos em contato direto com a ANPOCS, SBS e ABA, dentre outras associações nacionais de pesquisa e pós-graduação. Além disso, deu-se continuidade ao convênio IPEA-ANPUR de bolsas de mestrado, sob a coordenação de Geraldo Magela Costa (IGC-UFMG), e foi aberto um edital de fomento a periódicos das áreas de ciências sociais e sociais aplicadas, que contemplou a Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais durante o ano de 2012. Ainda sob a gestão de Ana Clara Torres Ribeiro, a ANPUR participou ativamente da organização e da realização da II Conferência Nacional do Desenvolvimento (CODE), realizada em Brasília, com uma mesa redonda sobre o tema Desenvolvimento e Espaço: Ações,

34 Deu-se consecução ao programa de bolsas de mestrado ANPUR-IPEA sob a coordenação de Geraldo Magela Costa (Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais).

35 BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

Escalas e Recurso[36] e um simpósio com o tema Desenvolvimento e Espaço, que contou com a apresentação de quase cem trabalhos selecionados por uma comissão mista composta por técnicos do IPEA e por docentes e pesquisadores membros da ANPUR.

Durante nossa gestão, também se aprofundou a interação com o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, do qual Ana Clara Torres Ribeiro era membro. Isso resultou na participação da ANPUR no júri de premiação de teses desse centro, representada por Alexandre Mendes da Cunha (CEDEPLAR-UFMG), em nossa participação no II Seminário Nacional da Rede Brasileira de Cidades Médias, e em nossa participação no lançamento do Observatório Celso Furtado para o Desenvolvimento Regional, bem como na I Conferência Nacional do Desenvolvimento realizada em Brasília.

No âmbito acadêmico, a ANPUR marcou presença no 36º Encontro Anual da ANPOCS, com a realização de uma mesa redonda sobre Dilemas e desafios do planejamento na resolução dos problemas e redução das desigualdades sociais,[37] bem como no XVIII Encontro Nacional da ABEP e no XII Colóquio Internacional de Poder Local, com o tema Metamorfoses do Poder Local e Itinerários do Desenvolvimento Territorial, organizado pelo CIAGS,[38] em que participamos da mesa de abertura desses eventos, bem como de outras atividades.

A ANPUR participou, ainda, da reunião organizada pela SBPC com o Ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antônio Raupp, o Presidente do CNPq, Glaucius Oliva, e representantes das diversas ANPs, quando juntamente com os representantes da ABA e da ANPOCS, postulou a necessidade de criação de uma Diretoria de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no CNPq. Ainda no âmbito da SBPC, foi proposta e aprovada a realização de um Simpósio com o tema Um novo Planejamento para um novo Brasil?, realizado no âmbito da 65ª Reunião Anual da SBPC, e que teve por tema Ciência para o Novo Brasil. Esse simpósio contou com a participação de membros das diversas áreas do conhecimento da ANPUR, reunidos em seis mesas redondas, e de que resultou a edição de um livro com o mesmo título do simpósio (LIMONAD; CASTRO, 2014).

36 Essa mesa redonda contou com a participação de Aldo Paviani, Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de Brasília; Flávio Villaça, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Ester Limonad, secretária executiva da ANPUR; Rodrigo Ferreira Simões e Roberto Luís de Melo Monte-Mór do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais.

37 Contou com a participação de Carlos Bernardo Vainer, Edna Ramos Castro e Ester Limonad.

38 CIAGS – Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social.

Com a intenção de imprimir e estender a presença política da ANPUR como um interlocutor qualificado, no debate e formulação bem como no acompanhamento e avaliação crítica da implementação das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Urbano e Regional, e nas políticas públicas afins e setoriais (transportes, saneamento, habitação, ciência e tecnologia, educação, etc.), participamos efetivamente do Conselho Gestor do FNHIS,[39] do Conselho das Cidades e da Comissão Executiva Nacional do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional.[40] A forma de participação e os desdobramentos dessa participação, em face da dinâmica, da composição, do modelo e da efetividade dessas instâncias levaram-nos a questionar a validade da inserção da associação nesses canais institucionais, exceção seja feita, nesse sentido, à participação no Conselho das Cidades, que ficou a cargo de Orlando Alves dos Santos Júnior (IPPUR-UFRJ).

No âmbito internacional, a ANPUR buscou consolidar e aprofundar os compromissos com o GPEAN e com a *Red Interamericana de Investigadores* (RII). No encontro bianual da RII realizado em Belo Horizonte, esta gestão se fez representar nos grupos de trabalho por Adauto Lucio Cardoso (IPPUR-UFRJ) e participou da realização de uma mesa redonda homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro. Com relação ao GPEAN, a ANPUR esteve presente na reunião anual realizada em Lausanne,[41] Suíça, e nas reuniões havidas no âmbito do XV ENANPUR, no Recife, bem como no encontro da AESOP-ACSP,[42] em Dublin. No Recife, durante a reunião anual do GPEAN, foi apresentada e aprovada a proposta do IPPUR-UFRJ de organizar o IV WPSC (*Word Planning Schools Conference*) no Rio de Janeiro, em julho de 2016. Em Dublin, foram discutidas a possibilidade de os encontros do WPSC substituírem os encontros da AESOP-ACSP e a viabilidade de haver uma maior interação editorial entre os membros do GPEAN que vá além da publicação do *Dialogues in Urban and Regional Planning* (DURP), nos quais a ANPUR se faz representar por Heloisa Soares de Moura Costa (IGC-UFMG).

Produção acadêmica e Visibilidade

Em termos práticos, o fortalecimento da Revista Brasileira de Estudos

39 FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

40 Nos quais a ANPUR se fez representar por Benny Schvarsberg e Maria Ângela de Almeida Souza (FNHIS), por Orlando Alves dos Santos Júnior (Conselho das Cidades), por Ester Limonad e Rodrigo Simões (Comissão Executiva Nacional do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional).

41 Onde se fez representar por Ester Limonad e Roberto Luís de Melo Monte-Mór.

42 AESOP-ACSP – designação do encontro conjunto promovido pela AESOP (Association of European Schools of Planning) e a ACSP (Association of Collegiate Schools of Planning).

Urbanos e Regionais, enquanto veículo institucional da associação, bem como de comunicação e difusão da produção acadêmico-científica no campo do planejamento e estudos urbanos e regionais, demandava uma série de ações para torná-la passível de indexação e inserção na base do Scielo,[43] de modo a cumprir as exigências dos órgãos de financiamento.

Dentre essas ações, era urgente a disponibilização da revista em uma base de dados digital de fácil acesso. Optou-se, nesse sentido e ainda durante o interstício de Ana Clara Torres Ribeiro, implantar a revista na base de *software* aberto *Open Jornal System* (OJS). Essa disponibilização foi alcançada em outubro de 2011 e disponibilizada em dezembro de 2011. Isso só se fez possível graças ao trabalho diligente de digitalização dos anais pelas gestões precedentes de Edna Castro (2007-2009) e Leila Christina Duarte Dias (2009-2011). A disponibilização da revista no formato OJS, com um sistema indexado de busca por autores e palavra-chave, contribuiu para ampliar a difusão da revista e aumentar de forma significativa a visibilidade da ANPUR em nível mundial. Alcançamos, em julho de 2013, de 50 a 100 novos acessos por dia, das mais diversas partes do mundo, o que vai ao encontro das exigências do Scielo e Redalyc.[44]

Cabe mencionar, ainda, que a disponibilização digital gratuita da revista, juntamente com a passagem dos encargos de produção e distribuição para a editora Letra Capital, levaram a algumas mudanças no formato da revista e contribuíram para reduzir significativamente seu peso da revista no orçamento da associação. Por outro lado, a renovação da comissão editorial e de parte do conselho editorial, contemplando a diversidade disciplinar e a distribuição regional dos membros da associação, contribuiu sobremaneira para uma interação mais orgânica da associação com seus membros em termos de pertencimento, bem como para conferir uma maior representatividade desses no corpo da revista.

Nesse sentido, cabe um agradecimento especial desta gestão a Carlos Antônio Brandão, a Fernanda Sánchez e aos demais membros da Comissão Editorial, pois, graças aos seus esforços em de dar continuidade ao trabalho dos que os precederam, conseguiram, enfim, colocar a revista em dia e em condições de ser submetida aos principais indexadores exigidos pelos órgãos de fomento, dentre os quais o Scielo, havendo obtido a inserção da revista no diretório do Latindex, nos periódicos da CAPES, no SEER,[45] e sua aprovação no CrossRef, o que garante a todas as publicações *online* da ANPUR um DOI

43 Scielo – Scientific Eletronic Library Online.

44 Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe.

45 SEER – Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas do IBICT.

(*Digital Object Identifier*). Esse conjunto de conquistas dá condições à que a equipe renovada da Revista olhe para a frente, para o futuro, e contribui para aumentar a visibilidade da associação e da produção de seus membros.

A essas realizações da revista veio somar-se a criação de um portal de publicações com acesso livre aos anais de todos os eventos da ANPUR dos últimos trinta anos, unificado com a revista em uma única base de busca no formato OJS/OAI, preservando, todavia, as identidades de cada publicação, com a possibilidade de cada um contar com um identificador digital (DOI). Isso permitirá um *link* direto das publicações da ANPUR contidas nos *curriculum lattes* de cada autor com as suas publicações dos últimos trinta anos disponibilizadas *online*.

Esse portal da ANPUR deve contribuir para aumentar ainda mais a visibilidade da associação, para difundir a produção contida em nossas publicações e para afirmar a ANPUR como um importante órgão de pesquisa e ensino no campo dos estudos urbanos e regionais.

Soma-se a tais esforços a publicação da coleção de livros da Gestão 2011-2013, que conta com os três livros das mesas redondas, o livro em homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro, a tese e a dissertação premiadas e o livro organizado sob a chancela ANPUR-SBPC: "Um novo planejamento para um novo Brasil?".

Perspectivas futuras

Enfim, após trinta anos, podemos dizer que a ANPUR se encontra institucionalmente consolidada e madura. A associação conta hoje com sessenta e cinco membros, 33% dos quais na área de planejamento urbano e regional, área que se consolidou e ganhou força política e acadêmica na CAPES e no CNPq, apresentando nos últimos anos uma crescente demanda por fomento relacionado com a formação e a pesquisa.

A participação efetiva da ANPUR nas Conferências Nacionais e Estaduais do Desenvolvimento, assim como a construção de uma política nacional de desenvolvimento regional, mostram claramente a importância da ANPUR, única associação cientifica com assento na comissão executiva do Ministério da Integração Nacional. Todavia, essa participação é limitada, uma vez que tal comissão é recortada por interesses diversos, com possibilidades limitadas de intervenção. Da mesma forma, a participação efetiva da ANPUR nas Conferências Nacionais e Estaduais das Cidades e a construção de uma política nacional de desenvolvimento urbano demonstram a relevância e

contribuição da ANPUR, bem como os limites e desafios de tal participação. Nesse sentido, coloca-se para as gestões futuras a necessidade de se pensar nas formas de participação institucional da associação e na possibilidade de constituição de câmaras técnicas de intervenção e de resposta ou de seções regionais da associação.

Resta muito a fazer. Mais do que nunca, é necessário reforçar a visibilidade da associação por meio de seus principais veículos de difusão, como os anais e a revista; intensificar as relações com nossos parceiros, com outras associações nacionais de pós-graduação e com a SBPC, no sentido de aumentar o intercâmbio interdisciplinar, e buscar articulações frente às propostas que se colocam para o futuro, principalmente no âmbito do CNPq, que nos apresentou um programa que privilegia a inter-relação Universidade-Empresa, em que apenas 5% da verba será direcionada para as áreas de pesquisa.

Em termos do fomento, urge uma articulação da ANPUR com as outras associações de áreas afins para se reivindicar conjuntamente uma diretoria de ciências humanas e sociais aplicadas no CNPq, pois o programa Ciências sem Fronteiras tem fronteiras, e as áreas de Ciências Sociais Aplicadas e de Ciências Humanas encontram-se subordinadas à área de Engenharias. Já existe uma articulação no âmbito da SBPC, mas que apenas começa a se esboçar.

Há que se pensar no papel dos programas-membro na formação de profissionais, o que compreende também pensar na formação de cursos de graduação em planejamento, como começa a surgir em outros países com realidades muito semelhantes a nossa em diferentes graus, como a Índia, Turquia, e no outro extremo o Canadá.

Dentro da perspectiva futura, cabe intensificar as relações exteriores, aumentar nosso peso no GPEAN e em outras associações internacionais. O Seminário de Experiências Internacionais de Planejamento[46] realizado durante o XV ENANPUR[47] mostrou que partilhamos diversos problemas, experiências e questões comuns.

Cabe considerar a interação universidade-sociedade e o papel da ANPUR nessa interação, bem como as possibilidades de uma contribuição crítica na emancipação de diferentes grupos sociais e em processos de emancipação e transformação social, com um compromisso de construção nacional.

Durante esta gestão, muito foi feito e, sem dúvida, ainda gostaríamos de haver feito mais. A lista de agradecimentos é infindável, a começar a todos

46 Que contou com a participação de Andrea Frank (University of Cardiff – United Kingdom), Bruce Stiftel (Georgia Tech – United States of America), David Amborski (Ryerson University - Canada) e Nancy Odendaal (University of Cape Town – South Africa).

47 Realizado em Recife de 20 a 24 de maio de 2013.

aqueles que se dispuseram a dividir o trabalho e as aflições, a todos que assumiram um compromisso institucional com esta diretoria, bem como a todos aqueles que contribuíram com sugestões e observações, sem deixar de lado, também, contribuições mais críticas.

Cabe agradecer a todos os que nos precederam, por seu legado e por seu empenho na construção da ANPUR, tarefa infindável, pois as exigências legais e institucionais só fazem aumentar, sendo que cada vez aparece uma novidade e mais uma exigência burocrática. Porém, graças ao apoio efetivo e à ajuda das gestões precedentes, conseguimos avançar para colocar a associação em dia com todas as exigências legais, ou seja, não restam pendências.

Enfim, cabe um agradecimento especial aos meus companheiros de diretoria, que dividiram comigo a responsabilidade de conduzir esta gestão, Benny Schvarsberg e Orlando dos Santos Júnior, bem como aos demais membros que direta ou indiretamente contribuíram para isso, como Cibele Saliba Rizek, Maria Ângela de Almeida Souza, María Mónica Arroyo, Saint-Clair Trindade Júnior, Élson Manoel Pereira, por dividirem o trabalho, por seu apoio, por sua confiança e por terem assumido essa jornada de levarmos juntos a bom termo a gestão de Ana Clara Torres Ribeiro.

Encerro esta memória com algumas palavras de Ana Clara Torres Ribeiro que inspiraram esta gestão e ficam como uma mensagem para o futuro:

> Porque para (...) configurar a esfera de poder, que controla a sua liberdade, controla a minha, controla a sua existência, cria os tributos, absolve a sua vida, resolve as vagas da universidade, resolve tudo isto, pra você ter o direito a isto é necessário que você tenha a responsabilidade por esse direito que você exerce em direção a alguma coisa que seja maior do que você.
>
> Porque se não for isso é pura perversão. É pura perversidade no exercício do poder. E isso é o que o governante normalmente é. Ele é incapaz de ultrapassar essa face perversa do exercício do poder para ter grandeza. E, como um homem renascentista, no caso Machiavel, é um exercício da virtù, a virtude. Então, a virtude, no sentido de que está pra além da coisa do homem público, que está para além do privado, está para além do familiar, está para além do familismo, está para além dos meus amigos, está para além disso tudo, na medida em que existe alguma coisa que é o público, que é a virtù, que é a honra individual transformada pela modernidade, mas que caminha pra algo maior. Nesse sentido, o exercício do poder está para além da coisa banal, simplesmente da herança de um poder (RIBEIRO, 2014).

Referências Bibliográficas

ANPUR. Ata da Assembleia Geral Ordinária. Águas de São Pedro: ANPUR, 1983.

_____. *Anais do I Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro: ANPUR, 1986.

_____. Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 29.05.2009. Florianópolis; ANPUR, 2009.

_____. Ata da Assembleia Geral Ordinária de 02.04.2012. Rio de Janeiro: ANPUR, 2012a.

_____. Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 08.11.2012. Brasília: ANPUR, 2012b.

_____. Ata da Assembleia Geral Ordinária de 08.11.2012. Brasília: ANPUR, 2012c.

_____. Ata da Assembleia Geral Ordinária de 24.05.2013. Recife: ANPUR, 2012d.

COTA, D. A. *A parceria público-privado na política urbana brasileira recente*. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2013.

FERNANDES, A. Tendências e Desafios no Fomento à Pesquisa na área do Planejamento Urbano e Regional: uma análise a partir do CNPq. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 15, n. 1, p. 59-76, maio 2013.

LIMONAD, E.; CASTRO, E. R. (Org.) 2014. *Um novo Planejamento para um novo Brasil*. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR.

RANDOLPH, R. 2013. Em busca de uma agenda para o Planejamento Urbano e Regional: uma homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 1, p. 11-31, maio 2013.

_____; LIMONAD, E. Balanço da produção técnico-científica em Planejamento Urbano, Regional e Tecnologia Habitacional. In: ANPUR. *Anais do I Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro: ANPUR, 1986 (mimeo).

RIBEIRO, A. C. T. *Por uma Sociologia do Presente*. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012.

_____. *Por uma Sociologia do Presente*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013 (5 v.).

_____. *Teorias da Ação*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

_____; EGLER, T. T. C.; SANCHEZ, F. (Org.). *Política governamental e ação social*. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012.

_____; LIMONAD, E.; GUSMÃO, P. P. (Org.). *Desafios ao Planejamento*. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012.

_____; VAZ, L. F., SILVA, M. L. P. (Org.). *Leituras da Cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012.

ROVATTI, J. Urbanismo *versus* Planejamento Urbano? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 15, n. 1, p. 33-58, maio 2013.

SUDRÉ, M. F. *A Festa e a Cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2013.